

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

JOSÉ LIBÓRIO VILIONE

**A colônia japonesa em Presidente Prudente: sua trajetória, relação com o
Estado e a sociedade local (1908-1947)**

**DOURADOS - MS
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADES.
LINHA DE PESQUISA: FRONTEIRAS, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES.**

JOSÉ LIBÓRIO VILIONE

**A colônia japonesa em Presidente Prudente: sua trajetória, relação com o
Estado e a sociedade local (1908-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

Orientador: professor Dr. Jiani Fernando Langaro.

DOURADOS - MS
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V695c Vilione, José Libório.

A colônia japonesa em Presidente Prudente: sua trajetória, relação com o Estado e a sociedade local. / José Libório Vilione. – Dourados, MS : UFGD, 2017.

344f.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Estado Novo. 2. Segunda Guerra Mundial. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Imprensa. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

JOSÉ LIBÓRIO VILIONE

**A colônia japonesa em Presidente Prudente: sua trajetória, relação com o
Estado e a sociedade local (1908-1947)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFG) _____

2º Examinador:

Geni Rosa Duarte (Drª., UNIOESTE) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

Suplente

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

Agradecimento

Agradeço a Deus por minha existência como também a existência daqueles que colaboraram direta ou indiretamente, sem grau maior ou menor de importância ou de hierarquia, pois sem a colaboração e o empenho deles seria impossível a realização deste trabalho.

Agradeço a minha mãe, Dona Miquelina e a meu pai Senhor Orlando (*in-memorian*) por colaborarem na minha formação integral, física e intelectual.

Agradeço a minha esposa, Waldecy, a meus filhos Orlando e Camila, que tiveram a paciência nos momentos de estresse durante o processo de confecção deste trabalho.

Agradeço a meu irmão Paulo, pois por intermédio dele consegui pessoas para traduzirem os ideogramas.

Agradeço a Ronaldo Antonio Barbosa Macedo que me indicou algumas fontes bibliográficas sobre Presidente Prudente, à Valentina Tereshkova Trugilo Romeiro Flores que me indicou fontes que foram decisivas para a narração da trajetória da colônia japonesa no município de Presidente Prudente, a Marcos Vinicius Arenalis Franco e Eliane Angélica Semessato Ruiz da Silva, à todos da equipe do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto de Presidente Prudente que não mediram esforços para o acesso aos arquivos.

Agradeço a Gláucia Ruivo Murinelli e a Daniela Araujo Peruchi pela colaboração na estruturação do projeto de pesquisa e principalmente pelo incentivo a mim dispensado para a realização de mais essa imensurável etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço a meu professor orientador Dr. Jiani Fernando Langaro, pela paciência e disponibilidade, por ter sacrificado seu precioso tempo, tanto profissional como seus momentos de lazer, não obstante, quando de minhas dúvidas atendia prontamente meus chamados a qualquer momento ou o mais rápido possível, além disso, para que eu pudesse concluir minha pesquisa sem que saísse do trilho acadêmico, quando necessário me admoestando, sempre com a gentileza que lhe é peculiar. Sem sua colaboração ousou dizer que seria impossível esse trabalho atingir o nível que se espera de um trabalho acadêmico. Não obstante, eu tinha somente as fontes e um texto bruto que foi sendo lapidado ao longo do curso.

E por fim agradeço aos anônimos que, por uma falha de memória, não foram mencionados, mas que tão importantes quanto aqueles que estão nominalmente agradecidos, pois todos, independentemente de estarem ou não aqui discriminados, foram de grande valia

para que eu pudesse ter sucesso no desenrolar desse trabalho, desde os momentos da escolha do tema, de decidir o recorte temporal e espacial, de acessar os locais onde se localizavam as fontes, de decidir quais fontes pesquisar, até vários outros momentos decisivos desse trabalho.

RESUMO

Não podemos negar que a colônia japonesa no Brasil foi vital para a transformação socioeconômica do País no início do século XX. Suas técnicas agrícolas transformaram a agricultura familiar e comercial. Seus hábitos culturais perpetuaram-se no cotidiano da sociedade nacional e de outras etnias, mas nem tudo foi positivo. A integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira foi permeada de conflitos e dificuldades, principalmente, no tocante a cultura. As relações dos imigrantes com o Estado brasileiro foi turbulenta, em particular no período de 1930-1947 – quando o governo federal adota uma política nacionalista mais dura com os imigrantes e, na sequência, o Brasil vive os impactos da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. Ao mesmo tempo, internamente, havia grande turbulência na colônia entre os grupos antagônicos vitoristas-derrotistas (os primeiros negavam a derrota japonesa na guerra, enquanto os segundos a aceitavam) - portanto, a proposta deste trabalho, é a de esmiuçar a história e a memória da imigração japonesa no Brasil, em particular na região da Alta Sorocabana, suas agruras, desafios e conquistas. Além de tornar patente a importância dos japoneses para a transformação e desenvolvimento socioeconômico de Presidente Prudente e região, pretende-se também dar luz ao momento turbulento por que a colônia passou no período da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra (até 1947) em Presidente Prudente. Entretanto não se pretende esgotar o assunto, tendo em vista sua complexidade, mas sim ofertar novas perspectivas e abrir caminhos para o aprofundamento da história da imigração japonesa e de como a figura do imigrante nipônico se afirmou no árduo processo de garantir sua identidade/integridade, em particular na Alta Sorocabana. Processo esse marcado por traumas, silêncios e conquistas, e que tem a necessidade de ser historicizado, pois o objetivo de nossa pesquisa não é reduzir a história dos nipônicos na região, mas suscitar e incentivar novas pesquisas para que essa parte da história do Brasil não fique esquecida.

Palavras-chave: Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Memória; Identidade; Imprensa.

Abstract

We can not deny that the Japanese colony in Brazil was vital to the socioeconomic transformation of the country in the early twentieth century. Its agricultural techniques have transformed family and commercial agriculture. Their cultural habits were perpetuated in the daily life of national society and other ethnicities, but not everything was positive. The integration of Japanese immigrants into Brazilian society was permeated by conflicts and difficulties, especially in relation to culture, as well as turbulent relations with the Brazilian State, particularly in the period 1930-1947 - when the federal government adopted a tougher nationalist policy about the immigrants and, in the sequence Brazil experiences the impacts of World War II and its consequences - and the great turbulence inside the colony between the antagonistic groups victorious and defeatist (the first denied the Japanese defeat in the war, while the seconds accepted it). Therefore, the purpose of this job is to analyze the history and memory of Japanese immigration in Brazil, particularly in the Alta Sorocabana region, its hardships, challenges and achievements. In addition to making clear the importance of the Japanese to the transformation and socioeconomic development of Presidente Prudente and region, it is also intended to give light to the turbulent moment by which the colony passed in the period of World War II and in the immediate postwar period (until 1947) in Presidente Prudente. However, the aim is not to exhaust the subject, because its complexity, but rather to offer new perspectives and to pave the way for a deeper study of the history of Japanese immigration and how the figure of the Japanese immigrant affirmed himself in the arduous process of guaranteeing his identity in the Alta Sorocabana, a process that was marked by traumas, silences and conquests, and which has to be historicized, since the objective of our research is not to reduce the history of the Japanese to the region of this work, but to raise and encourage new researches this way this part of the history of Brazil is not forgotten.

Keywords: New State; Second World War; Memory; Identity; Press;

LISTA ABREVIATURAS DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BOC - Bloco Operário e Camponês

CVSPMT - Companhia Viação São Paulo Mato Grosso

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DRP - Delegacia Regional de Polícia

EUA – Estados Unidos da América

FEB - Força Expedicionária Brasileira

KKKK - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

PC - Partido Constitucionalista

PD – Partido Democrático

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Paulista

PSD – Partido Social Democrático

SP – São Paulo

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

QUADROS

Quadro 1 – Primeiro grupo de imigrantes que permaneceram nas fazendas

Quadro 2 – Situação demográfica no Japão

Quadro 3 - Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central e do Sul (de 1899 a 1941)

Quadro 4 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1923

Quadro 5 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1929

Quadro 6 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1934

Quadro 7 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1940

Quadro 8 – Situação fundiária em Presidente Prudente (1939-1940)

Quadro 9 – Produtores rurais japoneses que produziam café e algodão em %

Quadro 10 - Situação populacional (1930-1940)

Quadro 11 – Situação do ensino da língua japonesa para japoneses (1930)

Quadro 12 – Prefeitos (1930-1947)

IMAGENS

Imagem 1 – Foto Cartazes utilizados para propaganda convidando os japoneses a emigrarem para o Brasil

Imagem 2 – Propaganda do consultório e laboratório do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – PROCESSO IMIGRATÓRIO BRASILEIRO E EMIGRATÓRIO JAPONÊS.....	31
1.1 O fenômeno da imigração no Brasil.....	31
1.2 A emigração japonesa.....	51
1.3 Imigrantes japoneses no Brasil: seus destinos.....	66
1.4 O processo imigratório no Brasil do século XIX ao século XX.....	73
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DA ALTA SOROCABANA / DE PRESIDENTE PRUDENTE E A PRESENÇA DO IMIGRANTE JAPONÊS EM TERRAS PRUDENTINAS.....	75
2.1 Chegada dos colonizadores mineiros no século XIX.....	80
2.2 A formação de Presidente Prudente.....	98
2.2.1 De terras devolutas às primeiras ocupações com população nacional.....	98
2.2.2 Do surgimento do distrito policial a emancipação.....	111
2.2.3 O café e a ferrovia: as vigas mestras da expansão regional.....	114
2.2.4 Outras culturas agrícolas de subsistência e atividade industrial.....	123
2.2.5 Aspectos urbanos de Presidente Prudente: atividades econômicas, infraestrutura, população e imprensa local.....	128
2.2.6 Oeste Paulista da colonização no século XIX a formação de um centro sociopolítico e econômico.....	137
2.3 A colônia japonesa de Presidente Prudente	140
2.3.1 A presença do imigrante japonês em Presidente Prudente e a formação da colônia japonesa de Presidente Prudente.....	140
2.3.2 Alguns imigrantes japoneses que participaram da economia local em vários segmentos.....	155
2.4 Nacionais e imigrantes transformando a região da alta sorocabana.....	174
CAPÍTULO III – O PROCESSO POLÍTICO EM PRESIDENTE PRUDENTE E AS RELAÇÕES DOS JAPONESES COM O ESTADO E A SOCIEDADE LOCAL (1917-1947).....	177
3.1 O processo político em presidente prudente - das práticas coronelistas ao fim da era vargas.....	177
3.2 A participação da imprensa local nos embates políticos.....	190
3.3 Trajetória política do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo.....	201
3.4 As relações da colônia japonesas com o poder público e a sociedade local.....	209
3.4.1 O imigrante e o governo Vargas.....	210
3.4.2 O imigrante japonês nas páginas dos periódicos prudentinos.....	220
3.4.3 As relações conflituosas internas e externas da colônia japonesa em presidente prudente.....	225
3.4.4 As relações entre japoneses e o Dr. Cerávolo.....	256
3.4.4.1 As práticas políticas do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo.....	266
3.4.5 Outros registros do bom relacionamento da colônia japonesa com o estado e a sociedade.....	274
3.4.6 O caso de japoneses detidos em presidente prudente durante a segunda guerra mundial e no imediato pós-guerra (1945-1947).....	280

3.4.6.1	Registros individuais de alguns japoneses detidos em presidente prudente e encaminhados ao Deops e presos na ilha Anchieta.....	283
3.5	Aspecto geral da trajetória da colônia japonesa de presidente prudente.....	296
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	308
	FONTES.....	321
	SITES CONSULTADOS.....	328
	ANEXOS.....	330
	Autorização para reprodução deste trabalho.....	344

INTRODUÇÃO

Em 2011 ao manusearmos arquivos do “Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto” em Presidente Prudente/SP, com o intuito de encontrarmos fontes para a pesquisa que estávamos realizando para nossa monografia do curso de especialização em história, encontramos em um periódico (jornal) da cidade a seguinte manchete: “Movimento Subversivo Abortado”,¹ tratava-se, segundo a matéria jornalística de 15 de setembro de 1945 do Jornal “*O Imparcial*”, de um ato de membros da colônia japonesa de Presidente Prudente em comemoração a vitória do Japão sobre o Brasil, pois um membro da colônia japonesa de Marília/SP espalhava que a notícia da rendição incondicional do Japão aos aliados era uma atitude ardilosa por parte dos aliados e que uma esquadra do Império japonês enviada pelo Imperador Hiroito estava chegando ao Brasil para buscar aqueles que desejassem voltar a sua terra natal. Contudo, para a decepção de aproximadamente 2.000 nipônicos que foram ao Porto de Santos, a tal esquadra japonesa não chegou. Porém um novo boato espalhado por novos panfletos confeccionados por membros da Shindo-Renmei, informava que a Marinha japonesa ancoraria no Rio de Janeiro, mas, novamente, para a decepção dos japoneses, as embarcações não apareceram.²

Diante do exposto, surgiu uma necessidade latente de historicizar as relações (políticas, econômicas e sociais) da colônia japonesa com o Estado e a sociedade local na região de Presidente Prudente, desde a chegada dos primeiros nipônicos na região (concentrando-nos no período do Estado Novo) até no imediato pós-guerra (1947). Versando, para tanto, desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil e posteriormente na região da Alta Sorocabana, em quais atividades foram empregados, o que motivou a vinda dos mesmos para o Brasil e para a região.

Portanto, para que possamos obter uma melhor compreensão da história dos imigrantes japoneses na região da Alta Sorocabana, mais especificamente na região de Presidente Prudente, este trabalho analisou o fenômeno da imigração no Brasil, bem como a

¹ *O Imparcial*, edição de 15 de setembro de 1945. Anexo 1

² Maiores informações em MIYAO, S.; YAMASHIRO, J. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 270-280; DEZEM, Rogério. *Shindo Renmei: terrorismo e repressão*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000, p. 54; MORAIS, F. *Corações sujos*, p. 93.

história da colônia japonesa, seus integrantes e suas instituições ou organizações (associações, escolas, etc.) educacionais e culturais criadas pela colônia.

Também analisamos os fatos que envolveram os japoneses que influenciaram a ordem pública (política, econômica e socialmente) em Presidente Prudente desde a presença de imigrantes japoneses na região que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, contudo nos aprofundamos no período denominado Estado Novo e no imediato pós-guerra (1947).

Analisamos ainda, os efeitos e influências que os japoneses provocaram na sociedade regional, identificando quais as maneiras que utilizaram para se aproximarem e se integrarem, sendo elas culturais, sociais, econômicas e políticas e, a partir daí passamos a discutir e apresentar um histórico sobre a colônia japonesa em Presidente Prudente e região.

Para este trabalho, foi determinado um recorte temporal e espacial, ou seja, investigamos diversas fontes no período de 1908-1947, contudo foram realizados levantamentos desde as primeiras legislações de imigração criada ainda no Brasil colônia, ou melhor, no Brasil com o status de Reino Unido ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, para que possamos entender a necessidade da presença de imigrantes de diversas nacionalidades em território brasileiro.

A pesquisa concentrou-se na análise dos fatos predominantemente limitados ao período e espaço determinados, ou seja, 1908-1947 e na região da Alta Sorocabana. Pesquisamos ações dos japoneses em diversas fontes, como documentos particulares do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo³ (médico, latifundiário e cartorário), documentos oficiais do Dr. Cerávolo (como prefeito interventor), documentos oficiais dos três poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), documentos da colônia japonesa em Presidente Prudente, da Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente,⁴ bibliografias e fontes jornalísticas.

³ Com a morte do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, sua família achou por bem doar todo o acervo documental do mesmo ao Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente. Segundo consta, não havia um espaço para receber tal acervo, diante disso a própria família arcou com os custos para a construção de um prédio para abrigar tal acervo. A edificação foi construída no terreno que já abrigava o Museu e Arquivo. Portanto a pesquisa foi realizada nas dependências do Museu e Arquivo.

⁴ Os documentos da DRP de Presidente Prudente estão no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente.

Nesse sentido, de acordo com Carlo Ginzburg “... o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos⁵ para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjuntural⁶”. Sandra Jatahy Pesavento vai mais longe ao comparar o trabalho do historiador a outros profissionais, ela aponta

... de detetive, o historiador se transforma em médico, em busca de sintomas, dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos. Como um crítico de arte, o historiador não se atem apenas ao primeiro plano ou a aparência de um conjunto que se dá a ver, segundo a primeira impressão; busca o segundo plano, vai na procura de detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto.⁷

Portanto, investigamos os vestígios que possam nos levar às ações dos japoneses na região, mesmo nos lugares menos prováveis dessas ações e tal qual um médico, diagnosticamos como se deram as relações deles com a sociedade local e os agentes do Estado.

As fontes pesquisadas⁸ nos indicam que as relações com a colônia japonesa em Presidente Prudente (sejam elas com o Estado ou com a sociedade) eram, no período do Estado Novo e do imediato pós Segunda Guerra Mundial, mais amenas em relação às outras regiões ou pelo menos as determinações do Estado na vigilância aos japoneses como também aos outros imigrantes (em particular italianos e alemães) não eram cumpridas com todo rigor pelas autoridades municipais e estaduais.

No transcorrer deste texto, referenciaremos os documentos que nos indicam essas relações mais amenas com a colônia nipônica na cidade de Presidente Prudente, bem como no seu entorno.

Num primeiro momento, nossa preocupação é entender o período em que a imigração japonesa passa a ser aceita como forma de suprir a falta de mão de obra nas fazendas de café

⁵ A NOSOGRAFIA é uma prática milenar que se constitui na descrição sistemática das doenças. Classificação metódica das enfermidades. De *noso* (enfermidade), *grafia* (do grego *graphein*, escrever). Disponível em: http://www.pucsp.br/clinica/boletim-clinico/boletim_07/boletim_07_5.html. Acesso em 8 jun. 2017.

⁶ GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, p. 156-157.

⁷ PESAVENTO, S. J. (org). *História e História Cultural*, p. 64.

⁸ Jornais; documentos da Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente; documentos da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e documentos particulares do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo.

do Oeste Paulista,⁹ a partir da publicação da Lei número 97 de 05 de outubro de 1892, sancionada pelo Presidente da República Floriano Peixoto. Compreender o momento pelo qual estavam passando ambos os países (Brasil e Japão) que fazia com que o primeiro aceitasse a entrada de estrangeiros no país e, o segundo, aceitasse a saída de trabalhadores para ingressar em frentes de trabalho do *outro lado do mundo*.

A seguir, nos atentamos a um núcleo formado por imigrantes japoneses e seus descendentes no município de Presidente Prudente e realizamos um estudo sobre a sua formação, dificuldades enfrentadas e o papel das associações japonesas no local, considerando que tais fatores contribuíram direta ou indiretamente para a fixação dos japoneses no município.

Iniciamos a pesquisa com revisão bibliográfica, estudando o processo da imigração japonesa no Brasil, a expansão da fronteira agrícola para o cultivo do café na Alta Sorocabana e a criação do município de Presidente Prudente. Para tanto dialogamos com vários autores como Dióres Santos Abreu,¹⁰ José Ferrari Leite,¹¹ para entender o processo de ocupação da região da Alta Sorocabana. Ruth C. L. Cardoso,¹² Endrica Geraldo,¹³ Tomoo Handa,¹⁴ Francisco Hashimoto,¹⁵ Arlinda Rocha Nogueira¹⁶ e Hiroshi Saito¹⁷, entre outros, nos

⁹ Nesse sentido, precisamente às 9h30m do dia 18 de junho de 1908, aportavam em Santos, os primeiros imigrantes japoneses trazidos pelo legendário vapor Kasato-Marú. Ao todo eram 165 famílias de japoneses com 733 membros e mais 48 avulsos, além de 12 viajantes livres, que deixaram seu país de origem em busca da realização de seus sonhos, em um país situado “do outro lado do mundo”. YAMASHIRO, J. Do Kasato Maru até a década de 1920. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, p. 63.

¹⁰ ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*; ABREU, D. S. *Poder político local do populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959*. Dióres Santos Abreu, Historiador foi professor Doutor (livre docente) do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – da UNESP – Universidade Estadual Paulista.

¹¹ LEITE, J. F. *A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. José Ferrari Leite, Geógrafo foi professor doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – da UNESP – Universidade Estadual Paulista.

¹² CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*.

¹³ GERALDO, E. *Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra*. GERALDO, E. *O combate contra os “quistos étnicos”*: identidade, assimilação e política migratória no Estado Novo.

¹⁴ HANDA, T. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*.

¹⁵ HASHIMOTO, F. *Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade*.

¹⁶ NOGUEIRA, A. R. Considerações gerais sobre a imigração japonesa: para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*.

¹⁷ SAITO, H. *Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses*. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*.

auxiliaram a um estudo mais aprofundado sobre o migrante japonês e a formação de núcleos étnicos no interior do estado de São Paulo.

As obras supramencionadas não são específicas sobre a colônia japonesa de Presidente Prudente, portanto outras foram consultadas para atingir esse mister, ou seja, registrar informações particulares e peculiares à colônia japonesa de Presidente Prudente. Contudo esse material é ínfimo, além do que não possui cunho historiográfico.

Nesse sentido, consultamos a obra acadêmica de Edilene Mayumi Murashita Takenaka,¹⁸ que se propõe a realizar uma narrativa sobre um núcleo da colônia japonesa da Alta Sorocabana localizada onde atualmente é o município de Álvares Machado/SP, cujos detalhes registramos no decorrer de nosso trabalho. Esse estudo, porém, foi desenvolvido na área da geografia, razão pela qual a dissertação tem mais informações de cunho geográfico do que de cunho historiográfico. Também lançamos mão de obras de memorialistas¹⁹ e jornalista²⁰ como a de Benjamim Resende, Emika Tanaka Shicasho e Valdery Santos.

Tendo em vista a escassez de produção acadêmica ou mesmo memorialista, o nosso trabalho se apoia basicamente nos periódicos prudentinos, como uma das principais fontes, porém não como fonte exclusiva. Embora eles tenham sido analisados como um todo, ou seja, tudo que de algum modo nos remeteu à colônia japonesa foi passível de análise, as principais colunas que utilizamos foram os editoriais e anúncios comerciais, pois nessas colunas notamos a presença de características nipônicas. Em que pese serem os anúncios parte significativa dos jornais, fomos obrigados a entender como eles foram para a imprensa tipográfica e, conseqüentemente para as páginas dos jornais. Para tal, nos fundamentamos em alguns estudos sobre o assunto, ou seja, a imprensa tipográfica e periódica, buscando perceber como e quando ela foi utilizada como um grande veículo de comunicação que atingiu grande parte da população, com quais propósitos influenciou seus leitores e foi influenciada por eles ou por líderes políticos e econômicos.

De acordo com Tania Regina de Lucca, os periódicos sofriam uma rejeição como fonte histórica, mesmo depois da Revolução historiográfica dos Annales, os jornais ainda ficaram por muito tempo marginalizados como fonte para a escrita histórica, pois até a década

¹⁸ TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. *Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP*.

¹⁹ RESENDE, B. *Raízes prudentinas II*; SHICASHO, E. T. (Coord). *A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente*.

²⁰ SANTOS, V. *Pioneiros da imigração japonesa na Alta Sorocabana*; SANTOS, Va. *Pioneiros e memória de Presidente Prudente*.

de 1970 era insignificante o número de trabalhos que utilizavam esse tipo de fonte, de acordo com a autora²¹

... os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.²²

Somente em meados da década de 1970 é que os periódicos começaram a ser objetos de pesquisa histórica com os trabalhos de Arnaldo Contier, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, de acordo com as autoras

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.²³

Na mesma esteira de Capelato, Tania Regina de Luca afirma que os jornais podem funcionar como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” por parte de quem o produz, sendo o mesmo influenciado pelas matrizes ideológicas às quais seus elaboradores possam estar ligados.²⁴

Logo, torna-se necessário questionar quem produz os jornais, para quem, como, quando, onde, por que, etc. É preciso problematizar o que por vezes é encarado como algo natural. É preciso desmistificar a ideia de objetividade e neutralidade do jornal, cabendo ao historiador desconstruir, a intervenção de determinados sujeitos dotados de consciência na prática social.

Nesse sentido, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, alertam sobre a utilização de periódicos jornalísticos em trabalhos acadêmicos sem uma análise

²¹ DE LUCA, T. R. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*, p. 111.

²² DE LUCA, 2010, op. cit., p. 112.

²³ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*, p. 19.

²⁴ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 111-153.

contextualizada da macro história, ou seja, deslocar fragmentos dessas fontes sem uma mediação entre os fatos publicados no periódico e os interesses nos bastidores da publicação.²⁵

Nessa eira, Cruz e Peixoto, nos lembram de que a imprensa não é “...mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas.”, mas que está diretamente envolvida com a história do capitalismo, portanto, entre outros, a imprensa tem interesses econômicos, além do que ela está envolvida na construção no modo de vida de uma sociedade e interferindo no processo democrático contemporâneo.²⁶

Outra questão relacionada à utilização da imprensa como fonte histórica, as autoras mencionam que a imprensa além de ser um instrumento de informação, também é uma ferramenta de relações sociais,²⁷ e que por vezes suas publicações são entendidas como verdades dos fatos relatados, nesse sentido, devemos lembrar que a narrativa do texto publicado está carregada de opiniões sob a perspectiva do editorial, ou seja, nenhuma pessoa é neutra em suas opiniões políticas e sociais, sem esquecermos as relações políticas e econômicas que envolvem o periódico. Não obstante, não podemos tomar a imprensa como mero espelho dos fatos publicados e absorvê-los como reais.

Cruz e Peixoto nos lembram de que a imprensa pode estar envolvida com diferentes forças políticas e sociais ou ela própria ser articuladora de projetos sociopolíticos, produzindo uma aparente hegemonia política e social.²⁸

As autoras alertam que a utilização da imprensa como fonte histórica deve ser cercada de alguns cuidados como questioná-las, segundo elas o historiador deve analisar

... como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?²⁹

²⁵ CRUZ, H. de F. e PEIXOTO, M. do R. da C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, p. 256.

²⁶ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 257.

²⁷ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 258.

²⁸ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 258-259.

²⁹ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 260.

A identificação do periódico é a primeira análise que o historiador deve fazer, de acordo com Cruz e Peixoto *o título* do jornal é significativo, pois ele nos indica a pretensão do periódico “... quanto a sua autoridade e representatividade - em nome de quem ou de quais setores fala - geralmente indicam também uma pretensão de abrangência.” As autoras mencionam um exemplo, *Jornal do Brasil*, que tinha a pretensão de ser porta voz da sociedade civil a nível nacional.³⁰ Nesse sentido, o *A Voz do Povo*, jornal que tomamos como subsidiário em nossa pesquisa, em sua primeira edição observa que é um instrumento a serviço do povo nas questões políticas, além do que se mostra neutro às disputas políticas.

Na eira de identificarmos o periódico, Cruz e Peixoto, mencionam a importância na identificação das pessoas que estão envolvidas com a produção e o patrocínio do mesmo, bem como o grau de relacionamento com grupos políticos e sociais.³¹

Segundo as autoras, uma das mais importantes análises refere-se ao *projeto editorial*, principalmente no que se refere ao campo político. De acordo com elas, precisamos desmistificar a ideia de que a imprensa é um órgão objetivo e imparcial,³² e levarmos em conta que é um instrumento formador de opinião, portanto, pode ter como projeto editorial uma ideologia política partidária influenciando uma sociedade, nesse sentido, voltamos a mencionar o *A Voz do Povo* que, como veremos nas próximas páginas, foi instrumento ativo no processo político de Presidente Prudente e região.

Diante do exposto, queremos lembrar que o jornal *A Voz do Povo*³³ praticamente nasce com a cidade e acompanha boa parte de seu desenvolvimento, portanto, colabora com a construção da imagem da cidade e região, bem como com a população economicamente ativa, nesse sentido, observamos como o periódico constrói uma imagem positiva do imigrante japonês como peça importante do desenvolvimento de Presidente Prudente e região, contudo no período da Segunda Guerra Mundial o discurso sobre o imigrante japonês muda, passa de japonês colaborador na transformação socioeconômica para o japonês inimigo e perigoso, além do que o jornal tem um relacionamento estreito com ícones da política local, entre esses o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, fato que podemos observar praticamente em todas as

³⁰ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 261.

³¹ CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 263.

³² CRUZ e PEIXOTO, 2007, op. cit., p. 264-265.

³³ O jornal *A Voz do Povo* iniciou suas atividades na região com sede em Presidente Prudente a partir de 1926, não sendo possível confirmar a data de sua inatividade, existem as edições físicas até o ano de 1945 no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente.

suas edições enaltecendo a *boa imagem* e o *excelente trabalho desenvolvido* em prol da cidade e de seus municípios e em contrapartida criticando outras administrações.

Ainda como metodologia de análise da fonte este trabalho teve como ponto referencial a materialidade do periódico e seus suportes. Nesse sentido para historicizarmos a fonte, buscamos averiguar as condições, ou revoluções técnicas de produção vigentes, o mecenato propiciador e a verificação do que foi escolhido para ser publicado e porque,³⁴ assim como as funções sociais desse impresso.³⁵

Também analisamos a forma como tal impresso chegou às mãos dos leitores, sua aparência física, formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, ilustrações, a estrutura e divisão do conteúdo, as relações com o mercado, a natureza dos capitais nele investidos, a publicidade, o público que visava atingir e os objetivos propostos,³⁶ bem como inquirir sobre a sua ampla gama temática.³⁷

Outro fator que analisamos foi o relacionado às condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que, segundo De Luca, se prendem a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar o periódico em uma série, uma vez que este não se constitui em um objeto único e isolado. Portanto, o conteúdo em si não será dissociado do lugar ocupado pela publicação na história.³⁸

Contudo, a autora alerta para que o historiador lance mão de ferramentas para analisar o discurso.³⁹ Nesse sentido, de acordo com Maria Helena Capelato, quando discute o uso de jornais como fonte histórica, o jornal não é “um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos”.⁴⁰

Com relação ao conteúdo levamos em consideração a subjetividade de quem escreve, pois, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.”⁴¹ Os discursos contraem

³⁴ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 132.

³⁵ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 132.

³⁶ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 138.

³⁷ MARTINS, A. L. *Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras História* [online], p. 60-61.

³⁸ Tais propostas foram estabelecidas por, e possuem diversos pontos em comum, entre as propostas das historiadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins. (DE LUCA, 2010, op. cit., p. 138-139); (MARTINS, 2003, op. cit., p. 60-61).

³⁹ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 138-139.

⁴⁰ CAPELATO, M. H. *A imprensa na História do Brasil*, p. 12.

⁴¹ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 139.

significados de muitas formas, inclusive pelos processos tipográficos e de ilustração⁴² que os cercam. A ênfase em determinados temas, a linguagem e a natureza do conteúdo associam-se ao público que o periódico pretende atingir.⁴³

Trabalhamos com o que foi publicado, o que por si só já envolve um espectro de questões, pois averiguamos as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, principalmente nas publicações de cunho político, nos alertando para uma análise mais profunda dos editoriais que direta ou indiretamente estão carregados de discursos políticos-ideológicos, além de expressarem o posicionamento oficial do jornal. Nesse sentido, ter sido publicado implica atentar para o local em que se deu a publicação, o que atribui determinado significado à notícia, assim como às hierarquias que as atravessam. A atenção foi voltada também para o destaque conferido ao acontecimento.⁴⁴

Outra característica que foi levada em consideração é o periódico enquanto espaço de discussões intelectuais, relações afetivas e sociabilidades. O que o torna um projeto coletivo, por agregar pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita ou ilustração. Nesse sentido procuramos identificar os sujeitos e grupos responsáveis pela linha editorial, estabelecer os cooperadores mais frequentes, “atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, assim como fornece pistas da leitura de passado e futuro compartilhada por seus propugnadores.”⁴⁵

Não obstante, como meio de comunicação de discurso político é criado em Presidente Prudente os jornais *A Ordem* de tendência goulartista⁴⁶ e *O Paranapanema* de tendência marcondista.⁴⁷ Após a criação destes, surgem outros nascidos de divergências internas dos grupos políticos, como exemplo, goulartistas e marcondistas. Não obstante, divergência dentro do grupo marcondista provoca o nascimento de um periódico que vai combater a

⁴² As ilustrações inseridas nos periódicos constitui, segundo Martins, representação com forte carga documental, merecendo, portanto análise mais detida. (MARTINS, 2003 op. cit.,).

⁴³ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 140.

⁴⁴ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 140.

⁴⁵ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 140.

⁴⁶ Grupo político que apoia um dos líderes do Partido Republicano Paulista em Presidente Prudente o Coronel Francisco de Paula Goulart.

⁴⁷ Grupo político que apoia um dos líderes do Partido Republicano Paulista em Presidente Prudente o Coronel José Soares Marcondes.

corrente marcondista, isso quando o periódico não muda de lado, como por exemplo, o *A Voz do Povo* que, por divergências econômicas e políticas passa a apoiar a corrente goulartista, posteriormente vai fazer oposição as correntes políticas goulartistas e marcondistas (representantes do Partido Republicano Paulista-PRP) e passa a apoiar outro partido, além do que, os membros do periódico são os próprios criadores de um novo partido na região, pois seu proprietário, Jacob Blumer, juntamente com o Dr. Tito Livio Brasil,⁴⁸ criam o Partido Democrático (PD) em Presidente Prudente, quando o periódico passa a ser o principal veículo de comunicação em prol do partido, bem como o maior crítico ao PRP.⁴⁹

Seguindo essa corrente política, surgem ainda *O Município*, *O Republicano* e *O Presidente Prudente*, todos esses ainda na década de 1920. Já na década de 1930 surgem *A Cidade*, *Folha da Sorocabana*, *O Constitucionalista*, *O Jequitibás* e *O Imparcial*, este último é criado em pleno Estado Novo, portanto fiscalizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em ambas as décadas surgiram outros jornais, mas tão ínfimos que rapidamente desapareceram. Cabe aqui registrar que nem todos esses jornais existiram concomitantemente, sendo que alguns foram substituídos por outra nomenclatura. Contudo os de maior expressão foram os *A Voz do Povo*, *Folha da Sorocabana* e *O Imparcial*, este último existe até a atualidade.⁵⁰

O mais importante desses jornais, para nosso estudo, é *A Voz do Povo*, com uma patente oposição ao modelo político exercido em Presidente Prudente: perrepista/coronelista, pontuado por divergências entre goulartistas e marcondistas, contudo relataremos melhores detalhes sobre o envolvimento político do periódico no último capítulo.

Com relação à segmentação do periódico buscamos definir o seu norte, procurando inferir o público para o qual se dirigia, identificando interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado. Esse tipo de impresso preside uma dinâmica própria, pois, está inserido no sistema de produção, circulação e consumo, com vistas à ampla divulgação no mercado. Portanto, tal periódico possui um pré-requisito que é corresponder às expectativas dos consumidores que pretende atingir, assim como expandir seu público, viabilizando-se

⁴⁸ Jornalista e advogado foi o 10º Prefeito Municipal de Presidente Prudente, em 1930. Chegou a Presidente Prudente em 1920, vindo de São Paulo onde participava de movimentos liberais desde seus tempos de estudante da Faculdade de Direito. Foi amigo e advogado do Coronel Goulart. Disponível em http://camarapresidente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/ppresidente/biografia_titolivibrasil.html. Acesso em 15 jul. 2016.

⁴⁹ ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*, p. 192-193.

⁵⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 192-196.

como mercadoria.⁵¹ Porém, devemos lembrar que o jornal tem compromisso com grupo político, tal situação narramos com detalhes nas próximas páginas.

Nesse sentido, de acordo com Heloisa Faria Cruz, no Brasil – mais especificamente em São Paulo – em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a escrita sai do espaço elitista da sociedade e vai para a vida cotidiana da cidade, proporcionada pelo seu desenvolvimento e interesses mercantis, se vulgarizando para se adequar a propaganda. Portanto, os jornais passam a fazer parte no dia a dia da população com publicações que chegam ao público de manhã e a noite em todos os pontos da cidade, inclusive nos locais de encontro como padarias, cafeterias, praças públicas etc.⁵²

Os periódicos são nesse momento um modismo que todos querem ter, torna-se o principal veículo de comunicação e de formação de opinião, bem como local de difusão de produtos e serviços. A imprensa periódica é um veículo de comunicação tipicamente urbano, sai do círculo formal e invade a vulgaridade cotidiana, não sendo apenas uma imprensa de códigos e jurisprudência, mas também envolvida com as atividades econômicas, se moldando a nova sociedade urbana e esta a imprensa. Com a ampliação da imprensa, um número significativo da população conquista um espaço antes reservado para um pequeno grupo de letrados.⁵³

O mercado e as relações mercantis redefinem a cultura letrada alterando a forma dos periódicos que são invadidos pelo mundo mercantil moldando seu conteúdo, transformando o sentido social e a linguagem da imprensa. Heloisa Faria Cruz menciona que de acordo com os estudos de Ricardo Ramos,⁵⁴ a propaganda se aprimorou e tornou-se regular nos periódicos, principalmente em revistas e folhas ilustradas.⁵⁵

Nesse sentido, segundo Cruz, a imprensa periódica sofre uma grande revolução na passagem do século XIX para o XX, pois os anúncios que mais pareciam uma lista de classificados, com pequenas notas informativas do produto que estava à venda ou algum serviço, sem qualquer qualidade gráfica, acompanhada de um alijamento das primeiras

⁵¹ MARTINS, 2003, op. cit., p. 62-63.

⁵² CRUZ, H. F. *A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo-1890-1915*, p. 82-83.

⁵³ CRUZ, 1996, op. cit., p. 83.

⁵⁴ RAMOS, R. *Do reclame à comunicação*, p. 9-27.

⁵⁵ CRUZ, 1996, op. cit., p. 84.

páginas do periódico, além de que o espaço reservado para fins mercantis, mesmo que nas páginas finais do periódico, era pouco utilizado.⁵⁶

Tal situação era patente nos periódicos acadêmicos, pois se acreditava que não se deviam misturar trabalhos acadêmicos com publicações mercantis, além do que o material acadêmico não deveria circular nas mãos da população fora do círculo acadêmico.⁵⁷

Contudo na primeira década do século XX a indústria tipográfica passa a ser um local privilegiado para as práticas mercantis, desenvolvendo uma linguagem publicitária que valorizava os anúncios.⁵⁸

Nesse sentido, tanto os que produzem como aqueles que comercializam os diversos produtos e prestam serviços, vislumbram nos anúncios um veículo de visibilidade de seus produtos e serviços, em contrapartida a imprensa tipográfica percebe nos anúncios um vantajoso meio econômico de sustentação de suas empresas, assim estabelece uma via de mão dupla entre o mundo da mercantilização e o mundo da cultura impressa.⁵⁹

Daí por diante há uma invasão imensurável da imprensa tipográfica no mundo mercantilizado produzindo uma gama substancial de produtos para o mercado não só no segmento de propaganda, mas também na produção de outros materiais relacionados aos produtos anunciados como cartões comerciais, rótulos para os produtos, cartazes que inclusive iriam parar no transporte público infiltrando-se no cotidiano da população.⁶⁰

Nesse sentido, o jornal *A Voz do Povo*, um dos periódicos, fonte de nossa pesquisa, é fruto da imprensa tipográfica, pois Jacob Blumer seu proprietário e seu principal redator, também era proprietário de uma tipografia, ou seja, o periódico nasce dentro da tipografia.⁶¹

O periódico,⁶² segundo Jacob Blumer, que nasce em meados da década de 1920, tem o propósito de ser um veículo de informação para o público em geral sem qualquer vínculo político, porém seu principal financiador era o Coronel José Soares Marcondes, um dos colonizadores e chefe político de Presidente Prudente, membro do PRP. Portanto, para realmente não ficar atrelado a um chefe político local sai em busca de fonte de renda que o

⁵⁶ CRUZ, 1996, op. cit., p. 85.

⁵⁷ CRUZ, 1996, op. cit., p. 85.

⁵⁸ CRUZ, 1996, op. cit., p. 85.

⁵⁹ CRUZ, 1996, op. cit., p. 85.

⁶⁰ CRUZ, 1996, op. cit., p. 85-86.

⁶¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 193.

⁶² Arquivados no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto.

desvincule de um político, uma das possibilidades, além dos assinantes é a venda de anúncios que passam a preencher boa parte de suas páginas.

O periódico é editado duas vezes por semana, publica em suas páginas uma diversidade de assuntos, entre esses, anúncios comerciais de produtos e serviços, que devido ao sistema de diagramação utilizado naquele período, aparecem, bem como outras matérias, a cada publicação em locais diferentes, isso quando parte do anúncio ou de qualquer outra matéria jornalística, é impresso em uma página e outra parte em outra página.

Não existe um local específico (coluna) para esses anúncios, além de serem publicados em páginas diferentes a cada edição, estão misturados a outros assuntos, aliás, os diversos assuntos são publicados a cada edição em locais diferentes.

Nesse sentido, um edital de protesto pode estar em páginas diferentes a cada edição, não há uma sequência de assuntos, ou mesmo uma divisão de assuntos dentro das páginas do periódico, ou seja, era necessário ver todo o jornal para saber de um assunto específico.

Já observamos publicações que são divididas em duas edições, pois a matéria não cabia no espaço que sobrara, sendo necessário publicar o restante da matéria na próxima edição.

Não obstante, outro cuidado que tomamos ao utilizar os periódicos foi a observação dessa formatação irregular, principalmente no tocante as publicações que estão divididas em várias edições, pois a leitura e análise de um assunto específico demandou uma pesquisa mais minuciosa e cuidadosa para que não escapasse qualquer detalhe que poderia influenciar na análise, alterando profundamente os fatos históricos.

É nítida a relação que o jornal tem com os fabricantes e comerciantes de Presidente Prudente e região, pois boa parte das páginas é dedicada aos anúncios comerciais, nesse sentido, esses anúncios são importantes para nossa pesquisa, tendo em vista as empresas de propriedade de japoneses serem usuárias cotidianas das páginas do periódico para divulgarem seus produtos e serviços, empresas essas que no início da década de 1930 perfaziam um número de 24 (vinte e quatro) estabelecimentos. Esses anúncios servem como parte da análise das relações que os japoneses tinham com a sociedade local.

Heloisa Faria Cruz também menciona que os jornais que tinham sua principal fonte de renda os assinantes, passam a ter como seu principal sustentáculo financeiro os anúncios, respondendo pela maior parte da renda,⁶³ fator que nos obriga a analisar se a boa relação entre

⁶³ CRUZ, 1996, op. cit., p. 91-92.

os periódicos prudentinos e os imigrantes japoneses não seria um resultado da utilização das páginas dos jornais pelos nipônicos para anunciarem suas empresas, produtos e serviços.

De acordo com Cruz, a propaganda deixa o espaço exclusivo das publicações comerciais e invade a imprensa periódica, passando a ser uma das suas principais fontes de arrecadação, o periódico passa a ter, na propaganda, uma de suas veias de sobrevivência, para isso vai investir nas técnicas de aprimoramento de propaganda utilizando uma linguagem mais atrativa ao público em geral, um linguajar de fácil visualização e assimilação com tiradas curtas e objetivas. Os próprios periódicos fazem propaganda dos seus serviços para atraírem clientela oferecendo preços baixos, melhor qualidade na publicação. Tem início uma acirrada disputa pelo mercado de propaganda entre os periódicos que investem nesse segmento, pois o sucesso do periódico está intrinsecamente relacionado com o sucesso do anúncio.⁶⁴

Cruz ainda menciona que na primeira década do século XX os anúncios ainda são publicados apartados das demais matérias do periódico, contudo na década de 1920 os anúncios começam a aparecer em várias partes do periódico, segundo Cruz os periódicos “vão perdendo o pudor frente à propaganda e passam a inserir os anúncios nas entrelinhas, dispostos entre uma e outra matéria, cada vez mais ‘confundidos’ aos demais conteúdos das publicações”. Nessa mesma década os periódicos vão ampliando essa nova dinâmica de incorporar os anúncios misturados aos editoriais, agregando ao anúncio as qualidades dos produtos e serviços anunciados, relacionando com detalhes tais qualidades, como um armazém, uma padaria/confeitaria, um laboratório, um profissional liberal.⁶⁵

Nesse sentido, temos um exemplo na edição de nº 101, de 20 de novembro de 1927, do jornal *A Voz do Povo*, que entre vários anúncios, publica um anúncio, que se repetiu em outras edições, sobre a atividade profissional do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, médico e proprietário de terras, tornando-se um político da cidade, personagem fundamental em nossa pesquisa, pelo seu poder político e estreita relação com a colônia japonesa de Presidente Prudente. O anúncio ocupa um espaço significativo em uma das páginas do periódico, o seu conteúdo detalha as especialidades médicas do profissional, seus equipamentos, onde se formou e se especializou, o que pode ser realizado em sua clínica, ou seja, os tipos de enfermidades que podem ser tratadas, que a clínica é dotada de laboratório com possibilidade de realizar vários diagnósticos, atendimento 24 horas por dia, etc.

⁶⁴ CRUZ, 1996, op. cit., p. 87-88.

⁶⁵ CRUZ, 1996, op. cit., p. 89.

Segundo Cruz, pela propaganda novos valores são afirmados, participando do processo de formação de novas linguagens do mundo urbano. Contribui para estreitar os relacionamentos entre a população nacional e os estrangeiros através da culinária introduzindo novos hábitos e novas iguarias oferecidas para o público em geral por meio de suas empresas com exclusividade e novidade,⁶⁶ nesse sentido, observamos diversos anúncios cotidianamente publicados nas páginas dos periódicos prudentinos. É comum encontrarmos nas páginas do *A Voz do Povo* anúncios de empresas pertencentes a japoneses que oferecem produtos alimentícios de consumo imediato como pastelaria e sorveteria, além de outras empresas como fábricas de bebidas e temperos, o mais tradicional é o shoyo.

Cabe esclarecer que, tendo em vista o objeto de nossa pesquisa estar relacionado ao período de 1908-1947, o *A Voz do Povo* é o periódico mais utilizado, pois sua existência compreende o período de 1926-1975, portanto é o que mais contribui com os objetivos deste estudo. Contudo outros jornais são alvos de nosso interesse para que possamos obter mais materiais relacionados ao nosso objeto, bem como colaborar na análise dos discursos, principalmente sobre os japoneses, ou seja, verificarmos qual a imagem que os periódicos construíram dos imigrantes japoneses.

Além dos periódicos outra fonte de suma importância para nossa pesquisa é constituída de documentos tanto de cunho público como privado. Nesse sentido, fundamentando a utilização de documentos, de acordo com Le Goff um objeto, monumento, representa temporalidade, que carrega consigo experiências individuais e coletivas.⁶⁷

O historiador deve escolher suas fontes, contudo, também deve ter cautela nessa escolha. O documento não é inócuo, inocente (uma ilusão positivista). Há uma carga de intencionalidade nos documentos/monumentos. Há um esforço das comunidades históricas, das sociedades de época, em deixar aos indivíduos de tempos futuros, uma visão planejada de si mesma as quase como um quinhão forjado da herança.⁶⁸ Por isso, para Le Goff, todo documento é também um monumento, pois sofre uma monumentalização decorrente das relações de poder presentes em sua produção.

Jacques Le Goff em sua reflexão sobre a questão do documento/monumento nos alerta que a busca por variedade documental é necessária, mas não mais que a crítica do documento, segundo ele o principal dever do historiador.

⁶⁶ CRUZ, 1996, op. cit., p. 90.

⁶⁷ LE GOFF, J. *História e memória*, p. 540.

⁶⁸ LE GOFF, 1990, op. cit., p. 546.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁶⁹

Nesse sentido, ao utilizarmos documentos como fonte, atentamos em identificar quem os produziu, qual o objetivo e as forças políticas e sociais que influenciaram a produção desses documentos, tendo em vista tais documentos serem, principalmente, de origem governamental, produzidos em um momento conturbado em que passava o Brasil e o mundo, o país estava sob um governo ditatorial concomitante com a Segunda Guerra Mundial, onde as autoridades deveriam obedecer às ordens emanadas dos governos federal e estadual com o máximo rigor, portanto, é evidente que os documentos eram produzidos de maneira que não contrariassem os escalões superiores.

Le Goff menciona que

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos e os monumentos*. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.⁷⁰

Sobre a diferenciação entre documentos monumentos e simples documentos Le Goff menciona os estudos de Paul Zumthor que utiliza a linguística para definí-los, “Os primeiros respondem a uma intenção de edificação, “no duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício”, enquanto que os segundos respondem “apenas às necessidades da intercomunicação corrente”.⁷¹

Portanto, os documentos que elegemos como fonte, deixaram de ser um simples material de comunicação do cotidiano para tornarem-se produtos de memória do passado.

No sentido de observarmos a carga de intencionalidade nos documentos Hayden White faz uma análise sobre a narrativa histórica, suas representações e interpretações. E isto

⁶⁹ LE GOFF, 1990, op. cit., p. 546.

⁷⁰ LE GOFF, 1990, op. cit., p. 535.

⁷¹ LE GOFF, 1990, op. cit., p. 544.

significa que o historiador precisa “interpretar” o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações. Uma narrativa histórica é, assim, forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma reunião de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo uma representação, e partindo da conclusão de Lévi-Strauss, “...os fatos históricos não são de forma alguma ‘dados’ ao historiador, mas, antes, são ‘constituídos’ pelo próprio historiador “...por abstração e como que sob a ameaça de uma regressão ao infinito”.⁷²

Para Paul Veyne, a história nada mais é que uma narrativa sobre acontecimentos humanos verdadeiros, deixando de maneira explícita, logo no início do texto, o que diferencia a história da literatura: o verdadeiro como limite. Não revive o passado, trazendo-o para o presente tal como foi. Alcança-o de maneira “...sempre incompleta e lateralmente, através dos documentos ou dos testemunhos”. O documento não é o acontecimento, mas a base para a história transformar-se em conhecimento inteligível.⁷³

Nesse sentido, não pretendemos construir nossa narrativa como verdade dos acontecimentos como realmente ocorreram, mas algo que dê destaque aos fatos registrados nos documentos selecionados como fontes, tornando-os como um fato histórico e não somente como um documento do cotidiano de parte de uma população.

Nesse sentido, segundo Paul Ricoeur, é com o testemunho que se inicia o percurso epistemológico que condiciona a possibilidade do processo efetivo da operação historiográfica. O testemunho é a primeira etapa de “... um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”.⁷⁴ No entanto, Ricoeur preocupa-se em pensar o testemunho enquanto tal, antes de tornar-se documento ou prova documental.

Cabe lembrar que os documentos não estão soltos no espaço, mas dispostos em um espaço peculiar, nesse sentido, de acordo com Ricoeur, “... o arquivo é o momento de ingresso na escrita da operação historiográfica”.⁷⁵ De acordo com o autor “O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente

⁷² WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, p. 70-71.

⁷³ VEYNE, P. *Como se escreve a história*, p. 18.

⁷⁴ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*, p. 170.

⁷⁵ RICOEUR, 2007, op. cit., p. 176.

distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. ... é também um lugar social”.⁷⁶

Nesse sentido, queremos lembrar que os documentos que selecionamos como fonte, fazem parte de um grande arquivo⁷⁷ com milhares de documentos pertencentes a várias séries, compartimentados em ordem numérica e cronológica, portanto, a nossa narrativa vai proporcionar o registro somente de uma parte da história prudentina, elaborada sob o nosso ponto de vista e perspectiva, além do que mesmo utilizando os documentos em sua continuidade numérica e cronológica, devemos levar em conta que nem todos os acontecimentos foram registrados por esses documentos, portanto, deixaram lacunas na história, propositalmente ou não por aqueles que elaboraram tais documentos.

No que diz respeito à prova documental, Ricoeur tem por objetivo responder a duas questões, a saber, no que consistiria provar o fato para um documento ou um maço de documentos? E que o seria provado? À primeira, Ricoeur busca a resposta na própria definição do que seja um documento, para ele tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado. À segunda, Ricoeur argumenta que o documento prova o fato. Mas para ele, o fato não é aquilo que realmente ocorreu, mas uma representação, construída pelo historiador a partir dos documentos que sobre o fato enunciam.⁷⁸

Nesse sentido, os documentos que selecionamos vão nos dar as respostas que procuramos, contudo temos plena consciência que os textos dos documentos podem não ser o que realmente ocorreu, portanto nossa narrativa será uma representação daquilo que acreditamos ter acontecido e não o que realmente aconteceu, ou seja, a nossa tese é que na região de Presidente Prudente as relações da colônia japonesa com o Estado e/ou aqueles que representavam o Estado, eram mais amenas, além do que esses representantes do Estado tinham, de alguma maneira, outras relações com os imigrantes, ora pela simples amizade, ora nas relações econômicas, ora na prestação de serviços, sendo que tais relações privadas se confundiam com as relações de Estado.

Para historicizarmos o exposto, este trabalho divide-se em três capítulos, distribuídos da seguinte maneira. No primeiro capítulo tratamos das circunstâncias⁷⁹ em torno da

⁷⁶ RICOEUR, 2007, op. cit., p. 177.

⁷⁷ Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto.

⁷⁸ RICOEUR, 2007, op. cit., p. 188-189.

⁷⁹ Leis de imigração; Leis em torno da mão de obra escrava.

necessidade de imigrantes, tanto na questão de colonização de terras ainda não habitadas (por não-indígenas), bem como para substituição da mão de obra escrava, principalmente nas lavouras de café, sobre as necessidades de emigração de europeus e asiáticos. A realidade encontrada pelos japoneses do outro lado do mundo, confrontando com seus ideais (da chegada em Santos/SP aos seus destinos).

No capítulo dois dedicaremos à história sobre o desenvolvimento do Novo Oeste Paulista (região da Alta Sorocabana), a contribuição do café e da ferrovia, a origem e a formação do município de Presidente Prudente, sua localização e seus limites, nos dedicamos a chegada do imigrante japonês nessas terras (como empregado ou proprietário), suas dificuldades de adaptação aos hábitos alimentares e culturais, especialmente sobre a colônia japonesa em Presidente Prudente, e sua localização, a criação de associações culturais, religiosas e esportivas e algumas histórias de vida dos japoneses, suas atividades rurais e urbanas, a participação no desenvolvimento de Presidente Prudente

No terceiro capítulo iniciamos com o processo político da cidade, a participação da imprensa nos embates políticos, a trajetória política de Cerávolo, as relações da colônia japonesa com o Estado e a sociedade local, em particular suas relações com Cerávolo, por fim, tratamos sobre as dificuldades e conflitos (internos e externos)⁸⁰ que os imigrantes japoneses evidenciaram no período do Estado Novo e o imediato pós-guerra até 1947, inclusive o registro de algumas prisões de nipônicos, pela prática de crimes envolvendo vitoristas-derrotistas ou mesmo por serem suspeitos de participarem de crimes ou pertencerem a alguma associação nipônica.

⁸⁰ Proibidos de falar a língua materna, de locomoção sem prévia autorização (salvo-conduto), confisco de bens materiais (principalmente no período da Segunda Guerra Mundial) de rádio receptor, de dinheiro, armas, mapas, intervenção ou confisco de empresas, proibidos de se reunirem, prisões, agressões, homicídio, etc.

CAPÍTULO I – PROCESSO IMIGRATÓRIO BRASILEIRO E EMIGRATÓRIO JAPONÊS

O objetivo deste capítulo é explicitar o processo de imigração japonesa, principalmente no pós-abolição (1888), que ocorreu no Brasil, ou seja, as ondas imigratórias e seus objetivos. Antes mesmo da necessidade de mão de obra em substituição ao sistema escravocrata no fim do século XIX, o Brasil pela sua extensão territorial somada a produção extensiva, sempre necessitou de braços para colonizar, bem como de braços para o trabalho, principalmente, na produção agrícola e mineradora.

Sabemos que desde a chegada da esquadra liderada por Cabral em terras sul americanas, o objetivo da Coroa Portuguesa era utilizar essas novas terras para a exploração de produtos não produzidos ou não existentes no antigo continente, portanto, voltada para o mercado externo, geralmente a produção era agrícola de monocultura com a utilização de extensas faixas de terras, necessitando de numerosa mão de obra. Havia também a necessidade de definir e guardar as fronteiras que faziam limites com as terras exploradas por outras nações, principalmente a Espanha.

Portanto, nas próximas páginas, registraremos um breve histórico do processo imigratório ocorrido no Brasil, bem como o processo emigratório ocorrido em outros países, principalmente no Japão, matéria de nossa pesquisa.

1.1 O FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A abolição do sistema escravocrata no Brasil não foi um processo tranquilo e rápido, contudo, o primeiro sinal foi a Lei Euzébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850, a qual proibia o tráfico negreiro, um golpe que feriu profundamente a instituição servil, porém não mortal, pois o sistema encontrou mecanismos para burlar a lei, contudo aqueles que defendiam o fim do sistema continuaram lutando, assim, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que acabava com a escravidão dos nascituros e, uma década e meia após, foi aprovada a Lei dos Sexagenários em 28 de setembro de 1885, que tornava livre

os escravos com mais de sessenta anos.⁸¹ A soma desses fatos culminou com a abolição da escravidão.⁸²

Com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 através da assinatura da Lei Áurea pela Regente Princesa Isabel, volta o problema da falta de mão de obra, agora para a lavoura cafeeira a qual, também em razão da Lei de Terras se vê no epicentro de uma crise agrária no Brasil, sendo que, segundo José de Souza Martins,

No primeiro caso, a terra não podia ser adquirida por outro meio que não fosse a compra e, assim, tornou-se equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada. No segundo caso, deu-se a separação entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, de modo a se instituir um mercado de trabalho. A combinação de ambos implicou em separar e confrontar a propriedade dos meios de produção com a propriedade da força de trabalho.⁸³

Não só fatores internos forçaram o fim do sistema escravocrata brasileiro, mas fatores externos contribuíram e muito com a abolição da mão de obra escrava, principalmente os econômicos e políticos. Nesse sentido, de acordo com Arlinda Rocha Nogueira,⁸⁴ não podemos esquecer que a revolução industrial proporcionou uma produção em uma escala nunca vista, assim, os países produtores de bens de consumo necessitavam de novos mercados consumidores, dentre aqueles, a Inglaterra que influenciou diretamente o governo brasileiro na implantação de um sistema de trabalho assalariado.

Nesse sentido, era evidente que a abolição do sistema servil iria provocar um crescimento na massa trabalhadora assalariada, tornando o Brasil um consumidor em potencial. Esse crescimento da massa trabalhadora assalariada está intimamente ligado ao sistema de produção agrária exportador do Brasil, como menciona Arlinda Rocha Nogueira que “A lavoura cafeeira no Brasil sempre esteve ligada às grandes propriedades e ao emprego de abundante mão de obra”.⁸⁵

⁸¹ SALZANO, F. M. e FREIRE-MAIA, N. *Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*, p. 31.

⁸² SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, p. 46-47.

⁸³ MARTINS, J. S. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*, p. 14-16.

⁸⁴ NOGUEIRA, A. R. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*, p. 26.

⁸⁵ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 26.

De acordo com Paul Hugon,⁸⁶ uma primeira iniciativa que colaboraria para a imigração no Brasil⁸⁷ teria início com a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, quando, pelo decreto promulgado por D. João VI, o então Príncipe-regente da Coroa Lusitana, promovia a Abertura dos Portos brasileiros às Nações Amigas, em 28 de janeiro de 1808, tal decreto permitia o livre comércio entre o Brasil e outras nações, além do que possibilitou a concessão de terras aos estrangeiros residentes no Brasil.⁸⁸ De acordo com Paul Hugon,⁸⁹ esse ato foi considerado uma estratégia de uma política de colonização com objetivos políticos e militares, bem como econômicos.⁹⁰

O projeto imigratório teve sua continuidade pelo Imperador D. Pedro I, e com seu filho D. Pedro II, que vislumbraram a importância de uma política externa de imigração, em princípio, para o povoamento (com populações não indígenas) e progresso econômico do país, posteriormente, para substituição da mão de obra escrava. Contudo, segundo Hugon, pode-se considerar a imigração ocorrida no período de 1808 a 1850 como incipiente, ou mais como um projeto, pois somente na segunda metade do século XIX as políticas colonizadoras com imigrantes saíram do papel.

Embora a entrada dos estrangeiros no país tenha se tornado livre desde 1808, a imigração permanece insignificante na primeira metade do século. Em cinquenta anos, levando-se em conta os ensaios de colonização referidos, ela não ultrapassou os doze mil imigrantes, na maioria alemães, suíços e holandeses. A partir de 1850, a situação se modifica; a verdadeira imigração tem início.⁹¹

Nesse sentido, o início do processo de imigração no Brasil teve como finalidade a colonização das Províncias do Sul,⁹² bem diferente das ondas de imigração posteriores que

⁸⁶ HUGON, P. *Demografia brasileira*, p. 48.

⁸⁷ Queremos registrar que mesmo antes do início do processo imigratório da segunda metade do século XIX existia a presença de estrangeiros em terras brasileiras, mesmo que esporádicas, porém, não podemos considerá-la como corrente imigratória, melhores detalhes conferir em DIEGUES JÚNIOR, M. *Imigração, urbanização e industrialização*, p. 5-6, 15-21; PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 82-84.

⁸⁸ PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*, p. 127; DIEGUES JÚNIOR, op. cit., p. 15.

⁸⁹ HUGON, 1973, op. cit., p. 48.

⁹⁰ PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 183-184.

⁹¹ HUGON, 1973, op. cit., p. 49.

⁹² PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 183.

vieram substituir a mão de obra escrava.⁹³ Esse tipo de imigração teve como objetivo principal a defesa do território nacional, onde foram criados núcleos coloniais de povoamento, pois o Brasil estava em conflito com os vizinhos do Prata, assim, por exemplo chegaram ao país os primeiros alemães.⁹⁴

Porém, os grandes movimentos emigratórios/imigratórios nas relações entre Europa/Ásia e América concentraram-se entre 1830-1930.⁹⁵

Depois dos alemães, aportaram no Brasil em 1890 os poloneses, sobretudo no Paraná. Os primeiros italianos chegaram ao Estado do Rio Grande do Sul em 1875 e em 1886, ao Estado de São Paulo. De acordo com José Francisco de Camargo, os italianos eram 39% dos estrangeiros entrados em São Paulo no final do século XIX.⁹⁶ Esses imigrantes faziam-se necessários para trabalharem nas lavouras de café⁹⁷ que então se multiplicavam, de acordo com Verena Stolcke, “Em maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo.”,⁹⁸ mas também pela fertilidade das terras paranaenses. Nesse interim, também vieram para o Brasil, portugueses, espanhóis e franceses.⁹⁹

No período entre 1830 e 1930, aproximadamente 50 milhões de europeus deixaram a Europa para tentarem a vida em outras partes do mundo, entre eles 11 milhões (cerca de 22%) foram para a América Latina, desses cerca de 33% emigraram para o Brasil, ou seja, por volta de 3,3 milhões deixaram sua terra natal com destino à terras brasileiras, seja para se fixar ou simplesmente ganhar algum dinheiro e retornar às suas origens.¹⁰⁰

De acordo com Alvim,¹⁰¹ o fenômeno da imigração para o Brasil foi potencializado pela necessidade da emigração notado em alguns países europeus e asiáticos. Tratando-se da

⁹³ CARDOSO, R. C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*, p. 29.

⁹⁴ ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); SEVCENKO, N. (Org.) *História da vida privada no Brasil*, p. 218-219, 231; PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 183.

⁹⁵ ALVIM, 1998, op. cit., p. 216; PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 186.

⁹⁶ CAMARGO, J. F. de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, p. 117.

⁹⁷ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 29.

⁹⁸ STOLCKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1930)*, p. 42.

⁹⁹ ALVIM, 1998, op. cit., p. 217-218, 220-221.

¹⁰⁰ ALVIM, 1998, op. cit., p. 220-221.

¹⁰¹ ALVIM, 1998, op. cit., p. 219-220.

Europa a emigração em massa tem seus antecedentes na passagem das práticas agrícolas feudais para capitalistas, tendo como fator predominante os cercamentos (enclosures) e a crescente industrialização, o que gerou uma abundante mão de obra nos centros urbanos impossível de ser absorvida. Isso gerou um grande exército de trabalhadores desempregados, ocasionando um caos social e ameaçando a ordem por possíveis revoltas, sendo que a solução encontrada foi o estímulo à emigração, principalmente para o novo continente (América).¹⁰²

Além dos motivos mencionados, de acordo com Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, a emigração/imigração foi também ocasionada pelo fim das guerras napoleônicas, pois milhares de soldados desmobilizados dos exércitos europeus que não foram absorvidos como mão de obra em seus respectivos países, procuravam emigrar para a América.¹⁰³

E foi desta forma, diante deste novo panorama econômico e social que ficou definido que a opção era a emigração, e assim um número enorme de pessoas começa a emigrar em busca do dinheiro e de sonhos de um dia voltar para suas pátrias.

No Brasil, com o fim do tráfico negreiro, os fazendeiros estavam preocupados com a reposição da mão de obra,¹⁰⁴ e por parte do governo imperial a preocupação era alterar o panorama sociocultural, fomentando assim uma política de embranquecimento¹⁰⁵ do país, utilizando a imigração como um instrumento desse processo.¹⁰⁶

De acordo com Dezem a discussão em torno do embranquecimento tinha como base os racialistas, os cientistas faziam suas pesquisas e definiam quais raças eram superiores ou inferiores, as classificações eram creditadas da seguinte forma: brancos superiores, amarelos intermediários e negros inferiores, debate que percorreu todo o século XIX e adentrou o século XX. Porém, no final do século XIX a política do embranquecimento ganha força com o início do período da Belle Époque brasileira, onde se faz necessário o desenvolvimento do *progresso*, com fontes ideológicas vindas da Europa.¹⁰⁷

¹⁰² ALVIM, 1998, op. cit., p. 219-220.

¹⁰³ ALENCASTRO, L. F. de; RENAUX, M. L. Império: caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); ALENCASTRO, L. F. de (Org.) *História da vida privada no Brasil: império*, p. 292.

¹⁰⁴ SILVA, Z. L. da. Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*, p. 41.

¹⁰⁵ SILVA, 2008, op. cit., p. 42-43.

¹⁰⁶ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, op. cit., p. 292-293.

Para dar início a esse processo, tornava-se “urgente”, segundo a nascente intelligentsia brasileira atuante no final do século XIX, que o Brasil superasse seu atraso cultural “acelerando sua marcha evolutiva”, de modo que se pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade.¹⁰⁸

Ainda sobre a questão do embranquecimento, o Decreto-lei federal nº 528, de 28 de junho de 1890, procurava garantir a não entrada de estrangeiros indesejáveis, entre esses os asiáticos. Fica explícito que num primeiro momento os japoneses não estavam nos planos do Estado para integrar o processo imigratório para o Brasil, porém, tal decisão foi tema de fervorosos debates contra e a favor da imigração de japoneses, tanto na imprensa como no parlamento brasileiro. Situação análoga ocorreu na Província de São Paulo através da lei nº 365, de 29 de agosto de 1894, ou seja, excluindo qualquer possibilidade a entrada de asiáticos em território paulista.¹⁰⁹

Logo mais a frente, em 1857, o debate parlamentar que questionava a imigração chinesa, sobre qual seria o impacto de uma cultura tão diferente, como desenvolveria esta política de imigração, japoneses e chineses por pertencerem ao mesmo continente eram julgados como iguais sem nenhuma distinção. Na câmara dos deputados era declarado por muitos a insatisfação, “...quando procurávamos escoimar a nossa civilização da barbárie africana, [vamos] colonizar o Império com indolente asiático, escravo da rotina e da superstição...”¹¹⁰, o resultado foi o veto em 1857 na Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro.¹¹⁰

Com base no trabalho do brasilianista Jeffrey Lesser, podemos observar o debate a respeito da introdução de imigrantes não europeus, aumentando a discussão da temática, pois Lesser direciona seu olhar para outras possibilidades de substituição assalariada, criando outros caminhos para conversações sobre a aceitação dos chineses, sírios–libaneses e posteriormente japoneses, abrindo um leque de opções, antes só direcionada aos europeus, um paradigma estabelecido pela experiência mal sucedida anteriormente com os chineses.¹¹¹

¹⁰⁷ DEZEM, R. *Matizes do amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*, p. 212.

¹⁰⁸ DEZEM, 2005, op. cit., p. 213.

¹⁰⁹ SILVA, 2008, op. cit., p. 48; NOGUEIRA, A. R. Considerações gerais sobre a imigração japonesa: para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 59-60; CARDOSO, R. C. L. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 317.

¹¹⁰ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, op. cit., p. 296.

Para que possamos entender o estereótipo criado em torno do chinês precisamos entender o processo imigratório que introduziu o imigrante chinês no Brasil, bem como em relação ao antiniponismo é necessário que retrocedamos aos princípios do século XIX.

No início do século XIX, por questões culturais e comerciais, pois era o costume da elite inglesa tomar chá, tendo a Inglaterra tinha o monopólio comercial do produto que, como outros produtos chineses, proporcionava-lhe altos lucros, D. João VI vislumbrou uma maneira de explorar economicamente o chá e incentivou a cultura em terras brasileiras importando a tecnologia da China que seria desenvolvida pelo imigrante chinês. Para isto o local escolhido para esta experiência foi o Jardim Botânico, onde parecia ser a região mais propícia para a cultura.¹¹²

Contudo os resultados não foram satisfatórios por vários fatores, a falta de experiência e interesse por parte dos imigrantes, clima e solo desfavoráveis à cultura, aliado ao tratamento desumano sofrido pelos imigrantes, ocasionando fugas de muitos deles, os chineses abandonavam as lavouras e se dispersavam para várias regiões do Rio de Janeiro e para as províncias vizinhas como Minas Gerais e São Paulo, mantendo-se com serviços informais ou até mesmo mendigando, e por isto diziam que eles eram irresponsáveis e associaram as formas negativas a todos os asiáticos¹¹³

A princípio a presença e situação em que se encontravam os chineses não causou nenhum debate em relação à introdução de outros imigrantes chineses, porém o olhar ao imigrante chinês como povo indesejável começa a suscitar quando viajantes europeus passaram pelo Brasil registrando negativamente a figura do chinês.¹¹⁴

Para exemplificarmos a imagem criada do chinês indolente e degenerada utilizaremos dois fragmentos do trabalho de Charles Ribeyrolles,

Quereis chineses? Há-os aqui, negociando ou mendigando. E como esses filhos do céu são tristes, andrajosos, de olhar doentio e fala anasalada! Portugueses, ingleses, franceses, italianos, suíços, alemães, existe de tudo um pouco, nas portas das lojas, na Bolsa, no Banco, nas calçadas, nos cafés.

¹¹¹ LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.*, p. 21, 37, 88, 156.

¹¹² DEZEM, 2005, op. cit., p. 48.

¹¹³ DEZEM, 2005, op. cit., p. 49.

¹¹⁴ DEZEM, 2005, op. cit., p. 50-51.

Morenos, louros, negros e pardos abundam. Caboclos puros são como abencerragens.¹¹⁵

Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do oriente, sorte de lepra humana? Já se experimentou a espécie do Celeste Império. Que produziu ela? O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é sangue, a atividade, a ciência da Europa.¹¹⁶

Podemos observar a notoriedade negativa que o autor dá aos chineses dentre uma gama de nacionalidades, bem como afirmando que o Brasil necessitava da cultura europeia para a constituição do seu povo, retirando de sua história um povo mesclado e bastardo. Nesse sentido, há uma generalização do chinês estendida a todos de cor amarela, ou seja, povos asiáticos de um modo geral.

Portanto a generalização dos povos asiáticos ajuda a cristalizar o sentimento do antiniponismo no Brasil, reforçando a construção do perigo amarelo, tal diagnóstico fica patente no trabalho de Dezem, que menciona “...baseado no *ethos* europeu, com relação aos pioneiros chineses que colaboraram, a nosso ver, para a construção do imaginário em relação não só aos chineses, mas também aos demais imigrantes de origem amarela”.¹¹⁷

Contudo, segundo Alencastro, os grandes empresários agrícolas não estavam preocupados com a origem dos empregados, mas sim com a garantia de se ter pessoas para substituir a mão de obra escrava e honrar com seus compromissos financeiros, por outro lado entrava em confronto com as ideias dos intelectuais e com a cúpula governamental que pensava em formas de impedir a miscigenação com negros e asiáticos, e que tinha a ambição de trazer imigrantes brancos para concretizar a ideia do *embranquecimento*, que para eles significava tornar a população civilizada e assim construir uma cultura superior.¹¹⁸

De acordo com Dezem este debate acalorado fica claro na citação feita pelo deputado Martim Francisco, “Ou salvemos a lavoura, ou declaremos a bancarrota! Ou aceitar o substituto que se acha mais próximo do braço escravo, ou fazer a ruína do país. Dep. Martim Francisco, 4 de setembro de 1879.”¹¹⁹

¹¹⁵ RIBEYROLLES, C. *O Brasil pitoresco*, v. 1, p. 207.

¹¹⁶ RIBEYROLLES, C. *O Brasil pitoresco*, v. 2, p. 148.

¹¹⁷ DEZEM, 2005, op. cit., p. 50.

¹¹⁸ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, op. cit., p. 291.

¹¹⁹ MARTIM FRANCISCO, cit. por DEZEM, 2005, op. cit., p. 45.

Porém alguns fatores contribuíram para que a proibição da entrada de imigrantes asiáticos fosse revista, isso pode ser comprovado no trabalho de Edilene Mayumi Murashita Takenaka.

Porém, o trabalho livre e assalariado não prendia os trabalhadores a terra por muito tempo, sendo que muitos desses imigrantes descontentes com a situação nos cafezais, ao término do contrato ou mesmo antes, mudavam de fazenda, dirigiam-se para as cidades ou até mesmo retornavam aos seus países de origem. Isso se refletia na elevação dos salários devido à falta de mão de obra em períodos importantes como a colheita.¹²⁰

Ainda nesse sentido, em virtude das decepções por parte dos brasileiros quanto aos imigrantes europeus e os de países do Oriente Médio, bem como a decepção desses imigrantes pelo tratamento recebido no país,¹²¹ iniciaram-se conversações entre o governo brasileiro e do Japão, aventando sobre a imigração de japoneses para o Brasil, além da decepção dos imigrantes anteriores aos japoneses outros vários fatores influenciaram na decisão da imigração japonesa, entre eles, a disciplina dos nipônicos e a avançada tecnologia do Japão.¹²²

No tocante ao tratamento que o imigrante recebia nas fazendas uma das questões era que os proprietários das fazendas não tratavam os imigrantes como trabalhadores livres, de acordo com Prado Jr., “...os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres.”¹²³ Nesse sentido, de acordo com Verena Stolcke, os fazendeiros tratavam “...os trabalhadores livres como se fossem escravos.”¹²⁴

De acordo com Tetsuya Tajiri e José Yamashiro, essa situação “...constituía um sacrifício insuportável para os colonos, não familiarizados com o esforço físico exigido. Alegando ser o trabalho dos colonos muito penoso e insatisfatórias as condições de vida,...”, somada aos problemas do trabalho junto ao escravos tinha a questão de pagamento “A

¹²⁰ TAKENAKA, E. M. M. *Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP*, p. 26.

¹²¹ PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 187; LESSER, 2001, op. cit., p. 155.

¹²² SILVA, 2008, op. cit., p. 49-51.

¹²³ PRADO JÚNIOR, 1992, op. cit., p. 187.

¹²⁴ STOLCKE, 1986, op. cit., p. 21 e 48-49.

remuneração do trabalho era paga em porcentagem da produção...” sistema de pagamento não aceito pelos europeus, pois “...o cálculo da remuneração era feito pela fazenda,...”¹²⁵

Além do que, de acordo com Alvim, suas moradias eram precárias, algumas eram velhas senzalas adaptadas, outras eram casinhas de barro cobertas com palhas sem nenhuma característica personalizada, ou seja, eram todas iguais e enfileiradas, de tamanho acanhado aproximadamente 36m² com no máximo 3 ambientes, as vezes os imigrantes dividiam o espaço com animais domésticos.¹²⁶ Segundo Handa havia casas de madeira e de tijolos, o chão era, em sua maioria, de terra batida, sem camas e apresentavam precárias condições de higiene.¹²⁷

Quanto à disciplina, Lesser menciona que Sho Nemoto¹²⁸ “...vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros.” Em outro trecho de seu trabalho ele destaca parte do relatório do representante do consulado brasileiro em Tóquio, Henrique Lisboa, que dizia “...possui o japonês um espírito de iniciativa, invenção e adaptação”.¹²⁹

No tocante a avançada tecnologia, Francisca Isabel Schurig Vieira menciona dois aspectos, um em relação aos japoneses possuírem uma técnica agrícola avançada e outro sobre o avanço tecnológico e industrial. Segundo Vieira e Ono o primeiro aspecto foi comprovado quando os nipônicos aplicaram junto às lavouras cafeeiras na implantação de uma agricultura diversificada de economia familiar e de técnicas de cultivo intensivo em pequenas áreas, principalmente de olericultura, segundo os autores tal atividade obteve “excelente resultado” e trouxe “uma contribuição substancial e inovadora à economia paulista”. Nesse sentido, Sakata e Wakisaka, com base no trabalho de Kiichi Mori, observam que a área de cultivo que cada família japonesa tinha era pequena para o número de membros forçando o agricultor japonês tirar o máximo proveito do que a terra poderia fornecer, dessa maneira ele foi aumentando a diversidade de produtos agrícolas em sua área cultivável, para o aumento de sua produtividade ele buscou a inovação de técnicas de produtividade como

¹²⁵ TAJIRI, T.; YAMASHIRO, J. A abertura da emigração no Japão. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 23-24; STOLCKE, 1986, op. cit., p. 21 e 23-24.

¹²⁶ ALVIM, 1998, op. cit., p. 249-254 e 257-258.

¹²⁷ HANDA, T. Vida nas fazendas de café. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 73, 82-83; HANDA, T. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*, p. 31, 41-42.

¹²⁸ Comissário do Ministério das Relações Exteriores do Japão, enviado especial do governo japonês para assuntos de imigração.

¹²⁹ LESSER, 2001, op. cit., p. 156-157.

sistema de rotação de culturas, na utilização de fertilizantes e técnicas no combate as pragas.¹³⁰

Quanto ao segundo aspecto, Viera, com base nos trabalhos de Thomas Smith, menciona que “...nos últimos anos do período feudal,¹³¹ já se iniciara no Japão um processo de industrialização com a introdução da tecnologia e de métodos ocidentais em vários ramos da indústria.” Faziam parte dessa tecnologia a mineração, fundições e construção naval, colaborando com o desenvolvimento no “sistema de transportes e comunicações” e na indústria pesada, principalmente na indústria têxtil. A autora ainda menciona que o avanço tecnológico se fazia em outras áreas como a saúde, com conhecimentos médicos ocidentais enviando seus estudantes para locais onde os estudos médicos eram mais avançados.¹³²

O interesse pelo imigrante japonês também partiu dos próprios cafeicultores, pois além dos motivos mencionados anteriormente, eles acreditavam que, devido à diferença de linguagem, hábitos e costumes, seria mais fácil controlar seu trabalho e sua fixação nas fazendas se daria de forma mais duradoura.

Considerava-se que este elemento, vindo de tão longe, sem conhecer a língua, etc., não apresentasse a tendência ou encontrasse mais dificuldade em abandonar a fazenda, e assim se fixasse mais, o que viria a contribuir para resolver o problema da falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira.¹³³

Após fervorosos debates contra e a favor da imigração de asiáticos, tanto na imprensa como no Parlamento brasileiro, em 24 de setembro de 1892 foi aprovado o projeto do Senador Monteiro de Barros propondo a abertura para a entrada no Brasil dos imigrantes chineses e japoneses, exceto dos indigentes e piratas, bem como aqueles que estivessem respondendo a processos criminais em seu país de origem.¹³⁴

¹³⁰ VIEIRA, F. I. S. *Os japoneses na frente de expansão paulista*, p. 23; ONO, M. De colono a pequeno produtor: considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 141; SAKATA, H.; WAKISAKA, K. Papel desempenhado na agricultura brasileira. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 462-464, 498-500. A olericultura é a área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas.

¹³¹ “Era Tokugawa”, maiores detalhes nas próximas páginas.

¹³² VIEIRA, 1973, op. cit., p. 25-34.

¹³³ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 60.

¹³⁴ NOGUEIRA, A. R. A abertura da imigração no Japão. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, p. 42.

Na mesma data foi aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto de entrada dos japoneses e chineses no Brasil, bem como posteriormente oficializada com a sanção do Presidente da República Floriano Peixoto pela Lei número 97 de 05 de outubro, portanto estava solucionado, em parte, o problema da entrada de mão de obra imigrante sino-nipônica no Brasil, conforme aponta Francisco Hashimoto:

Outros políticos defendiam a liberdade para a introdução de braços para as lavouras e as Casas do Congresso discutiam tais propostas; os jornais pressionavam, divulgando a falta de mão-de-obra que dificultava os lavradores no desenvolvimento do trabalho. (...) Floriano Peixoto sancionou a Lei número 97 no dia 05 de outubro.

Nesse mesmo mês foi criada a Sociedade Mutualidade Agrícola, que visava a contratação de asiáticos para a lavoura e a indústria. Outros órgãos foram ainda criados para o recrutamento dos imigrantes e só então ficou solucionada parcialmente a entrada deles no Brasil.¹³⁵

Como parte nas negociações entre os governos brasileiro e japonês, no ano de 1893, o governo japonês envia Sho Nemoto, representante das Relações Exteriores do Japão, para conhecer regiões brasileiras aonde os seus súditos viriam viver com o título de pequenos embaixadores japoneses. Ele visitou Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo e também foi até a Hospedaria de Imigrantes da capital do Estado de São Paulo e algumas fazendas cafeeiras no interior do Estado, onde frisou o contentamento de ver um lugar propício para se estabelecer registrando que “Poderemos melhorar o nível de vida, obter propriedades, dar educação a nossos filhos e viver com alegria sem que nada nos falte”.¹³⁶ A visita de Nemoto, como veremos adiante, integrava uma política adotada pelo Império japonês de incentivo à emigração de seus súditos.

No período compreendido entre os anos de 1887 e 1930, como solução para o problema de mão de obra a escolha foi pela imigração espontânea como alternativa, com o apoio tanto do Governo Federal bem como de alguns Estados. Porém a imigração espontânea¹³⁷ não garantia braços para a lavoura cafeeira, inicialmente, houve uma mudança de estratégia pelo governo brasileiro que passou a utilizar a imigração dirigida,¹³⁸ no entanto

¹³⁵ HASHIMOTO, F. *Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade*, p. 98; NOGUEIRA, 1992, op. cit., p. 42.

¹³⁶ NOGUEIRA, 1992, op. cit., p. 46.

¹³⁷ Imigração que, geralmente, não tem participação direta dos governos, emigrantista e imigrantista, como subvenção dos custos da viagem, destino do imigrante (local e tipo de trabalho), regras que traçam um perfil desse imigrante, contrato entre os governos.

se escolhia a nacionalidade mais conveniente ao governo que subsidiava os custos, enviando os imigrantes para núcleos coloniais como pequenos proprietários ou como assalariados.¹³⁹

De acordo com Thomas H. Holloway

Os defensores dessa política sempre consideraram o serviço de imigração como um meio ideal de fornecer trabalhadores às fazendas de café. Em resposta a críticos ocasionais que argumentavam que a lavoura cafeeira devia subsidiar diretamente a imigração, os fazendeiros e seus representantes políticos assinalavam reiteradamente que a receita proveniente do imposto de exportação sobre o café cobria várias vezes o programa de imigração. Além disso, argumentavam os fazendeiros, o suprimento de força de trabalho que o serviço de imigração ajudava a fornecer era compensação pequena ante a contribuição cafeeira para o financiamento do governo estadual.¹⁴⁰

Outras medidas foram tomadas para garantir a viabilidade da imigração japonesa, segundo Nogueira, em 1907, o secretário da agricultura Carlos Botelho elaborou um relatório, onde informava que havia incumbido Edmundo da Fonseca, Comissário de Imigração, da averiguação em diferentes países sobre o grau de adaptabilidade dos nipônicos. Este relatório enfatizava que não foi obtida nenhuma informação desfavorável ao povo japonês, apenas ressaltava a sua dificuldade em assimilar a cultura do país para o qual emigrava.¹⁴¹ A este

¹³⁸ Imigração que tem participação dos governos emigrantista e imigrantista existe uma legislação específica e contratual determinando perfil do imigrante, quais os objetivos da imigração, quantidade de imigrantes, destino do imigrante (local e tipo de trabalho), subvenção dos custos da viagem, infraestrutura propaganda para captação, transporte, alimentação, moradia, contrato especificando as regras que definem o objetivo daquela imigração. Como exemplo dois casos específicos para esse tipo de imigração no Brasil, para colonização um exemplo, em 1824 funda-se o núcleo colonial de São Leopoldo, próximo a Porto Alegre, RS. Nele foram introduzidos inicialmente imigrantes alemães. O governo brasileiro custeava o transporte marítimo até Porto Alegre, o transporte terrestre até a colônia e doava lotes de terra (de 15 a 75 hectares por família) e ainda fornecia animais domésticos e o custo de manutenção da lavoura durante dois anos. O colono gozava ainda da isenção do serviço militar e do pagamento de tributos. Nos termos contratuais constava ainda a instalação de moradias, igreja, escola, etc, como esta foram criadas outras colônias. No segundo caso o mais específico foi a imigração para os cafezais paulista, como exemplo foi a iniciativa de Antônio de Queirós Teles, proprietário de fazendas de café e governador da província, visitou em 1878 diversos países europeus em busca de braços para a lavoura de café. Em 1884 foi baixada nova lei de imigração pelo governo provincial, definindo a introdução de trabalhadores contratados para as fazendas de café. Pela nova legislação, o governo provincial arcava com toda a despesa de transporte marítimo. Ao mesmo tempo decidiu-se construir uma “ampla” e “confortável” hospedaria de imigrantes na capital, São Paulo. Já em 1887, a hospedaria estava em condições de funcionar parcialmente. Foi fundada pelo governo em 1886, a Sociedade Promotora de Imigração. E promoveu uma intensa campanha de divulgação da excelente situação da cafeicultura paulista. Posteriormente outras medidas e legislações surgiram para a imigração dirigida culminando com a imigração dos japoneses. Melhores informações em TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 20-27.

¹³⁹ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 92-93 e NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 48.

¹⁴⁰ HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*, p. 78.

¹⁴¹ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 93.

respeito o senhor Carlos Botelho faz o seguinte comentário: “...o pensamento que levou este Secretário a propor-vos o ensaio desta nova fonte de imigração foi exclusivamente, como já aludi a princípio, a preocupação de fornecimento de braços para a lavoura cafeeira”. É claro que havia outro interesse por parte do governo paulista, o desenvolvimento de um comércio bilateral entre Brasil e Japão colocando em prática o Convênio de Taubaté, assim, de acordo com Arlinda Rocha Nogueira, conquistando “...um novo mercado para o nosso principal produto de exportação, o café,...” segundo a autora era “...uma das metas do governo paulista a partir do Convênio de Taubaté de 1906.”¹⁴²

O Convênio de Taubaté, acordo firmado no início de 1906, no último ano do governo Rodrigues Alves (1902-1906), pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, na cidade de Taubaté (SP), que tinha o objetivo de pôr em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano.¹⁴³

De acordo com Arlinda Rocha Nogueira, em 27 de junho de 1908, o governo paulista assinou um contrato com o Japão para realizar propaganda do café brasileiro, principalmente o produzido em São Paulo, pois acreditava que a imigração contribuiria com o intercâmbio comercial com outros países orientais, proporcionando um novo mercado para o café.¹⁴⁴

Nesse sentido a imigração japonesa caminha para sua concretização, segundo Hashimoto, tais informações contribuíram firmemente para que o governo brasileiro aceitasse a vinda de imigrantes japoneses.¹⁴⁵

Segundo Arlinda Rocha Nogueira houve várias negociações para finalmente se concretizar a imigração japonesa, o governo paulista contrata 3 mil japoneses em caráter experimental, assinando um contrato com a Empire Emigraton Company, com sede em Tóquio, em 6 de novembro de 1907.¹⁴⁶ Tal contrato estipulava condições quanto ao número

¹⁴² NOGUEIRA, 1992, op. cit., p. 55.

¹⁴³ RIBEIRO, F. *A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906)*, p. 75-93; CAMARGO, 1981, op. cit., p. 229; STOLCKE, 1986, op. cit., p. 60.

¹⁴⁴ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 60.

¹⁴⁵ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 99.

¹⁴⁶ NOGUEIRA, 1992, op. cit., p. 55.

de imigrantes, profissão, garantias, subsídios, tipos de acomodação, salários, localização dos imigrantes e aquisição de lotes.¹⁴⁷

Finalmente Japão e Brasil caminham para um acordo concreto que vai ser firmado efetivamente com a chegada do navio Kasato Maru aos 18 de junho de 1908, trazendo a bordo 781 japoneses,¹⁴⁸ marco nas memórias da imigração nipônica para o Brasil.

Dessa forma, o incentivo à imigração para terras paulistas foi bem definido, ou seja, suprir a falta de mão de obra para os cafezais.¹⁴⁹ Assim, podemos afirmar que o processo de entrada da mão de obra japonesa no Brasil, contou com o auxílio do governo paulista que subsidiou parte das despesas de viagem, sendo que uma parcela seria paga pelos fazendeiros contratantes e estes seriam reembolsados através de descontos nos salários dos imigrantes.¹⁵⁰

Nesse sentido, fazendeiros e os governos federal e estadual, não mediram esforços para montar uma infraestrutura de imigração jamais realizada no país, abrangendo desde a atração dos imigrantes em seus países de origem até a instalação desses nas colônias das fazendas paulistas produtoras de café. Eram oferecidas ainda passagens gratuitas e hospedarias como postos intermediários entre o local de partida dos emigrantes/imigrantes até sua instalação nas colônias das fazendas cafeeiras.¹⁵¹

Alguns autores apresentam um movimento migratório planejado, subsidiado pelo governo, orientado por empresas particulares e, a partir da década de 1920, cada vez mais politicamente dirigido, onde os contratos assinados pelo governo do Estado de São Paulo, segundo Nogueira,

...com as diferentes companhias particulares japonesas, especializadas na colocação de emigrantes nipônicos em diversas partes do globo, tiveram que se enquadrar nas disposições gerais estabelecidas pelo governo da União e do Estado no que dizia respeito à entrada de imigrantes em nosso país.¹⁵²

Nesse sentido, de acordo com Célia Sakurai, a imigração tutelada foi uma característica da imigração japonesa para o Brasil e para outros países da América Latina, só

¹⁴⁷ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 99-100.

¹⁴⁸ TAKEUSHI, M. Y. *O perigo amarelo: Imagens do mito, realidade do preconceito (1920–1945)*, p. 56–57.

¹⁴⁹ HANDA, 1980, op. cit., p. 39.

¹⁵⁰ SAITO, H. *O japonês no Brasil*, p. 39-40.

¹⁵¹ ALVIM, 1998, op. cit., p. 249-250; CARDOSO, 1998, op. cit., p. 30.

¹⁵² VIEIRA, 1973, op. cit., p. 23, 25, 33-34; SAITO, 1961, op. cit., p. 39-40; NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 71.

interrompida com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora “Ela é definida como aquela que oferece amparo, orientação, ajuda e gerenciamento aos imigrantes...” e que “A tutela do governo japonês, no Brasil, é mais evidente pelo número de imigrantes e pela extensão que tomou.”¹⁵³

Segundo Leão Neto, houve interesse do governo japonês na emigração de seus nacionais para o Brasil, pois em 1924, o Parlamento aprova uma legislação que autorizava o governo assumir totalmente os custos da viagem para o Brasil, aos japoneses interessados em emigrar.¹⁵⁴

De acordo com Sakurai, foi montada uma estrutura nas áreas de educação, saúde e principalmente econômica, essas ações foram organizadas por empresas particulares de colonização, semiestatais e os consulados. Pois a emigração torna-se uma política de Estado do governo japonês. Em contrapartida o governo brasileiro também cria uma estrutura para receber o imigrante japonês, segundo a autora, essa estrutura montada se diferenciava dos demais imigrantes.¹⁵⁵

O interesse do governo japonês em tutelar a emigração está intimamente ligada a exploração de terras. De acordo com Sakurai, “Antes mesmo de quererem trazer imigrantes, os japoneses tinham interesses nas terras que o Brasil possuía em quantidade. Depois é que vêm os imigrantes.”¹⁵⁶ Isso explica e dá sentido a (i)emigração tutelada e o modo que os japoneses vão preenchendo o espaço público e tornando sua imagem positiva com o passar do tempo.

Porém o governo paulista não manteve os subsídios por muito tempo,¹⁵⁷ alegando dificuldades financeiras diante da crise econômica instalada no país por diversos fatores.

Em 1913, cinco anos após o início da imigração japonesa no Brasil, o governo paulista resolveu que, devido à desvalorização do café, inflação, dificuldades nos pagamentos dos empréstimos externos e à grande

¹⁵³ SAKURAI, C. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*, p. 85; LEÃO NETO, V. C. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*, p. 9.

¹⁵⁴ LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 31.

¹⁵⁵ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 85.

¹⁵⁶ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 85.

¹⁵⁷ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 34; HANDA, 1980, op. cit., p. 97, 103-104; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 29; NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 173-174.

mobilidade dos colonos japoneses, não mais subsidiaria as despesas de viagens dos mesmos.¹⁵⁸

Contudo, mesmo com o posicionamento do governo paulista de não mais subsidiar a imigração japonesa o movimento migratório continuou, assim, as empresas de emigração assumem e não deixam de prosseguir em seus esforços e foi formada a Brasil Imin Kumiai (Sociedade de Emigração para o Brasil) resultado da fusão da Toyo Imin Kaisha, Morioka Imin Kaisha e a Takemura Shokan Kaisha.¹⁵⁹

As empresas eram empreendimentos privados autorizados e fiscalizados pelo governo japonês, em 1896 o Parlamento Japonês aprovou a Lei de Proteção aos Imigrantes, na qual se previa que os emigrantes só poderiam ser recrutados e transportados por agentes oficialmente aprovados. Assim a Toyo Imin Kaisha sucedeu a Kichisa Imin Kaisha em 1897. A Morioka Imin Kaisha recebeu a permissão em 1898.¹⁶⁰

Porém no ano de 1917 a (e)imigração japonesa foi monopolizada, pois “...foi fundada a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha¹⁶¹ mais conhecida por K.K.K.K. que passou a monopolizar o aliciamento e a colocação de imigrantes na América do Sul (ressalte-se Peru e Brasil)”. Assim, a K.K.K.K. torna-se, então, órgão executivo da política de emigração do governo japonês.¹⁶²

Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, mais conhecida como Kaikô, Companhia Ultramarina de Empreendimento S.A. órgão executivo da política migratória japonesa e no Brasil das Companhias de Colonização especificamente encarregadas de organizar e desenvolver núcleos planejados de colonização, onde várias glebas de terras eram adquiridas, loteadas e em seguida vendidas aos imigrantes diretos ou saídos das fazendas de café. Encarregada de todo o serviço relacionado com a remessa de emigrantes destinados a países imigrantistas. E o Brasil representava de longe o maior receptor. De acordo com Uchiyama;

¹⁵⁸ TAKENAKA, 2003, op. cit. p. 28.

¹⁵⁹ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 83-84; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 39.

¹⁶⁰ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 83-84; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 39.

¹⁶¹ Maiores informações em UCHIYAMA, K.; TAJIRI, T.; YAMASHIRO, J. Emigração como política de estado. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, p. 139-140; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 29.

¹⁶² HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 83-84; CARDOSO, 1998, op. cit., p. 33; DEZEM, R. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos *Ijûchi* de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 160; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 39-41.

Tajiri e Yamashiro, a Kaikô, além de cuidar da saída de emigrantes, bem como de sua distribuição no Brasil, também herdou o contrato da Colônia de Iguape, que fora fundada pela Tokyo Syndicate, sendo administrada, desde 1913, por outra Companhia de Colonização do Brasil, a Burajiru Taku shoku Kabushiki Kaisha, assim, a Kaikô absorve e monopoliza a Companhia de Colonização do Brasil.¹⁶³

Mas a visão positiva em relação ao imigrante japonês logo caiu por terra, quando começaram as fugas das colônias das fazendas paulistas¹⁶⁴ contribuindo para novas restrições na imigração desses estrangeiros, dando margens para novos debates contra e a favor da imigração japonesa.¹⁶⁵

Nesse sentido, o relatório de Amari,¹⁶⁶ um intérprete da Legação Japonesa, nos dá uma ideia da permanência dos imigrantes nas primeiras fazendas entre dezembro de 1908 e janeiro de 1909, conforme quadro abaixo:¹⁶⁷

Quadro 1 – Primeiro grupo de imigrantes que permaneceram nas fazendas

Fazendas	Colonos distribuídos	Colonos que permaneceram	% aproximada de Colonos que saíram
Dumont	201	0	100 %
Floresta	170	61	64 %
Canaã	161	139	14 %
São Martinho	98	56	43 %
Guatapará	90	64	29 %
Sobrado	62	39	38 %
Total	782	359	54 %

Fonte: KIYOTANI, M.; YAMASHIRO, J. Do Kasato Maru até a década de 1920. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, p. 75.

¹⁶³ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 139-140; SAKURAI, 2000, op. cit., p. 86-87.

¹⁶⁴ Sobre as fugas veremos com maiores detalhes nas próximas páginas. Com base em NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 62, através de depoimentos de fazendeiros datados no início da década de 1910 e KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 69-72; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 34.

¹⁶⁵ As fugas começaram logo que os imigrantes chegaram às fazendas e depararam-se com a real situação quanto as condições de infraestrutura bem como a decepção com o ganho que não era o que imaginaram, tal situação se prolongou nos dois primeiros anos (1908-1909), ou seja, no ano agrícola. Quanto a restrição da imigração de japoneses os debates contra e favor foram se intensificando ao longo do tempo, já era forte no final da década de 1920, contudo, seu agravamento intensificou com a Era Vargas (1930-1945), melhores detalhes em SILVA, 2008, op. cit., p. 49-51; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 34-40.

¹⁶⁶ Zōji Amari, intérprete da Legação, foi enviado para verificar as condições em que viviam os imigrantes japoneses nas seis fazendas, bem como localizar os imigrantes que tinham fugido. Ele permaneceu na região entre os dias 15 de dezembro de 1908 e 7 de janeiro de 1909. Seu relatório tinha o propósito de prestar informações ao ministro plenipotenciário do Japão no Brasil. Tal relatório influenciaria diretamente na decisão se a imigração continuaria ou não, porém não temos a informação se realmente as informações de Zōji Amari, teve relevância. Disponível em http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s2/s2_2.html#k2_2_4. Acesso em 25 jun. 2016.

¹⁶⁷ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 75.

Podemos observar que não há uma homogeneidade e nem um equilíbrio no abandono das fazendas pelos imigrantes, ou seja, há fazendas que perderam totalmente os trabalhadores japoneses e em outras foi uma perda sem muita expressão, sendo que na média global mostrou um equilíbrio.

Essa heterogeneidade no abandono foi influenciada por vários fatores como a baixa rentabilidade na colheita, pois em algumas fazendas a produção era menor do que em outras. Esta é a situação da Fazenda Dumont, de acordo com as afirmações de Kiyotani e Yamashiro, sintetizadas em um artigo, em que apresentam um relato atribuído a Umekichi Akeho,

Eu recebi ordem de visitar a Fazenda Dumont, antes da chegada dos imigrantes. A primeira coisa que me decepcionou foi a quase completa falta de frutificação do café. Em particular, os cafezais velhos de 50 a 60 anos mostravam-se cansados, com elevado número de cafeeiros sem frutos...¹⁶⁸

Outros fatores provocaram as fugas que de modo geral ocorreram em todas as fazendas como o tratamento dispensado pelo fazendeiro aos imigrantes (dificuldade de entendimento entre os imigrantes e a administração da fazenda), conflitos com outras etnias (brasileiro ou estrangeiro), más condições de moradia, problemas com a alimentação, entre outros mais específicos em cada local.¹⁶⁹ Além do que também tinha a questão dos valores serem inferiores aos prometidos, sobre esse fator registramos mais adiante.

De acordo com Tomoo Handa a vida na fazenda de café era dura, os colonos ao chegarem mal encontravam um teto decente para morar, algumas moradias eram velhas senzalas adaptadas, outras eram casinhas de barro cobertas com palhas, além disso, tinham que fabricar seus próprios móveis e acessórios. A cama geralmente era improvisada com tábuas. O colchão, na maioria das vezes, era confeccionado pelo próprio imigrante, quando tinha recursos financeiros comprava-se o colchão, ou utilizava-se a palha do milho utilizado para alimentar os animais na confecção do colchão, mas aqueles que não possuíam recursos financeiros trabalhavam na debulha do milho do fazendeiro em troca de ficar com a palha. As necessidades fisiológicas eram realizadas no meio do mato, quando estavam no período de descanso, durante o trabalho era feita no meio do cafezal. Essas são apenas algumas das péssimas condições encontradas pelos japoneses.¹⁷⁰

¹⁶⁸ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 69.

¹⁶⁹ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 70.

Além desses fatores outros se somavam a eles, de acordo com Arlinda Rocha Nogueira,

Na lavoura, os problemas não se resumiam ao trabalho em si, mas nas exigências quanto ao horário, nas proibições, nas limitações e, o que era pior, no fato de trabalharem sob fiscalização. A situação tornava-se ainda mais dramática quando o fiscal era de outra nacionalidade.¹⁷¹

Além do relatório de Amari, outro de setembro de 1909, do intérprete oficial da Legação Japonesa Ryoji Noda registra a permanência, do total de 782, apenas de 191 imigrantes.¹⁷²

Segundo Nogueira, as fugas continuam no decorrer dos próximos anos, como podemos observar em um trecho de uma carta do dia 25 de fevereiro de 1911 do proprietário da fazenda São Martinho informando ao Diretor da Hospedaria de imigrantes a situação enfrentada,

Como sabeis, nos foram enviadas 34 famílias e, a 4 destas foi concedida permissão pela Administração desta fazenda para se retirarem, por não quererem trabalhar na lavoura, alegando que eram negociantes; 11 famílias fugiram de noite.¹⁷³

Nesse sentido, podemos observar que o problema da escassez de mão de obra, principalmente para a lavoura cafeeira, a princípio, não foi solucionada com a imigração japonesa.

Nas próximas páginas relataremos o processo que culminou com a necessidade da emigração dos japoneses para fora de seu território.

¹⁷⁰ HANDA, 1973, op. cit., p. 73, 82-83; NOGUEIRA, A. R. *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil*, p. 141-142; HANDA, 1980, op. cit. p. 31, 41-43.

¹⁷¹ NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 156.

¹⁷² KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 76.

¹⁷³ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 62.

1.2 A EMIGRAÇÃO JAPONESA

Para que ocorra a imigração é primordial, além dos interesses do país receptor, que haja interesse por parte dos imigrantes em sair de sua terra natal, portanto, no caso dos japoneses precisamos entender o que motivou sua saída do Japão para o ocidente, culturalmente bem diferente nos costumes e língua, hábitos alimentares, vestuário, etc. Nesse sentido, também devemos compreender o momento conturbado pelo qual passava o Japão, seja político ou socioeconômico.

Portanto, de acordo com Francisca Vieira

Qualquer análise da imigração japonesa no Brasil deve partir de uma consideração da emigração japonesa inserida no esquema geral do desenvolvimento capitalista do Japão dos fins do século XIX e início do século XX, e, por outro lado, não pode deixar de conjugar êsse desenvolvimento com as transformações do sistema de trabalho rural no Estado de São Paulo, com a introdução da empresa agrícola cafeeira e o avanço da frente de expansão no oeste paulista nas primeiras décadas do século XX.¹⁷⁴

Emigrar e imigrar se fundem em um mesmo objetivo que é o de sair de sua terra natal e adentrar em terras desconhecidas, esse ato de se aventurar ao desconhecido sempre existiu e está vivo dentro da espécie humana, emigramos por vários motivos, entre eles novas maneiras de sobreviver, talvez os fatores socioeconômicos e a busca pela felicidade sejam os mais conhecidos.

Afinal, falando do período das grandes imigrações europeias e asiáticas fica uma pergunta, quem é este imigrante? De acordo com Tomoo Handa “O Caráter Social da Imigração Moderna, esclarece que à parte a variedade de motivos pessoais ou esperança de cada um que saem, a emigração representou um fenômeno universal devido à exigência de ordem social e prática da época.”¹⁷⁵

O ano de 1868 foi um divisor de águas para a história mundial, pois as mudanças políticas e econômicas no Japão, a passagem do feudalismo e o início do capitalismo, provocam uma transformação irreversível nos campos socioeconômico e político mundial, era a Revolução Meiji, que pôs fim a Era Tokugawa (1600-1867) também conhecida como período feudal e sua política isolacionista e dos shogunatos. Era o início da Era Meiji (1868-

¹⁷⁴ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 23.

¹⁷⁵ HANDA, 1980, op. cit., p. 99.

1912), encerrando um longo período de reclusão dando partida a transformações profundas nos segmentos político e socioeconômico.¹⁷⁶

Para que possamos entender melhor esses períodos faremos uma breve explanação nos próximos parágrafos.

Instaurada por Ieyasu Tokugawa (ou Tokugawa Ieyasu) no ano de 1603, a Era Tokugawa perdurou até o ano de 1868, tendo o Japão, sido governado por xoguns do clã Tokugawa durante todo esse período. A Era Tokugawa também é encontrada em algumas literaturas como sendo o Período Edo, por causa do fato de a cidade de Edo (atual Tóquio) ser a capital do xogunato dos Tokugawa. O título de Xogum¹⁷⁷ foi dado a Ieyasu Tokugawa no ano de 1603, o primeiro xogum da Casa de Tokugawa, como forma de reconhecimento pelo seu trabalho como centralizador do poder e como figura de autoridade central dentro do Japão. Tudo isso ocorreu como uma consequência do processo iniciado com a batalha de Sekigahara, no ano de 1600. Três fases importantes caracterizam o Xogunato Tokugawa: Formação do Xogunato (1600 a 1603), Xogunato Tokugawa tardio (1853 a 1857) e o Fim da Reclusão (que se deu a partir de 1853).¹⁷⁸

Todas essas fases são importantes, sendo que a primeira caracterizou as fundações do que seria a Era Tokugawa, já a segunda, um período próximo do fim da Era Tokugawa e a terceira, o que se entende como o início de um novo período na História do Japão como um todo. Um dos mais importantes períodos da história japonesa, o período Edo tem seu início marcado pela ascensão de Ieyasu Tokugawa, três anos após a batalha de Sekigahara, em 1603, que estabelece seu xogunato na então cidade de Edo, atual Tóquio. Nos próximos 268 anos o Japão experimentou um período de relativa paz em que floresceram as artes, como o famoso teatro kabuki,¹⁷⁹ a pintura em madeira e também a educação, e onde puderam se desenvolver a

¹⁷⁶ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 18-19; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 25.

¹⁷⁷ Xogunato (shôgun): inicialmente um posto no exército. O xogum nomeado pelo imperador, que era enviado para debelar os bárbaros do leste, passou a designar o líder do governo militar, com poderes não raros superiores aos do imperador. O Japão vivia num sistema feudal, mas sem a coesão necessária em razão de sua acentuada descentralização. A primeira capital permanente foi Nara, em princípios do século VIII. No século XII foi transferida para Kyoto. O poder do imperador, entretanto, foi passando aos poucos para os clãs militares que, inclusive, lutavam entre si para possuí-lo. O triunfo do clã dos Minamoto pôs fim ao poder do imperador e marcou o início de governo feudal sob a égide dos shoguns ou governadores militares. O Japão passou a ser dirigido por eles, mas eram os daimios (senhores feudais) que mandavam assessorados pelos samurais (soldados do exército do xogunato), que se sentiam presos aos superiores por uma leve vassalagem. KOJIMA, L. *Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão*, p. 27; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 32.

¹⁷⁸ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 57-68; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 32-33.

¹⁷⁹ As quatro grandes expressões cênicas do Teatro Tradicional Japonês são o nô e o kyôgwen, conhecidos no seu conjunto como nôgaku, e os teatros populares bunraku e kabuki. Enquanto o teatro de máscaras nô e a comédia de costumes kyôgwen floresceram no período Muromachi (1333-1573), na era medieval nipônica, o teatro de

agricultura e a construção de estradas, fatores que, mais tarde, contribuíram em muito para a rápida industrialização do país.

No Período Edo, além da família imperial, dos nobres e dos samurais (guerreiros), a sociedade era rigidamente dividida em quatro classes e uma vez integrante de uma classe não era permitido mudar: os camponeses, os artesãos, os comerciantes e os párias (os intocáveis). Durante este período, conhecido como “A Idade da Paz Ininterrupta”, proliferaram os chamados “ronin’s”, samurais sem senhor, que com a desativação da guerra tiveram que se dedicar a outras tarefas, tornando-se os principais responsáveis pelo desenvolvimento das artes, principalmente da escrita, da arte do chá, do teatro e da pintura. O Período Edo é conhecido também, pelo forte isolamento político e econômico do Japão a partir de 1641 quando foi desfeito o último acordo comercial que eles mantinham com a Holanda. Até mesmo o comércio com a China ficou bastante reduzido. Os cristãos foram expulsos, assim como os portugueses. Os japoneses foram proibidos de sair do Japão e ninguém entrava, e os únicos navios que ainda mantinham algum laço comercial com aquele país chegavam apenas ao porto de Nagasaki, o único contato do Japão com o resto do mundo pelos próximos duzentos anos.¹⁸⁰

Durante este período de ostracismo japonês os Tokugawa mantiveram-se no poder. Alguns problemas políticos e tentativas de reformas surgiram e se dissiparam, até que em 1853 um enorme navio negro movido a vapor aportou à baía de Tóquio. O norte-americano “US-Mississippi” causou grande impressão nos japoneses há dois séculos isolados do mundo. Diante da ameaça bélica de uma das grandes potências mundiais, o xogum se viu obrigado a assinar um tratado comercial reabrindo o Japão aos americanos. Depois deles vieram ainda os britânicos e os russos, marcando de vez o fim do Período Edo e a reabertura do Japão ao

bonecos bunraku e o kabuki, composto unicamente de homens adultos, se desenvolveram simultaneamente no período Edo (1603-1867), a era feudal Tokugawa, com as características peculiares a cada época, que aparecem nas suas respectivas peças. Kabuki deriva do verbo kabuku (desviar, ser não convencional) e indicava os kabukimono, seres excêntricos e vistosos, que corresponderiam aos beatniks, hippies e punks do século 20. Mas atualmente, kabuki é escrito com os ideogramas de canto (ka), dança (bu) e ação (ki). Foi fundado em 1603 pela arrojada e inventiva Okuni, sacerdotisa do Santuário de Izumo. Suas danças de oração (nembutsu odorí), acrescidas das farsas saruwaka, de íntima relação com o kyôguen, porém, mais sensuais, logo deram ensejo ao kabuki de mulheres (onna kabuki), uma espécie de teatro de revista, na região de Kyoto. Proibido em 1629, por associar teatro e prostituição, foi substituído pelo kabuki de mocinhos de até quinze anos (wakashû kabuki). E a história tornava a se repetir. Sob a alegação de que eram garotos de programa, foi extinto em 1652. No ano seguinte é reaberto, firmando-se como kabuki de homens adultos (yarô kabuki). Nasce então, o fascinante mundo dos onnagata de kabuki, exímios atores intérpretes de papéis femininos, cujo expoente foi Ayame Yoshizawa I (1673-1729). Eles seriam os transformistas de hoje levados à sua excelência. KUSANO, D. *Teatro tradicional japonês*. Disponível em http://fjisp.org.br/site/wp-content/uploads/2013/03/teatro_tradicional_japones.pdf. Acesso em 11 mar. 2017.

¹⁸⁰ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 57-68; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 32-33.

mundo. Durante dois séculos e meio o Japão viveu um governo duplo: do xogum e do imperador.¹⁸¹

Portanto, com o Fim da Reclusão,¹⁸² e com a abertura dos portos para as nações ocidentais, especialmente aos Estados Unidos, que realizaram muitos tratados junto ao Xogunato japonês, a Era Tokugawa já se mostrava perto do fim. O chamado Período Edo daria lugar ao Período Meiji, também conhecido pelo nome de Restauração Meiji, que é como se conhece a derrubada do Xogunato Tokugawa. Com o fechamento instaurado pelo Xogunato durante os séculos no poder, o Japão ficou isolado, e praticamente não desenvolveu os avanços tecnológicos que já existiam em outras nações. Com isso, o descontentamento da população aumentou, e foi quando a figura enfraquecida do Imperador passou a ser lembrada como forma de resgatar a força do Japão. O Imperador Meiji passou então a ser a figura central da Restauração Meiji, que passou a proporcionar ao Japão todo o avanço que lhe fora negado pelo Xogunato.¹⁸³

Este novo regime tem como prioridade desenvolver indústrias e trazer a modernização já conhecida no mundo ocidental, com o mote “enriquecer o país e fortalecer as forças armadas”. Várias medidas foram tomadas neste sentido como o fim do estamento, permissão de sobrenome, permissão de casamento entre classes diferentes, escolha de profissão, direito para vendas de terrenos e de cultivo que melhor parecer vantajoso, entre outras.¹⁸⁴

De acordo com Agostinho Rodrigues Filho

O isolamento em que se fechara esse Japão de cultura requintada, de população já densa, com cerca de 30 milhões de almas nas suas três ilhas meridionais de cerca de 290 mil quilômetros quadrados, onde se tinha aproveitado o solo cultivável até o seu último plano, perturbava o espírito inquieto do nosso último e sábio imperador (...) De fato, em 1853, o Japão abria as suas portas ao comércio do ocidente.¹⁸⁵

¹⁸¹ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 57-68; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 32-33.

¹⁸² Nos períodos anteriores ao xogunato Tokugawa, japoneses, expandindo seu comércio exterior se estabeleceram em muitos portos das Filipinas, Anam, Camboja, Indonésia, Sião (Tailândia), Macau, etc. Com a decretação do fechamento do país pelo xogunato Tokugawa em 1639, alguns milhares deles não puderam retornar à pátria depois daquela data, porque as medidas draconianas do regime feudal proibiam até mesmo a volta dos que haviam saído para o exterior. Visando a preservar a estrutura social e política do Japão, todos os portos do Japão foram fechados aos estrangeiros. Durante dois séculos e meio o Japão viveu um governo duplo: do shogun e do imperador. Contudo o poder de fato estava nas mãos do Xogunato. TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 20-27; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 32-33.

¹⁸³ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 57-68; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 33

¹⁸⁴ HITOMI et al, p. 175–177 apud KOJIMA, 2009, op. cit., p. 28.

¹⁸⁵ RODRIGUES FILHO, A. *Bandeirantes do oriente: drama interno dos japoneses no Brasil*, p. 25.

Antes mesmo da Era Meiji, ou seja, nos últimos anos da Era Tokugawa, o Japão já implementara o processo de industrialização introduzindo tecnologia e métodos do ocidente em vários segmentos da indústria e, para se prevenir contra a influência econômica externa, precavendo-se contra os empréstimos estrangeiros.¹⁸⁶

Nesse sentido, de acordo com Vieira o governo do Japão “...temia que o capital estrangeiro pudesse forçar o desenvolvimento econômico do país por canais diferentes daqueles que o Japão devia eleger segundo seus próprios interesses”.¹⁸⁷

Com o propósito de uma autonomia no desenvolvimento econômico industrial e de não dependência de capital estrangeiro, o governo da Era Meiji, tinha total domínio do processo de industrialização do país, promovendo, financiando e controlando.¹⁸⁸

Nesse sentido, segundo Vieira

Os políticos do início da Era Meiji compreenderam que a única maneira de obter a revogação dos Tratados Comerciais era a marcha forçada para a industrialização e que a rapidez dessa marcha era fator de suma importância, pois a transição de uma economia agrária para uma economia predominantemente industrial era a única garantia contra o abuso e a intervenção imperialista das nações ocidentais.¹⁸⁹

Portanto, o Governo japonês arcou com toda a responsabilidade no início da industrialização, promovendo, realizando e subsidiando os empreendimentos de maior importância, como estava determinada a não atração de capital estrangeiro, foi necessária a obtenção de capital através de empréstimos internos e pesada taxaço no setor agrícola da economia japonesa, conseqüentemente provocando acentuadamente a “...diferença entre populações camponesas pobres e atrasadas e o mundo urbano, bem como um contínuo influxo das zonas rurais para as áreas urbanas, fornecendo a força de trabalho requerida pela nova economia.”, segundo Vieira.¹⁹⁰

Com base no trabalho de Smith, Vieira menciona que

¹⁸⁶ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 25-26; RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 25.

¹⁸⁷ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 26.

¹⁸⁸ TAKENAKA, 2008, op. cit. p. 31.

¹⁸⁹ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 26.

¹⁹⁰ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 28.

Essa política precavida dos estadistas da Era Meiji imprimiu certas características ao capitalismo japonês: expansão dos empreendimentos estatais, controle e assistência do Estado, e uma desigual distribuição dos impostos com uma acentuada exploração sistemática dos camponeses em favor de uma modernização do setor não-agrário da economia.¹⁹¹

Portanto, de acordo com Takenaka

A partir de 1873, pesados impostos territoriais foram estabelecidos por um sistema de pagamento fixo e em moeda, conseqüentemente nos anos que se seguiram à posição dos lavradores foi se deteriorando com a perda de suas terras cultiváveis através da venda ou do confisco, devido ao não pagamento das taxas, com um número crescente de arrendatários e se agravando com a perda de fontes de fertilizantes e madeira para combustível. O setor agrícola passou a ser duramente atingido com as pesadas tributações sobre a terra, ocorrendo confiscos e conseqüentemente um contingente crescente de ex-proprietários inadimplentes e arrendatários espoliados de seu meio de produção procurando novas formas de sobrevivência.¹⁹²

Podemos observar que o governo japonês em busca da industrialização com o intuito de colocar o país no mercado mundial, provoca um problema que atinge toda sociedade que se industrializa, ou seja, produz uma grande massa de desempregados. Portanto era necessário resolver em curto prazo a crise socioeconômica que enfrentava o Japão.

Nesse sentido, o Governo Japonês tenta solucionar o problema do êxodo rural com a imigração para uma de suas colônias Hokkaido,¹⁹³ porém não foi suficiente para evitar a emigração, como menciona Nogueira

Com a reforma tributária de 1873, os tributos antes pagos em espécie foram reformulados para o pagamento em dinheiro. O reflexo desta medida pode ser observado no fato de entre 1883 e 1890 nada menos de 367.000 lavradores terem perdido suas propriedades pelo confisco e, entre 1884 e 1886, 1/7 de todo o território arável ter sido perdido por hipotecas. O governo japonês procurou solucionar o problema, incentivando a imigração para 'Hokkaido', então em colonização, para evitar a emigração. Entretanto,

¹⁹¹ SMITH apud VIEIRA, 1973, op. cit., p. 28.

¹⁹² TAKENAKA, 2008, op. cit. p. 32.

¹⁹³ Posteriormente o Governo Japonês continuou com o processo migratório para outras colônias como Taiwan (Formosa), Karafuto, Coréia e Manchúria.

o agravamento da situação de penúria no campo levou o governo à não mais impedir a saída de seus compatriotas para o exterior.¹⁹⁴

Assim, inicia-se a emigração japonesa para vários países da América, como veremos nas próximas páginas.

Outros fatores contribuíram para o êxodo rural, entre eles a lei de primogenitura – em que somente o filho mais velho herdava as terras da família – contribuía para o agravamento da situação socioeconômica nesse período, esse antigo costume japonês, bem como de outras sociedades antigas, fazia com que os demais filhos fossem obrigados a procurarem como meio de sobrevivência, outros destinos.

É uma prática muito comum na zona rural do Japão a posse, por parte do filho sucessor, de toda a propriedade enquanto outros filhos, sem receber nenhuma parcela dos bens, deixam a casa dos pais em procura de sua própria fortuna em algum lugar. Em compensação, estes recebem a educação escolar, cujo grau depende da economia da família e das inclinações pessoais do seu pai.¹⁹⁵

Aliada a esses fatores houve um aumento populacional no Japão impressionante na casa de 30% no período de 1880-1910, provocando uma crise demográfica, como podemos observar no quadro abaixo:¹⁹⁶

Quadro 2 – Situação demográfica no Japão

ANO	HABITANTES
1880	36.359.000
1890	40.453.000
1900	44.826.000
1910	50.985.000

Fonte: NOGUEIRA, A. R. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*, p. 20-23.

Tal crescimento era considerado um fator de grande importância para o desenvolvimento do país, assim, o governo japonês tomou medidas para impulsionar essa expansão demográfica com melhorias na organização médico-hospitalar, vacinação e

¹⁹⁴ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 23; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 35-36 e 38.

¹⁹⁵ STANIFORD, P. NIHON NI ITEMO SHO GA NAI: o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 34.

¹⁹⁶ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 20-23; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 29-30; NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 36.

assistência em geral. Crise demográfica ocasionada pela proibição do aborto e do infanticídio pelas autoridades ocidentais, este aumento da população provocou alto índice de desemprego e inflação.

Em suma, no momento em que o Japão rompe com o sistema socioeconômico e político do Período Edo e inicia o capitalismo surgem várias modificações no meio social e econômico, onde os mais afetados são os trabalhadores rurais, estes que estão acostumados a uma rotina, passam a enfrentar grandes dificuldades, como não conseguir pagar os altos impostos sobre a terra, ocasionando o êxodo rural. Muitos vão para a cidade, porém, as indústrias não conseguem absorver a todos. Muitos dos que iam para a cidade tornavam-se pequenos comerciantes e artesãos, mas era impossível concorrer com a produção industrial e com as novas tecnologias, levando muitos a dificuldades financeiras.

Todos estes fatores obrigavam os japoneses a emigrar para outros países em busca de dinheiro, portanto, diante deste quadro o Japão precisava incentivar a emigração para o bem dos seus cidadãos. De outro lado havia o interesse de vários países em receber imigrantes para dar sustentação na nova economia vigente.¹⁹⁷

Também existia a preocupação dos empresários japoneses, que era a existência de um grande número de pessoas desempregadas, essa mão de obra não conseguia ser absorvida pelas indústrias, trazendo o temor de revoltas, era de suma importância tomar providências efetivas, pois a sociedade estava chegando à miséria, neste período já existia o interesse de países em receber imigrantes para exercerem variadas funções trabalhistas, os mais empenhados eram Filipinas,¹⁹⁸ Hawaii,¹⁹⁹ Canadá, Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, Bolívia e Brasil.²⁰⁰

¹⁹⁷ HANDA, 1980, op. cit., p. 99-100.

¹⁹⁸ No fim do século XIX, ocorreu a Revolução Filipina, resultando na Primeira República do país. Contudo, a Espanha não reconheceu a independência filipina e cedeu o território aos Estados Unidos. A Guerra Filipino-Americana eclodiu pouco tempo depois, seguida por um breve período de ocupação japonesa, durante a Segunda Guerra Mundial. A soberania das Filipinas só foi reconhecida em 4 de julho de 1946, pelos Estados Unidos, maiores detalhes conferir em FRANCISCON, M. W. *O genocídio esquecido: os Estados Unidos impõe seu controle sobre as Filipinas (1899-1913)*, p. 85-89; De acordo com Monteiro, “en febrero de 1899 se iniciaron las hostilidades con los invasores yanquis. La resistencia de la primera república democrática de Asia duró varios años (1899-1902) y tuvo un alto coste en vidas humanas para los nativos (16.000 combatientes y más de 200.000 civiles), melhores detalhes em MONTEIRO, M. M. de A. *Filipinas: imperio, independencia y path dependence*, p. 275-276.

¹⁹⁹ Em 1894, o arquipélago tornou-se uma república, e quatro anos depois, em 1898, foi invadido militarmente e anexado pelos Estados Unidos, tornando-se um território americano em 1900, cf. em HANDA, 1980, op. cit., p. 102 e NOGUEIRA, 1984, op. cit., p. 38, porém quando da chegada dos primeiros imigrantes o arquipélago ainda não estava anexado aos Estados Unidos, cf. em DEZEM, 2008, op. cit., p. 154; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 19. De acordo com fragmentos do trabalho de Tajiri e Yamashiro (1992) podemos observar que antes de ser anexado ao EUA “O Havai era um reino independente, composto de oito ilhas principais e outras pequenas. Em 1881, o rei visitou o Japão, onde tratou da ida de trabalhadores para os canaviais havaianos. Em 1885, o

Contudo, de acordo com Célia Sakurai, a emigração japonesa não estava ligada somente às questões de falta de emprego no Japão, mas em grande parte tem relação com o ideal expansionista dos japoneses, segundo a autora “... os japoneses almejavam com a emigração,...a aquisição de terras, ou a ‘fome de terra’...”.²⁰¹

Esse fator contribuiu para a discussão, no meio político e na sociedade brasileira, sobre a imigração japonesa, e representava um forte argumento para os que eram contra a essa imigração, em que utilizavam em seus discursos a ideia do governo japonês de estabelecer colônias fora de seu território.

Tal situação podemos observar com base em alguns dados, em 1912 os japoneses proprietários de terra no Brasil eram de 5,1% dos imigrantes, em 1937 o número de proprietários rurais sobe para 35,5%, sem contar os meeiros e arrendatários. Segundo Célia Sakurai a porcentagem dos japoneses que não são mais assalariados é de 80,7%.²⁰²

Essas cifras nos mostram o crescimento vertiginoso em pouco tempo de japoneses proprietários de espaços rurais, sem contar com os espaços tomados por eles na área urbana que também não são ínfimos. Em 25 anos esse aumento chega à casa de 600%.

Esse fato aplica-se a Presidente Prudente e região, onde os imigrantes japoneses, na sua maioria (e não na totalidade), vieram para ser proprietários de terra e não empregados, o que conseqüentemente explica a participação do japonês na transformação socioeconômica da região, na condição de detentores de algum capital e não como trabalhadores (ou mão de obra).

Em 1883, houve uma tímida emigração para a Austrália com apenas 37 trabalhadores na coleta de pérolas. Mas somente em 1885, que se dá início o movimento emigratório japonês para o Havaí com maior importância, em 1886 foi oficializado um acordo entre Japão e Havaí, onde ficava estipulado que as despesas contraídas na viagem eram por conta do

movimento emigratório nipônico adquire importância. O reino do Havaí procurou receber imigrantes nipônicos por várias vezes. Em 1886 foi firmado um acordo de emigração entre os dois governos. É a chamada emigração oficial, iniciada na prática no ano anterior.” (cf. TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p.31 e 35; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 8, 18.)

²⁰⁰ ALVIM, 1998, op. cit., p. 220; DEZEM, 2005, op. cit., p.132–133; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 191-192; VIEIRA, 1973, op. cit., p. 33.

²⁰¹ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 71-83.

²⁰² SAKURAI, 2000, op. cit., p. 82-83; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 60.

governo havaiano. Os emigrantes partiam com a ideologia de ganhar o máximo de dinheiro e remetê-lo para a sua terra natal, estes são os *dekasegi* (decasségui).²⁰³

Em relação à imigração nos Estados Unidos, o pesquisador Rogério Dezem relata o preconceito aos nipônicos, que são classificados como *amarelos*, mas o que realmente realça esta afirmação de preconceito racial é a concorrência de trabalho direto com o americano. Os americanos buscavam uma forma de tornar negativa a presença do imigrante japonês em solo estadunidense, acusando-os de serem inferiores, terem maus hábitos e serem de difícil socialização, no início do século XX era noticiado pela imprensa que os japoneses tão temidos iriam invadir a costa oeste dos Estados Unidos, ideia justificada pela grande organização e apoio do governo japonês aos seus emigrantes, o que fez surgir o mito do *perigo amarelo*.²⁰⁴

No Brasil, esse mito tem suas origens já no final do século XIX onde a política de imigração se confronta com a ideologia do embranquecimento da nação pelas elites brasileiras. Somada a essa ideologia estavam às ideias de eugenia e arianismo, além da exacerbada pregação nacionalista dos integralistas. Nas décadas de 1920-1930 surgem alguns intelectuais ferrenhos contra a imigração japonesa, que vão massificar a ideia do perigo que seria a entrada sistemática de imigrantes japoneses, pois, de acordo com Marcia Yumi Takeuchi, Miguel Couto (médico sanitaria e adepto da eugenia) “...criticava o fato de 4/5 da população brasileira ser analfabeta...” diferente do “...Japão, país temido e admirado, por ter se esforçado na educação do seu povo...”²⁰⁵ para Couto isso “...vislumbrava o perigo político que representava a entrada de milhões de nipônicos, instruídos e preparados, no Brasil.” Para ele o grande número de japoneses que entrava no país “...produziria quistos étnicos, perigosos para a integridade do país.” O perigo dos quistos étnicos era compartilhado por Francisco José de Oliveira Vianna (adepto do arianismo, exercendo cargo no Governo Vargas) patenteada em uma de suas obras.²⁰⁶

De acordo com Marcia Yumi Takeuchi, Couto enfatizava, em suas obras publicadas e em artigos no periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro entre 1924 e 1925 que “...o império recomendou a formação de uma companhia para a compra de terras no Brasil e a criação de

²⁰³ TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 31.

²⁰⁴ DEZEM, 2005, op. cit., p. 183.

²⁰⁵ Ideia antagônica a ideologia do embranquecimento, pois segundo essa ideologia a população do país só poderia melhorar cultural e intelectualmente através do contato com o europeu que segundo as teorias eugênicas eram etnias mais inteligentes que africanos e asiáticos que só serviriam para degenerar a população brasileira.

²⁰⁶ Maiores detalhes em TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 85-122; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 159-167 e 190-191.

um órgão bem aparelhado para atender aos interesses dos seus patrícios que se instalassem no território brasileiro.” Tais fatos levou o autor a concluir “...que os japoneses não aportavam ao Brasil como os demais estrangeiros. Eles se instalavam onde era conveniente aos seus interesses, trabalhando não nas terras dos brasileiros, mas ‘nas suas’.” E ainda que os japoneses pretendiam exercer sua esfera de influência em terras brasileiras “Para tanto, não chegariam apenas os lavradores, mas também as autoridades, a bandeira e os canhões.” A neurose de Couto era tamanha que sonhara com uma invasão do território brasileiro pelo Japão, publicada no mesmo periódico de 26 de outubro de 1924. Em outra publicação em 4 de janeiro de 1925, Couto menciona que “...se ele [o Brasil] se tornasse ‘amarelo’, os brasileiros terminariam como escravos de Tóquio.”²⁰⁷

Nesse sentido, os japoneses chegam à região da Alta Sorocaba para serem proprietários, muitos já adquiriam terras mesmo antes de saírem do Japão, não obstante grandes áreas rurais eram adquiridas por empresários japoneses, é o caso de Kenichiro Hoshina que compra milhares de alqueires na região e vende a seus patrícios, que verificaremos com maiores detalhes no capítulo dois.

Contribuindo com a ideia do *perigo amarelo*, segundo Marcia Yumi Takeuchi, com base nos trabalhos de outro intelectual, Alfredo Ellis Junior, publica que “O japonês (...), demonstrando a inteligência que o elevou à condição de súdito de um país que se tornara, em pouco tempo, uma potência mundial.”²⁰⁸ O autor ainda menciona a disciplina do japonês dizendo que “Só elle poderia enfrentar o Harakiri.”²⁰⁹

Com a instalação da Assembleia Constituinte em 1933, o assunto entra na pauta, tendo como protagonistas da ideia do *perigo amarelo* os constituintes Antonio Xavier de Oliveira, Arthur Hehl Neiva (exerciam função no Governo Vargas), e Miguel Couto. Em uma de suas obras de 1937, Antonio Xavier de Oliveira, defende a limitação da imigração japonesa capitulada na Constituição de 1934, argumentando que “...os imigrantes japoneses faziam o papel de células cancerosas, pois eles eram a ‘alma do Japão’.” Ele fazia uma metáfora do câncer que se espalhava pelo corpo, nesse caso o território brasileiro, continuava seu argumento dizendo que “Não podiam, portanto, ser considerados trabalhadores estrangeiros

²⁰⁷ Maiores detalhes em TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 85-122; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 159-167 e 190-191.

²⁰⁸ TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 93.

²⁰⁹ ELLIS JUNIOR, A. *Populações paulistas*, p. 187. Harakiri, código de honra. O método apropriado de execução consistia num corte (kiryu) horizontal na zona do abdômen, abaixo do umbigo (hara), efetuado com um tantō, wakizashi ou um simples punhal, partindo do lado esquerdo e cortando-o até ao lado direito, deixando assim as vísceras expostas como forma de mostrar pureza de carácter.

comuns. Eram soldados de Tóquio, recrutados, treinados e localizados por companhias de imigração ‘fortemente subvencionadas, cuja organização e finalidades ocultas, perfeitamente, conhecemos’.²¹⁰

Em 1944, Antonio Xavier de Oliveira reaparece com seu discurso sobre o complô nipônico, onde “Classifica as colônias japonesas como ‘*sui generis* Núcleos Agro Militares’, equipadas até com dinamite, organizadas perfeita e completamente para executar à traição qualquer ação bélica contra o Brasil e aliados:...”²¹¹, para legitimar seu discurso indica um exemplo o ataque de japoneses a base naval Norte Americana “Pearl Harbor teria sido apenas o ‘primeiro clarão da batalha surda e traiçoeira que vem promovendo contra o continente desde o dia em que o primeiro imigrante nipônico se fixou em terras deste hemisfério’.”²¹¹

Essas ideias do perigo iminente que a imigração japonesa provocaria no território brasileiro, traduzia e amplificava a ameaça ao Brasil, levando ao mito do *perigo amarelo*, ideia que não era somente uma questão social, mas tinha profundas raízes políticas e racistas. Eram publicadas em periódicos de grande circulação no eixo Rio de Janeiro e São Paulo que contaminou tanto a elite civil e política, bem como a população em geral, em grande parte sem a educação necessária para obter um senso crítico, sendo muitas vezes influenciada por aqueles que pregavam a suposta ameaça.²¹²

Não diferente no Peru os japoneses também sofreram dificuldades e preconceitos, eles desembarcam no dia 3 de abril de 1899 do navio Sakura Maru na cidade de Callao, em números de 790 homens solteiros. Os problemas começam logo quando chegam e percebem que as promessas não estão sendo cumpridas, em relação à moradia e alimentação. Percebidas estas irregularidades os japoneses realizam protestos em busca de melhorias trabalhistas, causando um descontentamento ao governo peruano que alegava que os japoneses traziam maus hábitos que poderiam influenciar os trabalhadores peruanos.²¹³

Outro fator determinante para a imigração no Brasil foi a desconfiança dos americanos em relação aos nipônicos por serem muito organizados e ter total apoio do governo japonês, que supervisionava as colônias, isto causava certa preocupação de que haviam interesses

²¹⁰ OLIVEIRA, A. X. de. *O problema migratório na constituição brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*, p. 117 apud TAKEUCHI, 2008, p. 100-101.

²¹¹ OLIVEIRA, A. X. de. *Nova contribuição ao estatuto do problema do problema migratório no Brasil*, p. 644-645 apud TAKEUCHI, 2008, p. 110-111.

²¹² Maiores detalhes em TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 85-122; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 159-167 e 190-191.

²¹³ DEZEM, 2005, op. cit., p. 199-201.

políticos. Estes fatores aliados ao mito do perigo amarelo, levam Washington (governo norte-americano) a começar a proibir a entrada de imigrantes japoneses. Como já esperado pela então situação de conflitos, Estados Unidos em 1907 fecha suas fronteiras para estrangeiros de origem asiática.

Segundo Takenaka, para lograr êxito no projeto de emigração para a América do Sul, o Governo japonês não mediu esforços, montou uma estrutura jamais vista até então,

Recrutadores, agências do governo e funcionários de prefeituras²¹⁴ veiculavam informações sobre a emigração através de palestras e publicações, além de cartazes fixados em várias partes do país convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul. Os emigrantes eram encaminhados por companhias de emigração, com contrato de trabalho agrícola e recrutados por meio de ativa propaganda no Japão.²¹⁵

Imagem 1 – Foto Cartazes utilizados para propaganda convidando os japoneses a emigrarem para o Brasil



Fonte: Museu da Imigração (agosto de 2000); Autora: Edilene M. M. Takenaka.

²¹⁴ As prefeituras no Japão abrangem mais que uma cidade, são órgãos administrativos regionais. Esse sistema administrativo começou com a Restauração Meiji, prefeituras urbanas foram chamados *fu* e prefeituras rurais *ken*. A partir de 1871, o número de prefeituras era de 304, enquanto o número de províncias era de 68, não incluindo a província de Hokkaidō e as Ryūkyū. As fronteiras entre essas prefeituras eram não somente complicadas, mas também não equivaliam às das províncias. Prefeituras foram gradualmente fundidas para reduzi-las para 37 em 1881; então algumas foram divididas para dar um total de 45 em 1885. Adicionando Hokkaidō e Okinawa, soma-se um total de 47 prefeituras. Hoje o Japão está dividido em 47 províncias que correspondem ao que chamamos no Brasil de estados. Cada província ou prefeitura como também é chamada é governada por um governador eleito diretamente, que tem seu mandato por 4 anos. Cada província é subdividida em cidades, distritos. Cada distrito é subdividido em bairros e vilas.

²¹⁵ TAKENAKA, 2003, op. cit. p. 35-36.

A imagem mostra como os imigrantes japoneses foram induzidos a acreditarem que o Brasil era uma terra agradável e que eles teriam muita prosperidade, que sua estadia por essas terras seria de fácil adaptação, mas o que os primeiros imigrantes encontraram ao chegarem, não correspondia com a propaganda realizada pelo Governo japonês para incentivar a emigração. Tal realidade, perceberemos também com a presença dos japoneses na região da Alta Sorocabana, pois a vida dos imigrantes que aportaram em terras prudentinas não foi fácil, tal situação está registrada com maiores detalhes nas próximas páginas.

Portanto, provocado por esses fatores, inicia-se grandes movimentos migratórios entre os continentes, principalmente com destino às Américas, surgindo assim novos processos de miscigenação e aculturação, bem como novas relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Europeus e asiáticos, portadores de culturas e hábitos tão díspares, passaram a conviver entre si, obedecendo a regras controladas não mais pelas comunidades a que pertenciam e onde todo mundo se conhecia, mas por autoridades impalpáveis e invisíveis como as do Estado, da burguesia naval que os transportavam de um lado ao outro, de novos donos de terras ou indústrias, seus novos patrões nas terras de adoção.²¹⁶

A nova empreitada estava lançada, e tudo parecia que iria dar certo, pois os novos empresários agrícolas (brasileiros) dependiam de mão de obra em suas imensidões de terras desbravadas e os japoneses precisavam de emprego para garantir a sobrevivência, além da vontade de amealhar dinheiro para retornar a terra natal, mas como veremos nas próximas páginas ambos se decepcionaram, os japoneses por não encontrarem as condições prometidas começaram a abandonar as fazendas,²¹⁷ levando os fazendeiros ao antigo dilema, a mão de obra necessária para seus cafezais.²¹⁸

²¹⁶ ALVIM, 1998, op. cit., p. 216.

²¹⁷ Sobre esse assunto trataremos com maiores detalhes nas próximas páginas.

²¹⁸ HANDA, 1980, op. cit., p.100.

O quadro a seguir nos permite visualizar a imigração japonesa na América do Sul e Central no período de 1899 a 1941.

Quadro 3 - Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central e do Sul (de 1899 a 1941)

Brasil	188.986
Peru	33.070
México	14.476
Argentina	5.398
Cuba	686
Paraguai	521
Chile	519
Panama	415
Colômbia	229
Bolívia	202
Uruguai	18
Venezuela	12
Outros	4
Total	244.536

Fonte: Waga Kokumin no Kagai Hatten (Expansão do Nosso Povo Além-Mar). (volume de Estatística). Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular da Emigração, 1971.

Segundo Camargo, entre 1908 e 1945 entraram 1.220.880 estrangeiros no Brasil, desses 189.714 eram japoneses, portanto de acordo com o quadro acima o percentual de japoneses era de 15,5% dos estrangeiros. O autor trás outros números, em 1920 eram, no Brasil, 1,8% do total de estrangeiros, em 1940, 11%, contudo a concentração de japoneses no Brasil é no Estado de São Paulo, totalizavam 91,7%.²¹⁹

De acordo com Tetsuya Tajiri e José Yamashiro, o país do continente americano mais procurado por povos emigrantistas (não só japoneses) foram os Estados Unidos, no período de 1821 a 1932 os Estados Unidos recebeu aproximadamente 34 milhões de imigrantes, já o Brasil recebeu aproximadamente 4,5 milhões, contudo a partir de meados da segunda metade do século XIX os Estados Unidos iniciam um processo de seleção de imigrantes, nesse sentido os asiáticos são os primeiros a serem afetados.²²⁰

Portanto, aliada a política norte americana de não mais aceitar imigrantes asiáticos e a necessidade que o governo japonês tinha de encontrar novas terras, de acordo com Marcia Yumi Takeuchi, para aliviar as “...pressões sobre a terra e a criação de colônias, que teriam o

²¹⁹ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 119 e 150.

²²⁰ TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p.17-19; TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 51 e 57.

objetivo de cultivar gêneros alimentícios que seriam reexportados para o Japão,²²¹ o Brasil passa a ser o principal destino dos japoneses.

1.3 IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: SEUS DESTINOS

Os primeiros imigrantes (não japoneses) que aportaram no Brasil em fins do século XIX e início do século XX eram predominantemente europeus e do Oriente Médio. No caso do imigrante japonês a sua imigração foi majoritariamente dirigida ao Estado de São Paulo, sendo que a região de Presidente Prudente abrigou um considerável núcleo de origem nipônica.²²²

Vamos desse ponto em diante nos dedicar à trajetória dos japoneses a partir da chegada ao Porto de Santos das primeiras famílias, em 1908, à bordo do navio Kasato Maru.

De acordo com Masuji Kiotani e José Yamashiro “Não existe nada escrito sobre as impressões, sensações e pensamentos de cada um naquele momento histórico.” Contudo, podemos imaginar a decepção que os imigrantes japoneses tiveram ao avistarem o porto de Santos, pois não encontraram nenhuma alameda de coqueiros como imaginaram, tantas vezes mencionada nas propagandas das empresas de emigração. Porém “É possível imaginar que provavelmente todos sentiram, ao lado da grande esperança de começar uma nova vida em país novo e desconhecido, um turbilhão de inquietações e incertezas quanto ao futuro.” Passaram a noite de 18 de junho ainda no navio, ao amanhecer foram para a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo (capital), onde foram assinados os contratos de trabalho e definido o destino de cada família ou avulso.²²³

Sobre a Hospedaria, com base no trabalho de alguns autores, Takenaka menciona que

a Hospedaria dos Imigrantes como uma construção imponente que ocupava a maior parte de um quarteirão, dispunha de um desvio da ferrovia com plataforma para descarregar imigrantes e suas bagagens. Havia em suas dependências escritórios, casa de câmbio, dispensário médico, cozinhas, refeitórios e áreas de armazenagem, além de dormitórios e salas para encontros com futuros empregadores. Na maioria dos casos, os recém-

²²¹ TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 55; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., 139.

²²² LEITE, J. F. *A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*, p. 33; o autor baseia-se em comparação demográfica entre negros e amarelos.

²²³ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 63-64.

chegados poderiam permanecer por quatro a oito dias e, depois de contratado para trabalhar, o imigrante recebia para a viagem uma ração de pão e salame para cada membro da família, na noite antes da partida para o interior.²²⁴

Dentre tantos objetos que os japoneses trouxeram um que chamou a atenção dos funcionários da alfândega, foram armações para criar bicho da seda.²²⁵ Porém, ao chegarem à hospedaria, por não conseguirem explicar o que eram aqueles apetrechos, foram confiscados.²²⁶

Segundo Arlinda Rocha Nogueira, a opinião sobre os nipônicos não era unânime, alguns não viam com bons olhos a imigração japonesa. Um fragmento de um artigo destacado, pela autora, de um periódico paulista trazia em seu texto o seguinte²²⁷

Parabéns à lavoura paulista, apesar de que, a nosso ver, não é caso para isso. A experiência tem demonstrado que essa colonização asiática tem dado mau resultado em toda parte. Os japoneses não se adaptam aos países em que vivem, são refratários aos usos e costumes alheios, constituem, fora da pátria, uma sociedade sua própria, como acontece na América do Norte.²²⁸

Por outro lado, uma publicação no periódico paulista *O Correio Paulistano*, o inspetor da imigração japonesa, o Sr. J. Amandio Sobral, tinha uma visão mais otimista, pois segundo ele a limpeza e a ordem da 3ª classe do navio, onde estavam os imigrantes, era melhor que da 1ª classe. Outro fato era que ao desembarcarem na hospedaria estavam em perfeita ordem, bem como a ordem dentro das dependências da hospedaria.²²⁹ Portanto, já em sua chegada se vislumbrava neles trabalhadores ordeiros, disciplinados e submissos, valores cultivados pelos fazendeiros da época, que revelam suas expectativas para com os trabalhadores livres.

Alguns dias após a chegada dos imigrantes japoneses o Sr. J. Amandio Sobral, o então inspetor da Secretaria de Agricultura – órgão que dirigia a política migratória do governo do Estado – redige um artigo intitulado *Os japoneses em S. Paulo*, onde relata algumas

²²⁴ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 74, 99-101; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 37-38.

²²⁵ HANDA, 1980, op. cit., p. 11.

²²⁶ SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 497.

²²⁷ NOGUEIRA, 1973, op. cit., p. 61.

²²⁸ Jornal santista, A Tribuna, 1908.

²²⁹ TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. . In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 61-62; HANDA, 1980, op. cit., p. 5 e 7.

características dos imigrantes, como comportamento, atitudes e grau de alfabetização. Tal artigo torna-se público através do jornal O Correio Paulistano no dia 26 de junho de 1908.

Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, (...) Os imigrantes vieram de onze províncias diferentes, que são as seguintes: Tóquio, Fukuchima, Kagochima, Kumamôto, Okinawa, Ekimé, Yamaguchi, Hirochima, Cochi, Niigata e Yamanachi. (...) Estavam todos, homens e mulheres vestidos á europea (...) trazem calçado (botinas, bordeguins e sapatos) baratos, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias, e traziam no peito as suas condecorações. (...) muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambú (...) uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auri-verde (...) Esta primeira leva de imigrantes japoneses entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.²³⁰

Podemos observar que o inspetor valoriza alguns aspectos dos japoneses, como alfabetização, fator que na opinião dos que eram contra a imigração japonesa seria um perigo para a soberania do Brasil, pois os japoneses aproveitariam o grau de analfabetismo da população brasileira para dominar o país (mito do perigo amarelo). Também menciona o vestuário ocidental, talvez com o objetivo de mostrar que os japoneses teriam facilidade em assimilar a cultura ocidental, ao contrário como alguns afirmavam.

O destino dos imigrantes japoneses até 1930 era trabalhar nas fazendas de café da região de Campinas, região onde se localizam atualmente as cidades de Campinas, Itu, Sorocaba, Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Rio Claro, entre outras.²³¹ Contudo dos imigrantes que vieram para a região da Alta Sorocabana, região onde atualmente se localiza Presidente Prudente, muitos vieram para ser proprietários de áreas rurais, como veremos nas próximas páginas. Dessa forma foram divididos em grupos e, acompanhados por alguns intérpretes, dentre eles o intérprete oficial Kojiro Miura, funcionário do consulado. Dirigiram-se às regiões da Alta Paulista, Noroeste, Mogiana, Sorocabana, Araraquara, Vale do Ribeira, e municípios de Pereira Barreto, Mirandópolis, Bastos, Três Barras no Paraná (hoje Assaí) e outras.²³² Devemos deixar claro, no entanto, que nem todos eles foram para a área rural.²³³

²³⁰ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 65-66; TSUKAMOTO, 1973, op. cit., p. 61-62.

²³¹ SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 461; PUPIM, R. G. *Cidade e território do Oeste Paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano*, p. 17.

²³² MORAIS, 2000, pp. cit., p. 25; HANDA, 1980, op. cit., p. 18, 84-86; ONO, 1973, op. cit., p. 133; SAITO, H. Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 468.

Assim que chegaram sentiram o impacto e perceberam que a realidade não condizia com o sonho de vida prometida, ali eram apenas colonos que tinham assinado o contrato de trabalho, que precisavam de intérprete para se comunicar, e que seriam vigiados pelos administradores, as condições de moradia eram péssimas: casas sem iluminação, chão batido e sem mobília, deveriam eles fabricar seus próprios móveis, na primeira noite de chegada muitos dormiram no chão forrado com capim.²³⁴

A imigração foi complicada, cheia de dificuldades, todos os imigrantes europeus e asiáticos que chegavam ao Brasil sofriam com o processo de adaptação, hábitos, costumes e a língua muito distinta, existia ainda o preconceito que os japoneses sofriam de outras populações,²³⁵ os que traziam de suas origens e os que sofriam por parte dos brasileiros e demais imigrantes que aqui já moravam, desenvolvendo uma distância entre eles.²³⁶

Os imigrantes que foram para as fazendas não ficaram satisfeitos com o resultado obtido, isto em razão da propaganda enganosa de prosperidade rápida no Brasil, e no momento em que chegaram, os cafezais já haviam passado da fase de grande produtividade,²³⁷ então houve conflitos entre fazendeiros e empregados ocasionando fugas, em algumas fazendas a retirada foi quase total.²³⁸

Quanto ao ganho, outra decepção, pois a baixa produtividade dos cafezais²³⁹ impedia que conseguissem liquidar rapidamente suas dívidas com o governo do Estado de São Paulo que tinha subsidiado a viagem, sendo que da subvenção de 100 ienes o imigrante deveria

²³³ TANNO, J. L. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930-1970. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*, p. 68, 72; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 63.

²³⁴ HANDA, 1980, op. cit., p. 31.

²³⁵ O preconceito era mais patente pelos italianos, maiores detalhes em ALVIM, 1998, op. cit., p. 269. Tendo em vista os debates entre os intelectuais ocorridos nas décadas de 1920-1930 sobre a introdução de asiáticos do país gerou preconceitos, contudo, tem suas origens já no final do século XIX onde a política de imigração se confronta com a ideologia do embranquecimento da Nação pelas elites brasileira. Somada a essa ideologia estavam às ideias de eugenia e arianismo, além da exacerbada pregação nacionalista dos integralistas.

²³⁶ ALVIM, 1998, op. cit., p. 254-275.

²³⁷ Além da baixa produtividade na época outro fator contribuiu para a pouca rentabilidade dos imigrantes, é a crise que passa a cultura com preço baixo, cf. em PRADO JR., 1992, op. cit., p. 228-229.

²³⁸ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 74-75; TSUKAMOTO, 1973, op. cit., p. 62; HANDA, 1973, op. cit., p. 98-101; HANDA, 1980, op. cit., p. 55-61 e 144-146. Ocorreram outras fugas em menor proporção segundo HANDA, 1980, op. cit., p. 81-97.

²³⁹ Aliada a baixa produtividade, a falta de experiência dos imigrantes na lida com a terra, pois a maioria não era proveniente do campo, maiores detalhes em HANDA, 1980, op. cit., p. 47-48 e 50.

reembolsar 40 ienes.²⁴⁰ Nesse sentido, os imigrantes ficavam presos economicamente aos fazendeiros que antecipadamente reembolsavam o governo do estado. Portanto, a dívida que era com o estado, passava a ser com os fazendeiros.

Para que possamos entender as dificuldades em liquidar a dívida com o governo do estado precisamos compreender as regras de ganho do imigrante na colheita do café.

Eles acreditavam que poderiam ter uma renda de 1 iene e 20 sens por família,²⁴¹ porém a diária não ultrapassava mais de 60 sens, realidade totalmente contrária a prometida. Tal situação agravou as relações de trabalho e provocando fugas das fazendas em busca de melhores condições em outros lugares.²⁴²

Mesmo com todas as dificuldades que os primeiros imigrantes encontraram, outros imigrantes japoneses continuaram desembarcando no porto de Santos, processo potencializado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Computava-se no Brasil em 1940 uma população de aproximadamente 144 mil nipônicos.²⁴³

Após dois anos de o Kasato Maru trazer a primeira leva de imigrantes, chega a segunda no Ryojun-Marú com 906 pessoas contratadas e três autônomas, vindas sob a responsabilidade da Companhia Takemura de Colonização, onde não diferente dos antecessores também tiveram confrontos, muitos fazendeiros exploravam os colonos tanto no trabalho como no armazém (onde adquiriam gêneros de primeira necessidade), fazendo com que eles ficassem devendo todos os seus salários, mas em alguns lugares diminuíram os conflitos e incidentes, ocasionando a fixação e a ascensão social dos nipônicos.²⁴⁴

No entanto, o período de maior fluxo migratório de japoneses para o Brasil foi entre as guerras (1918-1939), segundo Wawzyniak, mais de 100 mil japoneses chegaram no Brasil.²⁴⁵ Essa corrente migratória foi dirigida, principalmente, pelas alterações socioeconômicas ocorridas no mundo que influenciaram diretamente a política migratória entre Brasil e Japão.

²⁴⁰ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 33-34.

²⁴¹ Para que atendessem às necessidades das lavouras de café havia certas exigências a serem cumpridas como, por exemplo, a constituição das famílias por, no mínimo três elementos aptos a servir, isto é, indivíduos válidos entre 12 e 50 anos. (NOGUEIRA, 1973, o. cit., p. 79).

²⁴² TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 40; HANDA, 1980, op. cit., p. 48.

²⁴³ MORAIS, 2000, op. cit., p. 30; CARDOSO, 1998, op. cit., p. 18.

²⁴⁴ Maiores detalhes conferir em HANDA, 1980, op. cit., p. 81-97 e KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 77.

²⁴⁵ WAWZYNIAK, S. M. A “colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*, p. 169; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 77.

De acordo com Uchiyama, Tajiri e Yamashiro, tendo em vista o Primeiro Conflito Mundial a Europa entra em uma profunda recessão, ocasionando um rompimento nas relações comerciais e migratórias, inclusive com o Brasil, nesse sentido as relações comerciais e migratórias aumentam entre o Brasil e o Japão, porém cessado o conflito o Japão também entra em recessão, essa crise socioeconômica mundial se aprofunda com a crise de 1929.²⁴⁶

Porém, com o fim do Primeiro Conflito Mundial as subvenções, por parte do Brasil, foram extintas,²⁴⁷ provocada pelo reinício da imigração de europeus, contudo como era de interesse do Governo japonês a continuidade do processo de emigração, ele próprio assumiu a subvenção, nesse sentido, de acordo com Katsuo Uchiyama, Tetsuya Tajiri e José Yamashiro “A causa principal do substancial crescimento de imigrantes japoneses depois de 1925 foi consequência de haver o governo nipônico assumido a emigração para o Brasil como política de Estado”.²⁴⁸

Tal política por parte do Governo japonês foi potencializada pela crise socioeconômica que passava o Japão, causada pela queda na exportação de seu principal produto agrícola, o arroz (a chamada crise do arroz), também pelas catástrofes naturais (terremotos), dessa maneira passou a financiar a totalidade das despesas,²⁴⁹ como forma de diminuir a pressão demográfica do país.

Além de que, no final da década de 1920 a economia japonesa foi abalada, como em outros países, com a crise de 1929, ocasionando a queda na exportação do fio da seda animal, agravando a situação socioeconômica do Japão. Tal situação fez com que o Japão enviasse ao Brasil aproximadamente 10 mil japoneses por ano. Não obstante, a partir de 1931 o processo migratório deveria diminuir sensivelmente por conta da política nacionalista de Getúlio Vargas, no entanto não foi o que aconteceu, sendo que no biênio 1933-1934 mais de 20 mil japoneses emigraram para o Brasil. Posteriormente com a aprovação da lei que limitava a entrada de imigrantes a 2% com base no ingresso de imigrantes nos últimos 50 anos, a entrada de japoneses no Brasil limitava-se aproximadamente a 2.800 pessoas/ano, segundo a recém criada legislação. Nesse sentido, segundo Katsuo Uchiyama, Tetsuya Tajiri e José Yamashiro, só “No ano de 1933, verifica-se o ingresso de 24.484 imigrantes nipônicos, um recorde de toda a história da imigração japonesa no Brasil. ... os japoneses daquele ano representavam

²⁴⁶ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., 139 e 141.

²⁴⁷ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 62; STOLCKE, 1986, op. cit., p. 64; CAMARGO, 1981, op. cit., p. 229.

²⁴⁸ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., 137, 140 e 142.

²⁴⁹ HANDA, 1980, op. cit., p. 103-106; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 139-140 e 163.

mais de 50% do total de imigrantes estrangeiros entrados no país.”²⁵⁰ Não obstante, de acordo com Camargo, entraram em São Paulo, respectivamente em 1933 e 1934, 24.151 e 21.914 imigrantes japoneses.²⁵¹

Contudo, mesmo com a lei limitando a imigração, no triênio 1935 a 1937, a entrada de japoneses no Brasil superou a quantidade permitida com a alegação da sobra de quota dos anos anteriores.²⁵² Segundo Camargo, foi a única nacionalidade que preencheu a quota estabelecida pelo Governo Vargas à entrada de estrangeiros no Brasil.²⁵³

De acordo com, Nakasumi e Yamashiro,

o número de imigrantes nipônicos para o ano de 1936 teria uma cota de 2.849 indivíduos. Todavia, no caso do Brasil existe não raro uma diferença entre o que a lei estabelece e sua aplicação. Porque, no caso em tela, estabeleceram-se exceções e casos especiais. Por isso, nunca a lei de limitação a 2% foi aplicada com rigor. Assim, entraram no país: em 1934 — 21.920; 1935 — 9.601; 1936 — 5.565; 1937 — 5.632.²⁵⁴

Porém a partir de 1938 até 1941 a entrada foi inferior à quota permitida, sendo interrompida totalmente por interesse de ambos os países, por parte do Brasil a carência de mão de obra estava eliminada e por parte do Japão o interesse era treinar militarmente seus homens para a colonização da Ásia e manutenção de suas tropas no conflito mundial, bem como o início da guerra do Pacífico e o rompimento das relações diplomáticas devido à declaração de guerra do governo brasileiro ao *eixo*, conseqüentemente ao Japão.²⁵⁵

²⁵⁰ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 137, 142 e 158; SAKURAI, 2000, op. cit., p. 60-62; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 75.

²⁵¹ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 119.

²⁵² UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 139, 158 e 190.

²⁵³ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 231.

²⁵⁴ NAKASUMI, T.; YAMASHIRO, J. Período do pós-guerra. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, p. 389.

²⁵⁵ HANDA, 1980, op. cit., p. 107-108; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 190; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 247, 257 e 378; DEZEM, R. Hi-no-maru manchado de sangue: a Shindo Renmei e DOPS/SP. In: CARNEIRO, M. L. T. & TAKEUCHI, M. Y. [ORG.]. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*, p. 2.

Um dado importante que queremos destacar é que no período de 1937 a 1941, ocorreu o fenômeno da repatriação, em vista do antijaponismo, sendo que em 1939 a imigração foi superada pelo retorno dos japoneses ao Japão, imigraram 1.546 e retornaram 2.011.²⁵⁶

De acordo com Susumu Miyao e José Yamashiro, vários foram os fatores que influenciaram no movimento de repatriação, ou seja, fatores dentro do Brasil e fatores que envolviam o Japão. No Brasil com a política nacionalista de Getúlio Vargas em diminuir a cota de entrada de imigrantes, proibindo o ensino de língua estrangeira, esses e outros fatores abalaram psicologicamente os japoneses o que os motivou a abandonar o Brasil, tal situação é registrada em um relatório de Shungoro Wako em 1939, em que menciona uma pesquisa reveladora de que 85% dos japoneses entrevistados estavam descontentes com o tratamento recebido e desejariam retornar ao Japão. Os motivos mencionados pelos entrevistados estavam relacionados ao momento histórico em que vivem ambos os países. No Brasil, segundo o relatório, a política nacionalista, no Japão ascensão política e econômica na Ásia. O sentimento de regresso é potencializado pelo conflito do Pacífico com domínio militar sobre a China reforçando a ideia de poderio na Ásia, porém com a entrada do Japão no conflito mundial tanto o processo emigratório e imigratório foram paralisados, portanto mesmo com o desejo de retornar ao Japão muitos japoneses não puderam realizar tal intento.²⁵⁷

Após o término da Segunda Guerra Mundial e o fim dos distúrbios que ocorreram, principalmente dentro da colônia japonesa pela Shindo-Remmei,²⁵⁸ somente em 1953 foi retomada a imigração nipônica no Brasil.²⁵⁹

1.4 O PROCESSO IMIGRATÓRIO NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX

Por fim, podemos observar que desde o início da colonização o Brasil encontrou problemas de mão de obra, fator que influenciou diretamente no processo de imigração, seja para povoar, principalmente o sul e o interior da colônia, ou para suprir a falta de braços para a atividade econômica, contudo, somente com a chegada da Família Real Lusitana no início

²⁵⁶ NAKASUMI, T.; YAMASHIRO, J. O fim da era de imigração e a consolidação da nova Colônia Nikkei. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 423.

²⁵⁷ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 247-250.

²⁵⁸ Assunto que trataremos com detalhes no último capítulo.

²⁵⁹ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 309 e 378.

do século XIX se deu início a uma política de imigração, a partir de então a entrada de imigrantes passou a ser sistemática, tímida no início, somente com o fim do sistema escravocrata foi o processo dinamizado, quando Estado e fazendeiros implementaram a imigração.

A princípio devido à ideologia de embranquecimento da Nação, a política era introduzir imigrantes europeus, porém vários fatores obrigaram, tanto o Estado quanto a sociedade civil, a reverem essa ideologia priorizando a economia, dessa maneira chega ao Brasil imigrantes do Oriente Médio e posteriormente Asiáticos, principalmente japoneses que aqui chegaram contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, principalmente da Alta Sorocabana, alterando toda a paisagem regional, seja no tocante a sua atividade econômica na área rural e urbana, bem como na introdução de sua cultura.

Contudo, podemos observar que a vida dos imigrantes não foi fácil, pois encontraram muitas dificuldades na comunicação por questões da língua, entre elas, por não quererem aprender o português, nos hábitos alimentares, a falta de moradia e infraestrutura, o pouco ganho na colheita do café que, pois além de não ganharem o suficiente para o retorno ao Japão, acumularam uma dívida quase impossível de ser quitada junto aos proprietários das fazendas.

Tais aspectos registraremos com maiores detalhes nas próximas páginas.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DA ALTA SOROCABANA / DE PRESIDENTE PRUDENTE E A PRESENÇA DO IMIGRANTE JAPONÊS EM TERRAS PRUDENTINAS

Neste capítulo trataremos a ocupação, pelas populações nacionais (não indígenas), do espaço geográfico denominado por alguns de *Extremo ou Novo Oeste Paulista*, por outros de *Alta Sorocabana* e ainda *Vale do Paranapanema*, espaço esse que tem seus limites definidos por 03 (três) grandes rios. Ao sul o rio Paranapanema, ao oeste o rio Paraná e ao norte o rio do Peixe.²⁶⁰ Lembrando que antes da chegada da população não indígena na região referente a nossa pesquisa o Oeste Paulista era a região de Campinas e Sorocaba, portanto para não confundirmos as regiões utilizaremos no decorrer de nosso trabalho o termo Alta Sorocabana para definirmos o Novo Oeste Paulista.

Além das diferentes denominações da região há outro problema que deveremos dirimir. Durante a nossa narrativa sobre a ocupação da Alta Sorocabana nos depararemos por várias vezes com os termos *fronteira*, *pioneiro* e *expansão*, chamamos a atenção para essas designações tendo em vista o assunto estar envolvido de certa complexidade, pois segundo José de Souza Martins

Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, quando examinam a literatura pertinente, deparam-se com duas concepções de referência, através das quais os pesquisadores tem procurado dar um nome específico a essa realidade singular que é objeto de sua investigação.²⁶¹

Nesse sentido, Martins menciona que “Os geógrafos, desde os anos 1940, importaram a designação de *zona pioneira* para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como *frente pioneira*.”, e que “Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir de 1950, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como *frentes de expansão*.”²⁶²

Diante do exposto, podemos observar que não há uma unanimidade sobre a designação da ocupação de espaços territoriais, exceto pelos índios, ainda não ocupados pelo

²⁶⁰ Anexo 2 e 3.

²⁶¹ MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 134.

²⁶² MARTINS, 2012, op. cit., p. 134.

homem branco. Em certos momentos, as frentes ocupadas por não nativos, são denominadas como *zona pioneira*, em outros como *frente pioneira* ou mesmo *frentes de expansão*.

Especificamente sobre a *fronteira* o autor diz que “A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais.”,²⁶³ nesse sentido, em nossa pesquisa ficam claras essas lutas, quando da exploração realizada por bandeirantes e posteriormente pelos mineiros que vão se confrontar com os índios que habitavam a região, quando então os índios eram expulsos ou mortos. Em um segundo momento as disputas aconteceram entre colonizadores e grileiros, ocorrendo homicídios.²⁶⁴

Martins vai dizer ainda “O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la.” Nesse sentido, ele diz que a *fronteira* é o encontro dos diferentes que estão presentes em um momento histórico num certo espaço territorial por motivos diferentes, e que essa fronteira desaparece com o fim do conflito.²⁶⁵

Não obstante, em nossa pesquisa a *fronteira* é o encontro de índios e não índios, onde o primeiro usufrui da terra para sua subsistência e o segundo tem como principal objetivo a exploração com fins econômicos.

Nesse sentido, José de Souza Martins faz referência ao trabalho de Darcy Ribeiro (1977) mencionando que

A designação de frentes de expansão,... expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.²⁶⁶

De acordo com Martins, essas duas designações advêm de perspectivas diferentes sobre a *fronteira*, onde o mesmo espaço geográfico é visto de maneira diferente, a primeira do ponto de vista do antropólogo e a segunda do ponto de vista do empreendedor. Enquanto o empreendedor só se preocupa com os fatores necessários para o empreendimento

²⁶³ MARTINS, 2012, op. cit., p. 132.

²⁶⁴ Sobre esse assunto verificaremos nas próximas páginas

²⁶⁵ MARTINS, 2012, op. cit., p. 133.

²⁶⁶ MARTINS, 2012, op. cit., p. 134.

(infraestrutura, instituições políticas e jurídicas) o antropólogo tem uma visão mais social, preocupando-se com a população existente no local, no nosso caso os índios, que sofrerão com a alteração morfológica (fauna, flora, relevo, recursos hídricos, etc.) da natureza utilizada por eles para sua sobrevivência.²⁶⁷

Nesse sentido, Martins faz referência ao trabalho de Monbeig, mencionando o que

...define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo, como *precursores* dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão.²⁶⁸

O autor ainda menciona que “Os antropólogos, quando falam de frente de expansão,... Estão dizendo que sobre os territórios tribais se move a fronteira populacional e cultural dos brancos.”, e que “... a concepção de frente pioneira desaparece aos poucos, diluída na de frente de expansão, à medida sobretudo que a frente de expansão passa a ser entendida, predominantemente, como uma frente econômica.”²⁶⁹ Nesse sentido, podemos dizer que com o aparecimento de uma *frente de expansão* surgirá uma nova *frente pioneira*, e assim sucessivamente.

Com base no trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira (1964/1967), Martins observa qual a perspectiva de Oliveira quanto ao termo *frente de expansão*, e menciona que “... a frente de expansão se define pela *situação de contato*,...” e que “...as relações interétnicas são relações de *fricção interétnica*,...”²⁷⁰

Martins ao citar o trabalho de Arthur Hehl Neiva (1949), menciona que no interior da fronteira política existe a fronteira demográfica e a fronteira econômica que nem sempre coincidem, sendo que a primeira está intrinsecamente relacionada na fala dos antropólogos quando falam de frente de expansão e a segunda relacionada aos geógrafos quando estão falando de frente pioneira.²⁷¹

²⁶⁷ MARTINS, 2012, op. cit., p. 135.

²⁶⁸ MARTINS, 2012, op. cit., p. 135.

²⁶⁹ MARTINS, 2012, op. cit., p. 136.

²⁷⁰ MARTINS, 2012, op. cit., p. 136.

²⁷¹ MARTINS, 2012, op. cit., p. 137-138.

Nesse sentido, com base no trabalho do José de Souza Martins, Paulo Roberto Cimó Queiroz, menciona a existência de uma faixa entre a fronteira econômica e fronteira demográfica, denominada *frente de expansão*, e que mesmo existindo uma ínfima população não pode ser considerada frente pioneira, pois este termo tem íntima ligação com a economia de mercado. Segundo o autor, a *frente de expansão* a exploração da terra não é comercial, mas sim para o sustento.²⁷²

Não obstante, em nosso trabalho os que ocupam a terra inicialmente são os indígenas, seguido por posseiros, ou seja, eles têm a posse e não a propriedade privada. Contudo, posteriormente, a população não indígena - nacional e estrangeira - se apossa da terra na região da Alta Sorocabana com fins econômicos.

Nesse sentido, de acordo com Queiroz, o ponto antagônico entre a *frente de expansão* e *frente pioneira* é exploração da terra com fins econômicos, ou seja, a terra passa de ocupada para comprada, deixa de ser um instrumento de sobrevivência para se transformar em produto de capital, uma mercadoria.²⁷³ Portanto, a partir dessa transformação social da terra as relações sociais também se modificam, aflorando economicamente as diferenças de classes sociais entre ricos e pobres. Não obstante, tanto o indígena quanto o posseiro não fazem mais parte dessas relações.

Contudo, segundo Queiroz, mesmo a *frente de expansão* tendo a princípio uma economia de subsistência, sempre há o excedente que é trocado por produtos que fazem parte das necessidades daqueles que ocupam a terra, nesse sentido, na *frente de expansão* há a presença capitalista, mesmo que insignificante do ponto de vista do empreendimento capitalista, assim as duas concepções tem um relacionamento, mesmo que estreito, e fazem parte de um mesmo processo.²⁷⁴

Queiroz ainda lembra que ambas concepções, *frente de expansão* e *frente pioneira*, fazem parte da mesma unidade espacial com datações diferentes, identificadas entre outros fatores pela população, primeiro os indígenas, seguidos pelos posseiros e posteriormente pelos empreendedores, estes últimos tornam a terra uma mercadoria. Não obstante, de acordo com Queiroz, essas temporalidades não são distintas pelo desenvolvimento econômico,

²⁷² MARTINS, 1975, op. cit., p. 45 apud QUEIROZ, P. R. C. *José de Souza Martins e os Conceitos de frente de expansão e frente pioneira*, p. 5. Disponível em http://www.encontro2014.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1409926373_ARQUIVO_JosedeSouzaMartinseosconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira.pdf. Acesso em 18 fev. 2017.

²⁷³ QUEIROZ, 2014, op. cit., p. 6.

²⁷⁴ QUEIROZ, 2014, op. cit., p. 6-7.

tampouco pelas diferenças socioeconômicas, mas pela diversidade da identidade dos indivíduos ou grupos. Consequentemente, há uma diversidade de tempos históricos, marcados principalmente ao modelo de uso da terra, uns produzem para a subsistência, outros para a subsistência agregando valor econômico e outros utilizando a terra como bem de capital.²⁷⁵

De acordo com Queiroz, outro fator que possibilitou a diversidade de percepção de fronteira, é o ponto de vista dos observadores, pois cada profissional vê a *fronteira* com perspectivas diferentes, como já mencionamos, o geógrafo observa a frente pioneira sem levar em consideração o indígena, já o antropólogo estava preocupado com o impacto social, principalmente nas populações indígenas, bem como a não definição por aqueles que a empregaram.²⁷⁶

Enfim, pelo exposto podemos observar que esses termos são complexos e conceituais, que existem, entre os estudiosos do assunto, divergências e diferentes concepções sobre como designar as ocupações dos espaços territoriais pelas diversas populações no decorrer da história, portanto, devemos entender que a narrativa dos autores que lançamos mão para a construção da nossa narrativa, está carregada de conceitos próprios de sua época, conceitos esses que atualmente ainda são alvo de discussão. Por outro lado, reafirmamos que a região em estudo foi alvo de todos esses processos de expansão da sociedade nacional sobre os chamados *sertões*, com os consequentes conflitos com as populações indígenas, conforme afirmamos anteriormente.

Também neste capítulo registraremos a chegada do imigrante japonês na região de Presidente Prudente, suas atividades econômicas, culturais e sociais, sua adaptação, bem como a estrutura que montou para a manutenção da sua cultura e ao mesmo tempo buscando relacionar-se aos demais da população local, sejam brasileiros ou outros imigrantes.

Esses registros contribuíram na análise das relações da colônia japonesa de Presidente Prudente com o Estado e a sociedade no período proposto (1908-1947), não obstante eles nos indicam a posição em que o imigrante japonês se encontra na transformação socioeconômica da região, ou seja, sua importância nesse contexto, portanto, não nos limitamos apenas em analisar as fontes relativas ao período de 1908-1947, mas aquelas que nos possibilitaram entender o lugar social ocupado pelos imigrantes japoneses e descendentes na região de Presidente Prudente.

²⁷⁵ QUEIROZ, 2014, op. cit., p. 8-9.

²⁷⁶ QUEIROZ, 2014, op. cit., p. 9-10.

2.1 CHEGADA DOS COLONIZADORES MINEIROS NO SÉCULO XIX

De acordo com Pierre Monbeig e José Ferrari Leite vários fatores motivaram a vinda dos mineiros para o Vale do Paranapanema região onde se localiza a Alta Sorocabana, os principais foram: o esgotamento definitivo das reservas auríferas que causou um crescimento da pobreza; muitos preferiram os riscos da vida no sertão ao alistamento militar para comporem os batalhões imperiais que participariam da guerra contra o Paraguai;²⁷⁷ e segundo Monbeig, pelo esgotamento dos solos no fim do século XIX das regiões anteriormente desbravadas.²⁷⁸

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, o processo colonizador de povoamento moderno foi provocado “...por circunstâncias fortuitas.”²⁷⁹ Contudo, segundo o autor, esse movimento colonizador para o interior paulista foi um processo lento, “...não foi brusco, nem brutal.”, iniciado em meados do século XIX e tomando forma de empreendimento na década de 1910.²⁸⁰

De acordo com Monbeig não só a fertilidade das terras roxas do planalto foi fator de atração de populações não indígenas para essa região, mas principalmente a possibilidade de lucratividade, não obstante o autor menciona que “Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista,”²⁸¹ e que “A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros.”²⁸²

Nesse sentido, nem só mineiros são responsáveis pela marcha do povoamento rumo ao oeste, mas os cafeicultores paulistas são os maiores responsáveis, porém nem só o café era um meio de ganhar dinheiro, a criação de gado seria outra atividade lucrativa.²⁸³

Segundo Monbeig, outro fator que influenciou a marcha para o oeste foi a especulação de terras, pois a mesma porção de terra que era vendida por um determinado preço, após a terceira venda, atingia um preço até quatro vezes superior, assim “Com os lucros de tais

²⁷⁷ LEITE, 1972, op. cit., p. 52; MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, p. 135.

²⁷⁸ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 117.

²⁷⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 93.

²⁸⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 95.

²⁸¹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 95-105.

²⁸² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 119.

²⁸³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 107-113.

especulações, compravam-se terras virgens...” e com o lucro obtido na venda, plantava-se café. De acordo com o autor, “Desse conjunto de fatos, resultava um clima favorável à exploração de terras novas.”, nesse sentido Monbeig, afirma que a conquista dessas novas terras foi um processo de especulação financeira e que “... a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular.”²⁸⁴

Contudo, de acordo com o trabalho de José Graziano da Silva, outros fatores influenciaram o povoamento do oeste. Com o fim do trabalho servil o perfil econômico brasileiro sofreu uma profunda transformação nas diversas regiões do país, ou seja, no Rio de Janeiro onde se deu início ao cultivo do café, os velhos cafezais foram extintos. No Nordeste os ex-escravos permaneceram como *moradores de condição*, em Minas Gerais e Espírito Santo criaram-se relações de parceria e em São Paulo surgiu o chamado *colonato* incorporando as famílias de imigrantes - oriundas principalmente de países como Itália, Espanha e Japão - ao surgimento de uma nova estrutura agrícola – denominado Complexos Cafeeiros – que se desenvolveu, sobretudo na região da Alta Sorocabana devido a uma boa estruturação do cultivo do café.²⁸⁵

Dessa forma no fim da segunda metade do século XIX, segundo Hashimoto “... o Oeste do Estado de São Paulo,²⁸⁶ que era uma região praticamente despovoada, por população não indígena, tornou-se uma grande área de produção e junto à necessidade produtiva do Estado, o processo migratório trouxe alternativas para a realização desse avanço.”²⁸⁷

A procura por terras férteis para a lavoura do café faz com que as pessoas avancem em direção à região chamada de novo oeste ou extremo oeste (Alta Sorocabana), muitos fugiam das regiões de geadas - prejudiciais ao cultivo do café - e davam preferência a lugares de temperaturas mais amenas, mesmo que o solo fosse mais fraco

finalmente, entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema, encontrava-se café na região de terra roxa que se estendia de Óleo até Assis e no desflorestamento da zona de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Presidente Venceslau até a barranca do Rio Paraná.²⁸⁸

²⁸⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 108 e 143.

²⁸⁵ SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira., p.7-8.

²⁸⁶ Região da Alta Sorocabana.

²⁸⁷ HASHIMOTO, 1991, op. cit., p. 91-92.

²⁸⁸ ABREU, D. S. A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente, p. 36.

E assim começou o processo de povoamento nacional, além dos fazendeiros e mineiros, outros são atraídos pela ambição de ganhar dinheiro, muitos se utilizavam de maneiras lícitas, outros nem tanto, como é o caso dos grileiros.²⁸⁹

Nesse sentido, de acordo com Leite a “... primeira onda, antes da Estrada de Ferro: pioneiros mais desbravadores que colonizadores. Mineiros, em maioria. Aventureiros; forte percentagem de cultura portuguesa,...”²⁹⁰ chegaram a região. De acordo com Leite e Abreu essa primeira onda ocorreu em meados do século XIX, pouco antes da Guerra do Paraguai, existe um registro²⁹¹ de propriedade de terras de 1856 em nome de José Teodoro de Souza.²⁹²

Segundo consta, José Teodoro de Souza alegou ao vigário de Botucatu que já possuía essas terras desde 1847, pois aproveitando uma brecha na Lei de Terras ele burlou a lei e registrou em seu nome uma porção de terras incrustada no Oeste Paulista nos limites entre os rios Paranapanema (sul), Peixe (norte), Paraná (oeste) e Turvo (leste). Esse espaço é conhecido como Vale do Paranapanema. A Alta Sorocabana que faz parte do Vale do Paranapanema só altera seus limites ao leste, tendo como limite as cidades de Assis/SP e Florínea/SP.²⁹³

Não obstante, a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, que definia como seriam repartidas as terras públicas, para entrar em vigor deveria ser regulamentada pelo Presidente de cada Província, dessa maneira a Província de São Paulo regulamentou a lei através do Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que em seus artigos 91 e 92, estipulava o prazo para o registro de terras, que era de seis meses a dois anos.²⁹⁴ Assim o mineiro José Teodoro de Souza inicia sua peregrinação ao oeste paulista.

No Brasil, antes da criação da Lei nº 601 de 1850, a posse da terra e sua legitimação sempre foi um problema, de acordo com Abreu “A origem da propriedade fundiária no Brasil estava ligada a um pequeno grupo de proprietários que foi acumulando sesmarias,²⁹⁵

²⁸⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 36.

²⁹⁰ LEITE, 1972, op. cit., p. 56.

²⁹¹ Termo de posse apresentado em 31 de maio 1856 ao Vigário Modesto Marques Teixeira. Fonte: COBRA, A. N. *Em um recanto do sertão paulista*, p. 113.

²⁹² MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, p. 134.

²⁹³ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 17-19; LEITE, 1972, op. cit., p. 14 e 52; existem mapas da localização bem como da penetração dos mineiros nessas terras.

²⁹⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 17-22; LEITE, op. cit., p. 49-55.

²⁹⁵ Doação de terra outorgada pelo governo português, mantido no período Imperial até o advento da Lei de Terras.

aforamentos, posses ilegítimas desde os tempos coloniais.” Tal situação colaborou para que eles detivessem a posse de grandes áreas que na verdade pertenciam ao Estado, apropriando-se de terras devolutas. Segundo o autor com a proclamação da Independência surge a preocupação de regulamentar os títulos de propriedade, além disso, os fazendeiros não queriam que os imigrantes se tornassem proprietários, para eles os imigrantes deveriam apenas oferecer sua mão de obra como foi proposto inicialmente. Somente a partir de 1850 foi estipulada a lei que assegurava o acesso às terras por meio de compra oficializada e registrada.²⁹⁶

Muitos por desconhecerem a lei não registravam suas terras, aos poucos o governo começou a facilitar a forma de estabelecer a posse, diante da Lei nº 601 de 1850. Surgem também outras legislações²⁹⁷ sobre a posse da terra, entre elas a regulamentação onde basta ao seu detentor provar que a posse foi pacífica, que a área era produtiva e que possuía residência fixa ali.²⁹⁸

Outras legislações são criadas para aprimorar a lei sobre a posse de terras no Brasil, de acordo com Odilon Navarro, em 22 de junho de 1895 a Lei estadual nº 323 dispõe sobre as terras devolutas, sua medição, demarcação e aquisição, sobre a legitimidade ou revalidação das posses e concessões, discriminação do domínio público do particular, e dá outras providências, sendo regulamentada pelo Decreto estadual nº 343 de 1º de março de 1896, contudo essa lei foi sendo alterada ao longo do tempo por outras leis e decretos, por fim em 5 de janeiro de 1900 entra em vigor o Decreto estadual nº 1844 que dispõe sobre terras devolutas, limitando a 1 ano a prova de posse, para a legitimação das ocupações de terras devolutas, contudo tal decreto só é regulamentado em 1922 pelo Decreto nº 3501.²⁹⁹

Podemos observar que as leis que regulamentam a posse de terra no Brasil se arrastam de longa data e que, atualmente são motivos de litígios.³⁰⁰ Portanto, José Teodoro de Souza foi um dos mais beneficiados na segunda metade do século XIX na região da Alta

²⁹⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 25-26.

²⁹⁷ NAVARRO, O. *Terras devolutas*, p. 33-34, melhores detalhes das leis que não consideram válidas as posses de terras devolutas posteriores a 1854: Resolução de 30 de junho de 1860; Circular de 12 de junho de 1863; Aviso 13 de junho de 1863; Resolução de Conselho de Estado de 5 de junho de 1867; Aviso de 26 de julho de 1875; Aviso de 13 de dezembro de 1875; Aviso de 26 de março de 1877; Aviso de 7 de julho de 1877; Aviso de 10 de setembro de 1877; Aviso de 24 de setembro de 1877; Aviso de 19 de janeiro de 1881; Aviso de 2 de outubro de 1882; Aviso de 30 de outubro de 1888.

²⁹⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 18; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 144.

²⁹⁹ NAVARRO, 1942, op. cit., p. 34-35; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 144.

³⁰⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 145.

Sorocabana, seguido por outros que chegaram à região os quais mencionaremos nas próximas páginas.

Aproveitando essas brechas deixadas pelo governo, de acordo com Abreu e Leite, aparecem os grileiros, segundo Monbeig os mais famosos foram os da Alta Sorocabana,³⁰¹ que se apossavam de terras deixadas pelos proprietários para ocupação mais tardia, sob a conivência dos escrivães que registravam estas propriedades em seu nome, começavam a plantar, criavam animais e às vezes até vendiam as áreas. Para dar mais veracidade aos documentos colocavam estes para amarelar na fumaça do fogão, fincavam pés de café já bem velhos, construía casas mal acabadas com aspecto de envelhecidas pelo tempo, tudo isto alicerçado por testemunhas *profissionais*, que diziam serem moradores antigos.³⁰² Nos casos mais graves chegavam ao homicídio, pessoas de boa fé compravam estas terras e acabavam envolvidas nestas artimanhas ilegais.³⁰³

Contudo a posse não foi tranquila, principalmente pela existência de nativos que resistiram a entrada do homem branco. De acordo com Monbeig e Abreu, “As relações com os índios eram, em geral, inamistosas e sangrentas.”³⁰⁴

Na segunda metade do século XIX, poucos lugares eram povoados de cidadãos nacionais, entre Botucatu e o Rio Paraná, Paranapanema e Peixe em direção ao oeste do Estado, havia pequenos povoados de Lençóis e São Domingos, até o limite do rio Turvo as terras eram povoadas, daí para frente eram consideradas sertões desconhecidos até o Paraná.³⁰⁵

De acordo com Monbeig e Abreu, havia o conhecimento da existência de índios, nestas regiões paulistas, pertencentes a várias etnias, Guarani, conhecidos também por Caingua ou Caiua,³⁰⁶ Caingangues, Tupiniquins, Chavantes e Coroados a partir do século XVIII.³⁰⁷

³⁰¹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 145.

³⁰² ABREU, 1972, op. cit., p. 18 e 25-27; LEITE, 1972, op. cit., p. 57; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 144.

³⁰³ ABREU, 1972, op. cit., p. 25-27; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 145.

³⁰⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 22; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 129-132.

³⁰⁵ MONBEIG, 1984, op. cit., p.134.

³⁰⁶ De acordo com o trabalho de ZILIANI, J. C. *Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*, p. 44-45, essa etnia foi utilizada como mão de obra na exploração de ervais no Sul do Mato Grosso nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

³⁰⁷ ABREU, 1972, op. cit., p. 15; ZILIANI, 2010, op. cit., p. 71; sobre essas etnias melhores detalhes em MOMBEIG, 1984, op. cit., p. 129-132.

José Ferrare Leite menciona algumas particularidades dessas etnias. Segundo o autor os que mais resistiram à chegada do não indígena foram os coroados, tanto por serem os mais numerosos como os mais decididos a manterem o domínio sobre essas terras. Já os chavantes estavam em processo de migração para terras a oeste do rio Paraná. Os caiuás menos resistentes que os coroados, quando não conseguiam rechaçar as expedições exploratórias dos brancos, migravam em direção ao rio Paranapanema, ao sul da Alta Sorocabana, porém alguns deles atravessaram o rio Paraná e na atualidade estão fixados em uma aldeia em Dourados/MS.³⁰⁸ Sobre as outras etnias não temos informações.

Os mineiros começam a migrar para estas novas terras com a intenção de estabelecer uma nova forma de produção, a de criação de gado, pois as terras eram propícias, segundo Monbeig, era comum a criação de carneiro para a produção de lã que era fiada e tecida pelas mulheres, criava-se porcos, uma tradição mineira, engordados com o milho que se produzia nas clareiras abertas na floresta, que eram comercializados na região de Sorocaba. Com a venda do gado os principais gêneros que se comprava eram a pólvora e o sal, tanto para consumo humano, bem como sal grosso para o gado, mais adiante surge a possibilidade econômica de investir na agricultura, segundo Monbeig, “... graças à aproximação da estrada de ferro.”³⁰⁹

Concomitantemente aos mineiros que migram outros mantinham relações comerciais com esta nova região, principalmente Sorocaba, ponto importantíssimo na venda de animais que eram utilizados como meio de transporte, com este comércio vários tropeiros começam a se interessar por estas terras desconhecidas, com grande atração pela oportunidade de se desenvolver com sucesso a criação de animais e agricultura por todo o Vale do Paranapanema.³¹⁰

Com uma explicação geográfica feita por Teodoro Sampaio: Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema eram alguns nomes usados neste período, a parte meridional do Estado de São Paulo desde Sorocaba e Botucatu até o Rio Paraná, abrangia toda parte da bacia do Paranapanema.³¹¹

³⁰⁸ LEITE, 1972, op. cit., p. 49-52.

³⁰⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 135-136.

³¹⁰ Anexo 2 e 3.

³¹¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 15-16.

O clima no verão era por volta dos 35 graus e no inverno aconteciam geadas, as terras eram consideradas de qualidade (terras roxa), no lado paulista as terras adentravam para o interior (região de mata) pela qualidade de terra, as matas repletas de árvores que ofereciam madeira de alto padrão, logo esta terra torna-se objeto de desejo dos cafeicultores, contudo, uma das dificuldades de penetração nessas terras era a presença dos índios que nas matas habitavam, pois nem todos os nativos aceitaram passivamente ceder o espaço, pois para eles os brancos eram invasores.³¹²

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, “A oposição indígena foi suficientemente forte para frear o início do avanço pioneiro; até os primeiros anos do século XX, os pioneiros que estavam mais internados, na Alta Sorocabana e a oeste de Bauru, eram mui pouco numerosos para viver em segurança.”. Segundo o autor, muitos locais desbravados na Alta Sorocabana foram abandonados naquela época.³¹³

Mesmo com o povoamento mineiro e dos grileiros, a Alta Sorocabana ainda era representada nos mapas paulistas como terras desconhecidas, o governo com interesses econômicos designou várias equipes para pesquisar os rios e seus afluentes, a ideia era desenvolver um caminho fluvial que interligasse os estados do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Goiás e Minas Gerais, pois eram necessárias alternativas para transportar o gado, para abastecer o mercado de carne de São Paulo, cuja demanda aumentou com o crescimento da cidade.

Até o momento os animais passavam por estradas, a mais famosa foi a Estrada Boiadeira que tinha rota final o encontro com a ferrovia Sorocabana.

De acordo com Ziliani, essa estrada foi aberta pela Companhia Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT),³¹⁴ ligando o Estado de São Paulo ao Sul do Mato Grosso (atualmente Estado do Mato Grosso do Sul), segundo o autor, essa estrada também facilitaria a ocupação de população não indígena na Alta Sorocabana, além do que possibilitava a exploração da navegação do Rio Paraná.³¹⁵

³¹² ABREU, 1972, op. cit., p. 17.

³¹³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 131.

³¹⁴ Criada em 3 de junho de 1908, conforme DOE de 13/09/1908, p. 1842, melhores detalhes em ZILIANI, 2010, op. cit., p. 72.

³¹⁵ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 71-72.

Em contrapartida a CVSPMT, além de garantir a posse de vasta quantidade de terras na região, teria a concessão de explorar a rodovia por ela aberta, bem como explorar a navegação do Rio Paraná. Nesse sentido, de acordo com Ziliani, num total de 184.000 hectares³¹⁶ que a empresa tinha recebido de terras devolutas dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, 4.000 hectares estavam às margens do Rio Paraná do lado esquerdo, ou seja, no Estado de São Paulo. Não obstante, o objetivo principal da abertura dessa estrada era a disputa por terras devolutas de ambos os estados, porém entre os objetivos secundários estava encurtar a distância do percurso percorrido pelas boiadas que tinham como seus destinos os centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro.³¹⁷

Contudo ainda na década de 1910 os rios continuaram como estratégia econômica, foram estudadas suas coordenadas geográficas e formação geológica, mas o povoamento da Alta Sorocabana (com população nacional) só se efetivaria com o desenvolvimento das lavouras de café.³¹⁸

A estrada de ferro beneficiou o povoamento na região da Alta Sorocabana e outras também, contribuiu com a transformação econômica, ao lado do seu serpentear iam surgindo lugarejos, vilas que posteriormente se tornariam cidades.³¹⁹

A ferrovia foi importante na economia cafeeira, sendo uma das vigas de sua infra-estrutura. Ela designou o transporte rápido, seguro barato para o café, a comunicação fácil com os centros grandes. No caso do extremo oeste de São Paulo, somam-se outras circunstâncias: a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação, o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos. Permitiu também o abastecimento eficiente da rede de manufaturas inclusive importadas. Sem a ferrovia, não teriam entrado tantos compradores, colonos em busca de fortuna, aventureiros de toda a espécie. Ela foi um fator marcante do progresso da região. E no caso particular de Presidente Prudente, o aparecimento e desenvolvimento da cidade ligaram-se estreitamente à Estrada de Ferro Sorocabana.³²⁰

³¹⁶ 1 hectare mede aproximadamente 10.000 m².

³¹⁷ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 72-75.

³¹⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 28-30.

³¹⁹ Sobre esse assunto registraremos maiores detalhes nas próximas páginas.

³²⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 38.

Podemos observar na citação que o autor coloca como fator primordial para o surgimento e a *transformação socioeconômica* da região, a ferrovia, segundo Abreu a região não prosperaria sem a ferrovia, porém verificaremos ao longo do nosso trabalho que a ferrovia também se beneficiou da economia local, ou seja, foi uma relação de mão dupla, a ferrovia colaborou com a região, mas a região também colaborou com a ferrovia.

Anteriormente, a região em que se deu o desenvolvimento do cultivo do café no Estado de São Paulo, foi a região de Jundiaí e Campinas, a exemplo do oeste paulista, esse desenvolvimento seguia a estrada de ferro, contudo, conseqüentemente, a não utilização correta do solo resultou no seu esgotamento e ocasionando a queda na produção cafeeira. Tal situação provoca o movimento de colonização para a Alta Sorocabana, dando início a uma nova zona cafeeira seguindo em direção ao Oeste pelo Vale do Paranapanema.³²¹ Assim, o período compreendido entre 1880 e 1930 foi a época em que a Alta Sorocabana predominou entre as áreas produtoras de café no mundo.

Portanto, de acordo com Cardoso, o café foi essencial para a transformação econômica, no início do século XX, do Estado de São Paulo, um período de grande expansão agrícola e prosperidade, pois proporcionou a conquista de novas áreas, o surgimento de novos núcleos urbanos e grande progresso material, tendo em vista o caráter empresarial da monocultura a necessidade de uma rede de serviços, de comunicação e de comércio paralelo ao surgimento de novas fazendas oriundas da venda em porções menores de antigos latifúndios, estradas e cidades, comumente acompanhadas pelo avanço dos trilhos das ferrovias.

Atrás do café e por vezes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas as colônias estrangeiras e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rapidamente, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante.³²²

Nessa citação podemos observar que a ferrovia nem sempre era a primeira a chegar às novas regiões de exploração econômica, mas ela buscava essas novas regiões que por vezes já estavam se transformando economicamente, além do que ela também influencia no surgimento de colônias de estrangeiros, em particular a colônia de imigrantes japoneses, nesse

³²¹ HOLLOWAY, 1984, op. cit., p. 30-60.

³²² MILLIET Apud CARDOSO, 1998, op. cit., p. 38.

sentido, verificaremos que na propaganda de venda de terra na região tem como fator essencial, a ferrovia, não obstante também verificaremos no decorrer da nossa narrativa que a Estrada de Ferro Sorocabana alterou seu traçado com o fito principal de participar da economia que se iniciara na região do Vale do Paranapanema.

Complementando as afirmações de Cardoso, com base no trabalho de Salgado, Armando Pereira Antônio deixa claro o interesse pela região da Alta Sorocabana

O prosseguimento da marcha cafeeira no sentido oeste foi marcado pela ausência de terras roxas; contudo, as virgens terras areníticas dos espigões, repletas de padrões de terra boa – paus-d’alho, figueira branca – continuaram a atrair interessados no maior empreendimento da época, que era a lavoura cafeeira. Realmente esboçava-se uma grande diferença regional quanto aos rendimentos cafeeiros, isto é, enquanto as zonas velhas do Estado produziam umas 30 arrobas por mil pés, as zonas novas forneciam 100 a 350.³²³

Alguns autores afirmam que tanto o advento da mão de obra assalariada profundamente estimulada pelo fim da mão de obra escrava, a expansão do oeste paulista e a imigração japonesa, estão intimamente ligadas, segundo Vieira “... uma e outra condicionadas pela expansão da agricultura comercial do café”,³²⁴ Armando Pereira Antônio também menciona, de acordo com o trabalho de Salgado, que “... a estrutura agrária do Oeste Paulista das primeiras 4 décadas deste século,³²⁵ permitiu novas possibilidades aos imigrantes estrangeiros e nacionais ... bem diferentes das encontradas nas zonas velhas do Estado.”³²⁶

Nesse sentido, Cardoso entende que a utilização de força de trabalho assalariada na agricultura extensiva possibilitou a introdução do imigrante japonês na lavoura do oeste paulista, bem como na profunda transformação da economia brasileira, deixando clara a importância do imigrante no desenvolvimento local, o qual tem duplo papel na economia interna, como assalariado e por outro lado como consumidor, além de alguns pequenos empresários.³²⁷

³²³ SALGADO apud ANTÔNIO, A. P. *O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Venceslau*, p. 63-64.

³²⁴ VIEIRA, 1973, op. cit., p. 57.

³²⁵ Século XX.

³²⁶ ANTÔNIO, 1984, op. cit., p. 64.

³²⁷ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 13, 39-40.

Abreu afirma que outro fator que contribuiu para a expansão da região da Alta Sorocabana foi a nova dinâmica implantada na venda de terras rurais, pois grandes latifúndios eram divididos em lotes menores possibilitando a aquisição por pessoas de menor potencial financeiro.

Esta procura de terras virgens para o café por pessoas de poucas posses ajuda a explicar o aparecimento dos loteamentos, sem contar as companhias estrangeiras que se formaram com o intuito de adquirir grandes glebas e formar colônias em lotes para localizar os imigrantes de seus países.³²⁸ A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento da Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos de apoio para a exploração econômica da região.³²⁹

Sobre as companhias estrangeiras, de acordo com Kiyotani e Yamashiro empresários japoneses adquirem terras na região para vendê-las a seus patrícios que emigram do Japão com destino certo e para serem proprietários e não mais colonos. Kenichiro Hoshina é um desses empresários, funda o jornal *Nanbei*³³⁰ e utiliza-o para anunciar a venda de terras, segundo os autores “Críticos diziam que o jornal fora editado para vender as terras.” Kenichiro Hoshina também intermediava as transações, assim, por seu intermédio, são criados dois núcleos rurais, tipicamente japoneses, na região de Presidente Prudente, o Vai-Bem e o Brejão.³³¹

De acordo com Kiyotani e Yamashiro, o jornal foi um grande instrumento na formação das colônias japonesas,³³²

... o caso do *Nanbei*, cujo proprietário usou o jornal como instrumento para promover a venda das terras de sua propriedade. Mas a imprensa nipônica — chamemos assim por comodidade de exposição — desempenhou uma função informativa e orientadora dos imigrantes patrícios, principalmente no tocante ao movimento da marcha para oeste, que se inicia na segunda metade da década de 10,³³³ época em que surgem os primeiros e mais importantes jornais.

³²⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 37.

³²⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 42.

³³⁰ Semanal, lançado em janeiro de 1916.

³³¹ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 90-91.

³³² KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 93.

Segundo Pierre Monbeig, a publicidade foi uma estratégia muito utilizada pelos vendedores de terras para atrair compradores para as novas zonas pioneiras. Menciona com detalhes, além dos elementos materiais a assistência espiritual.³³⁴

Sobre os anúncios, Edilene Takenaka, com base no trabalho de Ryotaro Miyashita, registra alguns fragmentos publicados entre os anos de 1917 e 1918, já traduzidos em português, sobre a colônia Brejão.³³⁵

**ANÚNCIO 1:
A CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA BREJÃO
Presidente da Empresa Nambei Ken-itiro Hoshina**

Após ter apresentado aos senhores a Colônia Baibem, terra ideal para residência definitiva, no dia 1o. de julho do ano passado, passaram-se apenas 6 meses. Neste curto espaço de tempo, a área total comprada pelos senhores patrícios já atingiu a marca de 3.000 alqueires; as glebas próximas à estrada de ferro foram totalmente vendidas em menos de um mês, e a gleba vendida recentemente dista mais de 13 km da linha férrea. Mesmo assim tem inúmeros pedidos e a área de 5.000 alqueires tornou-se insuficiente para satisfazer os desejos dos senhores. Para atender a tantas requisições, escolhi a COLÔNIA BREJÃO.

Suponho que aqueles que foram visitar a Colônia Baibem e já tenham passado pela estação Brejão, já tenham a noção da geografia e tipo de terra da Colônia Brejão. Esta fica a duas estações antes da Estação Baibem, 28 km mais próximo da cidade de São Paulo. O trilho do Brejão já está concluído e falta somente a construção da estação. (20 de dezembro de 1917).

Segundo o engenheiro da via férrea, o trem começará a passar antes de março.

A localização da estação e da Colônia Brejão

Como é do conhecimento daqueles que já visitaram a região, o trem já chega da cidade de São Paulo até a Estação Indiana. Já foram concluídas as construções das estações seguintes Memória e Veado e diariamente transitam vagonetes. A estação seguinte é a do Brejão (ou Limoeiro) que dista 14 km do Veado. A Estação Brejão dista 810 km da cidade de São Paulo, e a área que adquiri dista 732 m desta, tendo 6 km de largura marginalizando a ferrovia, com comprimento de mais de 12 km. Nomeio esta área de Colônia Brejão e desejo oferecê-la aos senhores.

Tipo da terra e da água

São extremamente parecidas com as da Colônia Baibem, sendo que há plantas que são muito maiores que as da Baibem. A altitude acima do mar é

³³³ 1910.

³³⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 123 e 235.

³³⁵ MIYASHITA, R. *Takkon*, p. 32-34 apud TAKENAKA, op. cit., p. 64-69.

maior que a de Baibem, e no geral, as características são semelhante ao desta.

Extensão e preço do terreno da Colônia Brejão

Área total a ser vendida 3.000 alqueires (7.500 tyouho-medida japonesa)
Preço de venda 1 alqueire é 65 mil-réis³³⁶ à vista ou 3 prestações 75 mil-réis anuais

Registro do terreno

Não há nenhuma margem de dúvida quanto a correta transferência da posse dos terrenos demonstrado claramente pelas várias dezenas de vendas executadas na Colônia Baibem. Simultaneamente ao pagamento fazemos o registro do imóvel na cidade de São Paulo e entregamos a completa documentação.

Convocação do agrimensor

Contratei um agrimensor japonês como medidor-chefe da Colônia Brejão que lá residirá a partir do dia 15 deste mês. Para aqueles que desejarem visitar a Colônia antes desta data, oferecemos um atendimento especial.

Para maiores detalhes, favor escrever para
SR. K. HOSHINA
CAIXA 1374. S. PAULO

Não obstante, Kenichiro Hoshina vai aproveitar o sucesso das vendas das terras da Vai-Bem para dinamizar a venda da colônia Brejão, além do que menciona as vantagens desta sobre aquela, entre essas vantagens a proximidade da linha férrea e iminência da construção da estação ferroviária. Podemos observar também que o anúncio está repleto de informações atrativas quanto às condições da terra, preço, forma de pagamento, facilidades para chegar ao local.

O segundo anúncio vai agregar outras informações que vão valorizar as terras da colônia Brejão.

ANÚNCIO 2: PORQUE OS SENHORES NÃO APROVEITAM ESTAS EXCELENTE OPORTUNIDADES?

³³⁶ A moeda desse período é o “Réis”, exemplos Rs 10\$000 (dez mil réis), Rs 1:600\$000 (um milhão e seiscentos mil réis) no Brasil falava-se um conto e seiscentos mil réis. Atualmente Rs 1:000\$000 (um milhão réis) equivale a R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), aproximadamente, sem levar em consideração a correção monetária desde a publicação do trabalho de Claudio Amato. Maiores informações sobre a história das moedas brasileiras e sua conversão em reais em AMATO, C.; NEVES, I S.; RUSSO, A. *Livro das moedas do Brasil*; Melhores detalhes sobre a história das moedas brasileiras em NEUHAUS, P. *A inflação brasileira em perspectiva histórica*.

A Grande Guerra Mundial causou escassez de produtos agrícolas em várias localidades e não se pode prever a quanto chegarão os preços.

A razão disso poderá ser compreendida, se lermos as advertências do Ministro da Agricultura pregadas nas estações de várias localidades de toda a nação.

Considero que seja um dever óbvio dos senhores residentes neste país firmar a base para o sucesso captando esta excelente oportunidade. É por esta razão que nós estamos nos dedicando ao projeto de criação de Colônias, desde o ano passado.

Os compradores e colonizadores de até hoje são as provas vivas que testemunham que a Colônia Brejão é muito melhor que as outras, considerando a facilidade de transporte, a boa qualidade da água, a qualidade da terra e o preço baixo.

A estrutura da colônia

Estamos administrando o empreendimento da Colônia investindo capital que não é pouco. Portanto não estamos desenvolvendo trabalhos irresponsáveis como outros construtores de Colônias semelhantes. Nós temos a garantia e o preparo suficientes para o sucesso dos senhores.

O preço da Colônia Brejão

1 alqueire à vista 65 mil-réis ou

à prazo 75 mil-réis

3 parcelas sem juros em pagamento anual ou a cada 20 meses

A estação particular e a construção da cidade

Esta Colônia se localiza no centro da Estação Limoeiro e se pode esperar grandes progressos no futuro como estação particular dos companheiros residentes na Colônia. Não há Colônia com tão grandes expectativas em todo o país. Amadurecendo o projeto da construção de uma cidade próxima à estação, este será publicado em detalhes, num futuro próximo.

Registro do terreno

Não há nenhum ponto ilegal quanto ao registro do terreno pois estamos contando com o advogado-consultor. Podemos garantir a posse das terras com os registros dos terrenos que já vendi. Os registros completados até hoje chegam a dezenas de famílias.

Agrimensura

Estamos preparados para concluir a medida da área que for adquirida em menos de dois meses, pelo agrimensor enviado ao local.

A localização da Colônia

Esta Colônia possui extensas áreas devida à última expansão, envolvendo os 11 km margeando a ferrovia na marca de 810 km da capital até 821 km; com profundidade de 14 km. A estação Limoeiro (ou Brejão) se localiza no centro, na marca de 814,268 km.

O advogado-consultor

Devido a expansão do empreendimento da Colônia, sentimos a complexidade cada vez maior das burocracias e convidamos o advogado de primeira categoria da capital, o Sr. Spencer Hanfler para podermos consultá-lo, cuidando assim para que não tivéssemos nenhum problema com a legalidade.

A ferrovia

Está transitando gratuitamente da capital de São Paulo até a Estação Limoeiro e vice-versa, de 3 a 4 vezes por semana.

O comércio

Como há duas casas comerciais da Estrada-de-ferro entre a Estação Limoeiro e a Colônia; não haverá nenhuma dificuldade para os senhores que entrarem na Colônia a partir de agora, que poderão dedicar toda a força para o trabalho no mesmo dia da chegada.

Julho de 1917,
Departamento de Colonização da Cooperativa
Hoshina e Ogassawara

No segundo anúncio, Kenichiro Hoshina, vai agregar ao valor da terra a necessidade do imigrante japonês colaborar com a produção agrícola pela escassez de alimento em virtude da guerra, anunciando inclusive que o imigrante tem o dever de colaborar, portanto, além do discurso das vantagens econômicas, utiliza-se do sentimento de seus patrícios.

Kenichiro Hoshina, como meio de valorizar as terras que está negociando com seus patrícios, vai colocar em dúvida a estruturação de outras colônias, bem como o fato de estar mais bem preparado para esse tipo de empreendimento. Nesse sentido, menciona que a colônia será dotada de estação ferroviária particular, bem como o início da formação de uma área urbana como infraestrutura para assistir a área rural. Não obstante, menciona que já existe um pequeno comércio local que fornecerá o necessário para que possam residir com suas famílias com tranquilidade, a locomoção gratuita pela ferrovia. Regularização da propriedade, inclusive oferecendo um consultor jurídico, bem como um agrimensor nipônico, isso garante uma maior credibilidade para a aquisição da terra.

A questão de consultoria jurídica pode ser apenas mais um fator de agregar valor às terras ou pode ser uma indicação de algum problema na regularização da terra, não obstante, a região da Alta Sorocabana é composta por terras devolutas um fator de impedimento para

legitimar a posse da terra, porém não podemos afirmar qual o real motivo da presença de um advogado para auxiliar na tramitação da documentação de posse dos lotes rurais.

Além do objetivo de atrair compradores nipônicos, o anúncio demonstra que o imigrante japonês vem para a região não para ser empregado, mas proprietário e fixar residência, portanto a ideia de ganhar dinheiro e retornar ao Japão dos primeiros imigrantes, nesse caso, nos parece estar descartada, assim fica patente que o imigrante japonês que vem para a Alta Sorocabana, participa diretamente na transformação socioeconômica da região.

Nesse sentido, de acordo com Célia Sakurai, essa modalidade da imigração japonesa, ou seja, os japoneses emigram para serem proprietários e não assalariados, também tinha a tutela do consulado japonês, segundo a autora, o interesse era proporcionar o envio de famílias das regiões cafeeiras para as novas frentes no sertão paulista, composta por terras adquiridas a baixo custo e vendidas, principalmente, para as famílias que tinham poupado como assalariados nas fazendas de café.³³⁷

Não obstante, Naoe Ogassawara é um caso bem específico de imigrante que vem para fixar residência, de acordo com Edilene Takenaka, ele vem para o Brasil e em contato com Kenichiro Hoshina tornam-se sócios no empreendimento imobiliário que era a venda das terras da colônia Brejão. Naoe Ogassawara adquire uma porção de terras e, assim que se estabeleceu, trouxe, em outubro de 1918, seu clã, segundo a autora o clã Ogassawara que veio para o Brasil era composto por 47 pessoas.³³⁸

Podemos observar que no *anúncio 1* aparece somente como anunciante, Kenichiro Hoshina, já no *anúncio 2*, Naoe Ogassawara também aparece como anunciante, ou seja, Ogassawara além de adquirir terras para seu clã, também passa a ser um negociante de terras na região.

Contudo, de acordo com Leite,³³⁹ foram as empresas brasileiras de colonização que mais negociaram terras na região com destaque para a Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio,³⁴⁰ nesse sentido tal empreendimento foi colocado em prática pelos dois principais colonizadores da região, Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes.

³³⁷ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 87-88.

³³⁸ TAKENAKA, 2003, op., cit., p. 70-71.

³³⁹ LEITE, 1972, op. cit., p. 57.

³⁴⁰ Propriedade do Coronel José Soares Marcondes.

Não podemos deixar de registrar que a CVSPMT já estava na região, iniciando sua atividade na abertura da estrada boiadeira, porém de acordo com Ziliani, em termos de colonização e abertura de fazendas, a CVSPMT praticamente nada tinha realizado. Não obstante, no trabalho de Ziliani é patente que a CVSPMT foca seus interesses na exploração das vias de transporte terrestres e fluviais. De acordo com o autor, a CVSPMT investia no Porto Tibiriçá (Presidente Epitácio/SP) como na construção de estaleiro para fabricar embarcações e oficina de reparos, bem como a exploração fluvial do lado Sul do Mato Grosso.³⁴¹

Portanto, nos concentraremos na atividade da Companhia Marcondes de Colonização e do Coronel Francisco de Paula Goulart, além de que ambos intensificam as atividades de colonização e criação de núcleos urbanos que deram origem à Presidente Prudente.

Segundo Abreu, Francisco de Paula Goulart estava vendendo parte de uma herança composta por um latifúndio denominado Fazenda Pirapó-Santo Anastácio³⁴² que tinha seus limites a leste com a linha férrea, ao sul com o rio Paranapanema, ao oeste com o rio Paraná e ao norte com o rio do Peixe. Por outro lado, José Soares Marcondes era um empresário do ramo de colonização, que chegara à região para vender, em lotes menores, a então Fazenda Montalvão que fazia divisa com a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a leste e a norte da última, posteriormente ambas se dividiam pela linha férrea.³⁴³

Nesse sentido, de acordo com Stolcke, o principal fator que possibilitou o surgimento de pequenas propriedades rurais na frente pioneira, entre elas a região da Alta Sorocabana, foi a atividade das companhias colonizadoras.³⁴⁴

Por fim, diante do exposto podemos observar que a ocupação populacional (não indígena) na região da Alta Sorocabana foi bem diversificada, tanto com população nacional,

³⁴¹ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 96-117.

³⁴² Consta que José Antônio Gouveia conseguiu o registro do latifúndio denominado Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, datado de 14/05/1856, na Paróquia de São João Batista do Rio Verde, tal escritura foi assinada pelo vigário Pacífico de Monte Falco. Segundo consta, Gouveia declarou ser morador no local desde 1848, tinha uma lavoura e criava alguns animais de pequeno porte, em terras que tinham suas divisas com os rio Paranapanema e rio Paraná. Em 1928, um novo registro determina a área da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Prudente - SP, Registro Imobiliário, da transação de terras entre a falida Cia. Dos Fazendeiros e o fazendeiro Coronel Alfredo Marcondes Cabral. Segundo depoimentos prestados nos autos do processo de legitimação de posse, José Antônio Gouveia, transferiu a sua posse por título escrito de abril de 1861 em favor de Joaquim Alves de Lima, que transferiu a gleba ao filho João Evangelista de Lima. Disponível em <http://celsoprado-razias.blogspot.com.br/2009/12/razias-falsas-escrituras-e-os-grandes.html>. Acesso em 11 mar. 2017.

³⁴³ ABREU, 1972, op. cit., p. 69, 74 e 80.

³⁴⁴ STOLCKE, 1986, op. cit., p. 105.

bem como com população de outras nacionalidades, portanto, não só os nacionais adquiriram terras, mas também de outras nacionalidades, principalmente os imigrantes japoneses, fato patentado na aquisição de duas grandes áreas rurais, a Vai-Bem (Bai-Bem) e a Brejão,³⁴⁵ tipicamente nipônicas, fato que explica a grande concentração de japoneses na região, bem como sua participação na formação e transformação socioeconômica, situação que verificaremos com maiores detalhes nas próximas páginas.

No ano de 1916, segundo as fontes, no dia 19 de março, chegou a região, onde atualmente é o município de Álvares Machado/SP (antigo bairro Brejão), Manoel Francisco de Oliveira, oriundo da cidade mineira de Alfenas. Consta que em 1921, ele iniciou a formação de um loteamento denominado Patrimônio São Luiz, posteriormente denominado bairro Brejão. Em seguida, o Governo do Estado de São Paulo alterou a denominação do local de Estação da Estrada de Ferro Brejão para Álvares Machado, assim homenageava o cientista político do Império, Francisco Álvares Machado e Vasconcelos. Em 26 de dezembro de 1927, conforme a Lei nº 2.242, o patrimônio foi elevado a Distrito de Paz, pertencente à Presidente Prudente. Em 30 de novembro de 1944, foi emancipado a município, assim partes das terras de Presidente Prudente foram agregadas ao território do novo município.³⁴⁶

Não obstante, de acordo com o parágrafo anterior, a colônia japonesa formada no bairro Brejão, quando da sua formação, pertencia a Presidente Prudente até 1944, data da emancipação político-administrativo do então distrito de Álvares Machado. Portanto, alguns trabalhos acadêmicos ou não, mencionam como colônia japonesa de Álvares Machado, sendo que na realidade tal colônia, até 1944, estava localizada no território de Presidente Prudente. Tal informação tem por objetivo esclarecer possíveis contradições que possam surgir quando da leitura de nosso trabalho, pois tratamos aqui da colônia como um todo, não obstante, podemos em algum momento mencionar fatos que ocorreram justamente na região de Álvares Machado, dando margem para interpretações equivocadas, principalmente por aqueles que realizaram trabalhos acadêmicos.

Nesse sentido, nosso trabalho abrange também japoneses de Álvares Machado, pois nosso recorte temporal foi delimitado entre 1908-1947, além do que a área urbana de ambos os municípios estão divididas somente por um curso d'água denominado como *Balneário da Amizade*, porém no percurso de nossa narrativa mencionamos fatos ocorridos, principalmente e não exclusivamente, com japoneses no território que atualmente compreende o município de

³⁴⁵ Melhores detalhes em TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 65-69.

³⁴⁶ Disponível em: <http://www.alvaresmachado.sp.gov.br/historia.php>. Acesso em 11 nov. 2015.

Presidente Prudente, mas poderemos mencionar fatos ocorridos em outros municípios que antes eram distritos de Presidente Prudente, ou mesmo de municípios no entorno, pois sendo Presidente Prudente comarca, é recorrente que os acontecimentos que envolvam a colônia japonesa na Alta Sorocabana no período em questão, serem registrados, principalmente juridicamente, em Presidente Prudente.

2.2 A FORMAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente surge pelo empreendimento de dois homens com objetivos diferentes, um é herdeiro de uma vasta extensão de terras ainda não exploradas comercialmente, ou seja, suas terras estavam cobertas de floresta nativa em que não se produzia nada em escala comercial, assim Francisco de Paula Goulart inicia o loteamento de suas terras, a maior parte dela em lotes de vários tamanhos para a produção agrícola, e um pequeno espaço para dar início a um núcleo urbano com o mínimo de infraestrutura para assistir o espaço rural. O outro era empresário do ramo imobiliário que tinha a incumbência de negociar outra extensão de terra também ainda não explorada comercialmente. Assim como o primeiro, visando valorizar o espaço rural, cria um núcleo urbano paralelo ao criado por Goulart. A divisa entre os dois espaços urbanos era a ferrovia. Esse último empresário era José Soares Marcondes.

Sobre os espaços mencionados que deram origem a Presidente Prudente e sobre seus principais colonizadores, registraremos maiores informações nas próximas páginas.

2.2.1 DE TERRAS DEVOLUTAS ÀS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES COM POPULAÇÃO NACIONAL

O atual Oeste Paulista,³⁴⁷ região da Alta Sorocabana, faz fronteira ao Sul com o Estado do Paraná, ao Norte com a região noroeste do Estado de São Paulo (limite com o rio do Peixe), a Oeste com o Mato Grosso do Sul e a Leste com a região central do Estado de São Paulo. O estado de São Paulo está dividido em dez regiões administrativas e o município de

³⁴⁷ Anexo 4.

Presidente Prudente é a sede da 10ª Região Administrativa Estadual,³⁴⁸ conforme Decreto-lei n.º 48.162, de 03 de julho de 1967; esta região está localizada no Sudoeste paulista e sua extensão territorial é de 23.952 Km², aproximadamente 9,6% do território paulista.³⁴⁹

Para que possamos compreender o surgimento de Presidente Prudente e sua expansão e transformação socioeconômica se faz necessário conhecer e compreender como essa região foi colonizada por população não indígena. Nesse sentido, isso se justifica, segundo José Ferrari Leite, com base na concepção de Jean Philippe Chabot, de que “...não há cidade sem região nem região sem cidade”.³⁵⁰

Essas terras só eram povoadas até então por nativos.³⁵¹ Portanto, os primeiros moradores, exceto os índios, dessa porção de terras foram José Teodoro e sua família (filhos, genros, noras, primos e cunhados), essa era uma estratégia de legitimar a posse. Assim, José Teodoro se estabelece às margens do Rio Turvo e inicia sua empreitada de vender parte de sua gleba.³⁵² Mesmo após vender e perder boa parte para grileiros da porção de terras que tomou posse, após sua morte, uma respeitável porção foi distribuída a seus herdeiros.³⁵³

Os primeiros compradores, como José Teodoro, eram de Minas Gerais, entre eles dois se destacaram, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes. O primeiro era parente de José Teodoro, chegou até os ribeirões Laranja Doce e Anhumas,³⁵⁴ localizados aproximadamente a 20 Km de distância a leste de Presidente Prudente, porém não conseguiu legitimar a posse, mesmo assim vendeu parte de suas terras, entre os compradores estão Domingos Ferreira de Medeiros e José Custódio Vêncio que adquiriram terras onde atualmente é Presidente Prudente. Fixaram residência em Conceição de Monte Alegre, município que disputava com Campos Novos do Paranapanema³⁵⁵ a jurisdição dessa região.

³⁴⁸ LEITE, op. cit., p. 213-214.

³⁴⁹ Disponível em: http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/manuais/presidentepudente.pdf. Acesso em 21 jan. 2017.

³⁵⁰ JEAN PHILIPPE CHABOT apud LEITE, op. cit., p. 10.

³⁵¹ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 15; LEITE, 1972, op. cit., p. 49-52.

³⁵² MONBEIG, 1984, op. cit., 134-135.

³⁵³ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 19-20; LEITE, 1972, op. cit., p. 53.

³⁵⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., 134.

³⁵⁵ Atualmente Campos Novos Paulista.

Com a morte de Domingos Ferreira de Medeiros no início do século XX, suas terras ficam para seus herdeiros.³⁵⁶

Em fevereiro de 1877, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes continuaram seus empreendimentos na tentativa de venderem as terras entre os Vales do rio Paranapanema e rio do Peixe, porém, entre outros motivos, o receio que tinham do ataque de indígenas dificultava a marcação dos limites das porções de terras, dificultando a venda de suas terras, pouco foi vendido.³⁵⁷

Nesse sentido, José Ferrari Leite menciona a resistência indígena

Nem mesmo os mais audaciosos caçadores arriscavam-se a embrenhar-se pelas matas e cerradões, habitado então por belicosas tribos indígenas, entre as quais sobressaía-se a dos coroados, não só pelo número, mas também como os mais impetuosos defensores dos seus domínios. Em seguida vinham os caiuíá³⁵⁸ e os chavantes.³⁵⁹ A Fama dos silvícolas espalhou-se e sua “ferocidade” foi muitas vezes multiplicada.³⁶⁰

Com base em relatórios da Comissão Geográfica e Geológica, Leite deixa patente a necessidade de maiores cuidados no momento de explorar locais considerados inóspitos

Uma das expedições organizadas pelo Governo do Estado para o reconhecimento da região (1905), narra em seu relatório: “...já tínhamos também escolhido o pessoal composto de 78 pessoas, inclusive o pessoal superior e militar, representado por dez praças de polícia...”.³⁶¹

³⁵⁶ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 20-21; LEITE, 1972, op. cit., p. 52.

³⁵⁷ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 22.

³⁵⁸ Coroados e os caiuíá, acudados pela civilização a leste e cercados pelo grande rio, a oeste, dominavam amplamente, ao que parece, os sertões do Sudoeste Paulista, procurando impedir a entrada de expedições menos prevenidas. Esses nativos desapareceram por completo na região até a década de 1910, cf. LEITE, 1972, op. cit., p. 51.

³⁵⁹ A tribo dos chavantes já se encontrava em processo de retirada da região, preferindo as ricas áreas de caça do outro lado do Rio Paraná, nas margens sul-mato-grossenses. Esses nativos desapareceram por completo da região até a década de 1910, cf. LEITE, 1972, op. cit., p. 51.

³⁶⁰ LEITE, 1972, op. cit., p. 49.

³⁶¹ Maiores informações e outros depoimentos em LEITE, 1972, op. cit., p. 49, 132-133.

Segundo Leite, essa expedição registra o confronto com população indígena na região, narrando que

Menos felizes nesse rio (do Peixe), que no Aguapeí, tivemos necessidade de enfrentar por duas vezes esses ferozes inimigos dos sertanejos...Antes de passarmos a barra do Ribeirão dos Coroados e em ocasião que o pessoal de terra tinha embarcado, da canoa dos vigias conseguiram lobrigar uma aldeia onde uma porção de índios esperavam nossa aproximação.. Dispersos a tiros disparados contra o mato, desembarcados, em seguida, para arrecadar os objetos que na fuga pudessem ter deixado. Entre outras coisas encontramos cerca de cem flechas e diversos arcos.³⁶²

Alguns dias depois a mesma expedição teve outro confronto com os nativos, conforme fragmento a seguir

...mal tínhamos andado um quilômetro e passado a barra do Ribeirão da Emboscada, quando da margem direita e do meio do mato começaram a atirar flechas contra a primeira canoa. Esta defendeu-se e, auxiliada também pelo pessoal das outras, pôde ver-se livre dos assaltantes, depois dêstes terem ferido a quatro dos nossos...fizemos um desembarque, não só para desalojar os selvagens, como para arrecadarmos o seu material bélico o que conseguimos trazendo 80 flechas e seis arcos grandes.³⁶³

Leite ainda menciona outra narrativa de Armando Nogueira Cobra porém, nessa narrativa o confronto entre indígenas e não indígenas não é mais de grupos expedicionários, mas com pessoas que se fixaram na região como sitiantes, conforme fragmento abaixo

Em seguida, os sitiantes penetravam nas habitações e encontrando-se com as índias, a umas aprisionavam, a outras matam, bem como aos indiosinhos, aos quais conta-se que chegavam a levantar do chão ou da cama, atira-los para o ar e espeta-los em ponta de faca, outras vêzes, toma-los pelos pés e da com suas cabecinhas nos paus, partindo-as. Às Mulheres grávidas , rasgavam-lhes o ventre e depois de finda a carnificina, amontoavam os cardáveis sobre os quais lançavam fogo bem como aos ranchos. A estes, variando a tática, de quando em vez, nem sempre punham fogo; deixavam-nos de pé e deitavam substâncias venenosas nos utensílios de cozinha e nos alimentos ali guardados, para que fosse victimado no comer algum que por ventura sobrevivesse.³⁶⁴

³⁶² LEITE, 1972, op. cit., p. 132.

³⁶³ LEITE, 1972, op. cit., p. 132-133.

³⁶⁴ COBRA, 1923 apud LEITE, 1972, op. cit., p. 133-134.

Dióres Santos Abreu também menciona alguns conflitos entre fazendeiros e indígenas em fins do século XIX. Segundo o autor as dificuldades eram grandes, pois os não indígenas que pretendiam ocupar a região tinham de disputar o território com os índios, principalmente os Coroados, que segundo relatos, não eram passivos a invasão de qualquer outra população, atacando-os e matando-os. Nesse sentido, Abreu menciona um relato de Teodoro Sampaio que conta que

Em 1884, os índios assaltaram a fazenda de José de Paiva, em São Mateus, mataram dois escravos que trabalhavam nas plantações e roubaram toda a ferramenta. De José Teodoro de Souza, estabelecido no Rio Capivara, mataram de uma vez treze pessoas entre homens, mulheres e crianças. Os cadáveres foram achados despídos e mutilados de um modo horroroso, estando uma mulher espetada em uma estaca aguda que lhe vinha sair ao pescoço e as crianças com os crânios despedaçados. Além das pessoas, foram encontrados mortos os cavalos e os bois do carro.³⁶⁵

Abreu ainda menciona outros relatos de ataques de índios às habitações dos fazendeiros, esses por sua vez revidavam, chegando ao ponto da dizimação de aldeias inteiras, não obstante os fazendeiros quando desconfiavam de um possível ataque, organizavam-se com o intuito de anteciparem-se aos ataques dos índios, essa organização era denominada como *dada*, expedições que tinham como principal objetivo, caçar indígenas. Os sobreviventes eram levados para as fazendas como escravos.³⁶⁶

Mesmo que essas narrativas contenham exageros, não podemos negar que os conflitos existiram, não obstante, tais conflitos foram mencionados em outras obras bibliográficas ou literárias.

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, era comum ataque de índios às moradias humildes dos desbravadores, os índios ficavam à espreita esperando o melhor momento para sua investida, a simples distração dos colonizadores brancos era suficiente para que os indígenas se apoderassem de armas e utensílios, segundo o autor, “Eram assinaladas essas razias por atrozes morticínios, a flechadas e facadas.”³⁶⁷

³⁶⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 22-23.

³⁶⁶ COBRA, 1923, p. 139 apud ABREU, 1972, op. cit., p. 23; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 131.

³⁶⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 130-131.

Contudo, segundo Monbeig, os brancos respondiam aos ataques indígenas com igual ou maior violência, chegando ao ponto de formarem expedições de verdadeiros caçadores de índios, denominados bugreiros.³⁶⁸

Nesse sentido, de acordo com Ziliani, o Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, contratado para abrir a estrada boiadeira do lado Paulista pelo coronel Francisco Whitaker, administrador das fazendas de Arthur Diederichsen, um dos sócios da CVSPMT, era “...um dos mais obstinados caçadores e matadores de índios, principalmente contra aqueles que mais resistiram em entregar as suas terras , os caingangues ou coroados.”³⁶⁹

De acordo com Monbeig, as hostilidades indígenas dificultaram o avanço das frentes pioneiras até início do século XX, inclusive na construção de ferrovias, como a da estrada de ferro que ligaria Bauru ao Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Porém, segundo o autor, os novos colonizadores se utilizaram das clareiras abertas pelos índios para avançarem mata adentro e destruírem por completo as civilizações nativas.³⁷⁰

Contudo, mesmo com a resistência indígena o avanço das frentes pioneiras continuou, pois a ambição era mais forte rompendo as dificuldades, nesse sentido José Ferrari Leite menciona que os

Bandeirantes modernos, tão intrépidos quanto seus antepassados e não menos ambiciosos, ocuparam uma área usando dos mesmos processos que aqueles, desbaratando desenfreadamente a flora, a fauna, o índio. ... é lícito reconhecer que, deste pioneirismo audacioso, surgiu uma zona rica e próspera, cujas condições geoeconômicas suplantam mesmo alguns Estados da Federação.³⁷¹

Antes de prosseguirmos em nossa narrativa sobre a formação de Presidente Prudente, queremos observar que o olhar estereotipado de alguns autores coloca o índio no mesmo patamar da fauna e flora. Encontramos uma hipotética explicação para isto no trabalho de José de Souza Martins quando ele referencia a concepção de fronteira por Frederick Jackson Turner (1956) dizendo que “...era a do limite entre civilização e barbárie.”, e para Darcy Ribeiro (1977) “...limite da civilização.” Martins ainda menciona que

³⁶⁸ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 131.

³⁶⁹ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 79.

³⁷⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 131-132.

³⁷¹ LEITE, 1972, op. cit., p. 9.

No Brasil, para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade da fronteira, a fronteira aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano.³⁷²

Nesse sentido, Martins menciona que nas décadas de 1960-1970 quando da exploração da Amazônia, ou seja, período contemporâneo ao trabalho de José Ferrari Leite, bem como de outros autores da história da região por nós pesquisada, várias localidades receberam o nome de São Felix, santo que na crença católica popular é protetor “...do homem contra os *animais peçonhentos e os índios*.” O autor ainda menciona que caminhando pelas ruas de São Felix do Araguaia-MT ouviu muitas vezes crianças hostilizando índios dizendo que não eram gente por não serem cristãos e ainda que um cacique chavante em Goiânia dizia sobre a importância de ser batizado como cristão, pois para o cacique “...o batismo constituía o reconhecimento da humanidade do índio e uma proteção em relação aos brancos que, pela falta do batismo, os consideravam animais.”³⁷³

Tais citações nos permitem acreditar que autores como José Ferrari Leite tinham uma perspectiva de que o índio pertencia à categoria dos não civilizados, se absurdamente pensarmos em categorias de humanidade, portanto eram igualados aos outros seres da natureza, ou seja, não eram vistos como pertencentes à categoria dos homens brancos (denominados civilizados), a exemplo da concepção que se tinha do escravo africano nos tempos coloniais. Portanto ambos, índios e escravos africanos, eram considerados coisas ou mesmo mercadorias.

Retornando a nossa narrativa sobre a formação de Presidente Prudente, de acordo com Leite, a notícia de prosperidade na Alta Sorocabana “...atraia pioneiros colonizadores e aventureiros de várias outras regiões e do próprio Estado de São Paulo, bem como expedições organizadas por particulares e pelo próprio govêrno do Estado.”³⁷⁴

Ainda no final do século XIX surgem dois outros personagens no desbravamento dessas terras, Manoel Pereira Goulart e João Evangelista Alves de Lima, o segundo permutou

³⁷² MARTINS, J. de S. *O tempo da fronteira*. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira, p. 33-34.

³⁷³ MARTINS, 1996, op. cit., p. 35-36.

³⁷⁴ LEITE, 1972, op. cit., p. 53.

o latifúndio denominado Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com o outro latifúndio denominado Fazenda Boa Esperança do Aguapeí de propriedade do primeiro, assim, o pai de um dos fundadores de Presidente Prudente fixa residência em suas novas terras, a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, mais precisamente na comarca de Campos Novos do Paranapanema, juntamente com a família, prática utilizada para legitimar a posse da terra que geralmente, era ilegítima,³⁷⁵ conforme apontamos anteriormente. Os limites da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio sempre foram alvo de contestação por outros fazendeiros, Goulart continuou negociando essas terras, ora vendendo parte dela, ora permutando com outras terras.³⁷⁶

Com a saúde debilitada por problemas mentais a administração das terras passa para as mãos de Dona Militânia Cândida Marques, esposa de Manoel Pereira Goulart, assessorada pelo filho mais velho Francisco de Paula Goulart. Com a morte do patriarca da família, em 14 de março de 1909, a propriedade foi inventariada, nessa época a dimensão do imóvel, na esfera jurídica, era de aproximadamente de 90.000 alqueires paulistas,³⁷⁷ assim os herdeiros continuaram a negociar essas terras, porém, ainda continuavam as contestações de limites.³⁷⁸

Francisco de Paula Goulart ficou com a maior parte da propriedade, pois ele ia comprando a parte dos irmãos, aumentando sensivelmente sua porção de terra ainda inexplorada.

Contudo, antes mesmo de Francisco de Paula Goulart iniciar a exploração de suas terras, já existia um ponto de apoio onde, segundo Ziliani, em 4 de junho de 1907 iniciou-se a construção de um rancho com o intuito de abastecer as tropas que conduziam o gado oriundo do Sul do Mato Grosso com destino a São Paulo e Rio de Janeiro, posteriormente serviu como ponto de apoio na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, assim estava fundada Indiana,³⁷⁹ ou seja, dez anos antes de Goulart fundar a Vila Goulart, que no futuro seria Presidente Prudente, Indiana já existia.

De acordo com Ziliani, Indiana se tornou um centro comercial, local em que se engordava o gado que vinha do Sul do Mato Grosso, bem como de criação, segundo o autor,

³⁷⁵ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 45-49.

³⁷⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 56-57.

³⁷⁷ Alqueire paulista medindo 24.200 mt², cf. em UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 196 e CAMARGO, 1981, op. cit., p.189.

³⁷⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 57-59; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 146.

³⁷⁹ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 79 e 123.

“Indiana se constitui um grande centro de criação e distribuição de gado para São Paulo.”³⁸⁰ Contudo, com a chegada dos trilhos da Sorocabana, Indiana foi gradativamente perdendo o *status* de polo regional, pois no fim da década de 1910 e nas décadas de 1920-1930, outros patrimônios surgem iniciando uma concorrência, assim Presidente Prudente é o primeiro distrito e posteriormente a primeira comarca, na região.³⁸¹

Nesse sentido, segundo Mombeig Presidente Prudente tinha sido

...aberta por um dos mais importantes vendedores de terras. Ao passo que outros patrimônios não dispunham senão de uma delgada faixa de terras cultivadas, à beira da estrada de ferro, para reclutar sua clientela, foi Presidente Prudente o centro comercial de uma zona lateral mais extensa. Não lançou esta cidade o movimento pioneiro para o oeste, mas no rumo do norte, em direção ao Rio do Peixe, ou para o sul, no rumo do Paranapanema. Foi lateralmente que ela pôde exercer a função de boca de sertão.³⁸²

O Coronel Francisco de Paula Goulart já casado, fixa residência em Assis. Em 1917, resolve abrir fazenda para explorar café e cereais, onde atualmente é Presidente Prudente. Chegou à região através do trem que ia até a estação Indiana,³⁸³ continuando a viagem até a estação da Memória³⁸⁴ por meio do trem que transportava operários da ferrovia, desse ponto em diante seguia a pé, ou pela mata virgem ou pela estrada boiadeira.³⁸⁵ Essa trajetória, narrada por Abreu em tom de epopeia nos dá uma dimensão do difícil acesso às terras onde se formaria a fazenda e, posteriormente, a cidade.

De acordo com Ziliani, a estrada boiadeira tinha proporcionado uma valorização dessas terras que, sem dúvida alguma aumentou com a chegada da estrada de ferro. Segundo o autor as terras que estavam no entorno da ferrovia tiveram uma valorização de até 1.000%, não obstante, “Na Alta Sorocabana dois foram os elementos que potencializaram o valor das

³⁸⁰ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 80-81.

³⁸¹ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 123.

³⁸² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 351.

³⁸³ Localidade que em 1907 foi criado o ponto de apoio entre Campos Novos do Paranapanema e o Porto Tibiriça nas barrancas do rio Paraná, maiores informações em LEITE, 1972, op. cit., p. 54-55; ZILIANI, 2010, op. cit., p. 79.

³⁸⁴ Atualmente Município de Regente Feijó/SP.

³⁸⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 58-60.

terras: a abertura da Estrada Boiadeira e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana.”³⁸⁶

Escolhido o ponto onde fixaria o local de referência para suas negociações, juntamente com o grupo que tinha organizado, ergueu o rancho na cabeceira do ribeirão Limoeiro e outro no Córrego do Veado. Segundo Monbeig, era comum grandes latifundiários venderem parte de sua propriedade e ficarem com parte dela. Os motivos eram diversos, porém os mais patentes eram, impedir que os grileiros tomassem posse de uma área que ambos sabiam que não tinha uma documentação legítima e a recuperação financeira do latifundiário que tinha sido atingido pela crise econômica no final do século XIX e início do século XX.³⁸⁷

De acordo com Abreu, Goulart solicita ao engenheiro João Carlos Fairbanks que “...projetasse um núcleo urbano defronte à estação, na mata virgem que então cobria o local.”³⁸⁸ Pois pretendia iniciar a venda de sua propriedade em lotes menores, “Esclareceu que desejava abrir uma fazenda confrontando com a cidade e iniciar loteamento de suas terras.” Assim foi feito, tendo como referência a futura estação ferroviária, foi traçada uma linha a 90° que separava o núcleo urbano³⁸⁹ do espaço rural, atualmente essa linha é a avenida Washington Luiz. No dia seguinte, 14 de setembro de 1917, data oficial da fundação do município, deu-se início a derrubada da mata para dar lugar a nova cidade.³⁹⁰

Goulart levanta nesse local um rancho de pau-a-pique onde recebia os potenciais compradores de suas terras que escolhiam o tamanho da porção de terra que podiam adquirir. Assim Goulart foi dividindo suas terras em porções desiguais, conforme o gosto dos compradores, bem como de suas possibilidades financeiras. Além disso, o comprador pagava como podia, instalava-se e iniciava a cultura sem qualquer racionalidade de limites entre os lotes, fator que gerou conflitos, alguns deles resultantes em mortes.³⁹¹

Esse método que Goulart mantinha possibilitou a chegada de pessoas de vários níveis sociais, desde colonos até pessoas que simplesmente procuravam serviço de qualquer

³⁸⁶ ZILIANI, 2010, op. cit., p. 80, 92 e 96.

³⁸⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 143-146.

³⁸⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 60.

³⁸⁹ Atualmente esse núcleo é o espaço entre as avenidas Brasil, Washington Luiz, Coronel José Soares Marcondes e Coronel Manoel Goulart.

³⁹⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 60.

³⁹¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 61-62.

segmento. Ainda propiciou a Goulart, entre outras vantagens, o impedimento de que grileiros se apossassem de suas terras, de acordo com Abreu “... solidarizando-se em sua defesa contra grileiros e os posseiros usurpadores.”³⁹² Assim, Goulart, além de possibilitar o aumento da população rapidamente, também conseguia receita para trabalhar suas terras com a venda de parte dela e indiretamente uma proteção.

Goulart sabia que a criação de um núcleo urbano com um mínimo de infraestrutura facilitaria e dinamizaria a venda da porção rural, portanto, em 1918, de acordo com o projeto em mãos providenciou rapidamente a demarcação desse perímetro³⁹³ dividindo-o em 25 quarteirões num total de 200 lotes de 968 m² cada. De acordo com Monbeig, é comum que o loteador determine que rapidamente se abra as ruas na recente clareira aberta, iniciando de imediato a venda dos lotes urbanos.³⁹⁴ Com o intuito de melhorar as vendas, Goulart fixou residência com a família nesse núcleo urbano. Nesse sentido, deu início a infraestrutura urbana, com a construção de uma capela e a instalação de um armazém de secos e molhados.³⁹⁵

De acordo com Monbeig, “O desenvolvimento desses núcleos é uma garantia de sucesso para o empreendimento.” Nesse sentido, o autor menciona que, “... muitas vezes aparecia a fundação urbana como empresa especializada,...”.³⁹⁶ Não obstante, a Vila Marcondes surge em decorrência da Cia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio, como veremos nas próximas páginas.

Paralela às terras de Francisco de Paula Goulart existia outro latifúndio - a leste e norte -, tendo como divisa a linha férrea, denominado Montalvão. Essa porção de terra fazia divisa com o rio do Peixe. No século XIX pertencia a Francisco de Paula Moraes, depois de processo de vendas e longas demandas de legitimação uma porção de terra, com aproximadamente 10.000 alqueires paulistas, foi entregue como pagamento pelos honorários do advogado Dr. Amador Nogueira Cobra, em 1905. Essa porção de terra estabelecia-se em frente à estação férrea.³⁹⁷

³⁹² ABREU, 1972, op. cit., p. 62.

³⁹³ Existe a planta desse primeiro núcleo urbano em ABREU, 1972, op. cit., p. 64.

³⁹⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 358.

³⁹⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 62-63; LEITE, 1972, op. cit., p. 119.

³⁹⁶ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 235 e 337.

³⁹⁷ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 65-69.

Contudo a colonização da Montalvão, diferente da Pirapó-Santo Anastácio, não foi realizada diretamente pelo seu proprietário. O Dr. Amador Nogueira Cobra contratou a Cia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio,³⁹⁸ de acordo com Monbeig, uma das maiores empresas de colonização que atuou na região.³⁹⁹ Pertencia ao Cel. José Soares Marcondes,⁴⁰⁰ assim, iniciou-se em 1919 a colonização das terras a leste e a norte da linha férrea Sorocabana. O Próprio Marcondes adquiriu para si uma porção dessas terras.⁴⁰¹

Nesse sentido, de acordo com Monbeig aparecem nas zonas pioneiras, “... os capitalistas mercadores de terras ao lado dos fazendeiros, dos agrimensores,...”⁴⁰²

A Companhia Marcondes ficou responsável em vender 4.700 alqueires, dividindo-os na grande maioria em pequenos lotes de 2, 3, 5, 10, 20 e 50 alqueires, contudo existiam alguns lotes maiores, porém em pequena quantidade, segundo Abreu.⁴⁰³

Outra diferença na colonização dos dois latifúndios foi a organização dos lotes, bem como das vendas. Na colonização Marcondes, todos os lotes tinham de ter água para pastagens e terras altas para o cultivo, ainda, todos os lotes eram dotados de uma via de comunicação única que os ligava a uma estrada principal ligada à estação férrea. Quanto à venda os compradores só recebiam a escritura após a liquidação da dívida.⁴⁰⁴

Nesse sentido, Abreu menciona que

Com uma estrutura comercial mais ampla e mais organizada, o Coronel Marcondes dinamizou a venda de terras na Alta Sorocabana, beneficiando-se da política da valorização do café, característica da década de 20 que trouxe uma euforia para os negócios da lavoura em geral. A Companhia Marcondes chegava a fretar vagões da Sorocabana para trazer compradores de terra. Além da propaganda organizada, muito influenciou no sucesso das vendas a personalidade extrovertida do Coronel Marcondes.⁴⁰⁵

³⁹⁸ Não só a Cia de José Soares Marcondes colonizou a região outras fizeram parte dessa empreitada, entre elas a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, cf. maiores detalhes em LEITE, 1972, op. cit., p. 57.

³⁹⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 203.

⁴⁰⁰ José Soares Marcondes residia na capital do Estado.

⁴⁰¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 69-70.

⁴⁰² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 146.

⁴⁰³ ABREU, 1972, op. cit., p. 69 e 74.

⁴⁰⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 70, 72 e 74.

⁴⁰⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 74-75.

Porém, o desbravamento daquelas terras virgens cobertas por mata virgem e árvores, era igual nas duas partes colonizadas. O comprador tinha a incumbência de, juntamente com seus familiares, promover a limpeza da área para o cultivo, aproveitando a madeira de lei extraída para a construção de suas casas rústicas.⁴⁰⁶

Diante do exposto, podemos afirmar que o modo utilizado por ambos empreendedores na divisão de suas terras em lotes de vários tamanhos possibilitou, de acordo com Monbeig, que na Alta Sorocabana o tipo de povoamento rural fosse tipicamente de sitiantes.⁴⁰⁷

Como seu concorrente, o Cel. Goulart, Marcondes viu a necessidade de criar um núcleo urbano dinamizando as vendas dos lotes rurais. Assim, surge a Vila Marcondes, de início com a instalação dos escritórios da filial da companhia, bem como armazém que fornecia produtos em geral, abastecendo os compradores das porções da Fazenda Montalvão.⁴⁰⁸

Segundo Leite, as disputas econômicas e políticas entre Goulart e Marcondes foi benéfica para o desenvolvimento de Presidente Prudente “Outrossim, a rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se profundamente benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores.”⁴⁰⁹ Em suma, da união dos dois núcleos urbanos surge o município de Presidente Prudente, que tinham a princípio o objetivo de abastecer de gêneros e de ferramentas para o trabalho, a população rural, de acordo com Abreu “... onde se encontrasse escola, farmácia, médico e hospital. Êsses elementos seriam atrativos para a fixação de compradores de terras.”⁴¹⁰

A partir do surgimento do núcleo urbano sua relação com o campo foi intensa, pois os produtores rurais eram totalmente dependentes dos serviços oferecidos por esse espaço, tanto para absorver sua produção, bem como para escoá-la, além dos bens de consumo necessários para o cotidiano, como alimentos, vestuários e instrumentos de trabalho.⁴¹¹

⁴⁰⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 99.

⁴⁰⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 202.

⁴⁰⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 77.

⁴⁰⁹ LEITE, 1972, op. cit., p. 154.

⁴¹⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 45 e 47; ABREU, 1996, op. cit., p. 18-19.

⁴¹¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 158.

O crescimento das vilas necessitava de uma infraestrutura maior e eficaz, portanto era necessária a atuação do estado, contudo isso só poderia se concretizar mediante a emancipação político-administrativa, assunto que detalharemos a seguir.

2.2.2 DO SURGIMENTO DO DISTRITO POLICIAL À EMANCIPAÇÃO

O desenvolvimento econômico da região foi promissor, sendo que novas frentes rurais e urbanas foram se concretizando. Muitas pessoas aportaram através da ferrovia em busca de adquirir terras ou montar outros negócios, bem como aqueles que chegavam em busca de emprego na área rural ou urbana. Nesse sentido, os núcleos urbanos foram se avolumando com novas casas e prédios comerciais. Já em 1920, existia escola, serviço postal,⁴¹² bem como a imprensa jornalística da capital fazia-se presente na região.⁴¹³

Diante desse desenvolvimento surge a necessidade da efetiva presença do estado que era ausente, pois as Vilas Goulart e Marcondes não eram assistidas pelos municípios que disputavam a região, Conceição de Monte Alegre e Campos Novos do Paranapanema. Ambas enviavam fiscais para a cobrança de impostos, fato que causava perturbações entre os moradores, pois não sabiam a quem pagar tais tributos. Tal abandono propiciava as práticas coronelistas, ou seja, todo e qualquer serviço público era realizado precariamente pelos seus fundadores, os Cel. Goulart e Marcondes.⁴¹⁴

Abreu também afirma que, embora as Vilas Goulart/Marcondes tenham sido prósperas, neste período, elas não estavam livres do aparecimento de delinquentes,

era natural que para lá afluíssem marginais de toda espécie: jogadores, criminosos foragidos da justiça, ladrões, enfim, toda sorte de aventureiros. Para alguns era o refúgio, para outros, a oportunidade para algum golpe rendoso. Daí a frequência de crimes, brigas e assalto a mão armada na calada da noite. Além disso, os próprios colonos, às vezes, excediam-se no álcool dando curso às paixões e cometiam desatinos cuja impunidade era estímulo para novas desavenças.⁴¹⁵

⁴¹² Ainda não existia uma agência do correio, as correspondências chegavam por intermédio de um estafeta vindo de Indiana.

⁴¹³ ABREU, 1972, op. cit., p. 81.

⁴¹⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 81.

⁴¹⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 82-83.

A citação acima nos indica que nem tudo era tranquilo no processo de colonização, os problemas eram múltiplos, pois a carência de uma infraestrutura mínima dificultava a vida dos que escolhiam a região para viver. Tais conflitos, contudo, não se limitavam a elementos externos às vilas, já que havia crimes cometidos pelos próprios habitantes.

Abreu ainda menciona que precariamente o próprio Goulart tomava conta, às vezes do policiamento, mas no decorrer do tempo, percebeu-se a necessidade de solicitar ao Governo do Estado a instalação do Distrito Policial e a nomeação de um Inspetor de Quarteirão. Assim foi criado o Distrito Policial em 1921⁴¹⁶

A presença do Coronel Goulart, êle próprio lavrador, era um estímulo moral para o combate. Seu prestígio de grande proprietário resolvia questões entre os moradores, afugentava os valentões e os fora-da-lei que apareciam. No início, o próprio Goulart tomou conta do policiamento. Mas, com o agravamento da situação, era preciso uma solução mais drástica. Era preciso procurar o Govêrno do Estado e pedir a criação do Distrito Policial e a conseqüente nomeação de um Inspetor de Quarteirão para ser o guardião da ordem e da lei. Escolheu Ulysses Ramos de Castro para aquêle posto, e o Distrito Policial foi criando em 1921.⁴¹⁷

Presidente Prudente então desmembrada dos municípios de Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre, devido à criação do distrito policial, tem seus limites assim definidos: ao norte com o rio Aguapeí-Peixe, ao Sul rio Paranapanema, a leste com o municípios supra citados e a oeste com o rio Paraná.⁴¹⁸

Porém, o Distrito Policial não foi suficiente para um local com status de município, era necessário emancipar Presidente Prudente, não obstante faltava receita pública para iniciar uma infraestrutura mínima para um município, portanto, o principal objetivo da emancipação era angariar recursos públicos, pois toda a arrecadação de impostos era revertida para os municípios de Conceição de Monte Alegre ou de Campos Novos do Paranapanema, que disputavam o poder administrativo da região. Nesse sentido, a ideia foi proposta ao então Presidente do Estado, o Sr. Washington Luís, em visita à região, em outubro de 1921, que ao retornar à capital do Estado enviou o projeto nº 21 ao Congresso do Estado propondo a criação dos distritos de paz de Santo Anastácio e de Presidente Prudente, bem como a criação

⁴¹⁶ LEITE, 1972, op. cit., p. 119; ABREU, 1996, op. cit., p. 20.

⁴¹⁷ ABREU, 1972, op. cit., p. 82-83; existem fotos das Vilas Goulart e Marcondes, bem como da estação ferroviária de 1921 em ABREU, 1972, op. cit., p. 85 e 94.

⁴¹⁸ LEITE, 1972, op. cit., p. 120.

do município de Presidente Prudente. Assim, o projeto nº 21/1921 após os tramites legais foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente do Estado, pela Lei nº 1798, de 28 de novembro de 1921. De acordo com Abreu “Presidente Prudente nascia como um dos maiores municípios do Estado.” Se transformando na “...cabeça política administrativa da região, iria tomando cada vez mais a posição de Capital da Alta Sorocabana.”⁴¹⁹

Contudo a emancipação não foi tranquila, existia oposição à sua criação, pois com a autonomia político-administrativa, os dois municípios que disputavam a região, Conceição de Monte Alegre e Campos Novos do Paranapanema, perderiam receitas e principalmente votos, portanto, seus chefes políticos eram resistentes à ideia, além de que o próprio Marcondes era aliado político dos grupos dominantes daquelas localidades, importante para a manutenção de suas relações de poder.⁴²⁰ Mas como Marcondes, Goulart tinha seus aliados políticos que eram favoráveis à criação do município. Após vários embates e reuniões ficou assentada a criação do município com sede em Presidente Prudente, reunindo as duas vilas (Marcondes e Goulart) e Santo Anastácio como Distrito de Paz, tendo em vista os chefes políticos de Santo Anastácio também terem interesse de emancipar aquela localidade.⁴²¹

Em 8 de dezembro de 1922, acontece a emancipação judiciária pela Lei nº 1887, assim Presidente Prudente transforma-se em comarca, sendo desmembrada de Assis, contudo, de fato a emancipação só ocorre em 13 de março de 1923.⁴²²

Não obstante, devemos lembrar que a colônia japonesa em Presidente Prudente já se formava antes mesmo da emancipação político-administrativa de Presidente Prudente, pois em 1920 já existiam três bairros japoneses com considerável número de imigrantes no

⁴¹⁹ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 90 e 93.

⁴²⁰ Um dos aliados políticos de José Soares Marcondes era Ataliba Leonel Ferreira (1875-1934) foi um militar e político brasileiro. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1895, foi membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, representou São Paulo na Câmara Federal. Foi deputado estadual até 1926, e deputado federal até 1930. Em Piraju, também foi vereador (1898) e presidente da câmara quando fundou o diretório pirajuense do Partido Republicano Paulista (PRP), depois foi reeleito vereador. Em 1904 foi eleito deputado estadual e reeleito outras vezes. Ocupou o cargo de senador estadual por eleição e deputado federal. Que aparava os chefes políticos locais, o Coronel Eduardo de Freitas, representante político de Campos Novos do Paranapanema, e os chefes políticos de Conceição de Monte Alegre, o Coronel Antônio Nogueira e o Capitão Olympio Viriato de Oliveira. Contudo, Marcondes rompe o vínculo de subordinação política com Ataliba Leonel quando Júlio Prestes de Albuquerque assume o executivo paulista, pois de acordo com Abreu, Marcondes e Júlio Prestes eram compadres, segundo o autor essa relação tinha um grande grau de intimidade que dava a Marcondes livre acesso aos Campos Elíseos, tamanha era a intimidade que Marcondes dirijjá-se ao chefe do executivo como chamando-o de “Júlio”. Melhores detalhes em ABREU, 1972, op. cit., p. 212-219; ABREU, D. S. *Poder político local do populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959*, 1996, op. cit., p. 24-32.

⁴²¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 87 e 90.

⁴²² ABREU, 1996, op. cit., p. 24.

território do município, eram eles Vai-Bem, Brejão e Sankyô, sem considerarmos as famílias de imigrantes japoneses que moravam isoladas desses bairros.

2.2.3 O CAFÉ E A FERROVIA: AS VIGAS MESTRAS DA EXPANSÃO REGIONAL

O café está intimamente ligado com a origem de Presidente Prudente, embora inicialmente uma produção ínfima atraia colonizadores, contudo na década de 1920 a política de valorização do produto favoreceu a expansão da Alta Sorocabana. Não só o desenvolvimento do espaço rural, mas principalmente de novos espaços urbanizados, o que propiciou o aparecimento de novos centros urbanos nessa região.⁴²³ De acordo com Dióres Santos Abreu “O café valorizou e povoou as terras ‘descobertas’ pelos povoadores mineiros”.⁴²⁴ Lembrando que não somente mineiros foram os responsáveis, mas também paulistas e imigrantes.

Foi o principal produto agrícola do período nas décadas de 1920 e 1930 nessa região provocando um grande surto migratório, arquitetado por colonizadores que vislumbraram aproveitar economicamente o potencial dessas terras, entre eles dois foram os principais, Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. Nesse sentido, eles foram responsáveis por colocarem a região entre os principais produtores de café.⁴²⁵

Segundo Abreu

Esta segunda colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriam novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. Ambos utilizaram recursos legítimos e ilegítimos para obter terras e daí os “grilos”.⁴²⁶

⁴²³ ABREU, 1972, op. cit., p. 9-10 e 25; LEITE, 1972, op. cit., p. 9; ABREU, 1996, op. cit., p. 17.

⁴²⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 36; LEITE, 1972, op. cit., p. 57 e 61.

⁴²⁵ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 103-113; a expansão cafeeira e a produção estão registradas em jornais locais e relatórios da Estrada de Ferros Sorocaba entre as décadas de 1920 e 1940.

⁴²⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 36.

Nesse sentido, Leite menciona as características da

segunda onda, depois da Estrada de Ferro: formada por pioneiros mais colonizadores que desbravadores. Mineiros, paulistas, nordestinos e *imigrantes*. Criadores, agricultores, aventureiros, grileiros, latifundiários, fazendeiros, sitiantes, mercadores de terras. Etc. Brancos, negros, mulatos, caboclos e *amarelos*. Brasileiros, europeus e *asiáticos*.⁴²⁷

De acordo com Hermano Ribeiro Silva, a presença de imigrantes era forte na região, pois,

Na Alta-Sorocabana, nos sítios e fazendolas que se vão multiplicando, ou nas hospedarias, nas estações e nos trens, ressalta aos olhos o phenomeno do cosmopolitismo. Italianos, *japonêses*, portugueses, espanhols, hugaros, alemães, russos, muitissimos delles já cruzados com o nossos caboclos, estão a plasmar um novo typo sertanejo, cujo vigor e cuja iniciativa constituem logicamente um indice altamente favoravel para nossa ascensão progressista.⁴²⁸

Como vimos anteriormente, a região da Alta Sorocabana não foi constituída só por latifúndios, mas principalmente por lotes menores,⁴²⁹ possibilitando pessoas de menor potencial econômico a aquisição de suas terras e a realização do sonho de serem proprietárias de lavouras cafeeiras, dentre essas pessoas estava o imigrante.⁴³⁰ Aliada a essa metodologia colonizadora surge à necessidade da criação de um núcleo urbano, valorizando o espaço rural.⁴³¹

⁴²⁷ LEITE, 1972, op. cit., p. 56. (grifo nosso).

⁴²⁸ SILVA, Hermano Ribeiro. *Garimpos de Mato-Grosso: viagens ao sul do estado e ao lendário Rio das Graças*, p. 31. (grifo nosso).

⁴²⁹ Segundo ABREU, 1996, op. cit., p. 11, a ocupação, a força econômica e o crescimento populacional deveram-se às diversas e pequenas propriedades.

⁴³⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 36.

⁴³¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 10.

Os quadros abaixo nos possibilitam entender melhor como foi a formação fundiária na região, com base nos registros do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Prudente.

Quadro 4 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1923

ANO	1923			
PROPRIEDADE	Lote	Alqueires	% Lotes do total	% área global
Pequena	79	0,968,50	61,50	4,30
Média	32	3.914	23,60	17,60
Grande	13	4.953	10,20	22,20
Grandes Latifúndios	7	12.488,60	4,70	55,90
Totais	131	22.324,10	100,00	100,00

Fonte: ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista*: Presidente Prudente, p. 97-98.

Quadro 5 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1929

ANO	1929			
PROPRIEDADE	Lote	Alqueires	% Lotes do total	% área global
Pequena	103	1.137,25	63,60	3,03
Média	24	1.278,65	14,80	3,40
Grande	25	9.117,80	15,50	24,27
Grandes Latifúndios	10	26.040,19	6,10	69,30
Totais	162	37.573,89	100,00	100,00

Fonte: ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista*: Presidente Prudente, p. 97-98.

Quadro 6 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1934

ANO	1934			
PROPRIEDADE	Lote	Alqueires	% Lotes do total	% área global
Pequena	69	638,96	86,80	36,60
Média	9	381,75	11,80	21,86
Grande	1	725,00	1,40	41,54
Totais	79	1.745,71	100,00	100,00

Fonte: ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista*: Presidente Prudente, p. 97-98.

Quadro 7 – Situação fundiária em Presidente Prudente 1940

ANO	1940			
PROPRIEDADE	Lote	Alqueires	% Lotes do total	% área global
Pequena	43	404,98	89,59	55,23
Média	4	177,75	8,32	24,34
Grande	1	150,00	2,09	20,43
Totais	48	732,73	100,00	100,00

Fonte: ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista*: Presidente Prudente, p. 97-98.

De acordo com Abreu e Camargo, podemos classificar as propriedades rurais da seguinte maneira: de 0 a 25 alqueires é a pequena propriedade; de 25 a 100 alqueires é a média propriedade; acima de 100 alqueires é a grande propriedade.⁴³²

⁴³² ABREU, 1972, op. cit., p. 97; CAMARGO, 1981, op. cit., p.189.

Segundo Ferrari, os grandes latifúndios possuíam mais de 10.000 hectares (ha) cada um, convertendo em alqueires, tinham aproximadamente 4.132 alqueires. Camargo afirma que, de modo geral, há uma flexibilidade, dependendo da região, são considerados grandes latifúndios propriedades rurais que ultrapassam 500 alqueires, além do que na classificação dessas propriedades não é levado em conta somente sua extensão, alguns autores dizem que outros fatores são relevantes para classificar as propriedades rurais, como fator econômico, organização da exploração agrícola, número de trabalhadores, o investimento, tipo de cultura predominante, rendimento da exploração agrícola, entre outros.⁴³³ Porém, em nosso trabalho estamos classificando somente pela extensão.

Outro dado importante sobre a situação fundiária na região da Alta Sorocabana é o número de propriedades rurais nas mãos dos estrangeiros. Segundo Camargo, em 1920, 23% dessas propriedades estavam nas mãos de estrangeiros, passando para 40% em 1934. Entre os estrangeiros, o italiano está em primeiro lugar em 1934 com 40% das terras pertencentes aos estrangeiros, caindo para 32% em 1940, essa queda está diretamente relacionada à entrada do imigrante japonês na região da Alta Sorocabana. Contudo, na região de Presidente Prudente em 1934, 70% das terras rurais pertenciam aos estrangeiros, desse percentual, 23% pertenciam aos japoneses.⁴³⁴

Pierre Monbeig informa a situação fundiária em Presidente Prudente em 1939-1940 não por quantidade de propriedade, mas por tamanho, ou seja, a cada padrão de propriedade o autor indica o total em alqueires e a porcentagem do total global, conforme quadro a seguir.⁴³⁵

Quadro 8 – Situação fundiária em Presidente Prudente (1939-1940)

Padrão de Propriedade	Nº 1 0 a 25	Nº 2 25 a 50	Nº 3 50 a 100	Nº 4 100 a 500	Nº 5 300 a 1000	Nº 6 mais de 1000
Total em alqueires por padrão	17035	5732	5392	14241	15188	16183
%	22,8%	7,9%	7,2%	19%	21%	21,6%

Fonte: Departamento Estadual de Estatística, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio. São Paulo.

Podemos observar quadro a quadro que aumentam as porcentagens de lotes pequenos e diminuem os lotes médios em relação ao global das terras cultiváveis, sendo que nos anos de 1934 e 1940 os grandes latifúndios desaparecem e as grandes propriedades diminuem expressivamente em quantidade e porcentagem do global das terras cultiváveis.

⁴³³ FERRARI, 1972, op. cit., p. 108; CAMARGO, 1981, op. cit., p.190.

⁴³⁴ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 248-249.

⁴³⁵ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 212-213.

Nesse sentido, Abreu menciona que

O sistema de loteamento foi rendoso. A êle se dedicaram também fazendeiros, loteando parte de suas terras para financiar suas plantações. Assim, o planalto ocidental conheceu ao lado do latifúndio cafeeiro, a pequena propriedade explorada pelo colono e sua família.⁴³⁶

Segundo Leite, esse sistema foi o propulsor do surgimento de núcleos urbanos, pois “A democratização das terras é, indubitavelmente, responsável pelo grande número de unidades municipais, não só na Alta Sorocabana, mas também na Alta Paulista e Norte Paranaense.”⁴³⁷

Não só o café foi o promotor da expansão da Alta Sorocabana, mas a ferrovia também teve sua igual importância nesse mistério, pois o transporte ferroviário contribuiu com o povoamento com nacionais e imigrantes da região, colaborando na economia cafeeira e algodoeira, ligando a região aos grandes centros. Os negociantes de terras a utilizavam para levarem os potenciais compradores de terras para conhecerem a região.⁴³⁸ Nesse sentido, Monbeig vai afirmar que as ferrovias são verdadeiras *artérias mestras*, tendo como afluentes as rodovias, que drenam, principalmente a produção agrícola.⁴³⁹

De acordo com Monbeig, a transformação do transporte ferroviário tem início ainda no Brasil Império, pois a distância entre as regiões produtoras no interior paulista e o litoral, onde estavam localizados os portos exportadores do produto, aumentavam cada vez mais, tendo em vista os cafezais estarem se expandindo para regiões denominadas de *sertões*, nesse sentido, segundo o autor, “Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral...”⁴⁴⁰

Agregando as afirmativas de Monbeig, de acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz, com a complexidade de uma sociedade a tendência é a separação espacial dos centros

⁴³⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 37.

⁴³⁷ LEITE, 1972, op. cit., p. 58.

⁴³⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 38.

⁴³⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 385.

⁴⁴⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 95.

produtores dos consumidores, não obstante, as vias de transportes são pontos cruciais para a vida econômica.⁴⁴¹

Podemos observar que a atividade econômica e a formação de novos povoamentos de população não indígena estão intimamente relacionadas, bem como as diversas atividades econômicas também estão relacionadas, pois na região objeto de nossa pesquisa, a ferrovia, pelas informações que obtivemos, chega concomitante ao café ou primeiro, bem como aos povoamentos, pois, segundo Monbeig, “O povoamento desencadear-se-ia com a circulação dos primeiros trens, coincidindo as datas, com poucos meses de diferença. ...na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro.”⁴⁴²

Nesse sentido, de acordo com Queiroz, os meios de transportes têm sua parcela na alteração “... ou mesmo na criação de novas circunstâncias.”, influenciando o meio na transformação socioeconômica. Segundo o autor os meios e vias de transportes também são responsáveis pela ligação de diferentes culturas, costumes e ideias.⁴⁴³

Tanto a construção como a exploração da Ferrovia Sorocabana, fundada em 10 de julho de 1870, era de capital privado, contudo existiam incentivos oficiais para sua construção e operação, mas a iniciativa privada não suportou a crise do início do século XX, sendo a ferrovia arrematada pelo Governo Federal e transferida para o Governo do Estado de São Paulo em 1905. Inicialmente a Estrada de Ferro Sorocabana, inaugurada em 1875,⁴⁴⁴ não tinha o propósito das demais ferrovias paulistas, ou seja, escoar a produção cafeeira, mas escoar a produção de algodão da região de Sorocaba, para a capital Paulista, Brasil e mercados estrangeiros, contudo na década de 1880 foi criado um ramal que ligava a ferrovia a fábrica de ferro São João de Ipanema na mesma região,⁴⁴⁵ portanto ampliando os produtos transportados pela ferrovia, segundo Abreu, posteriormente ligou-se a interesses

⁴⁴¹ QUEIROZ, P. R. C. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: FILHO, A. G., QUEIROZ, P. Roberto C. (orgs.). *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*, p. 99.

⁴⁴² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 197.

⁴⁴³ QUEIROZ, 2011, op. cit., p. 100-101.

⁴⁴⁴ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 173.

⁴⁴⁵ Maiores informações em SANTOS, N. P. dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)*, p. 102, 110-117 e 164; OLIVEIRA, M. de. *O Curso de ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana (1931-1950)*, p. 33-43.

agropastoris.⁴⁴⁶ Nesse sentido, de acordo com Verena Stolcke, “Na região da Alta Sorocabana, a estrada de ferro foi inaugurada quando os preços do café estavam em ascensão...”⁴⁴⁷

Agregando as informações de Abreu sobre os propósitos originais da Estrada de Ferro Sorocabana, de acordo com Leite, o Governo Federal “Cumprindo um programa estratégico do Govêrno brasileiro, de ordem política e militar, no sentido de tornar mais acessível o oeste aos centros litorâneos.”⁴⁴⁸

Nesse sentido, de acordo com Leite “Na segunda década do século XX, atraídos pelo movimento de gado que provinha do Mato Grosso⁴⁴⁹ pela ‘boiadeira’, que já alcançara Indiana, os dirigentes da Estrada de Ferro Sorocabana resolvem alterar a rota de seus trilhos.”⁴⁵⁰

Como seu propósito foi alterado, fazia-se necessário também alterar seu traçado, dessa maneira, passaria na região compreendida entre os rios Paranapanema (sul) e Peixe (norte), chegando a Alta Sorocabana em 1916, segundo Leite “...onde, florescia um jovem patrimônio conhecido por uns como Patrimônio do Veado e, mais comumente, por Vila Goulart...”, sendo inaugurada a estação de Presidente Prudente em 19 de janeiro de 1919.⁴⁵¹

Leite ainda afirma que

Tal fato foi decisivo para o povoamento definitivo da região. Lutaram os municípios pelo benefício de serem cortados pela Ferrovia. Com os trilhos vieram grandes levas de pioneiros, entre os quais incluíram-se paulistas provenientes das regiões mais velhas do Estado, mineiros, nordestinos em abundância e *imigrantes asiáticos* e europeus.⁴⁵²

⁴⁴⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 40.

⁴⁴⁷ STOLCKE, 1986, op. cit., p. 87.

⁴⁴⁸ LEITE, 1972, op. cit., p. 119.

⁴⁴⁹ Atualmente dividido nos Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁴⁵⁰ LEITE, 1972, op. cit., p. 55.

⁴⁵¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 41-42, 63; LEITE, 1972, op. cit., p. 119; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 197; CAMARGO, 1981, op. cit., p. 44.

⁴⁵² LEITE, 1972, op. cit., p. 55-56 e 119. (grifo nosso).

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, a mudança do traçado foi decisiva ao povoamento na Alta Sorocabana, afluindo os primeiros pioneiros na formação das futuras aglomerações de população não indígena.⁴⁵³

Em resumo, tanto a expansão cafeeira quanto a expansão da linha férrea, foram as vigas mestras do desenvolvimento da Alta Sorocabana, com o surgimento de núcleos urbanos, como Presidente Prudente. De acordo com Abreu

Comparando-se a cronologia da expansão cafeeira com o prolongamento da Sorocabana, verificamos que esta foi fornecendo àquela um suporte fundamental. E, principalmente, na Alta Sorocabana, a partir de Assis, houve um perfeito sincronismo quando não mesmo uma precedência. É dentro deste contexto da marcha do café pelos espigões do extremo-oeste de São Paulo, tendo como amparo a Estrada de Ferro Sorocabana, que se coloca o aparecimento de Presidente Prudente. A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento na Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos de apoio para a exploração econômica da região.⁴⁵⁴

Contudo, outros fatores influenciaram, tanto para a expansão do café quanto para a expansão ferroviária, contribuíram o relevo, o clima e tipo de solo, segundo Leite

A região prudentina no Estado de São Paulo apresenta um relevo de formas suaves...Tal relevo monótono facilita a abertura de estradas e o estabelecimento da agricultura. A topografia simples, as boas qualidades, de modo geral, dos solos, o clima sem excessos pluviais e térmicos, bem como o revestimento vegetal uniforme, tornaram fáceis a penetração, o povoamento e a fixação do homem.⁴⁵⁵

Em suma, queremos registrar que a região proporcionou retorno ao investimento feito através da ferrovia, pois segundo Abreu

os números globais do movimento de passageiros e cargas e suas respectivas rendas, colaborando para a formação de uma expressiva renda geral, demonstram que o município de Presidente Prudente estava entre os

⁴⁵³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 197.

⁴⁵⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 42; mapa sobre a expansão da ferrovia anexo 9.

⁴⁵⁵ LEITE, 1972, op. cit., p. 21-24 e 30.

primeiros servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana, em proporcionar lucros para a ferrovia.⁴⁵⁶

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, os fazendeiros e comerciantes estão estreitamente ligados à ferrovia, assim há uma relação constante entre eles, pois os interesses materiais os tornam solidários, de sua parte a ferrovia fornece aos seus parceiros comerciais, melhores tarifas e maior número de vagões, bem como melhores horários, proporcionando progresso para ambos.⁴⁵⁷

Contudo, podemos observar que, diferente do café, a ferrovia, mesmo sendo uma das vigas mestras e contribuindo para a transformação econômica da região, tinha como objetivo original o transporte de algodão e agregando o transporte de minérios, ambos na região de Sorocaba, o que correspondia ao traçado primevo, que não atendia essa região. Portanto, a ferrovia foi atraída pela conversão da região em um potencial ponto de desenvolvimento econômico.

De acordo com Camargo, a Estrada de Ferro Sorocabana foi a maior em extensão do Estado de São Paulo, em 1920 era apenas 1.707 Km, passando para 2.145, em 1940, e em 1945 chega a 2.185. Segundo o autor, esse avanço tem relação com a procura de novas regiões, a Alta Sorocabana e o Norte do Paraná, bem como o aumento expressivo da população na região de Presidente Prudente⁴⁵⁸ que, de 120 mil habitantes em 1934, passa a 195.903 em 1940, que proporcionou um incremento na produção agrícola, começando pelo café e seguido do algodão.⁴⁵⁹ Portanto, podemos afirmar que houve uma sincronia, *estrada de ferro / população / produção agrícola*.

Porém não somente o café e a ferrovia contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico regional, outras culturas agrícolas e atividades econômicas urbanas foram essenciais para a prosperidade da região. Explicitaremos com maiores detalhes nas próximas páginas.

⁴⁵⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 160.

⁴⁵⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 387.

⁴⁵⁸ Além de Presidente Prudente inclui Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Martinópolis e Presidente Bernardes.

⁴⁵⁹ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 218 e 221.

2.2.4 OUTRAS CULTURAS AGRÍCOLAS DE SUBSISTÊNCIA E ATIVIDADE INDUSTRIAL

Nem só de café vive o homem, mas de outras culturas para sua sobrevivência. Nesse sentido, eram cultivadas entre os pés de café outros produtos para o sustento da família e como parte do pagamento da propriedade. Essas culturas, além de abastecerem o mercado local, eram enviadas para os grandes centros do Estado, inclusive a Capital paulista.⁴⁶⁰

Outro produto que fez parte do desenvolvimento de Presidente Prudente foi o algodão, tão importante quanto o café ele entra na região no início da década de 1920, porém sua ascensão só veio na década de 1930. Um fato que colaborou com a predominância do algodão na região foi a crise de 1929, provocando uma queda vertiginosa no preço do café. No fim da década de 1930 a procura pelo algodão era maior que a oferta, um incentivo a mais para sua produção, pois o Brasil abastecia além do mercado interno o mercado externo. A produção algodoeira ficou mais centrada nas pequenas e médias propriedades, enquanto o café nas grandes propriedades.⁴⁶¹

De acordo com Leite, o imigrante japonês, também se destacou na produção da cotonicultura (algodão) nas décadas de 1930-1940, sendo que em 1936, Presidente Prudente se torna o 6º maior produtor de algodão do estado de São Paulo e juntamente com Rancharia/SP produzem 17,8% do total do estado.⁴⁶²

O crescimento da produção regional fez com que empresas estrangeiras e nacionais beneficiadoras do produto trouxessem suas instalações para Presidente Prudente, ampliando o mercado de trabalho prudentino e do entorno, seja com empregos diretos e indiretos, aumentando no período da colheita, março e abril, dos algodoados iniciados em outubro e novembro. Essas empresas participavam diretamente na produção, pois colaboravam no plantio através de financiamento e assistência técnica. Além do incentivo das empresas o governo do estado participava diretamente orientando os produtores como lidar com a cultura, além de fornecer as sementes de qualidade.⁴⁶³

⁴⁶⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 100, 123-126, 131-132; LEITE, 1972, op. cit., p. 9 e 61; ABREU, 1996, op. cit., p. 63.

⁴⁶¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 113-114; LEITE, 1972, op. cit., p. 61, 75-81.

⁴⁶² LEITE, 1972, op. cit., p. 75-76.

⁴⁶³ ABREU, 1972, op. cit., p. 114-115 e 142; LEITE, 1972, op. cit., p. 59; ABREU, 1996, op. cit., p. 57-61; existem tabelas estatísticas da produção; cf. lista das empresas em LEITE, 1972, op. cit., p. 77; MONBEIG, 1984, op. cit., p. 291-292, 300-301.

Nesse sentido, Leite associa a produção algodoeira ao aumento populacional, pois “A população, calculada em cerca de 180 mil pessoas em 1932, atinge os 280 mil, em 1940. Nesta fase, o *imigrante japonês* teve papel de destaque.”⁴⁶⁴

Podemos mensurar a importância na participação do imigrante japonês no desenvolvimento da cotonicultura em Presidente Prudente pelos investimentos que os imigrantes solicitaram e receberam do governo do Japão em fins da década de 1920.⁴⁶⁵ Nesse sentido, com o intuito de se organizarem, os japoneses iniciaram a formação de cooperativas,⁴⁶⁶ dessa maneira receberiam maiores investimentos.

De acordo com Monbeig, o interesse do Japão nessa produção poderia ser mensurado pelo seu imenso envolvimento, pois se mostrava disposto a comprar o produto, enviar mão de obra para o plantio e colheita, investimentos em infraestrutura desde o plantio até a exportação para o Japão.⁴⁶⁷

Segundo informações de Kiyotani e Yamashiro, a produção em 1931 de algodão por parte do imigrante japonês na Alta Sorocabana foi de 764.513 arrobas, a região que mais produziu no país. Outra informação é que o imigrante japonês substituiu sua atividade agrícola do café para o algodão entre 1927 a 1942, conforme quadro abaixo, contudo após o fim do conflito mundial os índices inverteram-se, ou seja, o imigrante japonês retorna a investir mais no café do que em outras culturas.⁴⁶⁸

Quadro 9 – Produtores rurais japoneses que produziam café e algodão em %

ANO	CAFÉ	ALGODÃO
1927	62,2%	11,1%
1937	32,1%	39,0%
1942	24,3%	39,3%

Fonte: *A imigração japonesa no Brasil*⁴⁶⁹

De acordo com Monbeig, a participação do japonês da produção do algodão foi expressiva na região, pois não somente aqueles que são proprietários de áreas rurais vão

⁴⁶⁴ LEITE, op. cit., p. 76. Essa população é em todo Sudoeste Paulista. (*grifo nosso*).

⁴⁶⁵ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 89-90.

⁴⁶⁶ SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 525-526.

⁴⁶⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 117.

⁴⁶⁸ Maiores detalhes cf. em KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 118-122; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 197-199, 218-225; SUZUKI N.; WAKISAKA, K. Participação de imigrantes japoneses no comércio. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 536-538.

⁴⁶⁹ Maiores detalhes em UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 197-199.

investir no empreendimento, mas também outros japoneses vão arrendar terras para o plantio do algodão, segundo o autor, os japoneses são os maiores arrendatários e meeiros, além de serem os que mais produzem em quantidade e qualidade, não obstante a área que o japonês produz o algodão na franja pioneira é de 22% da superfície total no auge da produção, contudo na Alta Sorocabana supera os 30%.⁴⁷⁰

Nesse sentido, Monbeig menciona que, “...a contribuição [técnica] dos japoneses foi capital. Como pequenos proprietários e meeiros, os japoneses dão ao pequeno mundo dos plantadores de algodão um lugar muito especial na sociedade rural de São Paulo.”⁴⁷¹

De acordo com Monbeig, há uma explicação para a produção algodoeira dos japoneses ser maior e de melhor qualidade. Não obstante, diferente dos outros lavradores, os japoneses formam o algodoal com maior regularidade, ou seja, com maior simetria das fileiras, além do que fazem uma limpeza com maior minúcia. Segundo o autor, “...pode-se facilmente reconhecer o algodoal de um japonês.”⁴⁷²

Segundo o autor, o japonês tem outra vantagem, a utilização do arado como ferramenta agrícola, pois o uso do arado possibilita mexer a terra mais profundamente, assim as cápsulas do algodão já colhido que estão infectadas com as pragas que escaparam à queimada, são enterradas mais profundamente, assim protegendo o novo algodoal. Além do que há o cuidado com a colheita, que só tem início quando o algodão já está seco do orvalho que recebeu durante a noite, portanto, se durante o dia não houver calor suficiente para tal, o japonês não colhe e, mesmo depois das cápsulas estarem livres da umidade causada pelo orvalho, antes de passarem pela máquina de descaroçar, todo o algodão é exposto ao sol para secar totalmente. Portanto, de acordo com Monbeig, o algodão produzido pelo japonês tem uma melhor cotação no mercado.⁴⁷³

Monbeig ainda menciona que, os japoneses tinham uma assistência maior, do que outros lavradores, no cultivo do algodão, pois “...as autoridades consulares e engenheiros agrônomos recomendaram com insistência aos seus concidadãos a limitação de suas plantações.” Não obstante, um fator importante para uma boa colheita é a mão de obra

⁴⁷⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 285 e 289.

⁴⁷¹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 291 e 296.

⁴⁷² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 294-295.

⁴⁷³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 295.

suficiente para colher o produto sem que esse seja colhido úmido, o que interfere na qualidade do algodão.⁴⁷⁴ Não podemos esquecer que a colheita é realizada ainda na estação chuvosa.

Além dos investimentos mencionados acima, outros investimentos foram realizados no Brasil com capital japonês, na indústria naval e pesada, sendo este notícia no jornal *A Voz do Povo* na edição nº 391 do dia 3 de fevereiro de 1935, tal publicação é uma reprodução de uma publicação do jornal *O Globo* do dia 29 de janeiro de 1935, conforme fragmento a seguir.

OS JAPONEZES INTERESSADOS NA APLICAÇÃO DE ELEVADO CAPITAL NO BRASIL

Um empréstimo de milhões de dólares para a organização da marinha mercante e criação da indústria pesada

...tratando da vinda de uma missão Industrial e comercial japonesa ao Brasil, chefiada pelo sr. Hyosaburo Hivao, presidente da Cia. dos Estaleiros Navaes de Kawasaki, e composta, principalmente, de delegados dos centros industriais de Kobe e Osaka, diz que essa missão se comprometterá a financiar, de acordo com uma proposta do governo brasileiro, a organização da marinha mercante nacional e a criação, em nosso país, das indústrias de construção naval, siderúrgica, fábrica de aviões, automóveis, material bélico, etc.

Podemos observar que a expectativa dos investimentos era grande, contudo tais investimentos não se realizaram, pois, segundo consta na mesma publicação, seriam instalados 16 fornos de alta pressão, instalação de fábrica de metralhadoras e fuzis, e construída uma frota naval de sessenta unidades num período de 23 anos, pois sabemos, no entanto, que a 1ª siderúrgica brasileira foi criada somente no Estado Novo (1937-1945) e ainda financiada pelos Estados Unidos, a primeira indústria automobilística somente na metade da década de 1950 e nem japonesa era, e no tocante a indústria bélica a historiografia não menciona qualquer investimento ou tecnologia japonesa.⁴⁷⁵

Sobre a sericicultura e a menta⁴⁷⁶ trataremos com maiores detalhes nas próximas páginas, pois o cultivo desses produtos foi motivo de conflitos no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente entre os japoneses.

Posterior ao algodão, já na década de 1940, surge na região outro produto agrícola de potencial econômico, o amendoim, acompanhado da produção agropecuária. Paralelo a essa

⁴⁷⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 296.

⁴⁷⁵ Sobre a indústria bélica ver melhores detalhes em WELFER, R. L. *A história da indústria militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*; FONSECA, J. W. F. da. *O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-off*.

⁴⁷⁶ ABREU, 1996, op. cit., p. 63.

economia rural, o núcleo urbano vai se desenvolvendo suplantando a dependência da zona rural. Além de oferecer empregos ligados à produção agrícola com máquinas de beneficiamento, apresenta um grande volume de empresas de prestação de serviço, não só para Presidente Prudente, mas para toda Alta Sorocabana, conseqüentemente tornando-se a capital regional.⁴⁷⁷

A atividade industrial, já existente em meados da década de 1930, estava intimamente ligada à produção rural, agregando assim valores na economia local, pois a produção era na sua maioria comercializada fora da região, e era escoada pela linha férrea, só ficando o necessário para abastecer o mercado local. Nesse sentido, existiam várias serrarias, olarias, máquinas beneficiadoras e curtumes.⁴⁷⁸

De acordo com Monbeig, tendo em vista a madeira ser um dos principais produtos fornecidos pela densa floresta no desbravamento das frentes pioneiras, as serrarias são as principais empresas de beneficiamento de produtos do setor primário nessas novas regiões, empresas essas que representavam grandes investimentos. Dentre essas o autor menciona uma, na gleba Montalvão em Presidente Prudente que contribuiu para a formação de um pequeno povoamento, distante à aproximadamente 18 Km do núcleo urbano formado por Goulart.⁴⁷⁹ Atualmente esse povoamento é o bairro de Montalvão.

Segundo Monbeig, com a instalação de serrarias vai ocorrer uma integração entre a indústria de madeira e o pequeno colonizador, que vai vender as grandes árvores, principalmente, as de madeira de lei, agregando valor a sua propriedade, não obstante o pequeno sitiante, sem essas indústrias, não conseguiria aproveitar esse tipo de madeira, além do que o sitiante vê a floresta como um empecilho para o seu principal objetivo, a agricultura, portanto sem as serrarias toda essa madeira seria destruída, fato que ocorreu com grande frequência nas novas frentes de expansão.⁴⁸⁰

Existiam outras atividades manufactureiras, praticamente artesanais, para abastecer exclusivamente o mercado local, eram as carpintarias, marcenarias, selarias, sapatarias, torrefação e moagem de café, fábricas de farinha de milho e de mandioca, essas ligadas diretamente à produção rural. Já ligado ao crescimento urbano aparecem às fábricas de

⁴⁷⁷ ABREU, 1972, op. cit., p. 137-139; LEITE, 1972, op. cit., p. 60 e 78.

⁴⁷⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 140.

⁴⁷⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 245 e 247.

⁴⁸⁰ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 247.

bebidas e de gelo, de produtos alimentícios em geral e de limpeza, gráficas, algumas delas de propriedade da comunidade nipônica, como veremos no próximo capítulo.⁴⁸¹

2.2.5 ASPECTOS URBANOS DE PRESIDENTE PRUDENTE: ATIVIDADES ECONÔMICAS, INFRAESTRUTURA, POPULAÇÃO E IMPRENSA LOCAL

A princípio o núcleo urbano tinha o objetivo de oferecer um mínimo de infraestrutura para dinamizar a venda dos lotes rurais. Posteriormente com o desenvolvimento local e regional esse espaço foi aperfeiçoado. Nesse sentido, surgiram grandes lojas com uma grande variedade de produtos em vários segmentos. Surgiram também concessionárias de veículos de várias marcas.⁴⁸²

Com o aumento da produção agrícola, paralelamente, cresceram as atividades das máquinas beneficiadoras⁴⁸³ aumentando consideravelmente suas operações. Nesse sentido, representantes de fábricas de máquinas beneficiadoras se instalaram na cidade.⁴⁸⁴

De acordo com Monbeig, a instalação de estabelecimentos industriais proporcionou ao núcleo urbano um potencial crescimento, pois são medidas duráveis, principalmente a instalação de estabelecimentos que estão ligados à atividade rural, assim o espaço rural vai colaborar no desenvolvimento do espaço urbano e vice-versa, além do que essas indústrias vão favorecer a criação de bairros que, não exclusivamente, irão abrigar trabalhadores urbanos, oriundos de outras regiões ou mesmo ex-trabalhadores rurais que migram para o núcleo urbano, proporcionando uma dinamização do comércio, com a instalação de pequenas lojas que no futuro se transformarão em grandes lojas nos vários segmentos, como alimentícios e vestuários, entre outros. Conseqüentemente o aspecto urbanístico vai se transformando, com o abandono das edificações de madeira sendo substituídas pelas de

⁴⁸¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 140-142.

⁴⁸² ABREU, 1972, op. cit., p. 175-176

⁴⁸³ As principais eram de café, algodão, amendoim, mamona, soja, girassol, milho, arroz, feijão, batata, mandioca e cana industrial, posteriormente, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, surgem as indústrias químicas para extração do mentol e da seda animal. Melhores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 176 e LEITE, 1972, op. cit., p. 59.

⁴⁸⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 176.

alvenaria, a criação de espaços de lazer e praças, bem como a pavimentação de ruas e os serviços públicos.⁴⁸⁵

Com a emancipação surgem os serviços administrativos como judiciário (Fórum), cartórios dinamizando ainda mais as vendas de terras. Agregados a esses serviços surgem escritórios de advocacia.⁴⁸⁶

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, não só a economia é a responsável para a transformação de um município como polo regional, mas também a função administrativa e toda sua infraestrutura é fator relevante, pois a busca pelos serviços públicos faz com que pessoas de outros núcleos urbanos dinamizem outros setores, como transporte, saúde, hospedagem, alimentícios, educação, entre outros, aumentando a circulação populacional.⁴⁸⁷

Como em qualquer localidade onde existe uma atividade econômica mais intensa é necessário uma rede de estabelecimentos financeiros. Ainda na década de 1920 surgem os primeiros bancos de Presidente Prudente, inclusive alguns de economia japonesa, enquanto nas décadas de 1930-1940 ocorre um crescimento substancial da rede bancária.⁴⁸⁸

Na área da saúde pública os primeiros médicos chegam à cidade no início da década de 1920, época em que também é fundada uma casa de saúde. No final da década de 1930 existem vários hospitais particulares que atendiam toda a região. Nas décadas de 1920 e 1930 várias farmácias já estavam instaladas em Presidente Prudente. Serviços odontológicos também são oferecidos.

Dentre os profissionais da saúde, em 1927, chega à cidade o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, registraremos melhores informações sobre ele nas próximas páginas, pois, além de político influente na região é personagem fundamental nas relações com os japoneses, principalmente no período do Estado Novo.⁴⁸⁹

Como todos os segmentos da infraestrutura urbana, a educação também teve suas dificuldades, porém no início de 1920 o Cel. Goulart consegue junto ao Inspetor Escolar de Assis a instalação de 4 salas de aulas e em 1925 a criação do primeiro Grupo Escolar,⁴⁹⁰ anexando as salas já existentes, porém suas instalações eram precárias. Depois dessas salas se

⁴⁸⁵ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 359-361.

⁴⁸⁶ ABREU, 1972, op. cit., p. 178-179.

⁴⁸⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 367.

⁴⁸⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 179-180.

⁴⁸⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 180.

⁴⁹⁰ Corresponde atualmente ao ensino fundamental I, 1º ao 5º ano, antiga 1ª a 4ª séries.

instalarem em vários prédios alugados, em maio de 1938 era inaugurada a sede própria do Grupo Escolar. Já no início da década de 1930 é fundado um estabelecimento de ensino secundário público e no final dessa mesma década foi instalado outro estabelecimento de ensino secundário privado. No início da década de 1940 é instalado o Colégio Estadual, assim completando a rede escolar elementar e secundária.⁴⁹¹

Como se pode observar, as décadas de 1920 e 1930 são centrais para o processo histórico local. A cidade deixa definitivamente de ser ponto de apoio às populações rurais envolvidas no projeto colonizador e passa a ganhar uma dinâmica própria, consolidando-se, aos poucos, como polo regional da Alta Sorocabana.

Este movimento também é verificável quanto aos serviços religiosos, pois a cidade já contava, em meados da década de 1920, com representatividade de confissão cristã pela Doutrina Católica Apostólica Romana. Contudo, não só católicos se faziam presentes, segmentos de doutrinas protestantes se estabeleciam na cidade, bem como representantes do movimento espírita. Tendo em vista a imigração japonesa ser expressiva na região, os budistas na década de 1940 estavam em 2º lugar em número de membros, ficando atrás apenas dos católicos,⁴⁹² o que revela também a diversidade cultural que compunha o local, para além do aspecto étnico.

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, nas novas regiões da franja pioneira, há uma pluralidade de doutrinas religiosas, portanto os membros católicos despencam de 100% das velhas regiões para 70% nas novas regiões, a doutrina católica perde seu espaço principalmente para os luteranos e presbiterianos, contudo budistas e espíritas engrossam o número de não cristãos. Em especial o crescimento de organizações espíritas tem relação com seu caráter assistencialista, conseqüentemente, provocando um êxodo de membros de outras denominações religiosas, tal situação está ligada ao inconformismo desses membros com as práticas menos assistencialistas de suas instituições religiosas.⁴⁹³

Tratando-se de meios de comunicação os primeiros jornais chegam junto com o início da colonização, porém esses jornais eram da capital paulista, posteriormente a produção jornalística se torna local. A criação desses jornais está intimamente ligada aos embates políticos, já mencionados.

⁴⁹¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 184, 187-188.

⁴⁹² ABREU, 1972, op. cit., p. 189-192; cf. templos japoneses em LEITE, 1972, op. cit., p. 210-211.

⁴⁹³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 373.

Outros meios de comunicação já existiam no final da década de 1910 e início da década de 1920, porém não eram de uso popular, como o telégrafo em 1919,⁴⁹⁴ o telefone em 1924, os correios em 1928, e o rádio em 1940 com a primeira estação de radiodifusão de Presidente Prudente, *A Voz do Sertão*,⁴⁹⁵ que já era bem popular, não obstante, as fontes nos revelam uma substancial apreensão de aparelhos de rádio difusão pertencentes aos imigrantes, principalmente membros do *Eixo*, entre eles japoneses.

Quanto à urbanização, entre 1932-1933, várias obras foram realizadas, um pontilhão que ligava as duas partes da cidade dividida pela linha férrea;⁴⁹⁶ galerias pluviais e colocação de sarjetas; uma praça pública para o lazer da população;⁴⁹⁷ no mesmo ano ocorreu início das obras do paço municipal e o calçamento das vias públicas, bem como a construção do mercado municipal; além dessas melhorias também foi transformada uma área de mata virgem em bosque municipal. Essas obras foram realizadas com recursos municipais, contudo, a municipalidade isentava de impostos investidores, assim, foram construídos hotéis para receber dignamente os viajantes que passavam pela região, e também construções de casas de aluguel para diminuir o déficit de moradias.⁴⁹⁸

Outras melhorias foram realizadas pelo poder público estadual, tais como: prédio do Grupo escolar; fornecimento de água; posto de expurgo de sementes de algodão; prédio da cadeia e delegacia regional de polícia, inaugurado na década de 1940; e na mesma década inauguração do Fórum.⁴⁹⁹

Assim, Presidente Prudente nasce prioritariamente rural, mas com o passar dos tempos sua população urbana vai aumentando em detrimento da população do campo.⁵⁰⁰ No

⁴⁹⁴ Chega junto com a ferrovia.

⁴⁹⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 197.

⁴⁹⁶ Atualmente localizado na Rua Barão do Rio Branco.

⁴⁹⁷ Nessa praça era realizada a prática do “footing”, hoje praça 9 de julho, além dessa praça foi construída a praça da Bandeira junto à estação ferroviária em terreno cedido pela Empresa Estrada de Ferro Sorocabana.

⁴⁹⁸ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 306-317; existe um Croqui do plano de calçamento das primeiras ruas da cidade, bem como fotos dessas melhorias.

⁴⁹⁹ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 317-322; existem fotos dessas melhorias.

⁵⁰⁰ É essencial registrarmos que nessa época, locais que hoje são municípios, eram distritos de Presidente Prudente, isso explica o número de habitantes maior que das décadas de 1940-1950, bem como a predominância rural no contexto populacional, maiores informações em LEITE, 1972, op. cit., p. 40-41 e 234.

recenseamento de 1940 as mudanças foram insignificantes, ainda predominava a população rural com 76,3%,⁵⁰¹ conforme dados abaixo:

Quadro 10 - situação populacional (1930-1940)

	População rural			População urbana			População total		
	Total	Estrang.	Jap.	Total	Estrang.	Jap.	Total	Estrang.	Jap.
1930							80.000		
1934	71.048 / 81,2%	14.711	4.190	16.394 / 18,8%	1.342	227	87.442	16.053	4.417
1940	57.879 / 76,3%			17.927 / 23,7%			75.806	23.134	9.253

Fonte: Recenseamento Estadual de 1934 e Recenseamento Geral do Brasil de 1940.

De acordo com Monbeig, em 1934 os estrangeiros eram 18,4% do total da população e os japoneses eram 5,1% do total da população e 27,5% do total dos estrangeiros.⁵⁰²

Segundo Camargo, na região de Presidente Prudente em 1940, do total de estrangeiros o maior percentual era de japoneses, com 40%, em segundo lugar espanhóis com 20,4% e em terceiro, italianos com 16,9%.⁵⁰³ Sendo que o total de estrangeiros é de 30,5%.

Podemos observar que ocorreu um aumento considerável tanto da população estrangeira como da população nipônica, contudo esses números são aproximados.

Outra observação é quanto a diminuição da população, pois a população total em 1940 é menor que a de 1930 e 1934, isso não se trata de um êxodo regional, mas de emancipação de distritos que pertenciam a Presidente Prudente. Outro dado é sobre o aumento da população urbana e a diminuição da rural, porém há ainda um claro predomínio da população do campo. Um dado importante é a composição populacional, pois há grande número de estrangeiros, de acordo com Abreu o maior número são de japoneses.⁵⁰⁴

Com base nos trabalhos de Leite⁵⁰⁵ e Abreu,⁵⁰⁶ podemos observar que Presidente Prudente, nesse momento, já despontava como polo regional proporcionado por vários fatores, como diz Leite “A nosso ver, não foi um só fator que fez de Presidente Prudente, a cidade líder da Alta Sorocabana. Foi isto sim, um conjunto de fatores físicos, históricos e econômicos.” Nesse sentido, a posição geográfica estratégica privilegiada de Presidente

⁵⁰¹ ABREU, 1972, op. cit., p. 204-206; LEITE, 1972, op. cit., p. 120; CAMARGO, 1981, op. cit., p. 44 e 98.

⁵⁰² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 372, 377-378.

⁵⁰³ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 140.

⁵⁰⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 205.

⁵⁰⁵ Melhores dados em LEITE, op. cit., p. 59-81.

⁵⁰⁶ Melhores dados em ABREU, 1972, op. cit., p. 97-195 e 320-321.

Prudente, que ligava a capital paulista a outros estados, ao Sul com o Estado do Paraná, e a Oeste, com o Estado do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), facilitou o comércio, tornando a cidade um tronco comercial e de comunicação.⁵⁰⁷ Nesse sentido, de acordo com Camargo, Presidente Prudente é “...importante capital regional. Daqui se prepara o avanço para o Norte do Paraná, um prolongamento das zonas pioneiras do Estado de São Paulo.”⁵⁰⁸

Abreu menciona que Presidente Prudente na década de 1930, mesmo com a crise se destacava, segundo o autor “O núcleo urbano prudentino foi perdendo paulatinamente as feições de povoado sertanejo e foi se consolidando como a maior cidade da região Alta Sorocabana.”, e ainda que “... o núcleo urbano prudentino sobressai-se entre os demais da Alta Sorocabana, apresentando maiores índices de população e de prédios.”⁵⁰⁹

Além do que, administrativamente, é o primeiro município e a primeira comarca da Alta Sorocabana. Sua economia proporciona a instalação de órgãos públicos,⁵¹⁰ bem como de empresas beneficiadoras dos produtos agropecuários.⁵¹¹ Na década de 1940, sua população correspondia a 24,3% dos habitantes da região, que só aumentou chegando a 36,4% na década de 1970.⁵¹²

Leite ainda menciona o fator político quanto às políticas públicas para o desenvolvimento regional, como a Estrada de Ferro Sorocabana, que já tinha atingido o Rio Paraná a oeste e em meados da década de 1950 abriu um novo ramal com o objetivo de chegar a Dourados no sul do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul).⁵¹³ Ainda sobre políticas públicas a instalação de uma infraestrutura com criação da Delegacia Regional de Polícia e do Grupo Escolar, entre outras.⁵¹⁴

Contudo, não podemos afirmar que somente os fatores mencionados proporcionaram a Presidente Prudente torna-se polo regional, não podemos esquecer-nos de que está no

⁵⁰⁷ LEITE, 1972, op. cit., p. 153.

⁵⁰⁸ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 97.

⁵⁰⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 303.

⁵¹⁰ Instituto Brasileiro do Café (IBC) e posto de expurgo para sementes de algodão.

⁵¹¹ Em 1936 existiam 19 serrarias; indústrias químicas principalmente na extração da menta; indústrias de beneficiamento do algodão e amendoim inclusive na extração do óleo, as maiores que se instalaram nas décadas de 1930-1940 foram a S/A IRF Matarazzo, Mc Fadden e Cia Ltda e Anderson Clayton e Co. S/A.

⁵¹² LEITE, 1972, op. cit., p. 153-155.

⁵¹³ LEITE, 1972, op. cit., p. 121; Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/teodsampaio.html>. Acesso em 16 jul. 2016.

⁵¹⁴ ABREU, 1996, op. cit., p. 24 e 177.

comando do executivo prudentino nas décadas de 1930-1940, é o herdeiro político dos coronéis, Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, que também é o escolhido a dedo como interventor varguista, pois de acordo com Abreu “...o Estado tranquilizava-se por poder contar com um elemento ‘popular’ em Presidente Prudente para atuar na intercessão a seu favor.” Nesse sentido, Abreu menciona que em contrapartida Cerávolo fazia intervenções junto ao governo do Estado de reivindicações antigas em melhorias para a cidade e região. Dessa maneira, de acordo com Abreu, Presidente Prudente, nas décadas de 1930-1940 “...experimentou novas oportunidades de desenvolvimento.”⁵¹⁵ Portanto, a nosso ver, os acordos políticos foram tão quanto ou mais importantes que os fatores econômicos e geográficos para que Presidente Prudente se tornasse polo regional e posteriormente capital da Alta Sorocabana.

Segundo Leite

Outrossim, seja pela posição geográfica que ocupa no vértice do Planalto Sul-Occidental do Estado, seja pelo reconhecimento do papel que sempre representou na economia regional, inúmeros órgãos estadual e federal, foram aqui instalados. Igualmente muitas casas comerciais paulistas montaram em Presidente Prudente, suas filiais, ocorrendo o mesmo com algumas indústrias, que a escolheram como centro distribuidor de seus produtos,...Equipou-se a cidade de estabelecimentos de níveis médio e superior e de entidades assistenciais. Como consequência, tornou-se o grande centro residencial da Alta Sorocabana,...⁵¹⁶

Não obstante, de acordo com Monbeig, vários fatores vão proporcionar que um patrimônio da franja pioneira poderá atingir um *status* de polo regional, entre eles o fator psicológico, o otimismo de seus habitantes que acreditam no seu brilhante futuro. Mas nem só o otimismo será suficiente para transformar um insignificante patrimônio em polo regional, nesse sentido o autor registra alguns pontos cruciais.⁵¹⁷

Segundo o autor um dos pontos principais é a distância dos eixos de circulação, tornando esses patrimônios em pontos de abastecimento entre outros centros regionais, assim são instalados estabelecimentos comerciais de vários segmentos, inclusive de hospedagem. Além de ponto de abastecimento, nessas pequenas aglomerações urbanas será instalada uma,

⁵¹⁵ ABREU, 1996, op. cit., p.53, 90-98.

⁵¹⁶ LEITE, 1972, op. cit., p. 155.

⁵¹⁷ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 337.

inicialmente modesta, infraestrutura para beneficiamento da produção rural, nesse sentido o autor menciona que, “Exprimem-no claramente os pequenos plantadores, quando falam em ‘ir ao comércio’, para dizer que se dirigem ao patrimônio.”⁵¹⁸

Segundo Monbeig, o meio de transporte (a ferrovia e a rodovia) é outro fator que vai colaborar no crescimento do patrimônio, contudo não podemos considerar como via de regra, pois outras aglomerações urbanas nas proximidades de Presidente Prudente que foram atingidas pela ferrovia e rodovia, não se desenvolveram para atingirem o *status* de polo regional, mas de acordo com Monbeig a prosperidade da área urbana está relacionada a localização da estação ferroviária, ou seja, os proprietários de terras conseguem informações prévias onde serão construídas tais estações,⁵¹⁹ caso específico de Presidente Prudente. Assim partindo desse ponto, criam-se os núcleos urbanos, dessa maneira a relação campo-cidade tem como eixo a estação ferroviária, ou seja, tanto o transporte de mercadorias ou de passageiros, obrigatoriamente precisa passar pelo núcleo urbano, dinamizando-o.

Contudo, Monbeig menciona que Presidente Prudente não foi privilegiada como boca de sertão⁵²⁰ em relação a ferrovia, pois em seguida a criação do núcleo urbano que deu origem ao município, foram criados outros patrimônios no sentido oeste, portanto a ferrovia seguiu seu curso rapidamente para o oeste tendo como boca de sertão outras aglomerações urbanas, que seriam potenciais concorrentes, assim esse fator não contribuiu para sua transformação em polo regional.⁵²¹

Ainda, segundo Monbeig, Presidente Prudente teve um fator que sobrepujou outros núcleos urbanos estabelecidos nas proximidades, que foi a importância dos seus vendedores de terra em relação aos vendedores de terras do entorno, aliada a uma expansão lateral, ou seja, rumo ao norte e ao sul, transformando-se em elo entre a Alta Paulista e o norte do Paraná exercendo a função de boca de sertão, transformando-se assim em centro comercial.⁵²²

⁵¹⁸ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 338-341.

⁵¹⁹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 347.

⁵²⁰ De acordo com diversos autores a palavra *sertão* possui uma diversidade de conceitos, especial, social, cultural e econômico, contudo em nosso trabalho o conceito que mais se aproxima é para nomear os povoados mais afastados, que correspondiam aos pontos limítrofes da *civilização* e das vastas regiões desconhecidas do interior do país. Maiores detalhes em AMADO, J. *Região, sertão, nação*, 1995, p. 145-151 e ANTONIO FILHO, F. D. *Sobre a palavra “sertão”*: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica), p. 84-87.

⁵²¹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 351.

⁵²² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 351.

Portanto, acreditamos que contrariamente de outras aglomerações urbanas para as quais o crescimento foi favorecido pela ferrovia, para Presidente Prudente foi a rodovia a via que mais contribuiu para sua transformação em polo regional, contudo a ferrovia também teve sua relevância, ambas foram importantes.

Não obstante, Monbeig afirma que as vias de comunicações foram responsáveis para promoverem a expansão dos núcleos urbanos. Nesse sentido, o autor menciona o entroncamento das linhas férreas, a Sorocabana aos trilhos da Noroeste.⁵²³

De acordo com Monbeig, a população da região de Quatá realizava transações comerciais e bancárias em Presidente Prudente,⁵²⁴ portanto a rede bancária é outro segmento que contribui para sua evolução como polo regional.

A influência política do fundador, segundo Monbeig, é outro ponto chave, somada a questão em que a mesma empresa colonizadora providenciava a abertura de núcleos urbanos,⁵²⁵ nesse sentido a origem de Presidente Prudente é um caso específico, pois os dois núcleos urbanos que deram origem a cidade, foram projetos empreendedores de Goulart e Marcondes, que *a priori* tinham o objetivo de venderem lotes rurais.

A disputa política é outro fator promotor do surgimento e evolução do núcleo urbano, nesse sentido, de acordo com Monbeig, o fundador de patrimônio “Nisso vê ele excelente ocasião para tornar-se popular, aumentar seu prestígio político e formar seu feudo eleitoral.” Segundo o autor, as disputas políticas proporcionam uma competição urbana, em que os chefes políticos conseguem junto ao poder público, melhorias para esses núcleos urbanos, ou seja, “Depende, pois, do ‘manda chuva’ a sorte do patrimônio,”. Nesse sentido, segundo Monbeig, as cidades que se transformaram em capitais regionais, entre elas Presidente Prudente, devem mais pelo triunfo dos indivíduos do que só pelas condições geográficas e socioeconômicas.⁵²⁶

Diante do exposto, é nítida a evidência de que Presidente Prudente é polo regional. Na visão de Leite, a distância da capital paulista e de outros centros regionais, teria feito com que a cidade, espontaneamente, se tornasse o elo entre os demais centros regionais dotando-se de uma infraestrutura necessária em vários segmentos para suprir as necessidades da população

⁵²³ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 352-353 e 385.

⁵²⁴ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 354.

⁵²⁵ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 354.

⁵²⁶ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 354-355 e 357.

local e regional. De qualquer forma, sabemos como a cidade adquiriu centralidade na região, elemento importante para refletirmos sobre a imigração nipônica, nas páginas a seguir.

2.2.6 OESTE PAULISTA DA COLONIZAÇÃO NO SÉCULO XIX À FORMAÇÃO DE UM CENTRO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO

Em resumo, com a decadência do ciclo minerador em Minas Gerais, os mineiros, em meados do século XIX, bem como os paulistas na segunda metade do século XIX pelo esgotamento das antigas áreas cafeeiras, avançam para o Estado de São Paulo em regiões ainda não exploradas pela sociedade nacional. Não obstante, esses foram os principais estopins para o surgimento de uma nova estrutura agrícola no novo Oeste Paulista (Alta Sorocabana), em fins do século XIX e início do século XX, com o cultivo do café, uma das vigas mestras da economia regional. Assim inicia-se um novo povoamento, lembrando que na região existiam diversas etnias indígenas e que houve conflitos com os novos moradores.

Posteriormente, os descendentes dos primeiros mineiros que chegaram à região, iniciaram a formação de uma área de produção agrícola vendendo os latifúndios em lotes rurais menores, fator que influenciou a vinda de pessoas de outras regiões do Brasil, bem como de estrangeiros, entre eles, os japoneses.

Com o intuito de fornecer uma infraestrutura mínima como ponto de apoio, a princípio para a economia rural, surge o núcleo urbano com as Vilas Goulart e Marcondes. Os principais articuladores da colonização regional foram os coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. Contudo queremos registrar que esta colonização não foi fácil e tranquila, pois muitas foram as dificuldades encontradas.

Além do café a chegada da Ferrovia Sorocabana foi um fator importante para o desenvolvimento econômico da região. Posteriormente foram desenvolvidas outras atividades agrícolas, a princípio como culturas de subsistência, posteriormente essas culturas tornaram-se parte da economia regional, bem como outras atividades econômicas surgiram contribuindo para uma infraestrutura básica.

A inserção de novas culturas agrícolas influenciou na instalação de indústrias de beneficiamento na região, principalmente com o algodão e o amendoim, e no período da Segunda Guerra Mundial as indústrias químicas para o beneficiamento da hortelã.⁵²⁷

Na área urbana a economia estava intimamente ligada ao segmento de prestação de serviços, bem como no fornecimento de bens de consumo e obras públicas, como farmácias, rede bancária, escolas públicas e privadas, serviços religiosos, meios de comunicação, saneamento básico e pavimentação das vias públicas urbanas, construção de praças públicas, hotéis e na área da saúde.

Com o crescimento populacional e econômico, as práticas coronelistas – que organizavam uma colonização privada na região – não eram mais suficientes para uma organização político administrativa, nesse sentido, surge a necessidade da emancipação política da região, assim, da união dos dois núcleos urbanos surge o primeiro município, Presidente Prudente e com ele os conflitos entre os dois principais líderes políticos, o Cel. Goulart e o Cel. Marcondes, que embora pertencessem, ambos, ao PRP, disputavam entre si a liderança política regional.

Dessa disputa surgem dois grupos políticos dentro do mesmo partido (PRP), os goulartistas e os marcondistas. Nesse sentido, a liderança política local alternou-se entre esses dois grupos até 1930 com o advento do movimento que colocou Getúlio Vargas no poder.

Em meio a esses conflitos surge o líder político que será o intermediário entre o Estado e a população civil, o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, como herdeiro político de Goulart e Marcondes, une as práticas coronelistas com o populismo de Vargas, pois Cerávolo inicia sua vida política no final da década de 1920, quando chega a Presidente Prudente como médico e de imediato foi aliciado pelo Cel. Marcondes para fazer parte da política local como

⁵²⁷ Hortelã nome popular para a *Mentha*. Existem vários tipos, entre elas a *Mentha Peperita* (hortelã-pimenta), planta híbrida do cruzamento da *Mentha aquática* com a *Mentha spicata*. Planta herbácea perene, da família da *lamiaceae*, a diferença entre as variedades está nas folhas, caules, odor, sabor e coloração. Disponível em <http://www.amu.bio/hortelapimenta>. Acesso em 6 mar. 2017. *Mentha x piperita* L. var. *piperita* (hortelã-pimenta), (*Lamiaceae*) é um híbrido estéril, produto do cruzamento entre *M. spicata* L. e *M. aquatica* L. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbb/v33n4/11.pdf>. Acesso em 6 mar. 2017. Mentol é um composto orgânico obtido por síntese ou da extração do óleo de mentha piperita ou outros óleos essenciais. Ele é um material ceroso, cristalino, de cor clara ou branca. Na temperatura ambiente, encontra-se em estado sólido, e entra em estado de fusão à poucos graus acima. Disponível em <http://www.quimica.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1841&evento=5>. Acesso em 6 mar. 2017. O mentol, pertence à família dos álcoois (terpenos), possui fórmula molecular C₁₀H₂₀O. É obtido a partir da extração do óleo essencial da folha da menta. A importância industrial da hortelã reside no óleo essencial, extraído por destilação a vapor, em destiladores específicos. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABEKMAB/extracao-oleo-essencial-isolamento-dos-cristais-mentol>. Acesso em 6 mar. 2017.

seu aliado. Sua vida política termina, pelo menos como líder local, com a redemocratização com o fim do Estado Novo.

Cerávolo foi importante nas relações entre o Estado e a população, não só com a população nacional, mas também com os imigrantes, principalmente os japoneses, pois mesmo com a pressão do governo Vargas sobre os imigrantes, principalmente os do Eixo, Cerávolo amenizava (pelo menos tenta) as relações entre o estado e os imigrantes. Além de proporcionar essas relações, Cerávolo colocou fim às divergências entre os dois grupos perrepistas, ou seja, goulartistas e marcondistas. Mesmo sendo um perrepista Cerávolo torna-se um interventor de Vargas por intermédio de seu colega de turma da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Adhemar de Barros, também perrepista.

Sobre o processo político em Presidente Prudente, trataremos com maiores detalhes no próximo capítulo.

Por fim, nesse contexto histórico surge Presidente Prudente que, entre seus moradores nas primeiras décadas do século XX estão os imigrantes japoneses que, naturalmente fizeram parte das relações entre o Estado e a população local. Com sua política peculiar, porém não muito diferente de outras partes do estado de São Paulo e do Brasil onde os líderes políticos e detentores do poder econômico ditam as regras, com sua política de patronato cujas vontades não se discutem, sendo seus desejos e inclinações colocados acima das necessidades e anseios da população, tratando de agradar a população com todos os zelos e cuidados somente para angariarem apoio político incontestável.

Com uma economia que no transcorrer dos anos desponta no cenário estadual e federal, principalmente com sua produção cafeeira e algodoeira - de acordo com Abreu, sua produção cafeeira em relação ao Estado é na década de 1930 de 0,96% e na década de 1940 é de 1,65%, no tocante a produção de algodão - Presidente Prudente a partir da segunda metade da década de 1930 passa a ser uma das 10 principais produtoras de algodão do estado⁵²⁸ oscilando entre 5º e 8º lugar, chegando ao 4º lugar no ano de 1940.⁵²⁹ E no período da Segunda Guerra Mundial Presidente Prudente aparece como grande produtor de seda animal e hortelã, produtos intimamente ligados à colônia japonesa de Presidente Prudente, assunto que trataremos nas próximas páginas.

No próximo item detalharemos o contexto da colônia japonesa no processo de formação da região de Presidente Prudente.

⁵²⁸ Classificação realizada pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

⁵²⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 112, 118.

2.3 A COLÔNIA JAPONESA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Problematizaremos a chegada do imigrante japonês na região da Alta Sorocabana, suas dificuldades e estratégias de adaptação, sua participação na economia nas atividades rurais e urbanas seja como empregado, colono ou proprietário. Ele influenciou e foi influenciado pela cultura local, criando uma infraestrutura para a manutenção de seus hábitos e costumes (associações, escola e esporte). Contribuindo para a mudança da paisagem tanto rural quanto urbana, com sua agricultura intensiva e de policultura, sem deixar de cultivar produtos de alto rendimento (café, algodão, amendoim, hortelã e seda animal), mantendo ainda a arquitetura oriental. Além disso, eles foram promotores da relação campo-cidade, levando diretamente, por meio das feiras-livres para o consumo da população urbana, os gêneros alimentícios de primeira necessidade.

É preciso assinalar, de acordo com Célia Sakurai, que o imigrante japonês que chega a região de Presidente Prudente é diferente daquele que veio para o Brasil subsidiado pelo governo paulista ou mesmo pelo governo japonês, segundo a autora, esse imigrante faz parte de outra categoria, ou seja, veio para ser proprietário de áreas rurais adquiridas previamente no Japão, porém esse imigrante não é o único que chega a região, não obstante, aquele que veio substituir a mão de obra, posteriormente migra para Presidente Prudente e região.⁵³⁰ Nesse sentido, segundo Camargo, esse imigrante japonês é “...característico das zonas pioneiras do Estado de São Paulo.”⁵³¹

2.3.1 A PRESENÇA DO IMIGRANTE JAPONÊS EM PRESIDENTE PRUDENTE E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Entre 1908 e 1940, o destino dos imigrantes japoneses não ficou restrito às regiões mencionadas anteriormente, mas foram em busca de outras regiões, dentre elas a Alta Sorocabana (região de Presidente Prudente) foi uma das escolhidas. Os primeiros imigrantes chegaram e se fixaram mais precisamente na área onde atualmente é Presidente Prudente, em 1918, às famílias Kazuiti Kawamura e Junroku Issei adquiriram terras na região, situação diferente dos primeiros imigrantes que chegam ao Brasil, mais precisamente no Estado de São

⁵³⁰ SAKURAI, 2000, op. cit., p. 82.

⁵³¹ CAMARGO, 1981, op. cit., p. 230.

Paulo, os quais vieram ser empregados ou colonos nas fazendas de café. Um detalhe curioso é que os respectivos chefes de família já estavam na região sem suas famílias, pois eram operários na construção da Estrada de Ferro Sorocabana desde 1913.⁵³² Portanto já conheciam a região antes mesmo de Goulart e Marcondes iniciarem a colonização dos principais latifúndios que deu origem a cidade.

De acordo com Monbeig, na Alta Sorocabana o tipo de divisão da terra em lotes menores atraiu o novo tipo de imigrante, aquele que veio para ser proprietário, bem como a chegada desse imigrante coincidiu com a chegada da estrada de ferro, posteriormente quem chega à região foi o antigo colono das velhas zonas pioneiras que se junta aos imigrantes.⁵³³ Portanto é patente a participação, principalmente do imigrante japonês, na transformação socioeconômica da região.

Nesse sentido, em julho de 1916, Kenichiro Hoshina⁵³⁴ fundara a primeira colônia da região a Vai-Bem (E. F. Sorocabana). De acordo com Kiyotani e Yamashiro os imigrantes chegavam à estação Indiana, que até então era a última da Sorocabana (no sentido Leste/Oeste), pois a estação de Presidente Prudente só foi inaugurada em 19 de janeiro de 1919, os colonos precisavam andar a pé aproximadamente 50 Km carregando mobílias, alimentos e outros pertences, além do que precisavam atravessar mata virgem para chegar à colônia, pois, na região, se estava iniciando a derrubada de mata virgem. Kenichiro Hoshina utilizando-se de seu jornal anunciava a venda de terras, nesse sentido surge outra colônia, a Brejão, localizada na estação Álvares Machado, essa mais perto da estação Indiana.⁵³⁵

Em 1919, chega à região Otoiti Kataoka⁵³⁶ adquirindo um lote na área urbana e estabelecendo-se como comerciante. No ano seguinte, com o objetivo de ser um arrendatário Emi Watanabe e Shinsuke Anzai estabelecem-se na Vila Marcondes, futura Presidente Prudente, fundada pelo empresário colonizador José Soares Marcondes no lado leste da

⁵³² SANTOS, V. *Pioneiros da imigração japonesa na Alta Sorocabana*, p. 11, 28, 56-60, 73-83, 87-88; SHICASHO, E. T. (Coord). *A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente*, p. 33; RESENDE, B. *Raízes prudentinas II*, p. 91.

⁵³³ MONBEIG, 1984, op. cit., p.202.

⁵³⁴ O primeiro imigrante nipônico a fundar um jornal (Nanbei — O América do Sul), serviu de intermediário na venda de terras.

⁵³⁵ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 90-91.

⁵³⁶ SANTOS, 2001, op. cit., p. 28 e 289. Como Takaoka outros imigrantes japoneses adquiriram lote urbano, Kamamura e Issei.

ferrovia Sorocabana. Contudo, não dando certo a empreitada, ambos decidem trabalhar como diaristas na área rural local.⁵³⁷

Com o intuito de preservar a cultura e suas origens os japoneses começam a criar associações para a prática de seus costumes e religião.⁵³⁸ Nesse sentido, de acordo com Janete Leiko Tanno,

Os japoneses buscavam preservar sua cultura e identidade de origem por meio das práticas de seus costumes, língua, religião e instituições como família e associações e, em especial, aqueles imigrantes mais velhos, isto é, que foram formados inteiramente na cultura e tradição do Japão. Os japoneses educados e formados na cultura de origem foram mais refratários à aceitação dos costumes locais, diferentes dos mais jovens, em especial aqueles que aprenderam a língua portuguesa. Nesse sentido, entre estes, a integração foi ainda mais rápida e intensa.⁵³⁹

Não obstante, em 1920, a exemplo de outras regiões, inicia-se a colonização de um bairro rural japonês denominado Sankyô,⁵⁴⁰ nome que segundo Emika significa: “União de três...”,⁵⁴¹ três pessoas unidas com os mesmos objetivos, são eles: Fugiozaburo Ueda e Guiti Aoyama, vindos da província de Aiti e Assakiti Hieda, de Fukuoka. Outros bairros japoneses foram criados, como o Sankiyo Shokuminchi, no Distrito de Montalvão pela iniciativa de Guiti Aoyama, Asakichi Hieda e Tozaburo Ueda. Já em 1933, totalizavam 8 (oito) desses bairros, segundo Santos eram: “Boa vista, Monte Alegre, Myiوشي, Nitto, Córrego da Onça, Shonsei, Km 18 e Vitória.”⁵⁴²

Em 1927 a colônia japonesa aproveitando a visita do cônsul japonês Tamura, comemora o seu primeiro Tentyosetsu (aniversário do Imperador Hiroito), acompanhada de uma gincana (Undokai), inclusive com atividades atléticas, onde participa toda a comunidade nipônica de todas as idades.⁵⁴³

⁵³⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 28; SHICASHO, op. cit., p. 33-34; RESENDE, 2006, op. cit., p. 91.

⁵³⁸ GERALDO, E. *O combate contra os “quistos étnicos”*: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo, p. 174; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 99.

⁵³⁹ TANNO, 2008, op. cit., p. 73

⁵⁴⁰ Ou "Três Famílias" (Go sanke), melhores detalhes em MORI, K. Vida religiosa dos japoneses e seus descendentes residentes no Brasil e religiões de origem japonesa. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 578.

⁵⁴¹ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 205-206.

⁵⁴² SANTOS, 2001, op. cit., p. 29; SHICASHO, op. cit., p. 35.

Dando continuidade ao objetivo de preservar a cultura e costumes, foi fundada a Associação Japonesa Unida de Presidente Prudente *Rengo Nipponjinkai* em 1929,⁵⁴⁴ que congregava as associações dos bairros japoneses, posteriormente mudando seu nome para Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente (ACAIE), dando início à construção do pensionato para os estudantes japoneses, como também a construção do campo de beisebol.⁵⁴⁵

O beisebol foi um dos esportes que a princípio tinha como objetivo um momento de lazer entre os membros⁵⁴⁶ da colônia japonesa idealizado por Gunji Yoshimura e Yoshio Ogata. Inicialmente encontraram barreiras, pois os jovens ainda eram minoria e os mais velhos colocavam obstáculos para aprenderem. Como ainda não tinham um espaço para praticar, os idealizadores entraram em entendimento com dirigentes do Clube Atlético Prudentino para utilizarem um campo de futebol desse clube para a prática do beisebol.⁵⁴⁷ Não obstante, uma nítida atitude de integração entre imigrantes com a sociedade local. Posteriormente construiriam um campo próprio na sede do Colégio São Paulo, tal construção foi realizada manualmente pelos membros da colônia com pás e outras ferramentas. Ao término da construção iniciaram-se os torneios internos e entre outros bairros e municípios.⁵⁴⁸

Contudo com a eclosão da Segunda Guerra Mundial toda a empolgação existente no grupo transformou-se em decepção, principalmente de seus idealizadores, pois era proibida qualquer manifestação cultural e esportiva pelos imigrantes, atingindo diretamente a colônia japonesa, porém com o término do conflito mundial a prática esportiva voltou com mais força e empolgação.⁵⁴⁹ Podemos observar que a proibição não está relacionada ao esporte, mas sim

⁵⁴³ SANTOS, 2001, op. cit., p. 29.

⁵⁴⁴ A ideia de criar uma associação surgiu quando os imigrantes se reuniam no Hotel Kataoka quando vinham da área rural para resolverem alguns assuntos na cidade. Tal hotel era ponto obrigatório para os imigrantes japoneses que passavam pela área urbana, sejam vindos do campo ou em viagem pela região.

⁵⁴⁵ SANTOS, 2001 op. cit., p. 29-30, 45-46; RESENDE, 2006, op. cit., p. 102; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 131.

⁵⁴⁶ Imigrantes e descendentes.

⁵⁴⁷ Tal fato indica um bom relacionamento entre membros da colônia japonesa com membros da sociedade prudentina.

⁵⁴⁸ SANTOS, 2001, op. cit., p. 104-106.

⁵⁴⁹ SANTOS, 2001, op. cit., p. 106.

a reunião entre eles, pois o beisebol⁵⁵⁰ não é um esporte nipônico de origem, porém adotado por eles, portanto é patente o processo de desmantelamento de colônias de imigrantes do Estado Novo, principalmente de membros do Eixo.

O retorno do esporte foi um marco no relacionamento dos japoneses com a sociedade prudentina, pois a prática esportiva rompeu os limites da colônia japonesa, chegando aos clubes prudentinos como foi o caso do Tênis Clube que criou um departamento exclusivo para administrar o esporte que possibilitou a filiação à federação do beisebol no Estado de São Paulo.⁵⁵¹

De acordo com Kiyotani e Yamashiro, o principal objetivo da criação das associações nipônicas era a educação dos filhos, segundo os autores, a educação dos filhos como súditos nipônicos era ponto de honra para os imigrantes japoneses, pois “... ensinar-lhes a língua nipônica e ministrar-lhes ensinamentos sobre a cultura e o espírito japoneses. ‘Para que quando regressassem ao Japão não passassem vexame’ por não saber falar o idioma dos ancestrais.”, bem como para não serem marginalizados.⁵⁵²

Nesse sentido, segundo Zeila de Brito Fabri Demartini, as escolas eram construídas primeiro que as sedes das associações, tamanha a importância que os imigrantes japoneses davam a educação de seus filhos, além do que muitos imigrantes japoneses eram atraídos para os novos núcleos quando sabiam que neles haveria uma escola para educar seus filhos.⁵⁵³

⁵⁵⁰ O *Beisebol* é uma prática esportiva antiga. Na Rússia o Beisebol era designada por *lapta*, entre os séculos XIII e XIV. Já na Inglaterra os jogos ingleses, Cricket e Rounders, colaboraram no surgimento da modalidade desde os séculos XVI e XVII. A escritora inglesa, Jane Austen no seu romance *Northanger Abbey*, escrito em 1800, mencionou um jogo de base-bola, jogado em um gramado de uma aldeia. Já os alemães praticavam um jogo denominado *Schlagball* assemelhado ao Rounders. O lançador atirava a bola para um atacante, que batia com uma espécie de taco e depois tentava correr em circuito de bases, procurando não ser atingido pela bola na posse da defesa. Os norte-americanos também tinham uma versão do Rounders. Em 1845, Catwright, de New York City foi denominado como *o pai do Beisebol* escrevendo um conjunto de vinte regras padrão para o jogo, onde passou a existir um árbitro. Disponível em www.forumbasebol.feirenseweb.com/www.carlosc.hpg.ig.com.br. Acesso em 14 mar. 2017.

⁵⁵¹ SANTOS, 2001, op. cit., p. 107.

⁵⁵² KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 99; DEMARTINI, Z. de B. F. *Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira*, p. 45.

⁵⁵³ DEMARTINI, 2000, op. cit., p. 45.

Podemos constatar essa importância no número de escolas japonesas e alunos existentes no estado de São Paulo no início da década de 1930, conforme quadro abaixo:

Quadro 11 – situação do ensino da língua japonesa para japoneses (1930)

Zonas de localização	Nº de escolas	Nº de alunos japoneses
E. F. Noroeste	83	4669
E. F. Sorocabana	36	1760
E. F. Paulista	13	544
São Paulo e subúrbios	10	618
Santos e Santos—Juquiá	10	364
Registro e vizinhanças	10	427
E. F. Araraquara	6	181
São Paulo—Railway	5	120
Total	173	8683

Fonte: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 126.

Podemos observar que as colônias japonesas ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana estão em segundo lugar em número de escolas e alunos na educação de filhos dos imigrantes.

Nesse sentido, em 1929 é instalada a primeira escola primária japonesa em Presidente Prudente. A instalação dessas escolas era vinculada a Zaihaku Nihon-jin Kyoiku-kai (Associação Japonesa de Ensino no Brasil), cuja denominação foi alterada posteriormente para Nihonjin Kyoiku Fukyo-kai (Sociedade de Difusão de Ensino Japoneses do Brasil), a entidade tinha uma filial em Presidente Prudente. De acordo com Kiyotani e Yamashiro, a associação tinha os seguintes objetivos: “...atividade de ligação entre as escolas; unificação da orientação educacional de filhos de japoneses; melhoria da qualidade e do tratamento do professor; realização de seminários e conferências sobre a educação; aperfeiçoamento de livros didáticos.”⁵⁵⁴

Posteriormente é criado também como patrimônio da colônia japonesa o Colégio São Paulo.⁵⁵⁵ Inicialmente particular, oferecia o curso ginásial e o 1º curso secundário da região,⁵⁵⁶ tal iniciativa colaborou com o intercâmbio entre japoneses e brasileiros, pois sendo

⁵⁵⁴ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 100.

⁵⁵⁵ Nasce do idealismo do Professor Boulanger Uchoa, porém administrado pela colônia japonesa, contudo durante a Segunda Guerra Mundial sofre intervenção federal, fato que provocou divergências entre Getúlio Vargas e o Dr. Cerávolo, maiores detalhes nas próximas páginas. Durante a Segunda Guerra Mundial era um dos locais de encontro de membros da colônia para ouvirem no rádio as notícias da guerra e do Japão. TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 130.

⁵⁵⁶ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 215.

o único curso secundário na região abriu suas portas para todos que necessitavam frequentar o ensino secundário.⁵⁵⁷

Nesse sentido, Kiyotani e Yamashiro, mencionam que

Em localidades onde não havia "escola brasileira", ou ela ficava muito distante da "colônia", esta construía o prédio escolar e o oferecia ao governo do Estado, que então enviava um professor, regra geral professora, instalando uma escola mista rural (primária), franqueada naturalmente a todas as crianças da área e não só a filhos de imigrantes nipônicos. Ao mesmo tempo, a colônia requeria ao governo estadual autorização para o ensino de japonês. As despesas desse curso corriam por conta da colônia, e quase sempre eram pagas por sua associação de japoneses.⁵⁵⁸

Nesse sentido, no ofício do diretor do Colégio São Paulo – membro da colônia japonesa – dirigido ao prefeito municipal de Presidente Prudente em 1933, é feita a proposta para que a escola seja municipalizada, pois a colônia não estava conseguindo gerí-la, tendo em vista a quantidade de alunos matriculados, o ofício mencionava que

Como diretor da escola particular e em nome de todos os japoneses da colônia do Km. 7,⁵⁵⁹ neste município, venho pedir a V.Exa. interessar-se no sentido de ser esta escola transformada em escola municipal, pois que, conta, actualmente, como V.Exa. teve a oportunidade de verificar, com elevado numero de alunos e a Colonia não se acha em condições de manter a escola particular, que grandes serviços tem prestado.⁵⁶⁰

Podemos observar que o prefeito frequentava a colônia japonesa e suas dependências, inclusive tomando ciência de detalhes, isso nos dá a noção do grau do relacionamento dos imigrantes com o poder público local, devemos lembrar que nesse momento Getúlio Vargas já implementara uma política de vigilância, pressão e combate aos então chamados *quistos étnicos*.

⁵⁵⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 29, 49-53; SHICASHO, op. cit., p. 37-38; RESENDE, 2006, op. cit., p. 102.

⁵⁵⁸ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 124.

⁵⁵⁹ Refere-se à estrada municipal que liga a área urbana a área rural no sentido sul-norte, atualmente Estrada Municipal Raimundo Maiolini.

⁵⁶⁰ Ofício nº 02, da Escola particular São Paulo, Km 7, de 06 de agosto de 1933, pertencente à Colônia Japonesa de Presidente Prudente. Encontra-se arquivado nos documentos do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto.

Em 1935 uma reportagem na primeira página da edição nº 417 do jornal *A Voz do Povo*, de 18 de agosto de 1935, veicula a notícia que a colônia japonesa adquire um terreno na área urbana de Presidente Prudente, na Avenida Antonio Prado, atualmente Avenida Washington Luiz, com a finalidade de construir as novas instalações do Colégio São Paulo, com os seguintes dizeres conforme fragmento abaixo.

GYMNASIO JAPONEZ

...soubemos de fonte segura que a colonia japoneza desta cidade, vae mandar construir um prédio de dois andares, destinado a um Gymnasio, no qual será como lei, obedecido o programma official.

Para essa construção elementos da colonia adquiriram dezoito datas de terra...

Assim será mais um optimo melhoramento para esta cidade, não só por seu aspecto material como educacional para o nosso meio.

Podemos observar a importância que a imprensa local dá ao empreendimento da colônia japonesa, bem como da contribuição da colônia no desenvolvimento educacional do município. Outro fato importante que a matéria nos revela é que as relações nesse momento, mesmo com uma legislação implantada pelo governo Vargas desfavorável aos imigrantes, ainda estão no plano do diálogo sem muitas tensões, situação que muda com o Estado Novo e com o início da Segunda Guerra Mundial, em que as relações tornam-se tensas, contudo mais amenas na região de Presidente Prudente em relação às outras regiões.

A grande motivadora da criação desses espaços tipicamente nipônicos foi a dificuldade⁵⁶¹ que tiveram em se relacionar com os brasileiros e outros imigrantes não japoneses, logo no começo da imigração, bem como a manutenção das tradições, portanto, os próprios japoneses procuravam afastar-se de qualquer atividade cultural que não fosse nipônica, dessa maneira só assistiam filmes e liam livros em língua japonesa, sendo que a manutenção dos hábitos tradicionais era facilitada por jornais editados desde 1916.⁵⁶²

Nesse sentido, Santos menciona que

Uma decisão da qual não se fugia e que os japoneses locais adotaram, foi o respeito às tradições orientais.... para que não houvesse rasura à esta regra,

⁵⁶¹ Tais dificuldades talvez fossem de ambos os lados, ou seja, dos não japoneses pelo preconceito, bem como pelos próprios japoneses que não queriam se relacionar com os não japoneses e também com o objetivo de manter os hábitos tradicionais. Melhores informações em SANTOS, 2001, op. cit., p. 28-35.

⁵⁶² SANTOS, 2001, op. cit., p. 28-31.

muitas famílias impediram os filhos de aprenderem o idioma brasileiro. Era tudo pelo culto à Pátria, o respeito ao Imperador e a leitura de publicações em língua do Japão. Outra norma rigorosa proibia os nisseis de se casarem com brasileiros.

... criaram seus núcleos próprios, dotando os de infra-estrutura suficiente para não precisarem recorrer ao outro lado:⁵⁶³ armazéns, escolas, farmácias, bancos e a preocupação incessante de os filhos não perderem a identidade japonesa.⁵⁶⁴

Não obstante, o culto a pátria e ao imperador estavam intimamente ligados à religião, portanto, não era somente uma questão de patriotismo, mas uma obediência divina, não podemos nos esquecer de que com a Restauração Meiji a religião torna-se estatal, e que o imperador além de governante civil também é considerado como uma divindade, sendo assim os japoneses sentem-se na obrigação de total respeito à figura do imperador, pois religião, governo e povo se fundem em um único corpo. A religião, portanto, é vista em termos utilitários e pragmáticos – as cerimônias, ritos e práticas possuem seu valor e função na medida em que trazem benefícios de ordem material, emocional e espiritual. Contudo, a religião não pode ser tomada em caráter secundário na vida japonesa. Tratamos desse assunto com maiores detalhes no capítulo III.

Dessa maneira surgem as práticas esportivas⁵⁶⁵ e costumes tipicamente nipônicos ou por adoção, como o beisebol, judô, sumô, o jiu-jitsu entre outras, além dos hábitos alimentares bem diferentes dos ocidentais, recusando os alimentos típicos dos brasileiros, bem como de outros estrangeiros. Outro fator que provocou o isolamento dos japoneses foi que o acordo de união conjugal era firmado somente entre eles. Tais atitudes provocaram que naturalmente surgisse uma antipatia aos nipônicos.⁵⁶⁶

Posteriormente, outros imigrantes japoneses chegaram à região, empenhando-se em várias atividades econômicas, motivados por aqueles⁵⁶⁷ que anteriormente ali chegaram adotando o Brasil como sua pátria. Segundo José Ferrari Leite, esses imigrantes tiveram

⁵⁶³ Uma infra-estrutura fora da colônia.

⁵⁶⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 33-34.

⁵⁶⁵ Beisebol de início praticado no Brasil pelos americanos, melhores informações em KIYOTANI, M.; WAKISAKA, K. Educação, cultura, religião. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 553-558.

⁵⁶⁶ SANTOS, 2001, op. cit., p. 35-36.

⁵⁶⁷ Pelos Kodama, Kataoka, Ban, Sumita, Wada, Okita, Yoshime, Watanabe, Mituro Harada, Kawaguti, Yoshio e outros. João Ban possuía uma arma de fogo de caça motivando um grupo revolucionários de 1924 que passou por essa região a prende-lo e tortura-lo.

importante participação na organização regional,⁵⁶⁸ mas a que mais se destacou foi à atividade rural, influenciando na transformação da agricultura do entorno.⁵⁶⁹

Nesse sentido, Leite menciona que

Nas áreas periféricas das cidades deixam marcas mais características na paisagem, quer através da horticultura, com canteiros simetricamente traçados, quer pela introdução na região de granjas bem cuidadas ou de plantações do amendoim e do algodão.

As terras aráveis ganharam nova feição com a introdução de técnicas novas e o estabelecimento da policultura, bem como de produtos hortigranjeiros.⁵⁷⁰

Nesse sentido, de acordo com Monbeig, graças aos japoneses o uso dessas novas técnicas entre elas do arado e da grade torna-se comum na preparação da terra, principalmente no plantio do algodão. O autor ainda menciona que o japonês também foi o grande incentivador da rizicultura, a princípio como cultura de subsistência, posteriormente, uma produção comercial. Segundo Monbeig, o arroz junto com o milho são os principais produtos de subsistência das franjes pioneiras, associados ao feijão e a mandioca.⁵⁷¹

Santos também tece elogios aos imigrantes japoneses dizendo que “A vinda dos japoneses, homens e mulheres dedicados ao trabalho infatigável, mudou a economia da Alta Sorocabana e do Brasil, com grande influência nos campos de agricultura e nas cidades...”, e o autor ainda diz que “... não demorou para a chegada deles provocar fortes alterações na zona rural e nas cidades, por meio da realização de uma agricultura de altas produções, introdução de novas sementes e construção de templos e outros prédios de estilo oriental...”, sendo que a região foi uma das que recebeu um maior número de imigrantes japoneses, pois em 1938, a Colônia Japonesa de Presidente Prudente estava composta de 1200 famílias, sendo que 900 estavam na zona urbana e 300 na zona rural.⁵⁷²

Na área urbana são grandes comerciantes e atacadistas, segundo Leite, “Poderiam ficar incluídos numa classe média alta com grande influência econômica e política na cidade e na região”.⁵⁷³

⁵⁶⁸ LEITE, 1972, op. cit., p. 57.

⁵⁶⁹ LEITE, 1972. op. cit., p. 58.

⁵⁷⁰ LEITE, 1972, op. cit., p. 33 e 58.

⁵⁷¹ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 250-251 e 253.

⁵⁷² SANTOS, 2001, op. cit., p. 2, 9 e 32.

O crescimento do contingente de imigrantes japoneses na área urbana está diretamente ligado à instalação de empresas de propriedade dos mesmos, melhorando o desenvolvimento urbano de Presidente Prudente, entre essas foram instaladas padarias, bancos, bazares, quitandas, alfaiatarias, casas de secos, bem como gabinetes dentários e consultórios médicos.⁵⁷⁴

Esses bancos são de economia privada japonesa, Tozan e Bratac, a primeira constituída em 1927 e a segunda fundada em 25 de março de 1929, com razão social de Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (ambas tinham filiais em Presidente Prudente).⁵⁷⁵

Alguns desses estabelecimentos estavam intimamente ligados à área rural, pois muitos dos quitandeiros tinham propriedades rurais e escoavam sua produção diretamente na cidade, sem o intermédio de outros comerciantes ou era uma relação entre os nipônicos, onde o quitandeiro adquiria produtos hortifrutigranjeiros de seu patrício que os produzia na área rural. Além das quitandas os japoneses também fomentaram a criação das feiras livres em Presidente Prudente, outra maneira de escoar sua produção agrícola.⁵⁷⁶

Além dessas atividades urbanas, Santos complementa mencionando que os japoneses foram os grandes fomentadores das feiras livres não só em Presidente Prudente, mas em toda região, essa atividade agregava valor ao meio rural, pois a relação campo-cidade era proporcionada pelos próprios agricultores que resolveram escoar sua produção diretamente ao mercado consumidor.⁵⁷⁷

Nesse sentido, observamos que a historiografia local trata o imigrante como personagem importante no desenvolvimento local, dentre esse o japonês. Leite menciona que o agricultor japonês, dentre os demais agricultores, destaca-se na transformação do espaço de produção pelo zelo e disciplina na lida da cultura agrícola, além de estabelecer a “... policultura, bem como de produtos hortigranjeiros...”, alterando o aspecto de uma região de monocultura.

⁵⁷³ LEITE, 1972, op. cit., p. 33, 47, 58.

⁵⁷⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 32 e 60.

⁵⁷⁵ Cf. em UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 156 e 203 e SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 534-535; SAKURAI, 2000, op. cit., p. 91; LEÃO NETO, 1989, op. cit., p. 32.

⁵⁷⁶ Cf. em SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 532-534.

⁵⁷⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 60.

Os imigrantes trabalharam em geral nas lavouras de maior destaque, café e algodão, porém se dedicaram a outras culturas agrícolas,⁵⁷⁸ entre essas a produção olerícola,⁵⁷⁹ sendo que 90% da produção do estado de São Paulo era realizada pelos japoneses, posteriormente chegando a Alta Sorocabana.⁵⁸⁰ De acordo com Sakata e Wakisaka foram os japoneses que introduziram e desenvolveram a produção de batata na região, que era plantada juntamente com o algodão.⁵⁸¹

De acordo com Manbeig, a produção de batata feita por japoneses da Alta Sorocabana, principalmente de Presidente Prudente, é enviada para a capital paulista, pois os produtores dos arredores de São Paulo não conseguiam abastecer o mercado com o tubérculo.⁵⁸²

Queremos, no entanto, destacar a produção da seda animal e da hortelã, pois ambas culturas motivaram conflitos⁵⁸³ entre os japoneses e deles com outras nacionalidades, brasileira e estrangeiras, no período da Segunda Guerra Mundial.⁵⁸⁴

Leite ainda menciona a produção de menta no período de 1942-1945, pois a Alta Sorocabana, sendo a maior produtora do Brasil, exportava toda a produção para os Estados

⁵⁷⁸ LEITE, 1972, op. cit., p. 33; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 197-198, 200-201; SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 462.

⁵⁷⁹ A palavra olericultura muitas vezes não é bem entendida, ou mesmo, é desconhecida de muitos. Ela vem do latim onde “Olus”, “Oleris”, significa hortaliça e “colere” quer dizer cultivar. É, portanto, a dedicação ao cultivo de hortaliças. Para situar a olericultura no contexto das atividades agrícolas a mesma se encontra inserida dentro de um termo mais abrangente, que é a Fitotecnia. Olericultura: é o ramo que se dedica às hortaliças, incluindo aí o morango, melão e melancia. Nos últimos anos, também tem sido incluído neste segmento as plantas medicinais e condimentares. Os termos utilizados na olericultura muitas vezes não são esclarecedores, podendo causar algumas interpretações errôneas. Por exemplo: melão, melancia, morango: em alguns países, são estudados dentro da Fruticultura. batata: algumas escolas e instituições de pesquisa consideram como parte de Grandes Culturas e em Portugal, Horticultura em geral é empregado numa concepção mais restrita, como sinônimo de Olericultura. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABZ5kAJ/conceituacao-planejamentode-exploracao-olericola>. Acesso em 21 ago. 2016. A Fitotecnia trabalha para o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de produção das culturas. Disponível em <https://www.embrapa.br/hortalicas/pesquisa-e-desenvolvimento/fitotecnia>. Acesso em 21 ago. 2016.

⁵⁸⁰ ONO, 1973, op. cit., p. 141; SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 473, 500 e 519; SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 533.

⁵⁸¹ SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 473.

⁵⁸² MONBEIG, 1984, op. cit., p. 317.

⁵⁸³ Maiores detalhes desses conflitos trataremos nas próximas páginas. UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 243.

⁵⁸⁴ MORAIS, 2000, op. cit., p. 65; KUMASACA, Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T.. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 453.

Unidos contribuindo em muito com a economia local. Tal produto foi introduzido na região por imigrantes japoneses que tinham a técnica da produção da hortelã.⁵⁸⁵

Nesse sentido, Monbeig menciona que o japonês foi o maior produtor da região, e que abandonou as culturas de algodão e arroz, muitos empregando toda a sua economia e fazendo empréstimos. Isso ocorreu também com a produção de seda animal, sendo que o japonês vai se destacar na produção das amoreiras, em que suas folhas vão sustentar a lagarta e na construção dos galpões, local onde se criava o bicho-da-seda, segundo o autor as plantações de amoreiras substituíram plantações inteiras de café e algodão.⁵⁸⁶

Empresas e empreendimentos pertencentes a japoneses utilizavam-se como meio de divulgar seus serviços e produtos os periódicos prudentinos.

Nesse sentido, a edição nº 44 do jornal *A Voz do Povo* de 21 de outubro de 1926 traz o seguinte anúncio.

ALFAIATARIA FLOR DO JAPÃO

Proprietario da “Alfaiataria Flor do Japão”, abaixo assignado, tem o prazer de comunicar á sua distincta freguezia e aos amigos que transferiu a mesma da Rua Cayuás numero 22 para a Rua Coroados n. 41, onde continua á disposição de todos, esperando merecer a mesma confiança e preferencia como até aqui lhe tem sido dispensada.
P. Prudente, 15 de Outubro de 1926.

*Mario Leme Kossaki*⁵⁸⁷

Outro anúncio na edição do dia 21 de julho de 1940, do jornal *A Voz do Povo*, a Pastelaria Takeda divulga seus produtos.

Pastelaria Takeda
Pasteis feitos na hora de
Carne, Palmito e Queijo
Presteza – Serviço esmerado
Entrega-se a domicílio
Rua Joaquim Tavora, 33 – PRES. PRUDENTE
(Próximo a Casa Paulistana)⁵⁸⁸

⁵⁸⁵ LEITE, 1972, op. cit., p. 66-67.

⁵⁸⁶ MONBEIG, 1984, op. cit., p. 317-318.

⁵⁸⁷ *A Voz do Povo*, edição nº 44, de 21 de outubro de 1926.

⁵⁸⁸ *A Voz do Povo*, edição do dia 21 de julho de 1940.

Outra empresa de japoneses faz seu anúncio no *A Voz do Povo* na edição do dia 25 de agosto de 1940, que atuava no segmento de secos e molhados. A citada empresa tinha duas lojas, uma em Presidente Prudente e outra em Álvares Machado⁵⁸⁹ e um depósito na capital paulista.

YOSHIO & CIA.

Armazem de Seccos e Molhados, Armarinho, Ferragens,
e Compra e Venda de Cereaes, por Consignaões, etc.⁵⁹⁰

Tais anúncios nos indicam uma relação da imprensa local com os japoneses, talvez influenciada por questões econômicas, pois uma das fontes que mantinham o jornal eram os anúncios.

Contudo não podemos deixar de observar que tais anúncios estão datados antes do Brasil declarar estado de beligerância ao Eixo, não obstante perceberemos mais adiante que após a declaração, as publicações sobre os japoneses mostram um tom de animosidade ou pelos menos não tão harmoniosa como antes.

Podemos observar que não apenas na zona rural os japoneses foram importantes para a economia regional, além dos dados da historiografia local, esse fato é mencionado no trabalho de Suzuki e Wakisaka, pois em 1933 o comércio de Presidente Prudente contava com 24 lojas de propriedade de japoneses.⁵⁹¹

Independentemente das atividades nas quais os japoneses trabalharam conseguiram uma ascensão social importante na região, bem como outros imigrantes, tal ascensão fica evidente nas próximas gerações, como menciona Leite

São, não raro, filhos de *imigrantes japoneses*, portugueses, espanhóis, italianos e sírio-libaneses bem sucedidos. Poderiam ficar incluídos numa classe média alta com grande influência econômica e política na cidade e na região.

Num degrau aquém situaríamos, dentro do que talvez pudéssemos chamar de classe média, os comerciantes varejistas, os profissionais liberais, os

⁵⁸⁹ Em 26 de dezembro de 1927, pela Lei nº 2.242, o patrimônio foi elevado a Distrito de Paz, pertencente à Presidente Prudente. Em 30 de novembro de 1944 elevou-se a município, sendo agregado a seu território, partes das terras de Presidente Prudente. Disponível em: <http://www.alvaresmachado.sp.gov.br/historia.php>. Acesso em 11 nov. 2015.

⁵⁹⁰ *A Voz do Povo*, edição do dia 25 de agosto de 1940.

⁵⁹¹ SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 532.

pequenos industriais (bebidas, calçados), onde o elemento de origem europeia aparece em porcentagem maior, surgindo, no entanto, *os de origem japonesa com destaque*.⁵⁹²

De acordo com Leite é patente a participação dos imigrantes em diversas atividades, no campo e na cidade, inclusive dos japoneses com destaque. Portanto, podemos afirmar que o imigrante foi importantíssimo para o desenvolvimento da região de Presidente Prudente.

Quanto à presença de imigrantes japoneses na região um fato inusitado. Após o torpedeamento de navios brasileiros em julho de 1943, o governo brasileiro, como medida de segurança, resolveu retirar do litoral todos os imigrantes de nacionalidade alemã e japonesa,⁵⁹³ sendo eles distribuídos para a capital paulista e regiões do interior, uma delas foi a Alta Sorocabana. Portanto, alguns imigrantes que aqui chegaram o foram por determinação do governo federal, dessa maneira, fugindo do objetivo primário da imigração que era a necessidade de mão de obra.⁵⁹⁴

Em suma, podemos observar a importância da imigração nipônica para a região de Presidente Prudente, pois eles chegam junto com os primeiros colonizadores, Goulart e Marcondes, alguns antes, ajudando no desbravamento da mata virgem, dando novo aspecto a paisagem local. De acordo com Leite, os nipônicos transformam, principalmente a área rural, com uma organização nunca vista em suas lavouras,⁵⁹⁵ também são promotores do comércio urbano, além de integrarem a área rural com a urbana, principalmente, no tocante a venda de produtos agrícolas diretamente a população sem a interferência de intermediários. Portanto, não são simples trabalhadores, mas indivíduos que crescem junto, socialmente e economicamente, com a região, ou seja, fazem parte do nascimento, do desenvolvimento e colaboraram para que Presidente Prudente se tornasse um polo regional, hoje denominada como capital da Alta Sorocabana. Nesse sentido, relataremos alguns exemplos nas próximas páginas.

⁵⁹² LEITE, 1972, op. cit., p. 47. (*grifo nosso*).

⁵⁹³ TAKENAKA, 2203, op. cit., p. 130; DEZEM, 2010, op. cit., p. 2.

⁵⁹⁴ TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 117.

⁵⁹⁵ LEITE, 1972, op. cit., p. 33 e 58.

2.3.2 ALGUNS IMIGRANTES JAPONESES QUE PARTICIPARAM DA ECONOMIA LOCAL EM VÁRIOS SEGMENTOS

Até o presente momento, discutimos a imigração japonesa para o Brasil e seu contexto na região de Presidente Prudente mais pelo aspecto coletivo desse movimento. Porém, efetivamente, quem eram os japoneses que imigraram para a região? A historiografia regional, incluindo obras escritas por descendentes de imigrantes japoneses, faz o elogio principalmente àqueles que ascenderam socialmente, ou que conseguiram deixar a zona rural, entendendo ser memorável seu esforço para superar o espaço na sociedade destinado aos imigrantes da terra do sol nascente, a de trabalhadores pobres do campo. É a partir dessas narrativas que buscaremos recompor algumas trajetórias familiares e profissionais dos *filhos da terra do sol nascente*, em solo prudentino, procurando dar pulsão humana a esta história, como nos desafia Raphael Samuel.⁵⁹⁶

Não obstante, segundo Raphael Samuel, não podemos nos referenciar ao *local* como algo distinto e separado do restante da realidade, ou seja, o que é considerado para definirmos um local? Segundo o autor os historiadores definem um local selecionando as regularidades, os acontecimentos coletivos e não individuais, “A localidade é um fenômeno único,...um organismo vivo com seu próprio ciclo de vida, que pode ser estudado continuamente por longos períodos de tempo, tanto em termos de estrutura ocupacional como peculiaridades topográficas.” Nesse sentido, o local é definido pela comunidade em que as pessoas, homens, mulheres e crianças estão unidas por interesses comuns.⁵⁹⁷

Raphael Samuel ainda menciona que, construir uma história local homogênea é problemático, pois os ambientes são diferentes, as pessoas possuem experiências diferentes e objetivos diferentes. Nesse sentido, o autor aconselha que os historiadores de história local explorem mais os conflitos do que acreditar em um equilíbrio entre os indivíduos de um determinado território denominado local, ele ainda menciona que o historiador deveria considerar uma pesquisa do micro para o macro quando menciona que

... ao invés de considerar a localidade por si mesma como objeto de pesquisa, o historiador poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida

⁵⁹⁶ SAMUEL, 1990, op. cit., p. 219-243.

⁵⁹⁷ SAMUEL, R. *Documentação: história local e história oral*, p. 227-228.

que seja, por si só, limitado tanto no tempo como em espaço mas usado como uma janela para o mundo.⁵⁹⁸

O autor ainda lembra a importância dos documentos pessoais que só podem ser encontrados pelo interesse do historiador em transformá-los em fontes, bem como as coleções particulares como jornais, revistas entre outros.⁵⁹⁹ Nesse sentido, parte de nossa fonte são os documentos e arquivos pessoais do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo que nos proporcionou narrar um pouco a história dos japoneses em Presidente Prudente.

Diante do exposto, procuramos direcionar nossa pesquisa não somente com base em características gerais, mas também, sem excluí-las, narrar um pouco as histórias de vida de alguns personagens que fazem parte da nossa pesquisa, sejam eles imigrantes japoneses ou outras pessoas que inerentemente estão relacionadas aos primeiros.

Não obstante, Ryoichi Kodama⁶⁰⁰ foi um desses imigrantes, cuja memória é enaltecida pela historiografia regional. Chega ao Brasil em 1908 com o primeiro grupo de imigrantes com 13 anos de idade, veio com uma família amiga de seus pais, os Yamada. Após passar por várias localidades em atividade rural e urbana, já casado com Taya⁶⁰¹ e com um filho (Raul),⁶⁰² Kodama⁶⁰³ chega a Presidente Prudente em 1926.⁶⁰⁴

Podemos notar aquele discurso elogioso na obra de Santos, para quem Kodama é

A lembrança de um imigrante dotado das melhores qualidades. Símbolo de um povo que deu ao Brasil, lições de como impulsionar a economia, de

⁵⁹⁸ SAMUEL, 1990, op. cit., p. 228-229.

⁵⁹⁹ SAMUEL, 1990, op. cit., p. 232.

⁶⁰⁰ Sua vinda ao Brasil consta no Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes nº 758, página 20, registrado em 19 de junho de 1908 conforme anexo 7 e 8.

⁶⁰¹ Viajou com Kodama no Kassato Maru, posteriormente se reencontrou com Kodama na capital paulista.

⁶⁰² Kodama e sua esposa tiveram 7 filhos, todos educados nos moldes brasileiroS, pois era definitiva a decisão de Kodama de fincar raízes no Brasil e na Alta Sorocabana, diferentes de muitos de seus patrícios que tinham o propósito de após ganharem algum dinheiro, retornarem para o Japão. Tal atitude de Kodama trouxe sabores para ele e sua família, pois quando encontravam outros imigrantes que mantinham seus costumes da terra natal, eram hostilizados.

⁶⁰³ Não podemos deixar de registrar que Kodama no início não falava português, com o tempo e através de seu esforço, motivado em conquistar uma vida melhor, foi aprendendo a língua do país que o recebera, bem como estudando até conseguir se habilitar como motorista, a princípio de uma família de posses na capital paulista, o que possibilitou a Kodama comprar um caminhão e assim tornando-se um autônomo no ramo de frete.

⁶⁰⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 11-12, 123 e 137; RESENDE, 2006, op. cit., p. 92.

como fazer o solo brotar mais e as cidades prosperarem além de suas fronteiras.⁶⁰⁵

Mesmo com seu esforço de integrar-se aos costumes ocidentais⁶⁰⁶ era um homem dedicado às tradições, nunca em toda sua vida deixou de participar do Sho-Kon-Sai, cerimônia dedicada aos mortos no mês de julho no cemitério japonês no Município de Alvares Machado, antigo bairro Brejão que pertencia a Presidente Prudente.

Nesse sentido, de acordo com Anthony Giddens a cultura está intimamente ligada à identidade coletiva da sociedade a que pertence o indivíduo onde se valoriza o grupo em detrimento do indivíduo, portanto a manutenção da cultura é questão de honra para qualquer membro das sociedades tradicionais, pois

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.⁶⁰⁷

Outro aspecto está relacionado à identidade nacional, pois de acordo com Stuart Hall, tal identidade não é genética, contudo acreditamos que faz parte da nossa natureza, além da carga que a representação simbólica significa na vida de um cidadão de uma certa nacionalidade, em nosso caso específico os nipônicos que incorporam a questão de lealdade, portanto o total afastamento de suas crenças o faz sentir-se um traidor de seus país e cultura, nesse sentido o autor menciona que

Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial.
...mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.

⁶⁰⁵ SANTOS, 2001, op. cit., p. 127.

⁶⁰⁶ Como prova desse esforço Ryoichi e Toya Kodama se casam conforme as normas da doutrina religiosa Católica Apostólica Romana, SANTOS, 2001, op. cit., p. 149. Essa prática religiosa estava mais ligada aos objetivos de adaptação e ascensão social do que de conversão ao cristianismo, melhores detalhes em MORI, 1992, op. cit., p. 569-572.

⁶⁰⁷ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*, p. 38.

As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação como representada em sua cultura nacional.⁶⁰⁸

Segundo Stuart Hall, com base no trabalho de Roberto Schwarz, menciona que “Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade’.”⁶⁰⁹

No decorrer do texto, observaremos tal situação com outros imigrantes japoneses que praticam ritos religiosos ocidentais sem deixar de praticar ritos orientais, além da manutenção da identidade da cultura nacional.

Nesse sentido, com base no trabalho de Ernest Gellner, Stuart Hall menciona que independente de diferenças, seja de classe, gênero ou raça (entenda-se etnia), não importa se são militares, camponeses ou trabalhadores urbanos, o que importa é a sobrevivência do grupo, para tanto a cultura nacional tem o fator vital de unificar todos em uma identidade cultural.⁶¹⁰

Contudo, de acordo com o autor, essa unidade nem sempre permanecerá homogênea dentro do grupo, fato que provocará conflitos internos na colônia entre os que querem manter a tradição com aqueles que tentam a enculturação, pois os primeiros pretendem retornar ao país natal, sendo que os segundos nem sempre estão interessados no retorno, caso específico do nosso trabalho, o autor ainda menciona que as diferenças dentro do grupo, como sociais, étnicas e de gênero, será outro fator que influenciará na homogeneidade da identidade cultural.⁶¹¹

Retornando ao caso de Kodama, no princípio empregou-se, como os primeiros imigrantes japoneses que chegaram à região, em atividades rurais, colaborando na derrubada da mata virgem que ainda existia em Presidente Prudente, pois a cidade tinha apenas 9 anos de existência, contando com o período que ainda era as Vilas Goulart e Marcondes. Com as economias Kodama adquiriu um caminhão, um grande e antigo sonho que Kodama realizara.⁶¹²

⁶⁰⁸ HALL, S. *A identidade cultural pós-modernidade*, p.47-49.

⁶⁰⁹ SCHWARZ, 1986, p. 106 apud HALL, 2005, op. cit., 49.

⁶¹⁰ GELLNER, 1983, p. 37-38 apud HALL, 2005, op. cit., 59.

⁶¹¹ HALL, 2005, op. cit., 59-60

⁶¹² SANTOS, 2001, op. cit., p. 138 e 151; SHICASHO, op. cit., p. 206.

Com a aquisição desse caminhão⁶¹³ Kodama realizava transportes, principalmente de madeira, da área rural para as serrarias, pois com a abundante floresta existente na região, uma das atividades que mais prosperaram na formação de Presidente Prudente foi o beneficiamento da madeira, tanto para a construção civil como para as marcenarias, não se limitando a região, Kodama também realizava transportes para outras localidades. Além de madeira, transportava a produção agrícola para a cidade.⁶¹⁴

Com base em depoimentos de registros de família, Santos relata que, Kodama demonstra sua decisão de adotar o Brasil como sua pátria definitiva, dizendo “Quero lutar por este país. Gosto muito é daqui”.⁶¹⁵

Apesar da entrada do Japão na guerra tornar as coisas difíceis, o bom relacionamento que Kodama mantinha com as autoridades e sociedade local contribuiu para amenizar as pressões que os imigrantes sofriam por ordem do governo federal, sobre as relações com o Estado trataremos com maiores detalhes no capítulo III.

Um caso exemplar seria o de Raul,⁶¹⁶ seu filho mais velho, que tentou por diversas vezes entrar nas forças armadas brasileiras, porém sempre foi desmotivado pelos membros dessas com o discurso de que um filho de japonês não podia alistar-se, pois o Brasil estava em guerra contra o Japão. De tanto insistir foi preso por soldados da marinha que o levaram à presença de um general que o advertiu, assim, momentaneamente, Raul afastou de sua ideia alistar-se. Porém, nas memórias de família pesquisadas por Santos, seu filho Raul foi combater as tropas do *eixo* na Itália como pracinha. Foi convocado para guerra em 1944 como integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), atuou como almoxarife no campo de batalha na Itália. Foi ferido em consequência de estilhaços causados pela explosão de uma bomba, motivo que o fez retornar ao Brasil antes do fim da guerra, sendo reformado na graduação de cabo. Recebeu várias condecorações dos governos do Brasil e dos EUA.⁶¹⁷ Tal atitude faz cair por terra à ideia de que um filho de japoneses não poderia combater na guerra

⁶¹³ Um Ford 1919. De acordo com Monbeig esse tipo de caminhão foi introduzido nas zonas pioneiras em 1924, era o veículo mais apropriado para circular nos caminhos utilizados pelos carros de boi. MONBEIG, 1984, op. cit., p. 198.

⁶¹⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 151, 155 e 174; SHICASHO, op. cit., p. 206; ABREU, 1972, op. cit., p. 140-142.

⁶¹⁵ SANTOS, 2001, op. cit., p. 165.

⁶¹⁶ Raul Kodama nasceu em 1º de agosto de 1917. Desde pequeno ajudava os pais nos afazeres. Sua integração com os brasileiros é explícita, estudou no Grupo Escolar e participava ativamente das atividades como o escotismo, bem como na fanfara do Colégio São Paulo participando das comemorações nacionais, como 7 de setembro. Maiores detalhes em SHICASHO, op. cit., p. 335-345.

⁶¹⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 152-153 e 175; SHICASHO, op. cit., p. 206.

ao lado de brasileiros. Mas o velho Kodama tinha realmente adotado o Brasil como sua pátria, ensinando seus filhos a serem autênticos brasileiros.

Esse fato nos chamou a atenção, pois enquanto uns procuravam manter suas raízes nipônicas outros iniciavam um processo de aculturação. Nesse sentido, Kiyotani e Yamashiro, mencionam em seu trabalho que “O maior desejo do imigrante era educar os filhos como filhos de súditos nipônicos; ensinar-lhes a língua nipônica e ministrar-lhes ensinamentos sobre a cultura e o espírito japoneses.” Segundo os autores, os japoneses tinham a seguinte preocupação que “Se regressar ao Japão, levando estes filhos que não sabem ler e nem falar o japonês, teria que enfrentar o problema de comunicação entre pais e filhos e destes com parentes e amigos. E acima de tudo, seria uma vergonha para um súdito nipônico”.⁶¹⁸

Esse antagonismo, segundo Ruth Cardoso, era típico ao *nissei*,⁶¹⁹ pois “... a dupla orientação que tem o *nissei* mesmo dentro da sua família: pressão para tornar-se um membro da comunidade japonesa e, ao mesmo tempo, expectativa de que, através de uma formação profissional, consiga ascender na escala social.”⁶²⁰ A autora menciona em outro trabalho que “O *nissei* se distingue do *issei* não só como geração mas também como um grupo que participa diversamente do universo cultural tradicional.”⁶²¹

Nesse sentido, de acordo com Janete Leiko Tanno,

... os mais jovens, que foram criados e educados entre duas culturas, a japonesa, no interior do espaço familiar e da colônia, e a brasileira, nos espaços públicos da escola, das praças, dos armazéns, do trabalho, etc., aceitavam com mais facilidade os hábitos dos brasileiros, como atesta Handa.⁶²²

A distinção entre as várias gerações de japoneses no processo de integração à nova sociedade revela-se um elemento importante, visto que há diferentes gradações na inserção dos japoneses e seus descendentes à sociedade brasileira, dependentes da geração à qual ele pertence. Os japoneses educados e formados na cultura de origem foram mais refratários à aceitação dos costumes locais, diferentes dos mais jovens, em especial aqueles que aprenderam a língua portuguesa. Nesse sentido, entre estes, a integração foi ainda mais rápida e intensa.⁶²³

⁶¹⁸ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 99, 123.

⁶¹⁹ Primeira geração de japonês nascido fora do Japão.

⁶²⁰ CARDOSO, 1973, op. cit., p. 322.

⁶²¹ CARDOSO, 1998, op. cit., p. 133.

⁶²² HANDA, T. *O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil*, p. 491-492.

⁶²³ TANNO, 2008, op. cit., p. 73.

Mesmo com as constantes determinações do Governo Federal na vigilância aos imigrantes, a sociedade prudentina ficava alheia a essas imposições, bem como algumas autoridades, pois viam em Kodama e outros japoneses, aliados no empenho de desenvolver Presidente Prudente e região. O agradecimento e reconhecimento da sociedade prudentina e autoridades locais⁶²⁴ ficou patente após alguns anos quando Kodama foi homenageado pela Câmara Municipal com o título de cidadão prudentino, indiretamente homenageando outros imigrantes japoneses.⁶²⁵

Nesse sentido, Santos menciona que Kodama foi importante para o bom relacionamento entre a colônia japonesa e a sociedade local, brasileiros e outros estrangeiros, dizendo que “... concorrendo decisivamente para o maior entrelaçamento da colônia japonesa com os habitantes de outras nações ...”, pois Kodama já falava bem a língua portuguesa.⁶²⁶ Portanto, o autor se esforça para minimizar a dimensão do conflito, evocando memórias de estabilidade interna à sociedade prudentina.

Porém não podemos deixar de mencionar que mesmo Kodama - como outros japoneses - sendo lembrados nas páginas dos periódicos, nos órgãos públicos e mesmo pela sociedade civil, como colaboradores na transformação socioeconômica de Presidente Prudente e região, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e principalmente no Estado Novo e no período da Segunda Guerra Mundial, eles foram a certo momento, hostilizados tanto pela sociedade quanto pelo Estado, realidade que registramos com maiores detalhes no capítulo III.

Outro momento que explicita o bom relacionamento da família Kodama com os brasileiros em Presidente Prudente ficou patenteado quando sua filha, Cecília Kodama,⁶²⁷ dava aulas particulares, pois entre os alunos que foram alfabetizados por ela dois chamam a atenção por se tornarem pessoas públicas. Geraldo Soller tornou-se jornalista, trabalhando no futuro em dois dos principais meios de comunicação de massa, rádio e jornal. Outro foi Florivaldo Leal que se tornou prefeito de Presidente Prudente na década de 1960.⁶²⁸

⁶²⁴ Situação que comprovaremos nas próximas páginas.

⁶²⁵ SANTOS, 2001, op. cit., p. 168.

⁶²⁶ SANTOS, 2001, op. cit., p. 122-123.

⁶²⁷ Iniciou sua atividade como educadora em 1937. Na década de 1940 também passou a dar aulas de datilografia na casa de seus pais com o objetivo de complementar a renda familiar.

⁶²⁸ SHICASHO, op. cit., p. 77-80.

Podemos observar que alguns imigrantes, não só Ryoichi Kodama, procuravam diminuir a distância nas relações com a sociedade local de várias maneiras, comercial e socialmente, assim aos poucos iam rompendo o isolamento que a colônia vivia, principalmente nas relações sociais, com isso o estereótipo de etnia de difícil assimilação ia se desfazendo aos poucos.

Como Ryoichi Kodama outros imigrantes e descendentes japoneses fizeram do Brasil sua pátria e escolheram a Alta Sorocabana para fixarem residência. Ou seja, não escolheram o local para apenas trabalhar por um tempo, reunir dinheiro e voltar ao Japão, mas como espaço onde deitariam raízes.

Nesse sentido, Hiroshi Yoshio aos 6 anos de idade cruza o oceano com sua família em busca de uma vida melhor. A família Yoshio chega ao Brasil em 1918, diferente dos imigrantes anteriores, vieram diretamente para a região, mais precisamente no bairro Brejão, atualmente município de Alvares Machado, motivados pela propaganda das autoridades e Companhias de emigração japonesa em fazer fortuna no Brasil. Arrendaram um pedaço de terra para cultivar cereais.⁶²⁹

Aos 18 anos Hiroshi resolve construir sua vida independente de seus pais, algo comum entre as famílias camponesas do período. Após algum tempo tentando a vida na capital paulista, retorna a região, sem grandes conquistas financeiras, mas ganhou muito em experiência, principalmente como negociante, dessa maneira Hiroshi contribui com o pai na administração do armazém da família conquistado com a renda que conseguiram economizar do trabalho no campo. Mas não satisfeito abriu um negócio próprio em Presidente Prudente, comercializando secos e molhados. Contudo, no início da década de 1940 o plantio da hortelã na região era um negócio rendoso, assim Hiroshi começa um novo empreendimento, uma firma⁶³⁰ de exportação de menta, atividade que lhe rendeu muito, possibilitando a aquisição de terras.⁶³¹

Com a guerra, diferente de outros imigrantes japoneses, de acordo com Santos, Sakata e Wakisaka, Hiroshi não sofre a pressão implementada pelo Governo Estado Novista,⁶³² ele aproxima-se das autoridades locais amenizando assim a vigilância, contudo, ao final da

⁶²⁹ SANTOS, 2001, op. cit., p. 181-188.

⁶³⁰ Brasmentol Caçapava – Exportação de menta, maiores detalhes em SHICASHO, op. cit., p. 102.

⁶³¹ SANTOS, 2001, op. cit., p. 195-196.

⁶³² SHICASHO, op. cit., p. 102.

guerra, membros de sua família sofreram a violência do grupo Shindo-Renmei,⁶³³ pois o sogro de um de seus irmãos foi morto pelo grupo. Porém ele, pela amizade que tinha com as autoridades policiais locais, era protegido das ameaças do referido grupo, pois era um alvo potencial como exportador de menta. Os japoneses tradicionais como os membros do Shindo-Renmei consideravam uma traição ao Império Japonês por parte daqueles que estavam envolvidos com a produção da menta. Hiroshi continuou prosperando nos negócios, no final de sua vida era considerado um dos maiores produtores de gado da região.⁶³⁴

Contudo, acreditamos que somente uma amizade não era suficiente para que Hiroshi não sofresse vigilância constante do Estado, bem como para não ser visto pela sociedade local como inimigo. Nesse sentido, segundo Foucault, a estratégia faz parte das relações de poder, pois cada um dentro de uma relação vai de alguma maneira e em algum momento tirar vantagem dessa relação, ou seja, em dado momento um dos parceiros vai se sobrepor ao outro, portanto não há quem possua definitivamente um ao outro, tudo vai depender das circunstâncias do momento.⁶³⁵ Assim, em dado momento, os imigrantes japoneses souberam tirar proveito das relações de poder de que participavam, e usaram os recursos disponíveis para tentar se livrar do controle e da repressão do Estado ou, pelo menos, minimizá-las.

Nesse sentido, Roberto Machado menciona sobre a existência de micro poderes que exercem em vários níveis e em diferentes pontos da sociedade. Afirma que o poder é uma ação bilateral, ou seja, o poder é inerente às relações e não pertence a um dos parceiros, pois em dado momento está com um dos partícipes da relação, enquanto em outro momento está com o outro. Destaca que “...existem sim práticas ou relações de poder.” Que “... se dissemina por toda a estrutura social.” Bem como “... não é uma relação unívoca, unilateral;”⁶³⁶

Não obstante, sabemos que Hiroshi tem importância econômica na cidade e região, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, ele estava envolvido com a produção de menta, produto que tem grande importância na economia prudentina nesse período, portanto, acreditamos que esse fato faz com que Hiroshi exerça nesse momento um poder dentro das relações de poder, nesse momento Hiroshi vai ter o poder na relação com o Estado

⁶³³ Associação japonesa a princípio, a organização tinha o propósito de combater a política estadonovista que impossibilitava a manutenção dos ritos aos símbolos culturais nipônicos, contudo maiores detalhes registramos no capítulo III.

⁶³⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 197-207; SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 497.

⁶³⁵ FOUCAULT, M. Sujeito e poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, p. 247-248.

⁶³⁶ MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, p. 191-192.

que o vê como um importante parceiro econômico. Assim, o delegado, um representante do Estado não exerceria poder sobre Hiroshi, pois além das relações particulares existe legislação federal, observadas no capítulo III, para que os esforços na economia brasileira exercida por imigrantes não sejam abaladas.

A produção de hortelã e seda animal foi motivo de vários conflitos, principalmente entre os japoneses. Por volta de abril de 1944, em várias localidades do interior acontecem ataques com destruição e incêndio de usinas de beneficiamento de menta e barracas de criação de bicho-da-seda. Tratava-se de ação de *condenação e punição* baseada na ideia de que, sendo a menta e o casulo do bicho-da-seda produtos que favoreciam os países aliados, dedicar-se à sua produção constituiria atividade antipatriótica.⁶³⁷

De acordo com Miyao e Yamashiro

A aplicação de menta na guerra. 1.º) Aumenta o poder explosivo e de descarga de armas de fogo; a) Misturada à nitroglicerina, elimina os defeitos destas, multiplicando ainda por trezentas vezes o seu poder explosivo; b) Misturada à carga de propulsão do canhão, aumenta em várias vezes o alcance das chamas (aumentar alcance das chamas quer dizer tornar mais poderosa a força de propulsão do projétil); 2.º) Misturada ao produto gerador de gás tóxico, aumenta a sua capacidade de penetração, tornando inútil a máscara contra gás atualmente usada. Por outro lado, o gás tradicional sendo mais pesado do que o ar tende a estagnar-se nas partes baixas do terreno, de maneira que sem a utilização da força do vento não consegue desenvolver toda a sua eficiência. Mas, uma vez misturado a menta aumenta extraordinariamente a sua força expansiva. 3.º) A menta é indispensável no sistema de refrigeração de motores de alta velocidade.⁶³⁸

Segundo Miyao e Yamashiro na comunidade nipônica existiam organizações conhecidas como Seinen Aikoku Undô (Movimento Patriótico da Mocidade) e Tenchugumi (Grupo de Castigo Celeste) foram grupos que promoveram atos de destruição. Eles iniciaram uma luta fratricida entre japoneses, agravando-se no pós-guerra.⁶³⁹

Além dos acima mencionados, outros imigrantes fizeram parte da transformação socioeconômica de Presidente Prudente, como Takuji Kurosawa, instalando no final da década de 1930 uma empresa de compra e venda de cereais, chegou a receber o título de

⁶³⁷ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263.

⁶³⁸ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263-264; CYTRYNOWICZ, R. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 136.

⁶³⁹ Maiores dados em MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263-264, KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 453 e CYTRYNOWICZ, 2000, op. cit., p. 136.

comerciante símbolo pela Associação Comercial e Industrial, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.⁶⁴⁰ Essa ascensão social era importante para a construção de relações de poder positivas com os grupos dominantes locais, tornando-se estes imigrantes *de sucesso* elos entre as autoridades locais e os demais membros da colônia nipônica, que não obtiveram os mesmos resultados positivos em suas vidas econômicas.

Era comum nos núcleos de imigrantes japoneses a abertura de casas comerciais que, entre outros, tinham como objetivo o escoamento da produção agrícola dos imigrantes, além de fornecerem insumos aos lavradores, nesse sentido, no início da década de 1930 já existiam 24 casas desse tipo em Presidente Prudente, segundo notícia veiculada no Jornal Seishū Shinpô.⁶⁴¹

Nesse sentido, em 1918, chega ao Brasil Mário Hirai,⁶⁴² inicialmente trabalhou na lavoura de café, posteriormente, se dedicou a atividade de fotógrafo, abrindo um estúdio fotográfico.⁶⁴³ Como Takuji Kurosawa, Mário também foi homenageado pela Associação Comercial e Industrial como comerciante do ano.⁶⁴⁴ Tal dado revela que os empresários imigrantes não se constituíam como um grupo marginal, mas eram incorporados como parte do empresariado local.

Mário divulgava seu novo empreendimento nas páginas do jornal *A Voz do Povo*. Na edição de nº 629, de 1º de janeiro de 1939, na primeira página o periódico traz o seguinte anúncio.

**PHOTO IMPERIAL
DE MÁRIO HIRAY & IRMÃO**

Deseja aos seus distintos amigos e fregueses, UM FELIZ ANNO NOVO E
BOAS-FESTAS.

Presidente Prudente, Dezembro – 1938⁶⁴⁵

⁶⁴⁰ SANTOS, 2001, op. cit., p. 58-59.

⁶⁴¹ SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 532.

⁶⁴² Encontramos na lista de desembarque dos imigrantes no Porto de Santos conduzidos pelo navio Hakata-Maru em 02 de setembro de 1918, a família Hirai, não consta o nome de Mário, provavelmente seu nome de origem era outro, mudando para Mário em decorrência de sua naturalização.

⁶⁴³ Atualmente Foto Imperial, um dois mais antigos estúdios fotográfico de Presidente Prudente. SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 534.

⁶⁴⁴ SANTOS, 2001, op. cit., p. 73-76.

⁶⁴⁵ *A Voz do Povo*, edição de nº 629, de 1º de janeiro de 1939.

Em 1932, chegava ao Brasil Mampei Funada com mulher e filhos. Inicialmente foi para a área rural, chegando à região em 1934. Posteriormente mudou-se para a área urbana central de Presidente Prudente estabelecendo-se no ramo de bar e sorveteria em 1942. Em 1947 passa a fabricar bebidas, empresa que cresceu ao ponto de exportar seus produtos permanecendo atuante até os dias atuais.⁶⁴⁶

Outros imigrantes japoneses, como a família Funada, também se dedicaram a atividade na fabricação de bebidas, foi o caso de Motoichi Oki e Siguetosi Gobara que fundaram as Bebidas Wilson em julho de 1945.⁶⁴⁷ Empresa que também permanece atuante até os dias atuais.

Nem todos atuaram somente na economia, mas também nos esportes. Nesse sentido, chegou ao Brasil em 1912 Kinichi Tarumoto, mudando-se para Presidente Prudente em 1922. Como muitos de seus patrícios foi morar na zona rural, instalando-se no Bairro Sankio (rural), porém quem se destacou foi um de seus filhos, Kenzo Tarumoto, como líder da colônia japonesa como produtor rural e esportista, sendo destaque no beisebol, sua equipe foi campeã em torneios municipais, bem como fornecendo atletas para a seleção prudentina, fato que indica a relação com sociedade local e regional.⁶⁴⁸

Em 1934, chega ao Brasil a família Nishimura, tendo como chefe Matsuo, após alguns anos trabalhando como colono na região noroeste do estado de São Paulo, mudou-se para Presidente Prudente na área rural em 1938, instalando-se no Bairro Shocei⁶⁴⁹ estabelecendo-se como agricultor de policultura, além da atividade agrícola, Matsuo era membro da ACAE colaborando na Exposição Regional Agrícola.⁶⁵⁰

Alguns imigrantes atuaram economicamente tanto na área rural como na área urbana, é o caso de Hiromo Matsubara, que chegou com sua família em Presidente Prudente no ano de 1930. A exemplo de várias outras a família Matsubara inicia sua atividade como arrendatária de terras sofrendo um golpe dolorido, pois uma geada destruiu todo o cafezal, porém continuaram com a atividade rural. Contudo em 1941 Hiromo mudou-se para a área urbana, foi trabalhar com o Sr. Hiroshi Ioshio, proprietário de um armazém, inicialmente como balconista, posteriormente passou a comprador de algodão das empresas do Sr. Ioshio e de

⁶⁴⁶ SANTOS, 2001, op. cit., p. 77-78; SHICASHO, op. cit., p. 289-291.

⁶⁴⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 258.

⁶⁴⁸ SANTOS, 2001, op. cit., p. 79; SHICASHO, op. cit., p. 112-115.

⁶⁴⁹ Área rural.

⁶⁵⁰ SANTOS, 2001, op. cit., p. 81.

Endo & Cia,⁶⁵¹ adquirindo experiência como negociante,⁶⁵² fato que o motivou juntamente com os irmãos a adquirirem um pedaço de terra e plantar algodão.⁶⁵³ Neste caso, podemos notar que não somente imigrantes saíam do campo em direção à cidade, mas o movimento era mais complexo, composto por idas e vindas, uma vez que a zona rural representava espaço dinâmico da economia regional.

Não só os imigrantes japoneses foram importantes para o desenvolvimento de Presidente Prudente e região. Queremos observar que a participação do imigrante japonês no desenvolvimento econômico regional foi uma consequência, pois o objetivo do imigrante era à busca de independência econômica, de acordo com Kiyotani e Yamashiro, o insucesso da vida de contratado nas fazendas de café fez com que o imigrante japonês estivesse “... convencido de que só seria possível conquistar a prosperidade mediante a lavoura independente que ele próprio dirigiria.”⁶⁵⁴

Os autores ainda afirmam que

Se, porventura, a situação das fazendas fosse tão maravilhosa como fazia crer a propaganda das empresas de emigração e seus agentes, dentro de poucos anos quase todos os imigrantes teriam retornado à pátria, com dezenas ou centenas de milhares de yens no bolso, já que praticamente 100% deles haviam viajado com o espírito *dekasegi*. Em outras palavras, se na fase de colonos das fazendas eles tivessem conseguido sucesso e a maioria tivesse regressado à terra natal, teria sido improvável a estruturação.... Para a maioria constituía uma estratégia para ganhar dinheiro e então regressar à pátria com as glórias de vencedor, conforme o plano original.⁶⁵⁵

Nesse sentido, muitos deles vão se deslocando para o interior paulista em fins da década de 1910 e início da década 1920 adquirindo pequenos lotes rurais.⁶⁵⁶

Encontramos também muitos desses imigrantes e de seus filhos entre os profissionais liberais e funcionários públicos, foi o caso de Yoshiko Akinaga Haga, formada como bacharel em Direito começa sua atividade como advogada em Presidente Prudente em 1942. Transpôs

⁶⁵¹ Essas empresas tinham o objetivo de intermediar os pequenos produtores com as máquinas de beneficiamento, cf. em SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 534.

⁶⁵² Essa prática era comum entre os japoneses, cf. em SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 532.

⁶⁵³ RESENDE, 2006, op. cit., p. 109; SHICASHO, op. cit., p. 314.

⁶⁵⁴ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 77.

⁶⁵⁵ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 78.

⁶⁵⁶ KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 81-82, 87 e 90.

toda a adversidade da sua época por ser mulher, filha de imigrantes japoneses e viver em um país que estava em guerra com o Japão, terra natal de seus antepassados.⁶⁵⁷

Os japoneses também atuaram na prestação de serviço, é o caso do Iwao Ban, tornou-se taxista, segundo relatos ele possuía as características necessárias para exercer tal profissão, além de ser conhecido na cidade como pessoa calma e de agradável convivência.⁶⁵⁸

Na área da saúde os Yoshida construíram um hospital em 1934, denominado Casa de Saúde Dr. Yoshida.⁶⁵⁹ Nesse sentido, segundo Uchiyama, Tajiri e Yamashiro, mesmo com a instalação de postos de saúde no interior do estado de São Paulo pelo Departamento de Saúde do estado de São Paulo na década de 1930, mas insuficientes, o Ministério do Interior do Japão envia um subsídio “... destinado à instalação de serviços de assistência médico-sanitária para os imigrantes nipônicos. Esse auxílio passa a ser distribuído através do Gaimusho (Ministério dos Negócios Estrangeiros),...” dessa maneira, “... o cônsul-geral Saito conseguiu formar a Zai Burajiru Nihonjin Dojinkai (Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil), conhecida mais por Dojinkai,...” assim, “Posteriormente, constrói o Hospital Japonês, conforme está relatado nas linhas adiante. Em 1939 mudou o nome para Sociedade de Beneficência Santa Cruz.” Contudo, era necessário levar assistência às colônias espalhadas pelo interior do estado, portanto, “Depois de consultar associações de japoneses e de moços de muitas localidades, a Dojinkai passou a prestar os seguintes serviços:... instalação de postos médicos no interior (Santos, Lins, Bauru, Presidente Prudente);”.⁶⁶⁰

Alguns imigrantes procuraram a integração com os brasileiros e outros estrangeiros, além de outros meios, através da religião, foi o caso de Mario Kiyooki Tamaoki, pois participava tanto dos ritos católicos como da Seicho-no-iê.⁶⁶¹ Ele chegou ao Brasil com pais e irmãos em 1919 e foram trabalhar nos cafezais da região de Registro/SP, Vale do Ribeira. Na época ele tinha apenas 7 anos. Em 1934, mudaram-se para Presidente Prudente fixando-se na área rural, porém o jovem Mario procurando sua independência inicia a atividade de mascate, visitava seus clientes de porta em porta, transportando suas mercadorias no lombo de um burro. Tal atividade fez com ele se tornasse mensageiro, pois os meios de comunicação na

⁶⁵⁷ SANTOS, 2001, op. cit., p. 48, 63-67; SHICASHO, op. cit., p. 222.

⁶⁵⁸ RESENDE, 2006, op. cit., p. 91-92.

⁶⁵⁹ SANTOS, 2001, op. cit., p. 34.

⁶⁶⁰ UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 216-217.

⁶⁶¹ Melhores detalhes em MORI, 1992, op. cit., p. 569-572.

época eram escassos, quando existiam, dessa maneira seus clientes e outras pessoas pediam para ele levar suas mensagens e quando retornava trazia outras notícias.⁶⁶²

Nem só os homens foram os ícones da imigração japonesa, as mulheres também fizeram parte deste contexto, sendo grande sua importância, mesmo que seu espaço - de acordo com as fontes encontradas - se limitasse a colaborar com seus pais ou seus maridos.

Nesse sentido, de acordo com Ana Maria Colling, os homens se tornarão visíveis com a história das mulheres, pois "... a história das mulheres não diz respeito somente à metade da humanidade, mas a totalidade desta, ...".⁶⁶³ Portanto, pensar as mulheres é algo fundamental para se compreender a história.

De acordo com Françoise Thébaud,

Muitos trabalhos -...- mostraram que também as mulheres têm uma história e são actores históricos de pleno direito. Mas já não se trata, ..., de as estudar isoladamente, no vácuo, mas, sobretudo, de propor uma abordagem sexuada do século, de introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, Com a convicção de que esta relação entre os sexos não é um facto natural, mas uma relação social construída⁶⁶⁴ e incessantemente remodelada, ao mesmo tempo efeito e motor da dinâmica social.⁶⁶⁵

Nesse sentido, Sara Beatriz Guardia, de acordo com o trabalho de Hobsbawn (1987, p.116-117) alerta que, para se ver as mulheres, e através delas imaginar uma sociedade - incluso outra sociedade - é necessário remeter-se ao privado, ao social e ao cotidiano.⁶⁶⁶

Outro fator a ser observado é quanto à importância da mulher japonesa na participação ativa da (i)migração, bem como sua relevância como agente produtivo desse processo, algo pouco explorado pela historiografia que dá ênfase ao papel da mulher em manter a ordem nos afazeres domésticos.⁶⁶⁷

⁶⁶² SHICASHO, op. cit., p. 54-55. Devido a falta de meios de comunicação era comum os viajantes também fazerem o papel de mensageiros, cf. em SUZUKI; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 532.

⁶⁶³ COLLING, A. M. *Tempos diferentes, discursos iguais*: a construção do corpo feminino na história, p. 14.

⁶⁶⁴ BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: *Gênero & Saúde*. LOPEZ, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (org.), p. 28-40.

⁶⁶⁵ THÉBAUD, F. Introdução. In: *História das mulheres no ocidente*. O século XX. Porto: Afrontamento, 1995, p. 9-23; COLLING, op. cit., p. 27-28.

⁶⁶⁶ GUARDIA, S. B. História de las mujeres: un derecho conquistado. In: *La escritura de la historia de las mujeres em América Latina*. El retorno de las diosas, p. 13-29.

⁶⁶⁷ YAMAMOTO, 2006, p. 20 apud BIRELLO, Verônica B.; LESSA, P. *A imigração japonesa do passado e a imigração inversa, questão gênero e gerações na economia*, p. 74-75.

Nesse sentido, o papel da mulher japonesa imigrante nas colônias no Brasil, segundo Fábio Kazuo Ocada, coube “... a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, a realização do culto aos mortos e o cuidado com as sepulturas.”⁶⁶⁸ Ainda nesse sentido Ocada menciona que “Desse modo, as memórias femininas tendem a contemplar as esferas do público e do privado, estando ligadas à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiavam a missão de narradoras da comunidade aldeã.”⁶⁶⁹

Contudo, em nosso trabalho, queremos observar que as mulheres japonesas não ficaram somente no plano privado, tiveram papel importante na sociedade prudentina. Não obstante, além de Yoshiko Akinaga Haga, citada anteriormente, este também foi o caso de Chie Ishii que chegou com seus pais e irmãos na região de Presidente Prudente em 1934, e foi trabalhar nos cafezais. Após trabalharem para outros imigrantes japoneses já instalados na região anteriormente, adquiriram sua propriedade rural, onde cultivaram vários produtos agrícolas, como: café, algodão, milho e hortifrúti, sendo que algumas eram para o consumo próprio e outras para a venda.⁶⁷⁰

Em 1942, Chie casa-se com Issamu Banno que já estava no Brasil desde 1930. Agora casada Chie, como a maioria das mulheres, tem dupla jornada de trabalho, nos afazeres domésticos e na lida com a terra. Como o momento era propício produzir hortelã pimenta, tendo em vista seu subproduto ser utilizado na indústria de guerra, o casal resolveu montar uma destilaria⁶⁷¹ para extrair a menta.⁶⁷²

Nas narrativas sobre as vidas dos imigrantes japoneses na região, encontramos – também associada ao cultivo de hortelã, tal qual ocorreu com Chie e Issamu Banno – a trajetória de Kiyoshi Ishida que também aproveitou o bom momento que a hortelã atravessou na região, tendo em vista ser um dos produtos mais cultivados durante a Segunda Guerra Mundial. Ele chegou ao Brasil em 1932 juntamente com sua esposa Saga seguindo para Santa Cruz do Rio Pardo para trabalharem em uma fazenda de café. Após alguns anos mudaram-se para a área rural, região onde atualmente é o distrito de Eneida em Presidente Prudente, na época o algodão tinha substituído o café como principal produto econômico da região, contudo, o que lhe deu uma estabilidade financeira foi a produção da hortelã. Porém nesse

⁶⁶⁸ OCADA, F. K. *Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil*, p. 77.

⁶⁶⁹ PERROT, 1989 apud OCADA, 2012, op. cit., p. 77-78.

⁶⁷⁰ SHICASHO, op. cit., p. 81-82.

⁶⁷¹ Indústria de Alambique Banno Ltda.

⁶⁷² SHICASHO, op. cit., p. 82-84.

período nem tudo foi tranquilo para Kiyoshi e família, pois não deixou de sofrer as perseguições e hostilidades que grande parte dos imigrantes japoneses sofreram.⁶⁷³

Nem todos imigrantes japoneses vieram para trabalhar nas fazendas de café como colonos, foi o caso de Yassumi Banno que chegou ao Brasil com 10 anos de idade, juntamente com seus pais e irmãos. Sua família veio diretamente para Presidente Prudente com destino certo, trabalharem para Chuji Yokohama, em atividade agrícola. O contrato era por 6 anos, porém em 3 anos já tinham economizado o suficiente para adquirirem a própria terra, que inicialmente era de apenas 10 alqueires⁶⁷⁴ passando, em menos de 10 anos de trabalho, a serem proprietários de 54 alqueires em Montalvão.⁶⁷⁵ Sua trajetória, porém, apresenta alguns elementos de tensão e ambiguidade nas relações imigrantes-Estado, sobre essas relações registramos maiores detalhes no capítulo III.

Nem todos os imigrantes japoneses migraram para trabalharem no segmento econômico do país, nesse sentido, Domingos Chohachi Nakamura veio como missionário enviado pela Igreja Católica Apostólica Romana, tendo em vista a numerosa colônia japonesa na região. Domingos nasceu no Japão em 1865, filho de cristãos, sendo ordenado padre em 1897, veio para o Brasil em junho de 1923 e para a região de Presidente Prudente em novembro do mesmo ano. Ao chegar à região, inicia suas atividades como religioso no bairro Brejão, na época pertencente ao município de Presidente Prudente, maior concentração de imigrantes japoneses da região.⁶⁷⁶

O religioso foi condecorado pelo Pontífice Pio XI e agraciado com o título de Monsenhor. Seu trabalho como religioso na divulgação e práticas da fé cristã é reconhecido até nos dias atuais na região, por todos seus adeptos, sejam brasileiros ou descendentes de outras nacionalidades, principalmente os de origem nipônica. Atualmente passa por processo de beatificação pelo Vaticano.⁶⁷⁷

O Monsenhor mantinha um bom relacionamento com vários segmentos da sociedade e a imprensa local, tal afirmação podemos comprovar com a notícia de sua morte divulgada

⁶⁷³ SHICASHO, op. cit., p.126-128. As perseguições e hostilidades vinham tanto por parte de brasileiros como por parte de japoneses, pois o Japão pertencia ao eixo que o Brasil tinha declarado guerra, e por parte dos japoneses era sobre a questão de produzir um produto que segundo alguns era uma traição a Pátria do Sol Nascente, pois os aliados utilizavam a menta como produto bélico.

⁶⁷⁴ Alqueire paulista medindo 24.200 m².

⁶⁷⁵ Distrito rural de grande concentração de japoneses no período pesquisado, atualmente ainda distrito de Presidente Prudente. SHICASHO, op. cit., p. 213-214.

⁶⁷⁶ SHICASHO, op. cit., p. 360-362.

⁶⁷⁷ Melhores detalhes em MORI, 1992, op. cit., p. 569-572.

pelo editorial do *A Voz do Povo*, na edição do dia 21 de março de 1940, conforme o fragmento abaixo.

Monsenhor Domingos Nakamura

Perde o cléro um elemento de efecticiente ação doutrinaria, pois apreciável número de conversões constatadas no seio dos núcleos nipônicos disseminados no Brasil, se deve aos produtivos esforços do saudoso rev. monsenhor Domingos Nakamura.

O seu sepultamento verificou-se no dia seguinte, sendo elevado o número dos que o acompanharam á derradeira morada, notando se a presença dos representantes do cléro, autoridades, organizações religiosas, professoras e alunos do Grupo Escolar, representantes da colonia japonesa, classes sociais e pessoas das localidades visinhas.

A ‘A Voz do Povo’, por intermédio do seu correspondente, se associa ao luto motivado pelo passamento do monsenhor Nakamura, reconhecendo no extinto, excepcionais virtudes, cultuando, ao mesmo tempo, a memoria do inesquecível religioso.

Lá perto da estrada de Bernardes, a sua igreja, modesta e silenciosa, cercada de flores, na simplicidade pitoresca do meio, entre as ondulações dos cafesais, evoca pesarosa a figura do bondoso reverendo. Tudo transparece tristeza.⁶⁷⁸

Sobre a atuação de religiosos cristãos, nesse caso católico, dentro das colônias eles hipoteticamente tinham a função de assistir os supostamente convertidos ao cristianismo. A conversão ao cristianismo era um meio dos imigrantes se relacionarem com as outras etnias, principalmente os brasileiros. Conforme frisa uma publicação do periódico **O Estado de São Paulo** do dia 23 de dezembro de 1927:

A conversão desses japoneses ao catolicismo é o caminho mais curto para a assimilação, elimina a única parede que obstaculiza a fusão entre os brasileiros e os japoneses e elimina a leviana opinião negativa ao imigrante japonês pela ilusão de que os sentimentos entre ambos os povos se contrariam...⁶⁷⁹

Nesse sentido, Mori menciona que a conversão dos japoneses não se dava em decorrência da crença na fé cristã, mas como um meio de integração social, e ainda que “A construção de igrejas também era mais manifestação da vontade de adaptação ao ambiente brasileiro do que propriamente conversão ao catolicismo.”⁶⁸⁰

⁶⁷⁸ *A Voz do Povo*, edição do dia 21 de março de 1940.

⁶⁷⁹ MORI, 1992, op. cit., p. 570.

Não obstante, de acordo com Janete Leiko Tanno

... ao percorrerem e se estabelecerem em diferentes espaços, públicos e privados, formais e informais, os japoneses e seus descendentes integravam-se à sociedade local e se inseriam em diferentes gradações e, dependendo do grau de disposição para tal fim, aderiam à cultura brasileira. Conhecendo, observando, aprendendo, aceitando, ou não, os hábitos e costumes do novo país, os japoneses, ao se inserirem nos diversos espaços, nas práticas comuns do cotidiano, criavam uma rede de amizade, de trabalho, de interesses e assim iam aos poucos também ganhando o sentimento de pertencer um pouco e cada vez mais a esses espaços conquistados e nos quais eles colocavam algo de si, de suas esperanças, de seus conhecimentos e de suas preferências. Obviamente, o sentimento de pertencer ao espaço brasileiro sofreu alterações ao longo das décadas desde a sua chegada até hoje. Entretanto, sem dúvida, tal inserção nos nossos costumes e hábitos está relacionada ao sentimento de pertencimento a esses novos espaços – cidade e país -, que ao longo de sua trajetória de luta e trabalho para viver, os japoneses e seus descendentes foram percorrendo, conquistando e construindo.⁶⁸¹

Nesse sentido, as relações criadas nos diversos espaços contribuía para a integração entre japoneses e não japoneses, onde era possível a realização de diversas atividades que possibilitavam a construção e a solidificação de uma identidade.

Contudo, de acordo com Francisca Isabel Schurig Vieira, os espaços que melhor contribuíram para tal integração foram na área urbana, segundo a autora, “Nas zonas urbanas o campo das relações sociais dos japoneses alarga-se e não se limita mais ao círculo familiar e ao grupo étnico.” Não obstante, “Nas zonas rurais, conseguiam manter com relativa perduração padrões de orientação coletiva de família.”⁶⁸²

Em suma, não podemos negar a importância dos japoneses na transformação socioeconômica de Presidente Prudente, seríamos levianos em afirmar que foram os principais colaboradores na transformação do município como polo regional, contudo é certo que eles fazem parte dessa transformação, um exemplo disso é a Fábrica de Bebidas Funada que além de estar presente em outros estados brasileiros, exporta seus produtos para países da América Latina.

Queremos registrar que os japoneses que destacamos para exemplificar as relações com o Estado e a sociedade civil estão de alguma maneira, envolvidos com a economia

⁶⁸⁰ MORI, 1992, op. cit., p. 570.

⁶⁸¹ TANNO, 2008, op. cit., p. 72.

⁶⁸² VIEIRA, 1973, op. cit., p. 114.

prudentina ou com a religião, não conseguimos fontes que nos indicassem as relações com outros japoneses, portanto não é possível no momento mensurar essas relações num todo.

Contudo, é explícito que o japonês que veio para a região da Alta Sorocabana não é apenas o imigrante pobre que passava por dificuldades econômicas em seu país e que veio para o Brasil em busca de oportunidades com o objetivo de angariar algum dinheiro e retornar ao Japão, ao contrário, muitos que chegaram à região vieram para se fixarem e construir uma vida em terras brasileiras. Tal situação pode explicar as relações mais amenas (ou menos conflituosas) dos imigrantes com o Estado e a sociedade civil na região, bem diferentes em outras regiões onde os imigrantes não tinham o interesse de se fixarem, mas somente de ganharem o suficiente para que pudessem retornar ao Japão e terem uma vida mais tranquila.

2.4 NACIONAIS E IMIGRANTES TRANSFORMANDO A REGIÃO DA ALTA SOROCABANA

Vários fatores foram responsáveis pela transformação da região da Alta Sorocabana, entre esses, os de ordem social e econômica.

A decadência da mineração fez com que os mineiros procurassem outras fontes de renda, uma delas foi a venda de terras ainda não exploradas por não indígenas, entre essas o chamado sertão paulista, hoje o extremo Oeste Paulista ou, como optamos denominar, a Alta Sorocabana.

A produção cafeeira no final do século XIX, em busca de locais mais adequados para a cultura, transfere-se para terras paulistas, inicialmente na região do antigo Oeste Paulista (nas proximidades de Sorocaba), posteriormente para a região da Alta Sorocabana.

Com o fim do sistema escravocrata no Brasil surge a necessidade de mão de obra, a solução mais rápida foi a imigração, a princípio imigrantes europeus, posteriormente de outras nacionalidades, entre essas últimas, os japoneses.

Diante desses fatores os primeiros não indígenas que chegam à região, hoje Alta Sorocaba, foram os mineiros, posteriormente chegam paulistas que além de venderem parte de suas terras, também vão utilizá-las para o cultivo de diversas culturas agrícolas, bem como a criação de núcleos urbanos, a princípio com o intuito de valorizar o espaço rural. Nesse sentido surgem dois principais personagens, Francisco de Paula Goulart que está negociando suas próprias terras, fruto de uma herança, e José Soares Marcondes, empresário no ramo

imobiliário que está negociando terras não suas, não obstante adquire boa parte dessas terras. Assim inicia-se a transformação da região.

Antes mesmo da chegada de Goulart e Marcondes, já estava em curso a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, assim investidores e ferrovia se aliam para interesses comuns, principalmente interesses econômicos.

Com eles chegam outros com o principal objetivo de se estabelecerem economicamente, não só nacionais, mas também imigrantes entre eles japoneses. Não podemos esquecer que mesmo antes de Goulart e Marcondes iniciarem suas atividades na região, imigrantes japoneses já estavam na Alta Sorocabana, inclusive na região que no futuro seria Presidente Prudente, além de estarem presentes como funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana, já tinham criado duas colônias, a Vai-Bem e a Brejão.

Diferente dos primeiros imigrantes que aportaram no Brasil no final do século XIX e início do século XX que vieram para substituir a mão de obra escrava, na Alta Sorocabana, muitos imigrantes vieram para serem proprietários, portanto nem todos vieram para serem empregados.

Alguns chegaram antes mesmo dos colonizadores Goulart e Marcondes, pois as fontes nos revelaram que imigrantes japoneses trabalhavam, em 1913, na construção da Estrada de Ferro Sorocabana.

Em 1916 foi fundada a primeira colônia japonesa na região, sendo seus membros proprietários de espaços rurais.

Tendo em vista vários imigrantes, entre eles os japoneses, chegarem à região como proprietários, inicialmente rurais, podemos afirmar que eles tiveram vital importância na transformação socioeconômica da região. Nesse sentido, no período da produção algodoeira os produtores japoneses de Presidente Prudente receberam investimentos financeiros do governo nipônico, não obstante, os japoneses serem os maiores produtores dessa cultura na região. Contudo, não só na produção algodoeira tiveram destaque, também participaram de outras culturas agrícolas.

Além das suas atividades rurais, os japoneses participaram da economia urbana em vários segmentos como comércio varejista e atacadista, indústria principalmente no ramo alimentício, saúde, financeiro (bancos), educação, hotéis, transportes, atuando ainda como profissionais liberais, além do que eles fomentaram o intercâmbio econômico entre o espaço rural e urbano, comercializando diretamente com o consumidor urbano os produtos agrícolas produzidos por eles, principalmente nas feiras livres.

Não só na economia os japoneses participaram na transformação da região, mas também culturalmente, com seus templos budistas, com a culinária muito marcante até nos dias de hoje, com suas festas típicas, no esporte, entre outras atividades culturais.

Diante do exposto é patente a participação dos japoneses na transformação socioeconômica da região, tanto no espaço rural como no urbano, não podemos negar que eles ajudaram a construir Presidente Prudente e região tanto no aspecto econômico como também cultural. Podemos constatar essa afirmação tanto na paisagem, na arquitetura, na culinária, bem como na população. É impossível no cotidiano prudentino ao circularmos pelas ruas da cidade, não perceber algo que nos remeta aos japoneses, estão presentes no comércio, nas escolas, nos templos religiosos (várias doutrinas religiosas), nos clubes, ou seja, não importa o local em que se vá ou classe social a que se pertença, é patente a presença nipônica.

A contribuição que os japoneses tiveram na transformação socioeconômica da região, nos leva a acreditar que esse fato contribuiu para que as relações entre a colônia japonesa de Presidente Prudente e a sociedade civil e o Estado, fossem mais amenas (ou menos conflituosas) do que em outras partes do estado de São Paulo ou mesmo de outras regiões do Brasil, principalmente no período pesquisado. Ou seja, eles eram parte vital da economia, sociedade e formação histórica da cidade, por isso a repressão do Estado Novo não poderia ser tão implacável contra eles.

Por fim, o processo político em Presidente Prudente teve grande influência na formação do polo regional em que se tornou a região, tendo como capital da Alta Sorocabana o município de Presidente Prudente, bem como nas relações entre o poder político local e a população, inclusive os imigrantes. Nesse sentido, é explícita a importância que um dos ícones políticos prudentinos exerceu sobre a colônia japonesa, Dr. Cerávolo, a nosso ver positiva, pelo menos é o que nos aponta as fontes pesquisadas. Sobre esse assunto registraremos maiores detalhes no último capítulo.

Observamos também a chegada dos japoneses na região, suas dificuldades e estratégias de adaptação. Como foram se integrando a sociedade prudentina em vários segmentos (religioso, econômico, político, esportivo e educacional), bem como a participação nas atividades econômicas rurais e urbanas, contribuindo para a economia local. Enfim, registraremos no último capítulo como se deu a relação dos japoneses com o poder público e a sociedade local.

3. CAPÍTULO III – O PROCESSO POLÍTICO EM PRESIDENTE PRUDENTE E AS RELAÇÕES DOS JAPONESES COM O ESTADO E A SOCIEDADE LOCAL (1917-1947)

Nesse capítulo observaremos a política praticada na região desde o surgimento do primeiro núcleo urbano do município (1917) até o fim da Era Vargas (1930-1945), e o imediato pós-guerra, para que possamos entender o processo político que vai influenciar diretamente as relações do Estado com a colônia japonesa. Compreenderemos também como o poder político estava concentrado na mão dos dois principais líderes políticos locais, Goulart e Marcondes; suas divergências, bem como o aparecimento de uma nova e emblemática figura política, o Dr. Domingos Leonardo Cerávol. Dotado de maior flexibilidade política, o Dr. Cerávol resistiu às oscilações do jogo desde a Primeira República até o período da Ditadura dos Generais, ou seja, permaneceu na política de 1928-1971, foi vereador, prefeito e deputado estadual. Além disso também abordaremos como a imprensa participou direta ou indiretamente do processo político regional.

A partir disso, observaremos como se deram as relações dos japoneses com o Estado e a sociedade a partir de 1913 - em especial no período de 1937-1947 -, as dificuldades por eles vividas no período da Segunda Guerra Mundial, as estratégias para contornar a pressão que o Estado exercia sobre os estrangeiros, especialmente aos pertencentes ao Eixo. Faremos também uma discussão sobre como a imprensa local se relacionava com a colônia japonesa em Presidente Prudente, bem como qual papel exercia sobre a sociedade nas relações com os japoneses, ora amenizando, ora dificultando tais relações.

3.1 O PROCESSO POLÍTICO EM PRESIDENTE PRUDENTE - DAS PRÁTICAS CORONELISTAS AO FIM DA ERA VARGAS

Para que possamos compreender as relações entre a colônia japonesa de Presidente Prudente com o Poder Público e a sociedade local, faz-se necessário compreendermos o processo político exercido em Presidente Prudente, bem como no estado de São Paulo e em âmbito federal, pois é de conhecimento as relações conturbadas entre estado e os imigrantes com a ascensão de Vargas no poder a partir de 1930, intensificada no Estado Novo.

Nesse sentido, Abreu menciona que “O poder político local tem a qualidade de revelar a intimidade das relações entre o povo, o Estado, as classes dominantes e o governo.”⁶⁸³

Além de que em 1928 surge um novo elemento no processo político prudentino, o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, que foi um dos principais personagens nas relações do Estado com a colônia japonesa de Presidente Prudente.

No início da colonização foi patente a prática coronelista em Presidente Prudente, pois o Estado era ausente e as necessidades dos moradores locais eram, na totalidade ou parcialmente, resolvidas pelos dois latifundiários locais e colonizadores, os Coronéis Goulart e Marcondes. Portanto exerciam todo e qualquer poder político.⁶⁸⁴

Nesse sentido, Abreu menciona as características que levaram as práticas coronelistas e populistas em Presidente Prudente, em que

O latifúndio suplantando a pequena propriedade em área de terra possuída e uma cidade comercial e de serviços extremamente dependente da economia agrária, davam aos coronéis latifundiários condições de manipularem politicamente uma população incapaz de se fazer representar em virtude principalmente de sua fraqueza econômica. Esta situação estrutural de Presidente Prudente explica o coronelismo dos primeiros tempos, a liderança pessoal de um e outro chefe político local personalista, envolta em roupagens amenizantes de populismo. Os chefes políticos locais exercerão sempre um papel intermediador entre a população e o Estado.⁶⁸⁵

Contudo, contrariando a citação acima, Francisco Corrêa Weffort, ao analisar o contexto político brasileiro, menciona que ao migrarem do campo para a cidade a população dá o “...primeiro passo para sua conversão em cidadão social e politicamente ativo e para dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios.” Pois esses migrantes na busca de oportunidades em alguma atividade urbana, vão exigir das autoridades políticas melhorias na vida social, portanto, teoricamente essa nova população urbana estaria exercendo sua participação política deixando de ser uma simples massa de manobra para os interesses dos líderes políticos.⁶⁸⁶

Porém observamos no decorrer do nosso trabalho, que o poder político em Presidente Prudente sempre estará nas mãos das mesmas pessoas que notoriamente não pertencem e

⁶⁸³ ABREU, 1996, op. cit., p. 10.

⁶⁸⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 209.

⁶⁸⁵ ABREU, 1996, op. cit., p. 24-25.

⁶⁸⁶ WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*, p. 75.

muito menos representam as classes populares, não obstante, são membros da elite e representantes da classe alta e média, de profissionais liberais (médicos, advogados, tipógrafos, engenheiros etc.) e dos grandes proprietários rurais. Esses últimos são também, inúmeras vezes, são profissionais liberais, é o caso do Dr. Cerávolo (médico, dono de cartório e proprietário rural).

Weffort ainda menciona que após o movimento denominado *Revolução de 1930* a urbanização da população possibilita a conversão dessa população social e politicamente, é realizada uma aliança entre essa nova massa urbana e os representantes do Estado, contudo há uma latente hegemonia nos interesses da classe dominante, mas para a manutenção do poder, sem maiores percalços, do representante dessa classe, se faz necessário o atendimento de algumas reivindicações das classes populares, como empregos, melhorias no consumo e participação nas decisões políticas,⁶⁸⁷ nesse sentido, queremos destacar a intervenção direta e pessoal de Cerávolo em um movimento de feirantes que reivindicavam o aumento dos preços, ou seja, o chefe do executivo prudentino (1938-1947) vai colocar produtos hortifrutigranjeiros a disposição da população local a preços baixos, fato registrado com maiores detalhes nas próximas páginas. Contudo, não podemos esquecer que o monopólio do poder que Cerávolo exerce é concomitante ao período ditatorial do Estado Novo.

No período anterior a política estava centrada no Partido Republicano Paulista (PRP) que concentrava todo poder político na figura do presidente do Estado, que tinha apoio incondicional dos coronéis criando redutos eleitorais. O Coronel presidia o Diretório Municipal que controlava todos os cargos públicos municipais e estaduais.⁶⁸⁸

Dentro do modelo político da época o chefe do executivo municipal era indicado entre os vereadores eleitos pelo voto direto, mas seu poder era ilusório, pois quem realmente tinha acesso ao governo do Estado era o chefe político do diretório local fator que confirmava o poder inquestionável do coronel. Nesse sentido, era comum as rivalidades entre os líderes locais, mesmo que pertencessem ao mesmo diretório, pois estava em jogo a manutenção do poder, bem como a própria vaidade. Em Presidente Prudente não foi diferente, foi patente a rivalidade dos dois chefes políticos locais, assim politicamente existiam dois grupos antagônicos dentro do mesmo partido (PRP), os goulartistas e os marcondistas, além de outras agremiações políticas de oposição ao PRP. Foi nesse contexto, que o processo político em

⁶⁸⁷ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 75-76.

⁶⁸⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 211.

Presidente Prudente transcorreu desde sua fundação até o advento da Era Vargas que não provocou grandes mudanças.⁶⁸⁹

Nesse sentido devemos entender do que se trata esse poder, de acordo com Foucault o exercício do poder não se daria na relação entre parceiros individuais e coletivos, mas em modo de ação. Uma ação de alguns sobre os outros. O poder só existiria em atos. Ou seja, não haveria aquele que o possuísse. Ele simplesmente se exerce por uns sobre os outros. Isto também significa que “... a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso.” E ainda que o exercício do poder “... é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos;...” e que “O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’.”⁶⁹⁰

Foucault ainda lembra que, a estratégia faz parte das relações de poder quando

A maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então dos meios destinados a obter a *vitória*. ... onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível. A estratégia se define então pela escolha das soluções “vencedoras”.⁶⁹¹

Nesse sentido, Roberto Machado menciona sobre a existência de micro poderes que exercem em vários níveis e em diferentes pontos da sociedade

Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado, distinção que não parece, até então, ter sido muito relevante ou decisiva para a orientação das análises.⁶⁹²

Machado ainda vai mencionar que o poder é uma ação bilateral, ou seja, “Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. ... existem

⁶⁸⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 212.

⁶⁹⁰ FOUCAULT, 1995, op. cit., p. 243-244.

⁶⁹¹ FOUCAULT, 1995, op. cit., p. 247-248.

⁶⁹² MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, p. 190.

sim práticas ou relações de poder.” Que é exercido “E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social.” Bem como “... não é uma relação unívoca, unilateral;...”⁶⁹³

Foucault menciona ainda que as relações de poder são estabelecidas por alguns pontos, quanto

As modalidades de instrumento: de acordo com o fato de que o poder se exerce pela ameaça das armas, dos efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, com ou sem arquivos, segundo regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais etc.⁶⁹⁴

Não obstante, é nítido que o poder, em Presidente Prudente, não está no Estado, ou seja, na figura do chefe do executivo municipal, porém naquele que exerce outro tipo de poder que não emana do Estado, ou seja, está nas mãos daqueles que exercem o poder não institucional, mas um poder privado exercido através de diversos mecanismos, constantes na citação acima.

Nesse sentido, Goulart e Marcondes exercem poder sobre a sociedade local, mesmo nunca assumindo a cadeira do executivo, porém mesmo quando um chefe local assume cargos eletivos o seu poder não emana do Estado, mas é um poder privado, é o caso de Cerávolo. Mesmo quando ele está no poder como chefe do executivo é nítido que a influência que exerce sobre a sociedade local e regional não é estatal, mas sim um poder de raízes privadas que ele adquiriu não como político, mas no contato cotidiano com a população, seja como proprietário rural, médico e mesmo como cartorário. Pois ele presta serviços médicos às populações de todos os níveis econômicos que pagam conforme suas posses, oferece empregos em sua propriedade rural e oferece também serviços cartorários, ou seja, a sociedade o reconhece como um de seus membros mais do que como uma pessoa pública. Ela o reconhece como seu representante junto ao poder público. Além do que quando, como chefe do executivo, presta favores com cargos públicos, nomeando pessoas sem qualquer dispositivo legal, ou seja, concurso público.

⁶⁹³ MACHADO, 1981, op. cit., p. 191-192.

⁶⁹⁴ FOUCAULT, 1995, op. cit., p. 246.

Retomando o registro sobre o processo político local, as animosidades floresceram na tentativa de formar o primeiro diretório para as eleições da câmara de 1922, a principal divergência era o cargo de presidente e vice-presidente, ambos os coronéis queriam a liderança política local, assim a primeira composição tinha como presidente o Cel. Marcondes e vice o Cel. Goulart e demais membros, um marcondista e dois goulartistas, porém no momento de efetivar a composição do diretório, o Cel. Marcondes estava ausente, conseqüentemente o Cel. Goulart refez a composição do diretório, onde ele seria o presidente e o Cel. Marcondes o vice, e ainda trocando o secretário, tira um marcondista e coloca um aliado seu. Marcondes insatisfeito com a situação monta outra chapa. Ambas foram enviadas para a Comissão Diretora do PRP que diante de tal situação decidiu não aprovar nenhuma, deixando que as eleições municipais decidissem quem seria o líder político.⁶⁹⁵

De acordo com Maria Efigênia Lage Resende, essas disputas refletem inclusive nas eleições, não obstante, “As lutas constantes entre coronéis rivais no município propiciam, muitas vezes, uma dualidade de eleições, gerando atas falsas, duplicatas de câmaras municipais e de assembleias legislativas.” Nesse sentido, devemos observar que nesse período ainda não existia a justiça eleitoral, o processo eleitoral era registrado em atas, sendo que o responsável preenchia a ata conforme as ordens do líder político local (coronel) que era apadrinhado por um líder político estadual, assim tomava posse aquela chapa que tinha a proteção do líder político estadual, esse tipo de falsificação ficou conhecida como Bico de Pena.⁶⁹⁶

De acordo com Vitor Nunes Leal, esse sistema eleitoral é uma herança dos tempos da colônia, ou melhor, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, implantado em 1821 por D. João VI, sofrendo constantes alterações com o advento do Império até a criação do Código Eleitoral de 1932, conforme os interesses da elite política. As mesas eleitorais e as câmaras legislativas possuíam *poderes amplíssimos*, sendo que dentre esses poderes estavam a apuração dos votos e a lavratura da ata sobre o resultado da eleição, lembrando que os membros dessas mesas eram nomeados, não obstante, segundo Leal, “... a mesa eleitoral era a chave da eleição,...”,⁶⁹⁷ portanto o resultado das eleições poderia ser manipulado pela mesa eleitoral, conforme os interesses do líder político local, o que possibilitava as fraudes.

⁶⁹⁵ ABREU, 1972, op. cit., p. 213.

⁶⁹⁶ RESENDE, M. E. L. de. O processo político da primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org). *O Brasil Republicano*, p. 113; LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p. 229.

⁶⁹⁷ Melhores detalhes em LEAL, 2012, op. cit., p. 219-249.

Nesse sentido, ou seja, todo e qualquer instrumento eleitoral não lícito era colocado em prática para colocar no poder aquele que representasse os interesses das minorias, a elite, não obstante, Leal menciona uma piada na qual, segundo ele, um correligionário de um líder político obteve a seguinte resposta: “Menino tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito”. Verdade ou não, isso demonstra como era decidida à eleição, ou seja, o que menos importava era o resultado das urnas, contudo o que se levava em conta era o interesse político em empossar um ou outro candidato que representasse o líder político local.⁶⁹⁸

Contudo, o que nos interessa é observar o processo eleitoral do período republicano, principalmente entre 1917-1932, com o intuito de esclarecer o processo eleitoral em Presidente Prudente, nesse período, para os cargos municipais, processo esse sempre recheado de conflitos, ou seja, não vamos nos ater aos processos eleitorais na esfera federal e estadual.

De acordo com Leal,⁶⁹⁹ quem presidia a mesa era o presidente da câmara que designava os demais membros num total de cinco contando com o presidente, como não existia uma lei específica, as dúvidas e incidentes que surgiam antes da composição da mesa, eram resolvidos pelo presidente, sendo que após a composição, a mesa resolvia por maioria de votos. Lembrando que cada distrito tinha uma mesa e a sede de município podia conter mais de uma.

A mesa tinha a competência de apurar os votos e lavrar a ata sobre o resultado da eleição. Os votos, após a contagem, tinham as respectivas cédulas incineradas, restando apenas o constante em ata, em seguida ocorria a apuração final na sede de município tendo como base as atas das mesas eleitorais, essa apuração era realizada por uma comissão composta por 10 membros, os cinco vereadores mais votados e cinco cidadãos, sendo presidida pelo presidente do governo municipal.

Portanto, qualquer contestação a outras instâncias tinha como base a ata, lembrando que a primeira instância era o juiz de paz do município que não era comarca, cabendo à decisão final para o juiz de direito da sede da comarca, no caso de Presidente Prudente, que antes de ser comarca, pertencia a Assis/SP, caso a decisão dos juízes não desse conta das contendas, o caso seria decidido nos tribunais.

Não obstante, o primeiro pleito já foi realizado em clima tenso, bem como o resultado, pois o juiz de direito, que era simpatizante do deputado estadual Ataliba Leonel, da comarca

⁶⁹⁸ LEAL, 2012, op. cit., p. 229.

⁶⁹⁹ LEAL, 2012, op. cit., p. 225-230.

de Assis, à qual pertencia Presidente Prudente, reconheceu como vencedores do pleito os candidatos indicados por Marcondes. Porém, o juiz de paz de Presidente Prudente, correligionário do Cel. Goulart, empossou os indicados de Goulart, mas o deputado estadual Ataliba Leonel determinou ao juiz de direito da comarca de Assis que resolvesse esse impasse empossando os vereadores marcondistas. O resultado negativo desse impasse só fazia prejudicar a população, pois apesar de duas câmaras instaladas, a população continuava sem qualquer benefício promovido pelo Estado.⁷⁰⁰

As divergências continuaram até quando o Tribunal de Justiça do Estado,⁷⁰¹ em 27 de agosto de 1923, legitimou a composição presidida pelo Cel. Francisco de Paula Goulart, tendo como prefeito Pedro de Melo Machado, seu aliado. Em atitude de protesto os vereadores marcondistas, eleitos, nunca compareceram as sessões da câmara, portanto, segundo a Lei nº 1.038 de dezembro de 1906, foram declarados vagos os cargos sendo preenchidas com novas eleições em 9 de dezembro de 1923, bem como foram eleitos mais dois vereadores, pois Presidente Prudente já era sede de comarca, aumentado para 8 o número de vereadores. Assim se consolidava o poder político do Cel. Goulart, pelo menos no triênio 1923-1925.⁷⁰²

Contudo sua manutenção no poder não era garantida, de acordo com Resende, mesmo com o poder que o Cel. Goulart exercia sobre a população, “... o governador não é refém do coronel. Se as coisas não saem como esperado pelo governador, ele pode transferir seu apoio à facção rival no município.”⁷⁰³, fato que se concretiza nas eleições de 1925, como observaremos nas próximas páginas.

Diante do exposto é patente a presença do fenômeno coronelismo em Presidente Prudente, não obstante, Maria Efigênia Lage Resende menciona que,

O poder do coronel se impõe, a maioria das vezes, por meio de confronto com poderosos rivais. Vencida a luta, ele assume a chefia da política municipal, o que no entanto, a maior parte das vezes, não é inconteste. O mais comum é, a existência, quase permanente, de um clima de tensão

⁷⁰⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 213-214.

⁷⁰¹ Era comum a atuação dos legislativos e dos tribunais estaduais ou mesmo até do Supremo Tribunal Federal nessa matéria, contudo havia uma discussão sobre a competência ou a constitucionalidade desses interferirem no processo eleitoral dos municípios, sobre o assunto podemos conferir maiores detalhes em LEAL, 2012, op. cit., p. 123-127.

⁷⁰² ABREU, 1972, op. cit., p. 215-216.

⁷⁰³ RESENDE, 2003, op. cit., p. 118.

representada por outro potentado local à espera de uma oportunidade para desalojá-lo da liderança municipal.⁷⁰⁴

Nesse sentido, observaremos nas próximas páginas as alternâncias no poder municipal entre o Cel. Goulart e Marcondes e, não podemos esquecer-nos que mesmo rivais, pertencem ao mesmo partido, o Partido Republicano Paulista. Posteriormente surgirá uma oposição partidária, principalmente o Partido Democrático (PD).

Ambos os Coronéis tinham formado seus redutos eleitorais proporcionados por suas atividades colonizadoras, seja facilitando a vida dos compradores de terra, seja estendendo o prazo de pagamento pelas terras adquiridas, perdendo dívidas, colaborando financeiramente, dessa maneira fidelizava seu eleitorado, assim se caracterizava o voto de cabresto.⁷⁰⁵

Nesse sentido, de acordo com Resende, ao assumir o poder local, o coronel monta uma estrutura de “... alianças com ‘pequenos coronéis’... e com as ‘personalidades’ locais – médicos, advogados, padres, funcionários públicos, comerciantes e farmacêuticos,” e ainda

...passam a integrar as oligarquias estaduais. A essas oligarquias, formadas, em grande parte por coronéis, é comum a presença de bacharéis – médicos, advogados, engenheiros -, muitos deles já inseridos no meio urbano através do exercício profissional.⁷⁰⁶

Não obstante, os coronéis em Presidente Prudente terão, entre outros, como aliados o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo (médico), o Dr. João Carlos Fairbanks (engenheiro civil) e Dr. Sosthenes Gomes (advogado), contudo este último, posteriormente, rompe com os coronéis.

Como o poder do coronel não é incontestável, nas eleições de 1925 houve a interferência do governo do estado, pois o Cel. Goulart não mais atendia aos interesses do poder central, dessa maneira o presidente do estado mudou todos os cargos públicos em Presidente Prudente para facilitar a vitória do Cel. Marcondes, assim aconteceu, Marcondes assume o poder local elegendo todos os cargos públicos. Sua hegemonia política durou até 1930.⁷⁰⁷

⁷⁰⁴ RESENDE, 2003, op. cit., p. 96.

⁷⁰⁵ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 216-217; ABREU, 1996, op. cit., p. 25.

⁷⁰⁶ RESENDE, 2003, op. cit., p. 96-97.

⁷⁰⁷ ABREU, 1972, op. cit., p. 218-219; ABREU, 1996, op. cit., p. 31.

Não obstante, de acordo com Vitor Nunes Leal, o processo eleitoral dos municípios não era hegemônico em todo país, pois era de competência dos Estados a responsabilidade de decidir como seriam as eleições municipais, e era de praxe a

...intromissão do Estado no pleito, por meio de coação, favores, emprego de dinheiros públicos e outros vícios eleitorais, e, de outro, pela interferência da política estadual dominante na composição eletiva dos órgãos municipais, através do reconhecimento ou verificação de poderes.⁷⁰⁸

Em 1928 a cidade se preparava para mais uma agitada disputa política, eram as eleições municipais, surge à figura do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, Abreu menciona que “Iniciava sua carreira de líder político que sobreviverá a todas as mudanças do regime republicano.” Surge também uma força política concorrente externa, era o PD, novidade no cenário estadual e nacional. O resultado dessas eleições foi a seguinte: eleitos 7 perrepistas, entre marcondistas e goulartistas, um dos marcondistas era o neófito político Dr. Cerávolo, e um neutro, esta era a novidade no conturbado processo político prudentino.⁷⁰⁹

Após o pleito surgem as contestações na distribuição dos cargos de prefeito, vice-prefeito e presidente da câmara, saindo vencedor os goulartistas, como era de se esperar Marcondes não aceita o resultado, em solidariedade os vereadores marcondistas renunciaram aos seus cargos, porém foram convencidos a desistirem das renúncias, mas um deles não voltou atrás em sua decisão, sendo eleito outro marcondista para seu lugar. Para prefeito fora escolhido o Dr. Antônio Uchoa Filho, contrariando a vontade de Marcondes, conseqüentemente as relações entre Marcondes e o prefeito não eram amigáveis, ficando explicitas nas páginas dos jornais locais, marcondistas e goulartistas.⁷¹⁰

Nesse sentido, de acordo com Vitor Nunes Leal, as Câmaras Municipais tinham grande importância no processo político, pois ela nomeava funcionários aos cargos do executivo, inclusive prefeito. Esse poder era uma herança dos tempos colonial e imperial, em que não existia a figura do executivo municipal, portanto, durante a Primeira República a importância do cargo de prefeito foi uma discussão que permeou várias instâncias da República (legislativo e judiciário).⁷¹¹

⁷⁰⁸ LEAL, 2012, op. cit., p. 123-124.

⁷⁰⁹ ABREU, 1972, op. cit., p. 226, 228 e 231.

⁷¹⁰ ABREU, 1972, op. cit., p. 232.

Leal ainda menciona que essa discussão se prolongou durante a Era Vargas, já que o prefeito era nomeado pelo governo do estado que por sua vez era nomeado pelo governo central, principalmente no Estado Novo. Nesse sentido,

Se, de uma parte, os prefeitos nomeados geralmente se revelaram muito mais políticos do que administradores, de outra, os governos estaduais se orientaram principalmente por critérios políticos. E não técnicos, na nomeação dos prefeitos, visto que aproveitaram a grande maioria dos que anteriormente já eram chefes políticos locais.⁷¹²

Não obstante, tal situação é patente quanto a trajetória política de Cerávolo que verificaremos nas próximas páginas no tocante a sua nomeação, portanto não estamos discutindo as qualidades administrativas do mesmo.

Na eleição seguinte foi eleito prefeito em 1930 o Sr. Pio Benguella, goulartista que, sem apoio político suficiente na cidade, renunciou em 30 de agosto do mesmo ano. Assumiu seu lugar o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, marcondista, porém sua gestão durou pouco em virtude do movimento denominado *Revolução de 1930*, assume em seu lugar os democráticos do PD na pessoa do Dr. Tito Lívio Brasil.⁷¹³

Contudo, segundo Abreu, o movimento de 1930 não alterou profundamente as práticas políticas tradicionais, ao contrário, manteve as práticas coronelistas sob a forma do populismo, sem uma representatividade popular, mesmo com a ascensão dos Democráticos que não se diferenciaram das práticas perrepistas, pois a dependência do eleitorado ainda permaneceu sob a tutela do chefe político local reforçada pela nova legislação político-administrativa que controlava e disciplinava os municípios, tornando o prefeito um mediador entre a população e o Estado, só aumentando seu prestígio político pessoal.⁷¹⁴

Com o movimento denominado Revolução de 1930 os serviços públicos chegaram com efetividade⁷¹⁵ em Presidente Prudente, porém as práticas políticas não se alteraram,⁷¹⁶

⁷¹¹ LEAL, 2012, op. cit., p. 105-134.

⁷¹² LEAL, 2012, op. cit., p. 126-134.

⁷¹³ ABREU, 1972, op. cit., p. 237.

⁷¹⁴ ABREU, 1972, op. cit., p. 245-246; ABREU, 1996, op. cit., p. 48-49 e 90.

⁷¹⁵ Com a nova legislação político-administrativa imposta aos municípios, com uma maior fiscalização, disciplinando os gastos públicos, possibilitou aos cofres públicos amealhar fundos para aplicar em melhorias na infraestrutura do município, melhorias essas mencionadas anteriormente, contudo tais melhorias limitaram-se ao quadrilátero central, ou seja, atualmente entre as Av. Brasil, Av. Washington Luís, Av. José Soares Marcondes e Av. Manoel Goulart, as demais áreas somente foram beneficiadas a partir da década de 1940, maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 306-329.

portanto a estrutura socioeconômica permaneceu inalterada, talvez se agravaram, ou seja, a população ainda não conseguia ter acesso a terra, permanecendo a mercê dos latifundiários que continuaram a exercer o poder sobre a sociedade dando continuidade às práticas coronelistas reforçadas por um governo populista, pois agora o prefeito é nomeado pelo governo do estado, acirrando ainda mais as divergências políticas. A exemplo de outras localidades do estado de São Paulo surge em Presidente Prudente, outras agremiações políticas, porém com a permanência dos mesmos líderes políticos que até então dominavam o cenário político local. As divergências duraram até o advento do Movimento Constitucionalista de 1932, quando as forças políticas litigantes se juntaram para combater o governo federal.⁷¹⁷

O Decreto Federal nº 19.398 de 10 de novembro de 1930 extingue as câmaras municipais, portanto a partir de então o executivo municipal passa ser uma escolha do executivo estadual, lembrando que desde a implantação do regime republicano até esse momento o chefe do executivo é eleito indiretamente, ou seja, é escolhido pela câmara municipal entre os vereadores eleitos diretamente pelo voto popular. Nesse sentido, o chefe do executivo, agora nomeado pelo executivo estadual tem plenos poderes respondendo ao mesmo tempo pelo poder executivo e legislativo, fator que perdurou até 1947,⁷¹⁸ exceto no período democrático (1936-1937) até a implantação do Estado Novo.⁷¹⁹

Seguindo a tendência centralizadora da chamada *Era Vargas*, o prefeito não tem qualquer autonomia, os decretos que regulavam a organização municipal determinavam depósito do saldo de caixa diariamente, proibia efetuar empréstimos, determinava prestação de contas semestralmente à Secretaria do Interior, proibia o nepotismo, seu governo era consultivo, ou seja, qualquer execução só poderia ser efetivada com a aprovação do Conselho Consultivo Municipal.⁷²⁰ Tal situação perdurou até 16 de dezembro de 1935, com a promulgação da Lei Orgânica Municipal nº 2.484, que devolve a autonomia aos municípios.

⁷¹⁶ Continuaram as formas coronelistas no relacionamento de povo e governo.

⁷¹⁷ ABREU, 1972, op. cit., p. 245-246, 252-253; ABREU, 1996, op. cit., p. 53, 66-73.

⁷¹⁸ ABREU, 1996, op. cit., p. 49-50.

⁷¹⁹ ABREU, 1996, op. cit., p. 48.

⁷²⁰ ABREU, 1996, op. cit., p.49-51.

Em meio a esse processo eleitoral confuso e conturbado que por falta de uma legislação clara abria precedentes e que a partir da ascensão de Vargas no poder até a redemocratização o executivo prudentino sofreu várias alterações, conforme quadro abaixo:⁷²¹

Quadro 12 – Prefeitos (1930-1947)

ANO	PREFEITO	PARTIDO
1930	Sr. Pio Benguella (gouartista)	Partido Republicano Paulista
1930	Dr. Domingos L. Cerávolo (marcondista)	Partido Republicano Paulista
1930	Dr. Tito Lívio Brasil	Partido Democrático
1931	Luiz Guilherme da Cunha	Partido Democrático
1932	Ver. Lauro de Queiroz	Partido Socialista Brasileiro
1933	Felício Tarabay	Partido da Lavoura
1934	Alvino Gomes Teixeira ⁷²²	Partido Constitucionalista
1934	Dr. Olympio de Macedo	Partido Constitucionalista
1934	Dr. João Gonçalves Foz	Partido Constitucionalista
1936	Bento Fontão Lippel ⁷²³	Partido Integralista
1936	Dr. João Franco de Godoy ⁷²⁴	Partido Constitucionalista
1936	Miguel Brisolla de Oliveira	Partido Republicano Paulista
1938	Dr. Domingos Leonardo Cerávolo	Partido Republicano Paulista
1947	Felício Tarabay	Partido Social Progressista

Fonte: ABREU, D. S. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*; ABREU, D. S. *Poder político local do populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959*.

Podemos observar que há uma alternância de partidos a frente do executivo prudentino, mesmo com o poder centralizado nas mãos do governo federal.

É de conhecimento que Getúlio Vargas ao implantar o Estado Novo fecha o Congresso Nacional e coloca todos os partidos políticos no ostracismo e que era inimigo político dos perrepistas, porém Vargas procura nomear como Interventor Federal nos estados pessoas de sua confiança, nesse sentido é nomeado para o governo paulista o ex-deputado estadual perrepista, em 27 de abril de 1938, Adhemar de Barros, conseqüentemente ele também nomeia interventores municipais de sua confiança que lhe dessem sustentação política. No

⁷²¹ Maiores informações em ABREU, 1972, op. cit., p. 248-292; ABREU, 1996, op. cit., p. 31, 46, 67, 69-72, 83-84, 86-87, 107-109, 114-115.

⁷²² Era Diretor de Obras Públicas, respondeu pelo expediente até a nomeação de outro prefeito.

⁷²³ Único prefeito eleito democraticamente no período, contudo ainda sendo eleito indiretamente, pois o prefeito era escolhido entre os vereadores eleitos.

⁷²⁴ Assume interinamente o cargo de prefeito por ser presidente da câmara com a renúncia do prefeito Bento Fontão Lippel.

caso de Presidente Prudente é nomeado, em 20 de agosto de 1938, o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, um antigo perrepista herdeiro político do coronel Goulart e Marcondes.⁷²⁵

De acordo com Abreu, “Cerávolo preenchia todas as condições: benquisto na coletividade, de prestígio político-eleitoral pessoal, herdeiro do espólio perrepista-coronelístico, revolucionário constitucionalista de 1932...”, além do que, Cerávolo tinha um bom relacionamento com a classe média por ser um de seus membros. Atendia tanto os interesses dos grandes e pequenos proprietários rurais, sem se esquecer dos trabalhadores rurais que paternalisticamente atendia, ou seja, aqueles que pagavam a ele como podiam pelos seus serviços médicos.⁷²⁶

Não podemos deixar de registrar que os imigrantes faziam parte desse grupo que era assistido por Cerávolo, principalmente os japoneses, nesse sentido, verificaremos através das diversas fontes (cartas, notas promissórias, entre outras) o assistencialismo que Cerávolo praticava aos imigrantes japoneses, como o atendimento gratuito ou parcelado de seus serviços médicos e laboratoriais, pois além de consultório, Cerávolo tinha laboratório de análises clínicas. Cerávolo também assistia os imigrantes em questões econômicas, além de empregá-los em sua fazenda, também fazia empréstimos, pagos conforme as possibilidades.

Podemos observar que mesmo Cerávolo sendo um perrepista ele possuía um perfil político que atendia aos propósitos de Vargas, tranquilizando o Estado, pois este podia contar com uma pessoa que transitava por todas as classes sociais, todos esses fatores contribuem para que Cerávolo se amolde ao *getulismo*.

Nas próximas páginas registraremos com maiores detalhes a trajetória política de Cerávolo, porém, antes vamos registrar o envolvimento político de um dos periódicos locais, ou seja, seu posicionamento e participação do processo político prudentino.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA LOCAL NOS EMBATES POLÍTICOS

Nesse subitem pretendemos mostrar que a imprensa ao participar ativamente no processo político prudentino, direta ou indiretamente, influenciou na trajetória dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente, pois ao influenciar nos rumos políticos prudentinos vai colaborar com a ascensão política de Cerávolo que, ostensivamente será um aliado importante

⁷²⁵ ABREU, 1996, op. cit., p. 86-87.

⁷²⁶ ABREU, 1996, op. cit., p. 87, 90, 111-112.

para a colônia japonesa local, além do que a própria imprensa será uma divulgadora positiva da colônia.

Não obstante, a imprensa é uma de nossas fontes, portanto, é necessário contextualizarmos o Jornal *A Voz do Povo* tanto temporal, político e espacialmente em nossa narrativa sobre os japoneses.

Portanto, como mencionamos anteriormente sobre o envolvimento no processo político prudentino do periódico *A Voz do Povo*, registraremos nesse item a posição política do jornal, que de aliado político do Coronel Marcondes passa a defender outra agremiação política, o Partido Democrático (PD), pois seu proprietário e diretor, Jacob Blumer, participa da criação do PD juntamente com outros membros da elite prudentina, entre eles Dr. Tito Lívio Brasil e Sosthenes Gomes. De início o periódico se mostra politicamente imparcial, posição que fica bem clara na sua primeira edição de 23 de maio de 1926.

Contando tão somente com o amparo do povo desta terra, surge hoje na liça do jornalismo a nossa modesta folha, que espera ser acalentada pelas fagueiras sympathias populares.

Será um jornal do povo, para o povo e pelo povo.

O ódio, o espirito mal são de cizania, não terão guarida nestas columnas.

Nem tão pouco cairão sobre ellas, as foligens da politica.

Impassiveis assistiremos os torneos e disputas partidarias que no mais das vezes só servem...

Aqui será uma forja do trabalho efficiente pelo engrandecimento deste soberbo rincão, hontem secular matta-irgem que o machado do caboclo abateu e abriu essa clareira que hoje ostenta soberba cidade em marcha acelerada para a realização de um grande ideal: Ser o entreposto commercial entre os tres grandes estados-São Paulo-Paraná-Matto Grosso e conquistar a palma de rainha da região sulina da terra paulista.

Todas as idéas nobres, altruistas, terão cordeal acolhida nestas columnas. As iniciativas, que tenham por méta, o progresso deste abençoado torrão e o bem estar do povo terão nosso franco e decidido apoio.

.....(**jornal danificado**)

... das sympathias publicas, se deslise qual nave, por mares cheios de bonança.

Povo, dae-nos a mão e caminhemos para um futuro que se desenha na ampulheta do tempo cheio de messes promissoras.

L'union fait la force, lá acode o sedição, mas, nem porisso, menos verdadeiro anexim gaules.

Unidos, seremos lidima expressão de força e como força viva, capaz, efficiente, rumemos corajosos em demanda desse alevantado ideal que se aninha no espirito de todos os brasileiros, fasermos do Brasil, pelo trabalho, pelo esforço conjugado, uma Patria grande, forte e rica sob a egide da Lei do Direito e da Justiça e assim seremos felizes ... noites brasileiras illuminados pelas scintillações do magestoso cruseiro do Sul, engastado no azul purissimo deste céu de anil de nossa terra tão prodigamente favorecida por Deus.

*Avante, pois.*⁷²⁷

Segundo o editorial o periódico nasce com uma proposta de não ser atingido pelas divergências políticas, contudo não ficará passível a elas. Mas, como não ser atingido ou sofrer influências políticas de um ou de outro líder ou partido político? O jornal era propriedade de Jacob Blumer, originalmente surge dentro de uma tipografia, no princípio apoiado e financiado pelo Coronel Marcondes, porém após divergências financeiras e políticas, ambos romperam. A partir de então o jornal fez oposição ferrenha ao PRP e um de seus principais líderes, Coronel Marcondes. Embora, mesmo o Coronel Goulart sendo um perrepista, o periódico não deixa de dedicar extensos elogios à sua pessoa, como líder político, agricultor e colonizador.⁷²⁸

Com a fundação do Diretório Municipal do Partido Democrático, liderado pelo Dr. Tito Lívio Brasil, o jornal passa a ser seu porta voz. Seus principais diretores e redatores eram Jacob Blumer e Sosthenes Gomes, esse último deixa a redação do jornal em julho de 1926, assumindo exclusivamente Jacob Blumer, a partir da 20ª edição. Era editado duas vezes por semana, aos domingos e quintas-feiras.

Outro trecho da 1ª edição faz críticas ao governo municipal, nesse momento o prefeito é o Sr. Paulo Kruger Soares Marcondes (perrepista/marcondista), filho do Cel. Marcondes, as divergências já começam a aparecer.

A NOVA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ninguém, de boa fé, poderá regatear elogios á acção ponderada, inteligente e honesta que o jovem Prefeito vem imprimindo aos negocios Municipaes.

Os dinheiros publicos arreccadados ao contribuinte e o destino a elles dado, o povo vem sabendo pelos balancetes semanaes publicados pela imprensa.

É um regimen que merece encomios e as demais edilidades deveriam pratical-o sem desfalecimentos.

Entretanto, achamos que o sr. Prefeito deveria alongar suas vistas atravez dos quintaes e logradouros publicos que vivem em petição de miseria ... viveiro de pernilongos e toda a sorte de miasmas que ameaçam seriamente a saude publica.

Outra cousa nos occorre, e para ella chamamos a esclarecida attenção do sr. Prefeito.

⁷²⁷ Observação: tendo em vista o jornal estar deteriorado algumas partes não foram possíveis de serem entendidas, isso explica a falta de algumas palavras no texto aqui transcrito. *A Voz do Povo* primeira edição de 23 de maio de 1926.

⁷²⁸ ABREU, 1972, op. cit., p. 193.

Casas há, conforme temos verificado, que expõe á venda generos alimenticios em franca deterioração.

Não há muitos dias vimos alguém se queixar de haver comprado certa quantidade de linguiça completamente pôdre.

Estamos certos que os nossos ligeiros reparos, alias ditados pela vontade de auxiliar a publica administração, serão tomados em boa conta pelo sr. Prefeito, pois, certos estamos, não lhe falta a boa vontade.⁷²⁹

Esse editorial deixa clara a posição do jornal quanto a corrente política marcondista, mesmo elogiando a honestidade do chefe do executivo, não lhe poupa críticas e cobranças na fiscalização, principalmente na venda de gêneros alimentícios, e se colocando não como um jornal de oposição, mas como um órgão de auxílio da administração pública.

A vertente política do *A Voz do Povo* fica patente em outro trecho da mesma edição.

PELA POLITICA

Partido Democratico

A treze do corrente, ás 16 horas, no Cine-Theatro Internacional, perante numeroso auditorio, teve lugar a eleição do directorio provisorio do novo partido politico denominado Democratico, que vem de ser fundado na Capital, sob a chefia do sr. Conselheiro Antonio Prado. Presidio a reunião o sr. Pharmaceutico Antonio Correia de Almeida, secretariado pelos srs. Francisco Ribeiro, Aristides Ribeiro de Seixas e Francisco Norberto Pinto.

Pelo sr. Correia de Almeida foi convidado o sr. dr. Angulo Dias para presidir a assembléa e mal assumindo a presidencia proferiu rapido discurso explicando a significação politica daquella reunião e ao terminar deu a palavra ao orador official dr. Tito Brasil.

O fogoso tribuno, ao discorrer sobre a data da Lei Aurea e os seus precursores, poz em relevo o programma e fins do partido.

A seguir procedeu-se á eleição da commissão provisória, dando o seguinte resultado Presidente – dr. Tito Brasil; Vice-Presidente – dr. Alberto Sobrado; Secretario – João Cardoso de Mendonça; membros – Antonio Correia de Almeida e Aristides Seixas.

Fallou por fim, saudando o novo disrectorio, o dr. Pedro Freire Gomes.

Partido Republicano Paulista

Estamos informados de que brevemente o Partido Republicano Paulista promoverá uma conferencia politica nesta cidade contando que o orador designado para esse fim será o brilhante deputado Vergueira de Lorena, sendo essa embaixada presidida pelo dr. Siqueira Campos, chefe politico da Capital.⁷³⁰

Podemos observar nessa matéria a ênfase que o jornal dá a reunião do PD, em contrapartida uma simples nota da reunião do PRP, tecendo elogios a seus políticos da capital

⁷²⁹ *A Voz do Povo*, primeira edição de 23 de maio de 1926.

⁷³⁰ *A Voz do Povo* primeira edição de 23 de maio de 1926.

paulista. Nesse sentido, fica clara a tendência política do jornal, favorável ao PD e procurando não confrontar o PRP, porém alijando seus líderes políticos locais das páginas do periódico.

É patente a tendência política do periódico na edição do dia 30 de maio de 1926 publica a ata de fundação do Partido Democrático.

Secção Livre

Acta da fundação do Partido Democratico e nomeação da comissão municipal provisoria do mesmo partido, de accordo com as instrucções do Directorio Central de São Paulo.

Aos trese dias do mez de Maio de mil novecentos e vinte e seis, no salão do Cine-Theatro Internacional, sob a presidencia do cidadão Antonio Correia de Almeida, acompanhado dos cidadãos Francisco Ribeiro e Aristides Ribeiro de Seixas, da Commissão organizadora do Partido Democratico, servindo de secretario o cidadão Francisco Norberto Pinto, pelo cidadão Antonio Correa de Almeida foi aberta a sessão na presença de grande numero de eleitores deste municipio e pessoas do povo. Em seguida pelo presidente foi convidado para presidir a assembléa o sr. dr. Antonio Angulo Dias que em phrases incisivas mostrou a necessidade da organização do partido deste municipio e deu a palavra ao dr. Tito Livio Brasil para fallar sobre o programma do partido. Em linguagem simples e calorósa o Dr. Tito Brasil em synthese estuda a politica Republicana desde 1889 mostrando a necessidade para o regimen da formação dos partidos politicos; põe em destaque a figura do Presidente do Partido, Conselheiro Antonio Prado, velho patriota e benemerito servidor do Paiz, e termina convidando ao eleitorado para prestar o seu apoio ao programma liberal e Democratico do Partido que vem, nesta hora historica da Republica, quebrar a unanimidade partidaria deste Estado, mostrar que São Paulo precisa pela sua riqueza economica e grandesa intelectual e moral, reatar as idéas que outrora foram pregadas pelos patriarchas da Republica e hoje desprezadas pelas facções partidarias que dominam a Republica. Ao terminar o seu discurso vibrante e convincente foi o orador muito applaudido. Em seguida depois de brilhante discurso do dr. Pedro Freire Gomes que tambem mostrou que o Partido Democrata representa não só pelo seu programma uma necessidade nacional como ainda vem satisfazer a aspiração deste Estado e do Paiz, para sahir do regimen Olygarchico que nos governa. Em seguida foi eleita entre applausos a comissão municipal do Partido Democratico de Presidente que assim ficou constituída: Presidente – Doutor. Tito Livio Brazil; Vice-presidente - Doutor Albertino Sobrado; Secretario – Doutor João Cardoso de Mendonça; Thesoureiro – Antonio Correia de Almeida; Vogal – Aristides Ribeiro de Seixas. Entre applausos e vivas ao Partido Democratico e aos seus chefes foi dissolvida a assembléa assignando á seguir cerca de trezentos eleitores. E para constar lavrei a presente acta que lida e achada conforme vai assignada pelo presidente e demais membros do Partido. Eu, Francisco Norberto Pinto, secretario ah-doc a escrevi. Presidente Prudente, 13 de Maio de 1926.⁷³¹

⁷³¹ A Voz do Povo, edição de 30 de maio de 1926.

É nítida a posição política do periódico, indiretamente acusa os políticos do PRP local de facção que não coloca em prática as ações republicanas e sim se dedicam aos interesses da oligarquia, não obstante, convida o eleitorado a colaborar com o recém-criado partido para quebrar a hegemonia política daqueles que não estão preocupados com o povo, mas com seus próprios interesses.

De acordo com Abreu o PD prudentino era uma mescla de profissionais liberais, comerciantes e membros da imprensa e pequenos proprietários rurais, alguns de seus líderes eram dissidentes do PRP, como exemplo o Dr. Tito Lívio Brasil, advogado e jornalista, sendo inclusive advogado e companheiro político de Goulart, contudo após a fundação do PD ele exerce sua independência política, sempre publicava nas páginas do jornal *A Voz do Povo* as críticas ao modelo de administração pública do PRP que não resolvia os problemas da população, principalmente nas questões de saúde, educação e obras públicas.⁷³²

Em nome do PD o Dr. Tito Lívio Brasil acusava a oligarquia de pressionar o povo a votar sempre nos candidatos do PRP, lembrando que na época o voto não era secreto, portanto os eleitores ficavam a mercê dos que detinham o poder político e econômico, pois a estrutura socioeconômica permitia e contribuía para o poderio dos coronéis.

As críticas às práticas coronelistas atingiam diretamente os dois líderes políticos perrepistas, Goulart e Marcondes, pois segundo Tito Lívio Brasil os perrepistas prudentinos não intercediam junto ao governo estadual para a realização de melhorias ou mesmo a implantação de serviços públicos para a população de Presidente Prudente e região, ele dizia que a inoperância administrativa do PRP estava alicerçada na inautenticidade da representação política pelo modelo do sistema político da época que, além da pressão oligarca que o eleitor sofria era comum a fraude eleitoral, portanto, segundo ele o governo de um perrepista não tinha autenticidade.

Acusava veementemente, tanto Goulart e Marcondes, de realizarem favores e auxílios, principalmente aos produtores rurais, impedindo esses de escolherem com liberdade em quem votar, assim o PD sempre teve dificuldades de ascender politicamente em Presidente Prudente, pois a maior parte dos eleitores viviam na área rural, e o maior apoio vinha de segmentos urbanos que compunham a minoria eleitoral, além do que, funcionários públicos geralmente nomeados sempre votavam a favor do governo.⁷³³

⁷³² ABREU, 1996, op. cit., p. 39.

⁷³³ ABREU, 1996, op. cit., p. 42-45.

Assim, Presidente Prudente acompanhava movimento mais amplo, pois de acordo com Edgar Salvadori de Decca o PD surge nacionalmente em 1926. Nasce da insatisfação de membros da classe dominante, antigos aliados políticos do PRP. Segundo o autor a criação do PD possibilita o surgimento de agremiações representantes de várias classes sociais.⁷³⁴

Entre essas agremiações as que mais se destacaram foram os *tenentes*, representantes da classe média urbana e dos militares de baixa patente do Exército Brasileiro e o Bloco Operário e Camponês (BOC), representante da classe operária urbana e dos camponeses. As três agremiações tinham um ponto em comum, fazer oposição ao PR, representante da oligarquia, contudo cada uma tinha seus objetivos específicos, porém não nos cabe nesse momento detalhá-los, mas podemos dizer que os *tenentes* e o BOC tinham uma linha revolucionária nos moldes jacobinos, já o PD, mais moderado, lançava suas propostas nos moldes girondinos, não obstante sua liderança era dissidente do PRP, pois surgiram da cisão da classe dominante.⁷³⁵

Segundo Decca, todos se denominavam *revolucionários*, contudo suas propostas eram bem diferentes, ou seja, tinham posições diferentes, portanto a revolução proposta por cada agremiação tinha rumos diferentes e um sujeito político diferente, porém, como menciona o autor,

...a explicitação do inimigo comum – as oligarquias – garantem a possibilidade de um acordo tácito entre as várias tendências políticas que conjuga interesses das classes dominantes descontentes com o governo do Partido Republicano, dos setores médios urbanos e da classe operária.⁷³⁶

Contudo, o que nos interessa no momento é, sem muitos detalhes, registrar as propostas⁷³⁷ do PD, assim nos possibilita entender quem é o PD em Presidente Prudente.

Pode nos parecer absurda a ideia de representantes da classe dominante discutirem o tema *revolução*, contudo, de acordo com Decca, “...o temário da revolução penetrou no interior da classe dominante, posicionando-a no interior do terreno da luta. Nesse sentido, o problema da revolução entra na ordem do dia no seio mesmo da classe dominante...” mas segundo o autor, o PD mesmo participando da temática revolucionária, na prática não

⁷³⁴ DECCA, E. S. de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*, p. 88.

⁷³⁵ DECCA, 1981, op. cit., 81-82 e 84.

⁷³⁶ DECCA, 1981, op. cit., 87.

⁷³⁷ Maiores detalhes em DECCA, 1981, op. cit., 88-90.

assumiu, pois a proposta revolucionária não era hegemônica entre seus membros, contudo era necessário angariar simpatizantes contra o inimigo comum, o PR. Portanto, o PD precisava ganhar tempo para conseguir derrubar o PR e combatê-lo eleitoralmente, para isso precisava aproximar-se dos líderes das outras agremiações, sem contudo pegar em armas para chegar ao poder, mesmo quando alguns de seus membros vislumbrasse essa possibilidade, frente aos resultados negativos nas eleições.⁷³⁸

Diante do exposto, podemos observar que o PD não pretendia ser representante da classe trabalhadora, principalmente da classe operária, além do que muitos de seus membros eram profissionais liberais. Se em hábito dos grandes centros onde se concentravam a classe operária o PD necessitava de seu apoio, isso não se aplicava a Presidente Prudente e região, pois a região não tinha um número expressivo de trabalhadores urbanos, muito menos de uma classe operária, tendo em vista que a economia regional tinha como base a produção agrícola, portanto a agremiação prudentina procurou apoio na população como um todo, pois seu principal interesse era fazer frente à oligarquia local e como podemos comprovar não obteve apoio suficiente para apropriar-se do poder político local.

O PD prudentino tinha como principais membros o Dr. Tito Lívio Brasil (advogado), Jacob Blumer (proprietário e redator do Jornal A Voz do Povo) e Sosthenes Gomes (advogado e redator do Jornal A Voz do Povo) e todos pertenciam à classe dominante prudentina e eram antigos aliados dos coronéis aliados da política local, ou seja, pertenciam ao PRP, portanto nos parece que a agremiação política não tinha interesse em articular uma revolução social, mas sim chegar ao poder pela via eleitoral.

As várias publicações sobre o Partido Democrático evidencia a tendência política dos redatores do *A Voz do Povo*, em sua edição de 03 de junho de 1926, o periódico traz a seguinte publicação.

PARTIDO DEMOCRATICO

Como noticiamos, no proximo dia 13, realizar-se-á nesta cidade, a grande assembléa d'aquelle partido, vindo de S. Paulo em nome do Directorio Central, uma comissão composta dos srs. Drs. Gama Cerqueira, professor da Faculdade de Direito; Marrey Junior, deputado estadual e A. Cajado Lemos e Paulo Vicente de Azevedo, advogados na Capital. O discurso official será pronunciado pelo Dr. Cajado de Lemos.

- Sabemos que será offerecido um banquete á Comissão do Directorio Central por amigos do Partido Democratico.⁷³⁹

⁷³⁸ DECCA, 1981, op. cit., 88-89.

⁷³⁹ *A Voz do Povo*, edição de 03 de junho de 1926.

Nesse sentido, a edição nº 104 de 11 de dezembro de 1927, deixa clara a posição partidária de seu redator, pois publica somente a lista dos candidatos do Partido Democrático para a Câmara Federal, Senado e Assembleia Legislativa de São Paulo. Sendo que na edição nº 102 de 27 de novembro de 1927 publica uma nota, onde diz respeito à crise que o Partido Republicano Paulista vive no município de Presidente Prudente, com as divergências políticas dos dois líderes perrepistas.⁷⁴⁰

Na edição nº 103 de 4 de Dezembro de 1927 veicula a notícia de reorganização do Partido Democrático tendo em vista a incorporação do Partido Progressista, portanto podemos observar que o PD procura aliar-se a outras agremiações políticas para fazer frente ao PRP local.⁷⁴¹

Na mesma edição traz o programa de governo para as próximas eleições, marcadas para 24 de fevereiro de 1928, para a Câmara dos Deputados e Senado Federal.⁷⁴²

O jornal dedica boa parte de suas páginas para propagar, positivamente, a plataforma eleitoral do PD, contudo dedica várias linhas tecendo críticas ao programa do PRP, como podemos observar no fragmento abaixo

O Partido Republicano – o P. R. P. – aparece ao eleitorado apenas com um programma: votar tudo quanto o Governo quizer e com os propositos de majorar os já tão pesados impostos.

Não são os seus representantes delegados de um mandato popular, são *criaturas* do Governo, são serviçaes do Palacio dos Campos Elyseos, a troco de gordos subsidios de quasi 200\$000 diarios...

Outr'ora na Camara e no Senado do Congresso estadual ouviam-se vozes independentes, appareciam deputados e senadores que não estavam á espera das ordens dos Campos Elyseos. Isso foi desaparecendo aos poucos até essa degradação moral da politica de S. Paulo em que só há um desejo: ser capacho dos Governos afim de conseguir recompensar ou favores desses mesmos Governos que espoliam o povo com impostos, multas e tudo mais que produza rendas para os regabofes dos politicos profissionaes. A Camara dos Deputados e o Senado de S. Paulo, tornaram-se uma senhora esteril de ideas proprias, pois as que surgem são dos presidentes do Estado que, de 4 em 4 annos, se substituem.⁷⁴³

⁷⁴⁰ A *Voz do Povo*, edição nº 102 de 27 de novembro de 1927 e edição nº 104 de 11 de dezembro de 1927.

⁷⁴¹ A *Voz do Povo*, edição nº 103 de 4 de Dezembro de 1927.

⁷⁴² A *Voz do Povo*, edição nº 103 de 4 de Dezembro de 1927.

⁷⁴³ A *Voz do Povo*, edição nº 103 de 4 de Dezembro de 1927.

O fragmento nos mostra o quanto as páginas do periódico são utilizadas para atacar os políticos do PRP acusando-os de simples serviçais dos governos centrais e não da população, pelo contrário, empregam uma carga quase que insuportável nas costas do povo em benefício do governo estadual, além do que os acusa de serem corruptos sendo beneficiados com grandes quantias econômicas.

Essas publicações são cotidianas nas páginas do jornal, ou seja, todas as edições trazem notícias sobre o Partido Democrático, o que não acontece com os demais partidos.

Contudo, quando o jornal *A Voz do Povo*, traz em suas páginas uma publicação sobre outros partidos políticos é sempre em tom de desprestígio, como podemos observar no fragmento supramencionado. Tais ataques não se restringem à localidade, mas extrapolam seus limites territoriais, como exemplo em sua edição nº 95 de 9 de outubro de 1927.

A “POLITICA” DO P.R.P.

O que se passou em Pirajú, onde o situacionismo procurou por todos os meios licitos e ilicitos obstar a realização de um comicio democratico, foi pouco, deante de outros acontecimentos que tem tido por teatro aquella zona, onde impera o caciquismo em toda a sua pureza. Não causa espanto o que succedeu, e até nos devemos dar por felizes se os bons republicanos, que ali fazem a ventura do povo, não quizerem commetter serviço mais prompto e mais completo aos capangas de se rodearam para a emergencia. Aliás, o incidente explica-se.

A politica do P.R.P. é uma politica de patronato.

Os chefes são patrões, patrões que foram impostos aos membros e componentes do agrupamento, patrões cujas vontades não se discutem, patrões que se trata de agradar com todos os zelos e cuidados que a subserviencia suggere.

...os homens de Pirajú perceberam ..., que a situação agora é hostil a partidos, não quer saber do movimentos de opinião, não reconhece a ninguem o direito de pensar o que bem entenda acerca dos assumptos nacionaes, não tolera que os cidadãos alimentem illusões de liberdade e tenham o capricho de se agremiar fora do agrupamento que rodeia o governo. Os mandões de Pirajú viram logo que só poderia ser agradável aos donos do seu “partido” que o comicio democratico para alli anunciado não se realizasse, fossem quaes fossem os meios de que lançassem mão para dificultar, atrapalhar, obscurecer, impossibilitar essa manifestação pacifica de idéias. E sem hesitar, metteriam mãos á obra.

Isto é a politica do P.R.P. Sempre a mesma, no fundo, Invariavel. Politica de má fé, de intolerancia, de prepotencia.

Politica louca. Já nos tem custado o que bem sabemos, em desordens, em vergonha, em luto. E ella persiste! Persiste cega, odienta, mesquinha, provocadora, como que a querer experimentar até onde irá a capacidade de paciencia e a immobilidade musulmana do brio paulista...

(Do “Diario Nacional”)⁷⁴⁴

⁷⁴⁴ *A Voz do Povo*, edição nº 95, de 9 de outubro de 1927.

Esta matéria nos dá a dimensão da oposição que o periódico faz aos perrepistas, não é mais uma oposição indireta como verificamos em outras publicações, onde o jornal se coloca na posição de colaborador do poder público, agora as acusações são explícitas, acusando os perrepistas de manobras escusas para impedir uma política democrática, comparando-os a patrões que impõem suas vontades como sendo absolutas tolhendo a opinião alheia, sendo que a população necessita agradar tais políticos para conseguir o que lhe é de direito. Acusa-os ainda de serem intolerantes e que ao menor sinal de qualquer ato que possa lhes ameaçar tomam atitudes, até ilícitas, para impedir sua realização. Podemos observar que a matéria tenta agregar a simpatia da população à agremiação política, é explícita a intenção de atacar os perrepistas prudentinos indiretamente através de um fato ocorrido em outra região.

O *Diário Nacional*, que publicou originalmente a matéria, é um Jornal paulista lançado no dia 14 de julho de 1927 explicitamente como um *instrumento de ação* do Partido Democrático (PD) de São Paulo. A expressão é de um de seus diretores fundadores, Paulo Nogueira Filho. Os outros dois diretores daquele jornal foram José Adriano Marrey Júnior e Amadeu Amaral. Conforme a linha programática do PD, o Diário Nacional tornou-se crítico das oligarquias dominantes, defendeu o voto secreto (edição de 8/11/1927), tomou posição favorável aos revolucionários de 1924, defendendo a sua anistia (23/11/1927), e divulgou e promoveu os nomes dos candidatos dos partidos às eleições estaduais realizadas em 7 de dezembro de 1927. A contrapartida da campanha sistemática do Diário Nacional contra as oligarquias controladas pelos partidos republicanos, notadamente o paulista (PRP), era a promoção de líderes políticos que postulavam os ideais da Aliança Liberal e eram adeptos dos partidos Democrático (PD) e Libertador.

Nos acontecimentos de outubro de 1930, a edição nº 1.004, do dia 5 daquele mês, já anunciava a vitória do movimento revolucionário. A adesão do jornal ao movimento foi total. Mesmo na fase mais crítica da revolução, o jornal teve suspensa sua edição somente por poucos dias, e suas edições de novembro já deram grande espaço para os pronunciamentos dos líderes revolucionários vitoriosos. A adesão à Revolução de 1930 foi de tal monta que as próprias interventorias estaduais foram aceitas. O rompimento com o governo Vargas, porém, só aconteceria em janeiro de 1932, depois dos episódios que envolveram a sucessão de João Alberto na interventoria paulista. Depois de ver seus candidatos preteridos, o PD e, portanto, o Diário Nacional romperam com o governo. O jornal deixou de circular em 1932.⁷⁴⁵

⁷⁴⁵ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20NACIONAL.pdf>. Acesso em 16 jul. 2016.

Diante do exposto, é patente que o jornal *A Voz do Povo*, mesmo anunciando que seria apartidário se envolve, inicialmente indiretamente, nas questões políticas e que após romper com um dos chefes políticos do local, o Sr. Coronel Marcondes, inicia sua participação no processo político, diretamente, chegando ao ponto de apoiar explicitamente uma agremiação política, o Partido Democrático, fazendo de suas páginas um espaço público de total apoio ao PD e de um implacável fiscalizador e denunciador, principalmente, do Partido Republicano Paulista.

Por fim, devemos lembrar que a imprensa local e o processo político estão intimamente relacionados, pois, principalmente o *A Voz do Povo*, tem sua gênese com o apoio do Cel. Marcondes um dos membros do PRP, bem como o Dr. Cerávolo. Embora o proprietário do jornal tenha uma dívida econômica com o Cel. Marcondes, não deixa de publicar em suas páginas críticas ao PRP, além de publicar editais de protestos contra o Cel. Marcondes, esse é o principal fator de rompimento de Jacob Blumer e o Cel. Marcondes, assim Jacob Blumer e outros dissidentes do PRP fundam o PD e através do jornal iniciam uma ferrenha crítica ao PRP e ao Cel. Marcondes, porém poupam o Cel. Goulart e Cerávolo dessas críticas. Não obstante, o jornal reserva suas páginas em prol ao PD.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o jornal vai aumentar as críticas ao PRP e divulgar as propostas do PD, na esperança de chegar ao poder local, fato que não ocorre. Com o advento do movimento denominado Revolução Constitucionalista de 1932, tendo a frente do movimento em Presidente Prudente o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, o jornal começa a apoiar Cerávolo, apoio esse que se prolonga até o fim do Estado Novo.

Portanto, diante do exposto, não é possível deixarmos de relacionar a imprensa aos partidos políticos e a Cerávolo.

3.3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DO DR. DOMINGOS LEONARDO CERÁVOLO

Quem foi Domingos Leonardo Cerávolo? A resposta a essa pergunta é de suma importância para nossa pesquisa sobre as relações estabelecidas entre colônia japonesa, Estado e a sociedade local. Portanto, analisaremos não a vida privada de Cerávolo, mas o homem envolvido com as questões políticas da sua época, uma época conturbada politicamente de grandes alterações no processo político e de transição do modelo político. Como vimos, ele surge na vida política como perrepista/marcondista, agregando no período

getulista, o modelo de governar populista, contudo, em algum momento nos esbarraremos no seu cotidiano privado – aquele que interessa e interfere na sua vida política - pois, mesmo uma pessoa envolvida cotidianamente com o mundo da política, tem uma vida privada.

Segundo Dióres Santos Abreu, Dr. Domingos Leonardo Cerávolo “... era médico, proprietário rural médio e dono de cartório, mas, fundamentalmente, um profissional liberal.”⁷⁴⁶

Politicamente, de acordo com Abreu, Cerávolo foi

... prefeito por mais de oito anos no Estado Novo. Durante cerca de quarenta anos “mandou” em Presidente Prudente graças a um mecanismo de prestação de serviços nitidamente paternalista-assistencialista à população local e um inequívoco posicionamento governista que manteve a todo custo.⁷⁴⁷

Chegou a Presidente Prudente em 1927, montou seu consultório, firmando-se em pouco tempo seu conceito profissional competente e desprezado. Nesse sentido, o jornal *A Voz do Povo*, publica em suas páginas o início das atividades médicas do Dr. Cerávolo em Presidente Prudente, na edição nº 99 de 6 de novembro de 1927.

*Dr. Domingos L. Ceravolo
Acaba de fixar residencia nesta cidade, abrindo o seu consultorio no predio n. 70 da Rua Coroados, o sr. dr. Domingos Leonardo Ceravolo, medico, operador e parteiro formado pela Universidade do Rio de Janeiro.
Ao dr. Domingos Ceravolo que é primo do sr. Roque Ceravolo, antigo constructor de obras aqui residente, desejamos-lhe feliz permanencia entre nós.*⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ ABREU, 1996, op. cit., p. 11.

⁷⁴⁷ ABREU, 1996, op. cit., p. 11.

⁷⁴⁸ *A Voz do Povo*, edição nº 99, de 6 de novembro de 1927.

Na edição de nº 101, 20 de novembro de 1927 é publicado um anúncio sobre a atividade profissional do Dr. Cerávolo.⁷⁴⁹

Imagem 2 – Propaganda do consultório e laboratório do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo

Dr. Domingos Leonardo Cerávolo
Medico, Operador e Parteiro

Doutor em medicina pela Universidade do Rio de Janeiro.
Ex-interno do Hospital D. Pedro II do Departamento Nacional de Saude Publica.
Ex-interno effectivo da Maternidade das Laranjeiras e da Polyclinica Geral do Rio de Janeiro.

CONSULTORIO MONTADO COM TODO O INSTRUMENTAL CIRURGICO
INDISPENSAVEL PARA PEQUENAS E GRANDES
OPERAÇÕES DE URGENCIA

GABINETE DE ELECTRICIDADE MEDICA - modernamente aparelhado para o tratamento de muitas doenças taes como: inflamação do utero e do ovario (sem operação nos casos indicados), doenças dos ossos, das vias urinarias, rheumatismo, rachitismo, nevrites (sciatica), amygdalites e hemorroides (sem operação), lupus, úlceras antigas, furunculose, anthrazes, kystos, pelada, etc., etc.; para isso dispõe de: raios ultra-violeta, diathermia, alta frequencia, electro coagulação e banhos de luz.

Laboratorio de analyses clinicas para exames de urina, sangue, fêzes, escarro, púz, succo-gastrico, liquido cephalo racheano, inoculações em animaes, etc.

Attende a chamados a qualquer hora do dia ou da noite

RUA COROADOS, 70
Em frente ao Centro Telephonico
— TELEPHONE N. 68 —
Presidente Prudente
ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: *Jornal A Voz do Povo*, edição nº 101, 20 de novembro de 1927.

⁷⁴⁹ *A Voz do Povo*, edição nº 101, 20 de novembro de 1927.

Podemos observar que na primeira matéria o jornal não se limita a informar as qualidades profissionais de Cerávolo, mas o relaciona a outra pessoa, ao que nos parece, de certa importância para a cidade, ou seja, não basta ser um bom profissional é necessário ter ligação com outra pessoa que goza de certo prestígio para ser reconhecido. Contudo, na segunda matéria o jornal informa tecnicamente as qualidades profissionais de Cerávolo.

Rapidamente alia-se aos chefes políticos de Presidente Prudente, Goulart e Marcondes, que o convidam para participar da composição na chapa dos candidatos à vereança para o triênio 1928/1930, sendo eleito no primeiro pleito, graças ao beneplácito de seus padrinhos políticos.⁷⁵⁰ Contudo, não podemos aliar sua ascensão política somente pelo prestígio político de seus padrinhos, como supramencionado, Cerávolo foi construindo ao longo do tempo sua imagem política aliada à imagem de médico prestativo, e médio proprietário rural. que registraremos a seguir.

Em princípio ficou à sombra de seus padrinhos políticos, talvez uma estratégia política, contudo mais tarde torna-se independente construindo seu prestígio e carreira política à frente do executivo prudentino. Mais flexível que seus protetores, soube adaptar-se às transformações políticas no decorrer de sua carreira pública, esquivando-se de divergências partidárias. Promotor de melhorias na infraestrutura do município e região, ganhando assim a simpatia não só dos moradores de Presidente Prudente, bem como das cidades vizinhas.⁷⁵¹

Em todo o período de 1928-1947 sua via pública sempre foi de liderança, no início a mando de Goulart e Marcondes aumentando quando saiu da sombra dos mesmos. Essa liderança alternava-se dentro do Diretório do PRP, como vereador ou prefeito. Fez parte do Partido Constitucionalista (PC) em virtude da Revolução Constitucionalista de 1932. Mesmo participando do movimento, quando da implantação do Estado Novo foi nomeado interventor municipal em 20 de agosto de 1938, permanecendo no cargo até 1947. Posteriormente, na redemocratização após 1945, passou a fazer parte do Partido Social Democrático (PSD).⁷⁵²

De acordo com Lucilia de Almeida Guedes Delgado, o PSD não era um partido getulista, contudo expressava seu apoio ao estadista, situação que contribuiu para Cerávolo se filiar à legenda, a autora ainda menciona que o partido reunia os antigos interventores do período do Estado Novo, além de alguns representantes da classe média urbana e não esquecendo os representantes das oligarquias, bem como seus membros tinham grande

⁷⁵⁰ ABREU, 1996, op. cit., p. 45-46.

⁷⁵¹ ABREU, 1996, op. cit., p. 46.

⁷⁵² ABREU, 1996, op. cit., p. 87, 89 e 110-111.

flexibilidade política, ou seja, sabiam negociar com várias correntes políticas, um dos fatores que possibilitava a conquista de grande número de votos, perfis patenteados na figura de Cerávolo.⁷⁵³

Cerávolo foi o sucessor direto dos antigos líderes políticos, herdou a influência que esses tinham sobre a comunidade prudentina e do entorno, encerrando as dissensões entre goulartistas e marcondistas. Dessa maneira agregou a força dos dois grupos políticos (perrespistas) da cidade gozando de uma longa hegemonia política. Soube multiplicar essa herança política.

Nesse sentido, Abreu menciona que

... potencializando sua simpatia pessoal, generosidade de coração e capacidade profissional que lhe foi granjeando, ao longo dos anos, grande popularidade. Prestando serviços médicos a todas as camadas sociais, recebendo honorários de acordo com as possibilidades dos clientes, foi atraindo enorme círculo de amizade e gratidão que incluía pessoas da zona urbana e rural de dentro e de fora do Município. Além disto, seu trabalho em campanhas em prol de alguns benefícios públicos trouxeram-lhe grande admiração, como no caso da Santa Casa.⁷⁵⁴

Diante do exposto, podemos observar que Cerávolo não conquistou poder político somente pela influência de Goulart e Marcondes, mas também por si só, pois, em parte pela deficiência ou mesmo pela ausência do poder público federal e estadual, Cerávolo fazia às vezes do estado na área de saúde, muitas vezes como favor, assim vai conquistando a simpatia da população.

Contudo, Cerávolo não conseguiria satisfazer todos os anseios da população nas questões de obras públicas, pois as obras de maior envergadura só poderiam ser realizadas com a intervenção dos governos federal e estadual, portanto, de acordo com Vitor Nunes Leal

A lista dos favores não se esgota com os de ordem pessoal.”...“Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. E o Estado — que, por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços

⁷⁵³ DELGADO, L. de A. G. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA J. e DELGADO, L. de A. G., (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p. 135, 138-139.

⁷⁵⁴ ABREU, 1996, op. cit., p. 87-89, 91-97. Cerávolo contribuiu com essas obras e outras tão quanto ou mais importantes.

que lhe incumbem — tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista.⁷⁵⁵

Nesse sentido, é notório que Cerávolo congrega tanto as práticas do coronelismo quanto do populismo, reforçada nas palavras de Abreu

Cerávolo agradava às classes médias pela condição de um de seus membros. Vencera as dificuldades da região pioneira, servindo de médico atencioso, capaz e desprendido. Satisfazia aos grandes proprietários rurais, porque era capaz de intermediar conservadoramente, entre as classes médias, o Estado e um incipiente proletariado. Para os trabalhadores rurais (colonos, empregados, arrendatários, meeiros), era o elemento afável como pessoa e competente como profissional que os atendia paternalisticamente, substituindo os coronéis. Por outro lado, o Estado tranquilizava-se por poder contar com um elemento “popular” em Presidente Prudente para atuar na intercessão a seu favor.⁷⁵⁶

Essa citação nos dá a dimensão política praticada por Cerávolo, fica claro que ele assistia e permeava todas as classes sociais prudentinas e regionais, satisfazendo suas necessidades, assim tinha uma boa relação com toda a sociedade, do pequeno produtor ao grande proprietário rural, do pequeno comerciante às grandes empresas de beneficiamento, que lhe proporcionava uma sustentação política e governamental, além desses podemos incluir a assistência aos imigrantes. Porém em alguns momentos Cerávolo tomava atitude que fugia das características populistas desagradando um segmento da sociedade, principalmente da classe trabalhadora, exemplo que verificaremos logo abaixo, foi a intervenção em uma greve de feirantes sem mesmo negociar o fim do movimento. Além do que não sabemos se a atitude foi do prefeito, ou seja, à custa do erário público ou foi uma atitude privada do cidadão Cerávolo. Uma dúvida a ser sanada.

Além do exposto, Cerávolo chegava ao poder municipal no momento em que todas as opiniões lhes eram favoráveis, graças ao regime ditatorial implantado, pois administrava sem Câmara Municipal e a imprensa estava sob a fiscalização do DIP, que em Presidente Prudente

⁷⁵⁵ LEAL, 2012, op. cit., p. 65-66.

⁷⁵⁶ ABREU, 1996, op. cit., p. 90, 111-112.

era representado pelo chefe do executivo, portanto, nada era publicado sem a sua anuência.⁷⁵⁷ Contudo mesmo antes da implantação do DIP, Cerávolo já gozava de prestígio na imprensa local.

Um dos momentos que mostraram a força política e arbitrária do então prefeito municipal foi na intervenção em uma greve de feirantes prudentinos, pois o país vivia sob intervenção econômica com tabelamento de preços de produtos alimentícios, inclusive hortifrutigranjeiros. Para debelar a greve o Dr. Cerávolo providencia a colocação desses produtos no mercado a preços acessíveis à população por conta própria, podemos constatar esse fato em um trecho de um periódico prudentino.⁷⁵⁸

*Era a greve. A luta. O crime contra a economia popular!
A cidade viu-se, assim, de um momento para o outro, ameaçada pela inescrupulosidade de alguns vendedores, que tentaram a imposição dos seus preços exorbitantes.
Aqui, neste ponto, entra o gesto inteligente, preciso e enérgico do sr. Prefeito Municipal. Gesto inesperado, longe de haver sido considerado como possível, pelos feirantes iniciadores da tentativa grevista: Dois caminhões abarrotados de legumes, entraram vitoriosamente no Mercado, por ordem do sr. Governador da cidade, que os mandara buscar, as suas expensas, abastecendo a população inteira com as vitaminas tão caras e tão precisas para o nosso organismo humano.
Era o triunfo completo!
A tentativa de greve redundou em derrota concreta, palpável, absolutamente total.
Hoje, para a felicidade desta prospera Presidente Prudente, vigora o TABELAMENTO DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE.
A mais admirável, porém, em tudo isto, é a energia serena, o gesto preciso e a inteligência administrativa d'esse extraordinario homem - <double> magnifico de Medico e Governador – a quem as gerações futuras caberão agradecer, ainda, o zelo, o interesse e o carinho que dispensa ao seu povo: dr. DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO!⁷⁵⁹*

Acreditamos ser a atitude do prefeito um ato arbitrário, pois não encontramos nenhuma fonte que mencione uma tentativa anterior de negociação com os grevistas, além do que, devemos observar que a matéria é publicada em pleno regime ditatorial, no qual a imprensa está sob a fiscalização do DIP, assim os jornais se limitam a registrar os feitos do governo, seja federal, estadual e municipal, muitas de suas matérias são orientadas pela

⁷⁵⁷ ABREU, 1996, op. cit., p. 91.

⁷⁵⁸ ABREU, 1996, op. cit., p. 91; Jornal *O Imparcial* de 10 de novembro de 1940, nota de Mario Moraes (Associação dos profissionais da imprensa de São Paulo, especialmente para “O Imparcial”).

⁷⁵⁹ *O Imparcial*, edição de 10 de novembro de 1940.

Agência Nacional. No caso de Presidente Prudente o responsável pela fiscalização é o prefeito, talvez por essa situação o periódico nunca vai contra as atitudes dele, não obstante, coloca os grevistas em uma posição de transgressores da ordem pública, condenando o movimento. O periódico não menciona se houve uma tentativa de acordo entre o poder público e os feirantes, mas assim mesmo aprova a atitude do prefeito.

Cerávolo tomou medidas assistencialistas, como distribuição de doces e brinquedos para as crianças carentes, com a colaboração da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁷⁶⁰ e do comércio local, pela passagem das festas de final de ano. Uma prática que se tornou corriqueira em todo o período em que foi chefe do executivo.

Assim podemos observar que Cerávolo alternava suas atitudes como líder político, às vezes se mostrava paternalista e flexível, em outros momentos tomava atitudes sem qualquer diálogo, típico de governo ditatorial e autoritário.

Diante de alguns trechos que registramos acima, de periódicos e da utilização sistemática dessa fonte como necessária para nossa pesquisa, informamos que observamos atentamente ao período histórico no qual foram elaborados, possibilitando-nos informações específicas sobre o trato da imprensa como fonte para pesquisa histórica.

Não obstante, temos plena consciência que, os jornais ao mesmo tempo em que influenciam são influenciados, ou seja, são formadores de opinião de acordo com seus interesses ou de seus membros, principalmente no que diz respeito às questões políticas ideológicas, portanto sendo espaço de discussões políticas, bem como de uma gama de relações afetivas e sociabilidades, que congrega pessoas em torno de uma mesma ideia, crenças, valores e ideologias, além dos colaboradores que muitas vezes são líderes políticos. Além do que, estão carregados de subjetividade, pois só é publicado aquilo que seus redatores selecionam e o que acreditam que deva ser conhecido pelo seu público alvo,⁷⁶¹ redatores que devem ser encarados como novos agentes culturais e políticos.⁷⁶² Não nos esquecendo que

⁷⁶⁰ **A Legião Brasileira de Assistência** (LBA), fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, de cunho assistencial, seu objetivo era prestar auxílio às famílias aos Pracinhas da Segunda Guerra Mundial. Tinha como parceiras a Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Em 1991 foi alvo de diversas denúncias de desvios de verbas, entre essas, a compra ilícita de 1,6 milhão de quilos de leite em pó, não obstante, essas denúncias provocaram sua extinção. Seus trabalhos tiveram fim por meio do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, publicada no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/voluntarias-pela-vitoria>. Acesso em 25 jul. 2016.

⁷⁶¹ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 111-153.

⁷⁶² MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (org.). *História da imprensa no Brasil*, p. 39.

nesse momento a fiscalização junto a imprensa é intensa, portanto, nem se trata de influência, mas de levar a público somente o que interessa a quem está no poder.

Nesse sentido, observamos que *O Imparcial* surge em 1939, ou seja, inicia suas atividades em pleno Estado Novo, portanto fiscalizado pelo DIP, sendo que na cidade de Presidente Prudente tal missão ficou a cargo do prefeito municipal, o então Dr. Cerávolo. Portanto, tendo em vista o prefeito ser um interventor varguista, as publicações só eram autorizadas com o aval do mesmo, que nos leva a acreditar que se publicava notícias de interesse do governo central e do governo municipal, situação diferente de outros periódicos que existiram anteriormente em uma época em que o regime era mais democrático ou menos ditatorial, teoricamente tinham a liberdade de se posicionarem politicamente. Este periódico é o único que existe atualmente.⁷⁶³

Em suma, o exposto nos dá uma ideia do processo político local, não muito diferente de outras regiões ou mesmo de outras instâncias governamentais (federal e estadual). Contudo com suas peculiaridades, principalmente na figura de Cerávolo, pois seu jogo político era mais flexível que dos coronéis, sem deixar de lado as práticas coronelistas, até mesmo conseguindo conciliar inimigos políticos, amenizando os conflitos entre segmentos políticos litigantes, assim de certa maneira propiciando uma hegemonia política a seu favor.

Cerávolo, em momentos de regime político ditatorial amenizou a pressão exercida pelos governos federal e estadual, intervindo a favor da população, principalmente dos imigrantes que sofreram mais por conta da política nacionalista de Getúlio Vargas, intensificada no Estado Novo e potencializada pela declaração de beligerância do governo brasileiro aos países do Eixo, neste caso específico é clara a intervenção de Cerávolo em prol da colônia japonesa, detalhes que veremos nas próximas páginas.

3.4 AS RELAÇÕES DA COLÔNIA JAPONESA COM O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE LOCAL

Nesse item registraremos a trajetória dos japoneses na região da Alta Sorocaba em particular na cidade de Presidente Prudente e no entorno, bem como se deram as relações dos mesmos com o Estado e a sociedade, seus conflitos no interior da colônia, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra. Também verificaremos como

⁷⁶³ ABREU, 1972, op. cit., p. 192-196.

Cerávolo se mostra defensor dos japoneses, sejam esses seus empregados, seus clientes ou mesmo parceiros comerciais.

3.4.1 O IMIGRANTE E O GOVERNO VARGAS

Com a implantação do Estado Novo, novas regras dificultaram a mobilização e a movimentação de estrangeiros dentro do país, agravando ainda mais as relações entre os japoneses e o Estado que já vinham abaladas desde o início do governo nacionalista instalado por Getúlio Vargas, o qual implementou uma série de decretos que afetaram diretamente os imigrantes a partir de 1930-1931.⁷⁶⁴

Nesse sentido, em 1933-1934 é aprovada uma lei de cota para a entrada de estrangeiros no Brasil.⁷⁶⁵ Foram restringidas as movimentações,⁷⁶⁶ ou seja, para que os estrangeiros se locomovessem era necessária a obtenção de um salvo-conduto.

Quanto ao salvo-conduto a historiografia não é clara quando foi instituído e para quem ou para que grupo era direcionado, porém é enfatizado sistematicamente que tal documento se torna obrigatório aos chamados súditos do eixo (alemães, italianos e principalmente japoneses), isso no período da Segunda Guerra Mundial.⁷⁶⁷

Consta no trabalho de Miyao e Yamashiro, uma legislação específica para o período da Segunda Guerra Mundial com o seguinte texto:

I — Em face da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão, faço público que ficam os súditos destes últimos países, residentes neste Estado, proibidos:... 6.º — de viajarem de uma para outra localidade, sem salvo-conduto fornecido por esta Superintendência;...⁷⁶⁸

⁷⁶⁴ KUMASACA; SAITO, op. cit., p. 451; GERALDO, E. *Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra.*, p. 181.; GERALDO, 2009, op. cit., p. 172.

⁷⁶⁵ HANDA, 1980, op. cit., p. 107; GERALDO, 2009, op. cit., p. 172.

⁷⁶⁶ KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 452.

⁷⁶⁷ CYTRYNOWICZ, 2000, op. cit., p. 137.

⁷⁶⁸ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 257-258. Publicado em 19 de janeiro de 1942.

Entretanto, encontramos informações sobre os salvos-condutos na imprensa prudentina ainda em 1937, portanto, antes da entrada do Brasil na guerra. Nesse sentido, na edição do *A Voz do Povo* do dia 14 de novembro de 1937 consta um aviso policial de que “Todas as pessoas que pretendam viajar para fóra deste município deverão munir-se do salvo-conduto expedido pela Delegacia Regional de Polícia.”⁷⁶⁹

Encontramos também um salvo-conduto que, para nossa surpresa, é de um brasileiro,⁷⁷⁰ expedido em 1938, portanto, acreditamos que tal documento era exigido para aqueles que o Estado considerava uma ameaça para o regime, porém isso é só uma hipótese, pois não encontramos uma legislação mais específica que trata do assunto.⁷⁷¹

Podemos observar que o referido documento não foi utilizado somente no período da Segunda Guerra Mundial e tampouco somente para os denominados *súditos do Eixo*, nos dois últimos parágrafos acima podemos constatar tal situação, pois o jornal de 1937 já publicava a necessidade do salvo-conduto e encontramos um salvo-conduto de um jovem de 1938, de nacionalidade brasileira, contudo isso nos dá uma certeza de que tal documento era uma exigência do Estado Novo e para pessoas de qualquer nacionalidade.

Tais salvos-condutos eram publicados nos jornais com a relação de nomes dos estrangeiros.⁷⁷²

Como exemplo, na edição do dia 1º de fevereiro de 1942, do *A Voz do Povo*, e na edição de 5 de fevereiro de 1942, do *O Imparcial*, com os mesmos dizeres em ambos, é publicado o comunicado aos súditos do Eixo sobre a necessidade do salvo-conduto para se locomoverem fora do município, portanto deveriam comparecer a DRP de Presidente Prudente munidos de documentação pessoal e foto para o fornecimento de Salvo-Conduto, conforme o fragmento abaixo.

Delegacia Regional de Polícia
COMUNICADO Em, 30 de janeiro de 1942
Salvo Conduto

O Dr. Carino do Espírito Santo, Delegado Regional de Polícia, comunica que todos os súditos da Alemanha, Itália e Japão só poderão viajar pela

⁷⁶⁹ *A Voz do Povo*, edição de 14 de novembro de 1937.

⁷⁷⁰ (anexos 5 e 6).

⁷⁷¹ Disponível em <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/260120061.htm>, Acesso em 23 mai. 2016.

⁷⁷² Em Presidente Prudente tais publicações constam nos jornais *A Voz do Povo* e *O Imparcial*.

Estrada de Ferro e pelas linhas de auto-onibus (jardineiras), quando munidos do competente “salvo conduto”. A Delegacia Regional de Polícia os fornecerá aos que exibirem a carteira modelo 19 ou outro documento que a substitua, acompanhado de (2) fotografias, ...⁷⁷³

Podemos observar que o comunicado foi publicado após o ataque a Base Naval Americana de Pearl Harbor, ocorrido em 7 de dezembro de 1941. Não obstante, a partir desse período até o final do conflito mundial, as publicações sobre salvo-conduto serão cotidianas nas páginas dos periódicos prudentinos. Em nossa pesquisa, encontramos pela primeira vez tal comunicado em 1937, início do Estado Novo, posteriormente essa é a primeira vez que encontramos a publicação do comunicado. A publicação de 1937 comunica a obrigatoriedade para qualquer pessoa, independentemente de nacionalidade, após Pearl Harbor, o comunicado é direcionado aos denominados *súditos do Eixo*, ou seja, italianos, alemães e japoneses.

Um fato que nos chamou a atenção foi a publicação das listas dos imigrantes que deveriam retirar seus salvos condutos, sendo que duas listas eram publicadas, em uma constavam os nomes somente dos japoneses e em outra os nomes dos demais estrangeiros, infelizmente não encontramos o motivo da publicação de listas distintas.

Outras medidas implementadas no período do Estado Novo dificultavam a vida socioeconômica e política dos estrangeiros, entre elas o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, vedava a prática de qualquer atividade de natureza política por parte dos estrangeiros no país. Proibiu-se, ainda, os estrangeiros de criar ou manter sociedades, companhias ou clubes de qualquer caráter, ainda que tivessem por fim a propaganda ou a difusão de quaisquer ideais entre seus compatriotas. Já o Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938 proibiu a formação de núcleos coloniais de uma única nacionalidade.

Foram publicadas também legislações que restringiam o ensino de idiomas, como

1 – Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938:

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escalas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos. Parágrafo único. Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

⁷⁷³ A *Voz do Povo*, edição de 1º de fevereiro de 1942 e *O Imparcial*, edição de 5 de fevereiro de 1942.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

2 - Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 impôs a nacionalização integral do ensino primário em todos os núcleos estrangeiros;
3 - Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938:

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

4 - Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum;

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;

b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;...

e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil.

5 - Decreto-Lei N. 3.580 – de 3 de setembro de 1941:

Art. 4º Fica proibida a importação de livros didáticos, escritos total, ou parcialmente em língua estrangeira, se destinados ao uso de alunos do ensino primário, bem como a sua produção no território nacional.

De acordo com Katya Mitsuko Zuquim Braghini, a legislação que restringe o ensino de língua estrangeira está associada ao projeto político do governo brasileiro na *Unidade Nacional*, ou seja, entre vários fatores, uma única língua falada e escrita em território brasileiro era fator essencial para essa unidade. Nesse sentido, segundo a autora, “A lei compactou de uma só vez todos os elementos que possibilitariam a desagregação e a contrunidade nacional, tornando-as atos ilegais.” Os ideólogos da nacionalização acreditavam que

o ponto crucial da organização e conservação da cultura, passava pela língua nacional, ou seja, era primordial a todos que residiam no país falar e escrever português.⁷⁷⁴

Havia uma teoria que a unidade do povo conduziria a uma perfeição, isso nos remete ao período imperial, quando se tinha a ideia que o atraso do país estava ligado à imperfeição do povo, imperfeição essa ligada a raça, portanto, era necessário formar uma raça brasileira. Segundo Braghini, a ideia de *caos da raça* ainda era patente no Brasil nas décadas de 1930-1940, além do índio e do negro africano, o japonês seria outra etnia *inferior* na teoria social do embranquecimento, portanto era necessária a intervenção do Estado, não obstante um dos segmentos para tornar o Brasil uma *Unidade Nacional*, era a reforma da educação.⁷⁷⁵

De acordo com Braghini, durante o Estado Novo, em 1938, medidas mais drásticas e traumáticas foram colocadas em prática com base na eugenia, com a ideia que a miscigenação poderia *enfraquecer a raça*, ações arbitrárias eram cometidas, como a esterilização de mulheres, segundo a autora para “...evitar o aumento exponencial das populações *degeneradas*.”⁷⁷⁶

Para o Governo brasileiro em contrapartida, existia a política da *contra unidade*, de acordo com Braghini, isso existia tendo em vista o grande número de colônias de imigrantes que proliferavam culturas diferentes atrapalhando o fortalecimento da raça brasileira. Nesse sentido foi elaborado um planejamento de nacionalização que visava políticas de natureza militar, religiosa, *educacional*, econômica e jurídica, pois a língua era o principal motivo da desagregação dos imigrantes, que os tornavam alheios ao civismo e patriotismo. Nesse sentido, os responsáveis pelo projeto de nacionalização da raça brasileira acreditavam que a nacionalização do ensino seria uma estratégia para alcançar a unidade nacional.⁷⁷⁷

De acordo com Braghini, segundo os articuladores do projeto de nacionalização, três grupos eram responsáveis pela formação do caráter: a família, a igreja e a *escola*. Nesse sentido, o governo, através da escola, poderia interferir direta e legalmente na formação do caráter, principalmente dos imigrantes, influenciando no combate aos efeitos nocivos que os imigrantes poderiam provocar na formação da raça brasileira. Não obstante, para colocar em prática esse projeto, eles defendiam *medidas construtivas*, nas áreas da educação, da

⁷⁷⁴ BRAGHINI, K. M. Z. *Uma memória e a nacionalização dos imigrantes japoneses*, p. 99-108.

⁷⁷⁵ BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 101 e 104-105.

⁷⁷⁶ BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 106.

⁷⁷⁷ BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 102-103.

econômica e da religiosidade para aqueles que desejassem se nacionalizar, porém para aqueles que dificultassem esse projeto, agitadores entre eles sacerdotes e professores, seriam adotadas *medidas repressivas*.⁷⁷⁸

Nesse sentido, podemos observar no discurso do Professor A. Almeida Junior, Diretor do Ensino, em reunião com professores particulares japoneses em 20 de janeiro de 1937, publicado no *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1936-1937*, a preocupação de nacionalizar a educação no Brasil, existem outros textos xenofóbicos como esse em outros anuários:⁷⁷⁹

O interesse do Brasil não está sómente em receber braços estrangeiros que venham colaborar para sua grandeza material; mas também em obter que os imigrantes, assimilando os nossos costumes e fundindo-se conosco, cooperem para o desenvolvimento espiritual do paiz e fortaleçam a unidade da nossa patria.

O Brasil quer que os japoneses, uma vez radicados aqui, se tornem bons brasileiros. Para o Brasil, o filho do japonês, aqui nascido, é e precisa ser cidadão exclusivamente brasileiro; e, para alcançar esse objetivo, deve trabalhar a escola tanto oficial como particular.

Um dos instrumentos mais importante e mais adequados para a nacionalização, é a lingua pátria.

A tarefa primordial da escola é a unificação nacional, a formação e o cultivo do sentimento da pátria. Para consegui-lo, é mister que os seus professores sejam brasileiros. Não se compreende que um professor primário japonês, ensinando a crianças no Brasil, seja um bom instrumento nacionalizador. Por mais esforço que faça, por mais sincero que seja, não o conseguirá: falta-lhe o domínio da língua pátria, falta-lhe o espírito nacional, falta-lhe a tradição.

...onde quer que instalem escolas particulares, devem estas subordinar-se á orientação nacional e cooperar com as escolas publicas na formação do sentimento de patria brasileira.

A primeira obrigação do professor primário estrangeiro é manejar bem a lingua do nosso pais.

...os que não conseguirem aprender correctamente o portuguez. devem desistir do exercicio do magisterio,... Porque não se compreende que o órgão de nacionalização, que é a escola primaria, tenha eficiencia quando o professor estrophia a lingua nacional.⁷⁸⁰

Diante do exposto, era vital para o governo brasileiro que o projeto de nacionalização fosse iniciado pela unificação da língua, nesse sentido somava-se à reforma educacional,

⁷⁷⁸ BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 103.

⁷⁷⁹ Consultar http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino.

⁷⁸⁰ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1936-1937, p. 418-419.

outras legislações que proibiam as publicações de periódicos em língua estrangeira,⁷⁸¹ afetando diretamente a comunicação interna entre os grupos.⁷⁸²

Essas medidas davam margem à clandestinidade, ou seja, oficialmente todos os mecanismos de manutenção da língua foram extintos, porém a prática de ensinar a língua materna continuou às escondidas no interior das colônias.⁷⁸³ Quando não era possível a transmissão e reprodução do idioma na família surgiam preconceitos e conflitos entre os próprios japoneses, pois aqueles que mais se afastavam da cultura original não eram vistos com bons olhos pelos que mantinham as tradições do *espírito japonês*, dentre essas o culto ao imperador.⁷⁸⁴

Segundo Maeyama, o culto ao Imperador para os japoneses no Brasil até o final da Segunda Guerra Mundial, estava intimamente relacionado ao culto dos antepassados, pois a sociedade japonesa era essencialmente patriarcal tendo como chefe o imperador, portanto imperador e imperatriz eram considerados pai e mãe dos japoneses. Tal culto era praticado nas escolas japonesas que eram mais do que locais para o simples aprendizado da língua japonesa, eram centros formadores de crianças e jovens em adultos *japoneses*, sendo considerados como centros espirituais, um tipo de santuário. Os principais objetos que guardavam nessas escolas eram o retrato do imperador e a Escritura Imperial sobre educação, que era considerada a sutra sagrada do Imperador.⁷⁸⁵

⁷⁸¹ IZUMI, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 379; MAEYAMA, T. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião de identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 439; SILVA, op. cit., p. 58-59; SANTOS, 2001, op. cit., p. 37, 50; GERALDO, 2009, op. cit., p. 186; GERALDO, 2009, op. cit., p. 172 e 179; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 257-258; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 128; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 130; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 160 e 235-236, na p. 187 existe um depoimento de José Yamashiro que ficou desempregado quando foi decretado o fechamento de jornais de língua estrangeira, pois era redator do jornal Nippak Shinbun.

⁷⁸² Nesse momento existiam grupos com pensamentos diferentes, tanto entre as colônias japonesas, bem como dentro da própria colônia, pois a proibição dos diversos mecanismos que possibilitavam a comunicação na língua materna restringindo a comunicação entre eles contribuiu para o surgimento de preconceitos e conflitos entre eles, potencializados no imediato pós Segunda Guerra Mundial, como exemplo as organizações, em princípio, denominadas pelo Estado e a sociedade brasileiros como “seitas secretas”, que comentaremos neste trabalho.

⁷⁸³ BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 106.

⁷⁸⁴ MAEYAMA, 1973, op. cit., p. 440-442; SANTOS, 2001, op. cit., p. 30; KIYOTANI; YAMASHIRO, op. cit., p. 129; HANDA, 1987, op. cit., p. 597; BRAGHINI, 2007, op. cit., p. 106.

⁷⁸⁵ MAEYAMA, 1973, op. cit., p. 434- 437.

Quanto ao culto aos antepassados o autor observa a inseparabilidade da família mesmo após a morte: “Os antepassados são inseparáveis do ie,⁷⁸⁶ ... os antepassados, na tradicional crença popular japonesa, são, antes de mais nada, algo para ser cultuado, e, além do mais, eles são almas que não são adoradas senão pelos membros dos próprios ie,...” além disso, segundo o mesmo autor, “... o culto a eles dedicado é mais um direito que uma obrigação”.⁷⁸⁷ O respeito e a gratidão pelos pais permanecem após a morte.

Nesse sentido, Rafael Shoji menciona em seu trabalho que “A família, na visão tradicional do culto aos antepassados, permanece unida inclusive após a morte...”, diz também que “O mundo espiritual e dos antepassados não é somente amistoso,...” e que “Faz parte da religiosidade popular, a ideia de que ... antepassados que se sentem desprezados pelo descuido ou falta de atenção dos descendentes, podem ter uma relação que prejudique os que vivem neste mundo.”⁷⁸⁸

Assim, para combater os hábitos culturais dos imigrantes e com o intuito de fiscalizá-los, sobretudo aqueles que viviam em colônias, Getúlio Vargas criou a Comissão de Imigração e, posteriormente, com a implantação do Estado Novo foi criado o Conselho de Imigração e Colonização, o qual agia com base na legislação para estrangeiros elaborada a partir da implantação do governo nacionalista.⁷⁸⁹

⁷⁸⁶ Distinguindo-se da família, ie é um corpo organizacional, no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade; os membros compartilham a vivência em comum e os antepassados são comumente cultuados, sendo a entidade mantenedora da economia doméstica e a parte constituinte de agrupamento inter-ie. NAKANO; MATSHISHIMA, 1958, p. 54 apud MAEYAMA, 1973, op. cit., p. 421.

⁷⁸⁷ MAEYAMA, 1973, op. cit., p. 427-428.

⁷⁸⁸ SHOJI, R. *Budismo étnico em perspectiva comparada: herança das Missões japonesas no Brasil*, p. 66.

⁷⁸⁹ Alguns decretos da legislação sobre os imigrantes: Decreto no 2.265, de 25 de janeiro de 1938 (Constitue uma Comissão afim de estudar leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros); Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938 (Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providência); Decreto-lei no 406, de 4 de maio de 1938 (Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional); Decreto-lei no 639, de 20 de agosto de 1938 (Modifica o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938); Decreto-lei no 3.010, de 20 de agosto de 1938 (Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional); Decreto-lei no 3.016, de 24 de agosto de 1938 (Aprova regulamento para execução do disposto no art. 6º do decreto-lei número 383, de 18 de abril de 1938); Decreto-lei no 809, de 26 de outubro de 1938 (Faz alterações no decreto-lei n.º 406, de 4 de maio e no decreto n.º 3.010, de 20 de agosto último); Decreto-lei no 868, de 18 de novembro de 1938 (Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário); Decreto-lei no 948, de 13 de dezembro de 1938 (Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas). “Relatório da viagem às zonas desnacionalizadas – Relatório de viagem à Fazenda Bastos, núcleo de colonização nipônica, e ao Vale do Itajaí, zona de colonização germânica, pelos membros do C.I.C. – Aristóteles de Lima Câmara e Artur Hehl Neiva, em janeiro de 1940”, p. 65-66. AHN – CPDOC/FGV.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial a pressão sobre os estrangeiros aumentou a olhos vistos, principalmente aos *súditos do eixo*. Todavia, segundo Roney Cytrynowicz, entre as três etnias a que mais sofreu foi a nipônica, principalmente no estado de São Paulo, pois era o estado que mais concentrava os imigrantes japoneses,⁷⁹⁰ porém segundo Miyao e Yamashiro, os súditos do eixo também sofreram perseguições no litoral do estado do Paraná e Campo Grande/MS,⁷⁹¹ lembrando que os japoneses já vinham sofrendo segregação devido ao que se chamou então de combate aos *quistos étnicos*. É preciso frisar que os imigrantes de nacionalidade alemã também sofreram pressões de vários tipos nesse período.⁷⁹²

Nesse sentido, de acordo com Rogério Dezem, com a declaração de guerra do Brasil ao *eixo* o preconceito aos japoneses vai aumentar transformando-se em repressão, pois a ideia do *Perigo Amarelo* vai voltar à tona principalmente no meio intelectual e governamental, segundo o autor as autoridades brasileiras estabeleceram leis em que

Proibiu-se falar a língua japonesa em público, alfabetizar ou ensinar línguas estrangeiras, publicar jornais, revistas, panfletos em língua japonesa, reunir-se em grupos, criar associações ou sociedades, deslocar-se de uma cidade a outra sem salvo-conduto e sem a prévia comunicação e autorização da polícia política (DOPS – Departamento de Ordem Política e Social).⁷⁹³

Com isso, os estrangeiros não poderiam transitar em público sem portar uma carteira de identificação “modelo 19”⁷⁹⁴ ou “modelo 20”,⁷⁹⁵ sob pena de ser preso para averiguação ou mesmo ser acusado de favorecimento aos súditos do Eixo ou pior, ser acusado de espião do *Mikado* (governo japonês), sendo que muitos foram presos a partir de 1942 até o imediato pós-guerra 1947.

Nesse sentido, o governo brasileiro inicia uma legislação específica para os imigrantes considerados súditos do eixo, mesmo antes de romper relações diplomáticas com esses países. Em 12 de dezembro de 1941, Vargas sanciona o Decreto-lei nº 3.911, segundo Takeuchi “...

⁷⁹⁰ CYTRYNOWICZ, 2000, op. cit., p. 18-19, 139.

⁷⁹¹ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 261.

⁷⁹² GERALDO, 2009, op. cit., p. 185-186; SOARES, B. P. *Germanismo e nazismo na colônia alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)*, p. 103-116.

⁷⁹³ DEZEM, 2010, op. cit., p. 2.

⁷⁹⁴ Anexo 13. Meu avô materno, imigrante italiano, portava a Carteira de Estrangeiro.

⁷⁹⁵ Anexo 14.

determinando que as transações financeiras de empresas dirigidas por japoneses, italianos e alemães só poderiam ser realizadas mediante a autorização prévia do Banco do Brasil.⁷⁹⁶

Com o rompimento das relações do Brasil com o Japão, após 1942, ocorreram intervenções em empresas controladas por japoneses.⁷⁹⁷ Bens imóveis dos estrangeiros súditos do eixo foram congelados,⁷⁹⁸ e os bens móveis confiscados, entre eles os rádios receptores, conforme Decreto Lei nº 4166.⁷⁹⁹

Ainda nesse sentido o Decreto-lei nº 4.638 legislava sobre a rescisão de contrato de trabalho que empresas haviam firmado com *súditos do Eixo*. Para efetivar a rescisão era necessário que o empresário emitisse um pedido ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dispositivo criado com o intuito de evitar rescisões que não fossem inerentes à segurança nacional. Além desses decretos ocorreram prisões de imigrantes do eixo.⁸⁰⁰

No tocante à determinação do confisco de bens móveis a edição do dia 20 de setembro de 1942, o jornal *A Voz do Povo*, publica um comunicado sobre o assunto, conforme fragmento abaixo.

Delegacia Regional de Polícia COMUNICADO

O Dr. Carino do Espírito Santo, Delegado Regional de Polícia de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber a todos que interessar possa o seguinte: De acordo com o Decreto Lei n. 4166 que proíbe a alienação de bem móveis pertencentes a súditos do <eixo>, ficam estes advertidos por esta Regional de Polícia de que não poderão dispor de seus aviões, automóveis, caminhões, motocicletas e embarcações, que deverão ficar sob guarda policial nos logares em que se encontram, tornando-se necessária prévia comunicação à polícia para locomovê-las, caso não se encontrem nos logares mencionados nas guias de licenciamento.

Presidente Prudente, 17 de setembro de 1942.

O Delegado Regional de Polícia

Carino do Espírito Santo⁸⁰¹

⁷⁹⁶ TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 116; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 160.

⁷⁹⁷ GERALDO, 2009, op. cit., p. 191-192; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 130.

⁷⁹⁸ KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 452; TAKEUCHI, 2008, op. cit., p. 116; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 258; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 130.

⁷⁹⁹ IZUMI, 1973, op. cit., p. 379; MORAIS, 2000, op. cit., p. 45-51; SANTOS, 2001, op. cit., p. 36-37; TAKENAKA, op. cit., p. 130; na região de Presidente Prudente o confisco dos bens móveis consta em documentos da Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente que estão no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente.

⁸⁰⁰ GERALDO, 2009, op. cit., p. 192-193 e 197.

⁸⁰¹ *A Voz do Povo*, edição de 20 de setembro de 1942.

O comunicado refere-se ao Decreto nº 4.166, de 11 de março de 1942 que determina o confisco de bens imóveis e móveis dos súditos do eixo como garantia para possíveis reparações a danos causados aos brasileiros por esses ou por seus países.⁸⁰² A determinação que consta nesse comunicado refere-se ao Art. 9º com o seguinte texto: “Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos móveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.”⁸⁰³

Dentre as restrições impostas aos imigrantes havia a proibição de reunirem-se por qualquer motivo, nesse sentido era proibido qualquer tipo de cerimônia, exemplo disso foi quando Yassumi Banno decide se casar no período da guerra, para tanto era necessário à autorização das autoridades locais, contudo tal solicitação não foi concedida, porém a cerimônia foi realizada sem qualquer impedimento por parte das autoridades locais que, inclusive, estavam presentes à cerimônia.⁸⁰⁴

Nesse sentido podemos observar como as atitudes das autoridades locais eram antagônicas às ordens superiores, às vezes proibiam outras vezes autorizavam. Tal situação estava muito relacionada em particular com a pessoa do imigrante japonês, ou seja, a relação que ele tinha com a sociedade civil ou mesmo com o Estado influenciava bastante nas decisões das autoridades.

3.4.2 O IMIGRANTE JAPONÊS NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS PRUDENTINOS

Nas páginas dos periódicos prudentinos é notório o bom relacionamento que esses veículos de comunicação demonstram com a colônia japonesa em Presidente Prudente, pois quase a totalidade das publicações veiculam notícias positivas sobre os japoneses. Porém queremos registrar que após a declaração de guerra, o discurso favorável aos nipônicos se transforma, cedendo espaço para notícias que vão criminalizar os japoneses.

⁸⁰² SANTOS, V. T. dos. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no Estado de São Paulo (1924-1945)*, p. 109.

⁸⁰³ Texto completo disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 mai. 2016.

⁸⁰⁴ SHICASHO, op. cit., p. 215.

Nesse sentido, na edição de 23 de maio de 1926, fica evidente a visão positiva que os editores do jornal *A Voz do Povo* tinham da colônia japonesa de Presidente Prudente.

Consul do Japão

Em visita a grande e laboriosa colonia Japoneza, desta Comarca, chegou a oito do corrente a esta cidade, o Exmo Consul do Japão, no Estado de São Paulo, sr. dr. Akamatu.

A digna autoridade Consular foi recebida por grande numero de Japonezes e pessoas grada desta cidade.

*Na gare da Sorocabana, a pedido da Colonia Japoneza, deu as boas vindas a S. Ex. o nosso redactor sr. Sosthenes Gomes,..... **(jornal danificado)**⁸⁰⁵*

Ainda nesse sentido, na mesma edição, em uma coluna intitulada *Salão Azul* onde parabeniza aniversariantes do mês.

*Manoel Nakamura o inteligente e bondoso joven, filho do Sol Nascente, que com competencia occupa o cargo de pratico da Pharmacia Veado, festeja a 25 do corrente as suas 22 primaveras. Ao Manoel os nossos parabens.*⁸⁰⁶

Contudo o jornal não somente dedica suas páginas para a colônia japonesa, em outras edições o periódico registra sua defesa em favor da colônia italiana, porém como nosso objetivo é dar luz às relações entre a colônia japonesa e a sociedade e representantes locais do Estado, e não realizar um trabalho comparativo entre as etnias, dedicaremos as páginas desse trabalho a registramos publicações sobre a colônia japonesa.⁸⁰⁷

Outra demonstração inequívoca das boas relações da colônia japonesa com o *A voz do Povo* fica patente na publicação de sua edição nº 23 de 8 de Agosto de 1926.

O Perigo Amarello

=====

Tem-se dito alhures que a emigração niponica constitue serio perigo para o futuro da nossa nacionalidade.

Os pregoeiros desse perigo, na exposição de motivos, allegam que o japonez é inassimilavel, não aprende nossa lingua e educa seus filhos em escolas japonezas.

Puro engano, grande injustiça.

⁸⁰⁵ *A Voz do Povo*, edição de 23 de maio de 1926.

⁸⁰⁶ *A Voz do Povo*, edição de 23 de maio de 1926.

⁸⁰⁷ *A Voz do Povo*, edição de 27 de Junho de 1926.

*Conhecemos aqui inumeros japonezes que eduam (**educam**) seus filhos em escolas nacionaes.*

Ainda há poucos dias, tive a oportunidade de examinar uma menina japoneza – Alvina Kataoka, de 12 annos apenas.

És japoneza, perguntei-lhe:

- *Não, senhor, brasileira, paulista.*

Quantos estados tem o Brazil?

- *Vinte e um.*

Qual é o maior rio do mundo?

- *O Amazonas, que nasce no lago Lauricocha, no Peru.*

Que nome se dá ao phenomeno que se observa quando o Amazonas entra no mar?

- *Chama-se pororócas.*

Quaes os estados que não são banhados pelo mar?

- *Amazonas, Goyaz, Minas Geraes e Matto Grosso, os quaes se chamam estados centraes.*

Qual a maior ilha fluvial do mundo?

- *A de Sant'Anna do Bananal, no rio Paranahyba.*

Examinei-a depois sobre a historia patria.

Descreveu-me com precisão e veracidade os episodios mais importantes da vida politica brasileira.

Dei-lhe após, um trecho em portuguez.

Em dois tempos analisou-o logica e toxicologicamente e de modo impeccavel.

Grande foi a minha admiração e entusiasmo e estes cresceram mais ainda quando arrisquei esta ultima pergunta:

*Quaes são os himens (**homens**) mais importantes de Presidente Prudente?*

- *O Juiz de Direito, o Promotor, o delegado e o Prefeito.*

Porque, redargui-lhe:

- *Porque são autoridades ás quaes precisamos obedecer.*

Ora, esta resposta envolve facto de granmde importancia: os japonezes educam seus filhos no respeito ás autoridades constituídas, base primacial da grandeza de um povo.

Este e outros factos, demonstram á priori a insubsistencia dos argumentos dos que pregam o chamado perigo amarello.

Povo ordeiro e trabalhador, intelligente e honesto, devemos recebel-o sempre de braços abertos, pois, nosso amigo é.

Não quero terminar estas linhas, escriptas corrente cálamó sem deixar consignada a minha admiração pelo talento precoce da menina Alvina e aos egregios professores e professoras do nosso Grupo Escolar pelo ensino efficiente que ministram aos seus alumnos, tornando-se assim dignos da publica gratidão.

Sosthenes Gomes⁸⁰⁸

Manoel Sosthenes Gomes era um dos editores do periódico até a edição nº 19 de 25 de julho de 1926, contudo ainda mantinha estreita relação com Jacob Blumer, proprietário, diretor do jornal e seu principal redator, tal relacionamento fica claro em nota publicada na edição nº 20 de 29 de julho de 1926.

⁸⁰⁸ A Voz do Povo, edição nº 23, de 8 de Agosto de 1926. Grifo nosso.

DR. SOSTHENES GOMES

Em virtude de ter que se dedicar exclusivamente á sua profissão de advogado, deixou a redacção d'*A Voz do Povo*, a que, desde a sua fundação, prestou brilhante collaboração como redactor o nosso amigo dr. Manoel Sosthenes Gomes.

Lamentamos a retirada desse nosso amigo que, como jornalista, deixou nas columnas desta folha, os traços de sua intelligencia e combatividade, mas a sua profissão de advogado, neste foro, em que é estimado, impede que Sosthenes Gomes desvie a sua continua actividade para o jornal. Entretanto, retirando-se desta casa, o nosso amigo continuará como um dos nossos mais distinctos collaboradores.⁸⁰⁹

Podemos observar que Manoel Sosthenes Gomes exercia a advocacia como principal profissão, além de colaborar na redacção do jornal, portanto pertencia ao grupo de intelectuais da cidade. Detalhe, nesse momento Jacob Blumer tinha rompido politicamente com o Cel. Marcondes (PRP) e nas páginas do periódico era cotidiana a publicação em favor do Partido Democrático e críticas a administração do PRP. Outro detalhe, no cenário nacional voltara a discussão sobre a imigração japonesa com um grande apelo, pelos que eram contra, do *Perigo Amarelo*.

Portanto, lembramos que os jornais muitas vezes funcionam como instrumentos de interesses e que intervêm na vida social, principalmente por parte de quem o produz, que também sofrem influências das matrizes ideológicas às quais seus elaboradores quase sempre estão ligados. É o caso de Manoel Sosthenes Gomes e Jacob Blumer,⁸¹⁰ isso nos leva a crer que as constantes publicações em favor aos japoneses, pelo *A Voz do Povo*, e principalmente o editorial de Manoel Sosthenes Gomes sobre o *Perigo Amarelo*, tem como um dos interesses, o comercial, lembrando que Manoel Sosthenes Gomes é advogado e provavelmente presta serviço aos japoneses e quanto ao jornal, os japoneses o utilizam para anunciarem suas empresas. Outra hipótese é de cunho político, pois as discussões e divergências que permeavam a relação entre os políticos apoiados por médicos e sociólogos envolvidos com as questões eugênicas, muitos desses políticos e intelectuais estavam ligados ao Partido Republicano que, nesse momento tem o periódico como um grande opositor na figura de seu proprietário/diretor.

Em sua edição nº 26 de 26 de setembro de 1926, o jornal *A Voz do Povo* publica sobre a atividade japonesa na economia prudentina.

⁸⁰⁹ *A Voz do Povo*, edição nº 20, de 29 de julho de 1926.

⁸¹⁰ DE LUCA, 2010, op. cit., p. 111-153.

ALFAIATARIA FLOR DO JAPÃO

O proprietario da “Alfaiataria Flor do Japão”, abaixo assignado, tem o prazer de comunicar á sua distincta freguezia e aos amigos que transferiu a mesma da Rua Cayuás numero 22, para a Rua Coroados n.o 41, onde continua á disposição de todos, esperando merecer a mesma confinaça e preferencia como até aqui lhe tem sido dispensada.

P. Prudente, 15 de Outubro de 1926.

Mario Leme Kossaki.⁸¹¹

Outra demonstração de bom relacionamento entre o periódico *A Voz do Povo* e a colônia japonesa de Presidente Prudente ficou patente na edição nº 54 de 30 de dezembro de 1926, onde o editorial emite nota de condolências pela morte do imperador japonês.

O Imperador do Japão

O grande imperio do Japão acaba acaba de perder, com a morte do Mikado, um dos seus mais illustres imperadores.

O imperador Ioshihito, durante o seu reinado, cooperou decisivamente para que o império do Sol Nascente, se tornasse uma das mais valorosas potencias do mundo.

Nas grandes crises do Japão, deante dos terremotos que destruíram cidades; deante da grande guerra de 1914, o imperador Ioshihito manteve sempre a firme confiança no patriotismo de seus subditos e nos destinos gloriosos do seu paiz e com o seu saber e tactos politicos collocou o Japão na altura em que se encontra no concerto das nações.

A morte, pois do Mikado foi uma grande perda para o povo forte.

Succede-lhe no throno o príncipe Hirohito, espirito culto e tambem de grandes iniciativas em prol do engrandecimento do Japão.

“A Voz do Povo” envia á operosa colonia japoneza os seus sentimentos de pezar pelo fallecimento..... (jornal danificado)⁸¹²

Podemos observar que o editorial do periódico vai na contra mão dos discursos contra os japoneses que estão ocorrendo no Congresso Nacional, juntamente com os intelectuais da eugenia. Tal antagonismo verificamos em outras publicações, em particular na matéria assinada pelo advogado e jornalista Manoel Sosthenes Gomes que ironiza o discurso do *Perigo Amarelo*, supramencionado, pois ele menciona o conhecimento que uma menina japonesa tem sobre a geografia brasileira, bem como outros conhecimentos, que muitos brasileiros não possuem.

Na edição de 13 de agosto de 1939, o editorial do jornal veicula a seguinte notícia, conforme fragmento abaixo.

⁸¹¹ *A Voz do Povo*, edição nº 26, de 26 de setembro de 1926.

⁸¹² *A Voz do Povo*, edição nº 54, de 30 de dezembro de 1926.

Prof. Dr. Kotaro Tanaka

Presidente Prudente tem a (ilegível) de hospedar o eminente homem de letras e ciencias professor doutor Kotaro Tanaka, (ilegível) cathedratico de Direito da Universidade de Tokio.

Sua Excellencia tem percorrido as mais importantes cidades paulistas em visita aos seus compatriotas encontrando-se actualmente em Presidente Prudente.

Ao professor Doutor Kotaro Tanaka, “A Voz do Povo”, rende respeitosas e enfusiastica homenagens.⁸¹³

Devemos observar que tal publicação ocorre em pleno Estado Novo, onde os periódicos são fiscalizados pelo DIP, sendo que na cidade de Presidente Prudente tal missão fica a cargo do prefeito municipal, então o Dr. Cerávolo. Embora, mesmo o prefeito sendo um interventor varguista, as publicações positivas sobre os japoneses eram autorizadas por ele. Também devemos atentar ao período, mesmo já iniciada a conflagração mundial o Brasil ainda se posiciona neutro.

Nos concentraremos no momento, nos registros das relações dos japoneses com o Estado e a sociedade na região de Presidente Prudente a partir da implantação do Estado Novo e no imediato pós Segunda Guerra Mundial até 1947.

3.4.3 AS RELAÇÕES CONFLITUOSAS INTERNAS E EXTERNAS DA COLÔNIA JAPONESA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Como ocorrera em todo território brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, anunciado ao final da Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo,⁸¹⁴ e em agosto de 1942, quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo e se uniu definitivamente às forças aliadas,⁸¹⁵ na região de Presidente Prudente a vigilância sobre os estrangeiros, principalmente os de

⁸¹³ *A Voz do Povo*, edição de 13 de agosto de 1939.

⁸¹⁴ Melhores informações disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra>. Acesso em 20 jan. 2017.

⁸¹⁵ Melhores informações disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil>. Acesso em 20 jan. 2017.

nacionalidades do *eixo*, foi intensificada. Tinham suas empresas fiscalizadas, muitas sofriam intervenções ou eram fechadas, vários objetos foram apreendidos, entre outras determinações do governo federal e/ou estadual.⁸¹⁶

Nesse sentido, a Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, determinava que se verificasse a idoneidade dos dirigentes de empresas de propriedade de súditos do *eixo*, sob a ameaça de intervenção ou fechamento caso não se comprovasse tal idoneidade.

A Circular nº 5 da Superintendência de Segurança Política e Social, de 16 de agosto de 1943, determinava o cumprimento imediato pelos delegados locais do conteúdo da Portaria nº 99, de 12 de agosto de 1943, com a apreensão de mapas e cartas geográficos que estariam em poder de súditos do *eixo*.

Às apreensões de objetos, principalmente aqueles que eram considerados um perigo eminente a Segurança Nacional, seguia-se a detenção de seus possuidores. Assim muitos súditos do eixo foram detidos em sua grande maioria, japoneses. Outros objetos foram apreendidos, entre eles veículos, rádios receptores, bandeiras entre outros.⁸¹⁷

Nesse sentido, um fato que atingiu a família Kodama em relação às ordens emanadas do Governo Federal na vigilância aos imigrantes, mesmo com a existência de uma recomendação⁸¹⁸ para analisar a necessidade da proibição, ou seja, o delegado local tinha autonomia para proibir ou não, Ryoichi Kodama foi proibido de continuar sua atividade no ramo de transporte rodoviário, o delegado local, para garantir que a ordem seria mantida, retira do caminhão peça fundamental para sua utilização, o carburador e também recolhe a carteira de habilitação para dirigir veículo automotor.⁸¹⁹ Esse fato atingiu e marcou profundamente a vida da família e principalmente Kodama, pois dali saía o sustento da família, forçando-o a buscar outras fontes de renda. Tempo depois veio a autorização permitindo a utilização do caminhão, porém, decepcionado, nunca mais o utilizou, passando-o a seus filhos.⁸²⁰

⁸¹⁶ TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 130.

⁸¹⁷ Essas detenções constam em vários documentos da DRP de Presidente Prudente nos anos de 1944 a 1945.

⁸¹⁸ Cf. Circular nº 78 de 29 de outubro de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

⁸¹⁹ Restrição observada pela Portaria nº 9.207, de 25 de junho de 1943, sendo recolhida a carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, essa mesma portaria determinava o registro de instrumentos de ótica e fotografia pertencentes a esses imigrantes. SHICASHO, op. cit., p. 206.

⁸²⁰ SANTOS, 2001, op. cit., p. 156-157; SHICASHO, op. cit., p. 206.

A Segunda Guerra Mundial e o imediato pós-guerra foi um período conturbado para a colônia japonesa, principalmente entre os nipônicos no tocante a produção da seda animal e da hortelã, além da pressão implementada pelo Estado brasileiro havia, em alguns momentos, a desconfiança de pessoas da sociedade local.

O tema da seda animal⁸²¹ foi motivo de divergências entre os nipônicos, num contexto internacional, nacional e regional, e sua relação com a colônia japonesa na região de Presidente Prudente.

As organizações japonesas Seinen Aikoku Undô (Movimento Patriótico da Mocidade) e Tenchugumi (Grupo de Castigo Celeste) destruíram plantações e destilarias de hortelã e criações do bicho-da-seda, essas organizações acreditavam que a produção da menta e da seda animal contribuía com os aliados, portanto era uma atitude antipatriótica. Após a transformação da seda animal em tecido, este era utilizado na confecção de paraquedas utilizados pelos países aliados, portanto essas organizações viam o produto como material bélico.⁸²²

Nesse sentido, de acordo com Carlos Leonardo Bahiense da Silva em 1944, o fantasma da sabotagem permeou a colônia japonesa, principalmente nas regiões do interior paulista, portanto como a região de Presidente Prudente era grande produtora de seda animal e menta não ficou fora desse contexto.⁸²³

Antes de continuarmos a narrar tais episódios é necessário contextualizarmos o surgimento de tais organizações nipônicas.

Elas surgem quando as autoridades japonesas retornaram ao Japão tendo em vista a beligerância entre o Japão e o Brasil, provocando um sentimento de abandono nos imigrantes japoneses que permaneceram no Brasil, devido a esse sentimento alguns imigrantes decidem reorganizar a sociedade japonesa no Brasil.⁸²⁴

De acordo com Rogério Dezem, várias foram as associações criadas, tanto na capital paulista como no interior, entre as criadas no interior surgem em Bastos a Taisei Yokusan

⁸²¹ A seda animal já tinha sido introduzida no Brasil pelos imigrantes italianos, segundo informação de NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 384, porém há uma contradição a esse respeito cf. nota 853.

⁸²² MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263; KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 453; MITA, C. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*.

⁸²³ SILVA, C. L. B. da. *Em nome do imperador: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950)*, p. 60.

⁸²⁴ DEZEM, 2010, op. cit., p. 4.

Doshikai (Associação dos Correligionários da Cooperação da Grande Política) e em Marília Kiyoukai (Sociedade Amigos da Colaboração), essa tinha um artigo em especial que previa que para ser membro não poderiam se dedicar às produções do inimigo e aquelas que declaram a derrota do Japão. Outras surgiram na capital paulista, como a Zaihakuzaigo Gunjinkai (Associação dos Ex-Militares Japoneses no Brasil), a Tenchugumi (Grupo de Castigo Celeste) e a Sei Aikoku Dan (Grupo os Verdadeiros Patriotas). Contudo segundo o autor a de maior relevância foi a Shindo-Renmei (Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos).⁸²⁵

Nesse sentido, em fevereiro de 1944 surge a Sekisei-dan (Grupo de Servidores Sinceros do Imperador) que posteriormente foi denominada Kôdôsha (Movimento Unificador), funcionava clandestinamente em uma mercearia no Parque D. Pedro na capital paulista, com o objetivo de combater os japoneses produtores de mentol e seda animal, assim nasce a entidade, porém com o crescente número de membros a entidade em 1945, muda o nome para Shindo-Renmei.⁸²⁶

Porém, de acordo com Dezem, mesmo a versão supramencionada, ainda existe muita controvérsia sobre a gênese da Shindo-Renmei, segundo o autor existem outras duas versões: que ela surgiu em Marília em 1942 e a outra é que ela surgiu logo após o término da guerra, quando da tentativa de legalizá-la, em agosto de 1945.⁸²⁷ Contudo, trataremos desse assunto com mais detalhes nas próximas páginas.

Nesse contexto é criada a *Kodo Jissen Renmei* (Liga pela Prática das Diretrizes do Imperador) em Presidente Prudente, que tempos depois passa a se chamar *Shindo Jinsen Renmei*, pelas informações que obtivemos, principalmente no trabalho de Fernando Morais, consta que tal associação foi concitada a aliar-se a Shindo-Renmei por um de seus membros, Seiichi Tomari.⁸²⁸ Contudo essa tentativa foi frustrada, pois o presidente da Kodo, Motoi Bam, recusou aliar-se a Shindo-Renmei, portanto não ocorreu a composição de ambas.⁸²⁹ Por outro lado, essa associação, como a Shindo-Renmei, envolveu-se em conflitos dentro da

⁸²⁵ DEZEM, 2010, op. cit., p. 4-6.

⁸²⁶ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 261-263 e 310-314.

⁸²⁷ DEZEM, 2010, op. cit., p. 6.

⁸²⁸ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 270 e 330; SILVA, 2004, op. cit., p. 61. Seiichi Tomari foi preso em 1946 acusado de planejar a execução de vários japoneses (derrotistas), melhores detalhes em SILVA, 2004, op. cit., p. 75-76; DEZEM, 2010, op. cit., p. 14.

⁸²⁹ MORAIS, 2000, op. cit., p. 112.

colônia, ou seja, entre japoneses, bem como com a sociedade prudentina. A participação da associação japonesa nesses conflitos em Presidente Prudente está registrada principalmente em documentos da DRP⁸³⁰ e em periódicos regionais.

Diante dos conflitos, não só em Presidente Prudente, mas em várias regiões do interior do estado de São Paulo, muitos de seus membros eram detidos e encaminhados ao DEOPS⁸³¹ para prestarem esclarecimentos sobre a atuação da associação, bem como de alguns crimes praticados contra produtores de menta e seda animal, sejam eles japoneses ou de outra nacionalidade, inclusive brasileiros.

Sobre a seda animal, no início da década de 1920, o governo paulista mostra interesse pela cultura, subsidiando a produção, bem como providenciando a divulgação, para tal cria uma empresa para administrar a produção.⁸³²

De acordo com Dióres Santos Abreu, “A estatística de produção aponta como importante a sericicultura em Presidente Prudente, na década de 1930, e há notícias da sua presença na década anterior”.⁸³³ Nesse sentido, Miyao e Yamashiro, mencionam que “O casulo do bicho-da-seda teve seu preço elevado desde o começo da conflagração (Segunda Guerra Mundial).”⁸³⁴ Fato que propiciou o surgimento de cooperativa específica para organização da produção e seu escoamento.⁸³⁵

Nesse sentido, nas páginas do *A Voz do Povo*, a produção da seda animal era uma promessa de prosperidade, em sua edição nº 75, de 23 de maio de 1927, na coluna *O Progresso de Presidente Prudente*.

O PROGRESSO DE PRESIDENTE PRUDENTE
A SUA LAVOURA CAFEIEIRA

Presidente Prudente, o fertilíssimo município do Estado de S. Paulo, dia a dia accentua a sua vitalidade, pelo desenvolvimento da sua nova mas prospera agricultura.

Por todos os motivos Presidente Prudente está fadado a ser, além de agrícola, um dos maiores centros industriaes e commerciaes de São Paulo.

⁸³⁰ Seus dirigentes foram detidos e escoltados para o DOPS, conforme Offício nº 1216, de 24 de abril de 1946.

⁸³¹ DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social).

⁸³² SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 497.

⁸³³ ABREU, 1972, op. cit., p. 126, 131; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 201. O incremento da produção da seda animal é amplamente divulgado pela imprensa escrita local: os jornais *A Voz do Povo* e *O Imparcial*.

⁸³⁴ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 264 e 310; NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 384.

⁸³⁵ SAKATA; WAKISAKA, 1992, op. cit., p. 526.

Ao demais, a sua grande lavoura cafeeira que começa a produzir será o poderoso alicerce de sua grandeza.

A lavoura algodoeira, a de canna, cereaes e outras em desenvolvimento virá mostrar que não teremos a monocultura do café, de modo a, vantajosamente, mostrar a que grande futuro se destina Presidente Prudente....

E se não satisfeitos por essas construcções quizerem ver mais, percorram as nossas terras e verão centenas de pequenos agricultores contribuindo para nossa riqueza, pois não há municipio em que a propriedade está tão subdividida como o nosso, onde muitas centenas de agricultores cultivam o solo, e onde a industria da seda será uma realidade daqui não a muito.⁸³⁶

A produção da sericicultura foi destaque nas páginas do periódico *A Voz do Povo*, no dia 19 de junho de 1927, na edição nº 79, na coluna sobre o desenvolvimento de Presidente Prudente.

O progresso de Pres. Prudente

Apezar da crise que tem assoberbado o paiz, affectando todas as praças, o municipio de Presidente Prudente, pela sua riqueza, tem atrahido capitaes que vêm fecundar as suas riquezas naturaes e braços para manejarem essas riquezas.

Um facto auspicioso veio ainda agora salientar as nossas condicções climatericas favoraveis ao surto de uma grande lavoura cafeeira.

Já possuimos 10 milhões de cafeeiros que, dentro em dois annos, accentuará a nossa potente riqueza agricola, tornando Presidente Prudente a mais importante das cidades da Sorocabana.

Alem dessa formidavel lavoura cafeeira que vae augmentando dia a dia por centenas de milhares de novas plantações, temos outras de cereaes e a iniciativa prospera da sericicultura pela plantação de amoreiras e criação do bicho da seda revelam a nossa capacidade productora engrandecendo este municipio e concorrendo para a riqueza de S. Paulo.⁸³⁷

Outra publicação sobre a produção da sericicultura no jornal *A Voz do Povo* em sua edição nº 81, de 3 de julho de 1927, como um produto que colabora no desenvolvimento econômico de Presidente Prudente.⁸³⁸

⁸³⁶ *A Voz do Povo*, edição nº 75, de 23 de maio de 1927 na coluna *O Progresso de Presidente Prudente*. (grifo nosso).

⁸³⁷ *A Voz do Povo*, edição nº 79, de 19 de junho de 1927. (grifo nosso).

⁸³⁸ Coluna editorial.

O progresso de Pres. Prudente

Temos tido oportunidade, nestes dias, de conversarmos com pessoas que, de outras partes do nosso Estado, têm vindo á nossa cidade, para conhecer o nosso prospero e rico municipio, a fim de nelle applicarem a sua actividade e capitaes. Até agora não encontramos uma opinião divergente: todos são unanimes em reconhecer que no municipio de Presidente Prudente está destinado o mais grandioso futuro, como “A Voz do Povo” não cança de divulgar, pela riqueza invejavel de suas terras, pela sua florescente lavoura cafeeira, ainda nova, pela polycultura, manifestada na abundancia e variedade de sua producção cerealífera, pela sua sericicultura em desenvolvimento, constituindo, sob este aspecto, uma das maiores riquezas deste municipio, em futuro não remoto, a criação do bicho da seda, encontrando, nas nossas terras fertilissimas, o maior desenvolvimento a plantação de amoreiras.

É também de salientarmos o interesse que aqui ha pela fructicultura, e chacaras já formadas e outras em formação attestam, de modo evidente, que o municipio de Presidente Prudente será um dos que maior exportação de fructas fará dentro de alguns annos.⁸³⁹

Esse fragmento nos mostra que a região, bem como os japoneses não praticaram somente a monocultura do café ou algodão, mas desenvolveram outras culturas agrícolas.

Se antes do início da conflagração mundial a seda animal já era um produto que atraía, a partir de então as perspectivas aumentaram. Nesse sentido, a imprensa local noticia as perspectivas para a seda animal, na edição nº 934, do dia 12 de março de 1942, do periódico *A Voz do Povo*, mencionando que o conflito mundial colaborou com o crescimento da exportação do produto, conforme fragmento a seguir.

Grandes Perspectivas para a Produção Brasileira da Sêda Animal

Os Estados Unidos são grandes consumidores da sêda animal. A sua importação, oriunda, principalmente, de Java, destinava-se antes da guerra, à fabricação de meias. Posteriormente, outros empregos obrigaram a desviar a sêda para a fabricação de meias em benefício da indústria bélica onde ela é empregada para confecção de paraquedas e de sacos para polvora de canhões de grosso calibre. A importação de sêda animal nos Estados Unidos eleva-se a cerca de 3 milhões de contos anualmente.

O alastramento da guerra no Oceano Pacífico, prejudicando a fonte normal do abastecimento do mercado americano, abriu grandes perspectivas para a produção brasileira de sêda animal, que ultimamente vem tendo sensível progresso.⁸⁴⁰

Outra publicação no mesmo periódico na edição nº 953, do dia 24 de maio de 1942, veicula os motivos da produção de seda animal no Brasil ser próspera, tendo em vista o

⁸³⁹ *A Voz do Povo*, edição nº 81, de 3 de julho de 1927. (grifo nosso).

⁸⁴⁰ *A Voz do Povo*, edição nº 934, de 12 de março de 1942.

consumo interno na indústria têxtil e o mercado exterior para a indústria bélica, conforme o fragmento a seguir.

O Brasil e a Seda

O Brasil está às vésperas de um grande revolução agrícola. A nova fase terá o início com a exploração da sericultura em larga escala.

1.º A guerra consumindo todas as reservas de seda obrigará as Potencias, que se prezam tais, a se reabastecerem imediatamente os seus estoques para prover a sua segurança durante o tempo de paz.

Daí a corrida a procura dessa matéria bélica e a tendência de estender o seu controle sobre a seda como pretendirão fazer com outro (aço cromo, níquel, estanho, cobre, etc.)

2.º O Brasil para abastecer sua indústria textil importou em 1937 cerca de 770 toneladas de seda, além a da própria produção.

Presentemente além da indústria textil estão em formação as industrias que empregam seda; industria elétricas, da aviação, etc.⁸⁴¹

Podemos observar nas publicações supramencionadas que o aumento da produção de seda animal no Brasil está intimamente ligado à conflagração mundial.

Agregando as notícias de perspectivas de produção da seda animal, a edição no dia 22 de fevereiro de 1942, uma publicação do jornal *A Voz do Povo*, veicula as vantagens de se produzir a seda animal, que podemos observar no fragmento abaixo.

Porque Criar o Bicho da Seda?

I – *Vantagens que oferece*: - A criação do bicho da seda é cousa tão fácil, não é privilégio de ninguém. O amigo leitor, deve criar bicho da seda porque é ocupação limpa, trabalho leve e remunerador. É tão leve que é indicado para mulheres, crianças e velhos.

É limpo porque, para se ter sucesso na criação uma das cousas exigidas é a higiene.

É remunerador porque 30 gramas de ovos quando bem dirigida a criação, produz no mínimo 45 quilos de casulos que vendidos pelos preços atuais, que variam de 10\$000 a 15\$000 o quilo, - renderão de 450\$000 a 675\$000, quantia que um rapaz, uma mocinha, uma mulher ou um velho pode ganhar em cada criação que dura de 27 a

35 dias; baseando-nos no que rende uma só criação veremos que si, em um ano, uma pessoa criar quatro vezes, o que é muito possível, ganhará com esse trabalho leve, de 1:600\$000 a 2:500\$000 na sombra e com conforto, mais de que se estivesse trabalhando ao ar livre, exposto à chuva ou então ao sol causticante.

O rendimento dessas quatro criações não é o trabalho de 365 dias, mas só de 120 dias.....

Lembrando aqui, que na zona de Noroeste, Paulista e Alta Sorocabana, a criação pode ser feita 8 vezes em um ano serericola (Setembro a Maio).⁸⁴²

⁸⁴¹ *A Voz do Povo*, edição nº 953, de 24 de maio de 1942.

Podemos observar na matéria jornalística que há o incentivo da produção inclusive na agricultura familiar, não obstante, informa que a cultura é de fácil manejo, inclusive por crianças, mulheres e velhos. Nesse sentido, queremos registrar uma experiência na família. Minha mãe conta, com certo desprezo, pois lhe furtou a infância, que quando ela e sua irmã eram meninas (respectivamente 6 e 9 anos, aproximadamente) no período da Segunda Guerra Mundial, seus pais imigrantes italianos, trabalharam com a cultura no município de Regente Feijó/SP. Ela lembra que o trato com a produção era diuturna e que não só elas, mas também seus avós idosos (homens e mulheres), sua mãe, tias e primos também crianças, tinham de alimentar as lagartas com folhas de amoreira. Geralmente esses imigrantes moravam nas propriedades rurais em várias casas, assim a família de minha mãe desocupou uma das casas para ali cultivarem o bicho-da-seda. Esse local, onde ficavam as esteiras com as lagartas, necessitava de iluminação todo o tempo, ou seja, durante as 24 horas do dia. Essa iluminação era à base de lampiões e lamparinas a querosene, que a minha mãe ainda possui. Eu lembro que minha mãe tinha alguns casulos de bicho-da-seda, cada um de uma cor, mas com o tempo deterioraram-se.

Além da forte propaganda nos meios de comunicação de massa incentivando a produção da seda animal, o Estado brasileiro cria uma legislação própria com o intuito de regulamentar a produção, dessa maneira é promulgado o Decreto-Lei nº 3644, de 23 de setembro de 1941 e a Portaria nº 416, de 3 de agosto de 1943, regulamentando a distribuição de ovos do bicho-da-seda.⁸⁴³

Nesse sentido, o Estado garante aos produtores de seda animal quota especial de querosene, tal atitude também era levada a público pelas páginas dos periódicos locais, como podemos observar o fragmento a seguir do jornal *A Voz do Povo*, edição do dia 24 de outubro de 1943.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura Indústria e Comércio
Campinas, 22 de setembro de 1943.
Ilmo Sr.
Prefeito Municipal de
PRESIDENTE PRUDENTE

⁸⁴² *A Voz do Povo*, de 22 de fevereiro de 1942.

⁸⁴³ *A Voz do Povo*, edição nº 1056, de 2 de setembro de 1943 e edição nº 1057, de 7 de setembro de 1943.

Tenho o prazer de comunicar a VS, que por êste P.S.S. foi conseguida, para essa Municipalidade, uma quota de querosene, especial para os serviços noturnos das criações do bicho da seda.

Solicito dessa Municipalidade, sr. Prefeito, a mais ampla publicidade em torno do assunto a-fim, de que os criadores de sirgos não se vejam privados, por ignorancia, desse preciosos elemento de êxito da criação.

Mario Garnero

Diretor⁸⁴⁴

Este fragmento é de um ofício enviado ao prefeito municipal de Presidente Prudente, que tinha a responsabilidade de controlar a distribuição de combustível no período.

Naquela época era rara a propriedade rural que tinha rede de energia elétrica, portanto era necessário utilizar geradores de energia movidos a querosene, pois a produção do bicho-da-seda é um cultivo que demanda cuidados 24 horas por dia (alimentação, temperatura e umidade controladas). O ciclo de desenvolvimento do bicho-da-seda vai da eclosão do ovo até a transformação da lagarta em mariposa. O período em que vive a lagarta é dividido em cinco fases ou idades, durante as quais é sempre alimentada (24 horas por dia) com folhas da amoreira (*Morus spp.*). Quando atinge tamanho que varia de sete a oito centímetros e não come mais, o bicho-da-seda deve ser transferido para o "bosque", um suporte para o inseto tecer o fio. No interior de um galpão, chamado de sirgaria, o manejo do inseto é feito sobre esteiras, que também são conhecidas como camas de criação. O local deve ser limpo, livre de contaminação e com boa circulação de ar. Além disso, é preciso controlar a temperatura e a umidade relativa do ar do ambiente, mantendo-o a níveis adequados a cada idade do bicho através de abertura de janelas, para assegurar o bom trabalho dos bichinhos operários. Não podemos esquecer que o Brasil estava em guerra, nesse sentido a escassez de vários produtos era cotidiano, principalmente combustível, no caso específico do querosene, assim os produtores de bicho-da-seda tinham cota extra do combustível.⁸⁴⁵

Na edição do dia 17 de setembro de 1944, o *A Voz do Povo* publica uma entrevista do engenheiro agrônomo Nominando Cicero de Sá sobre a produção da seda animal em Presidente Prudente, que agregava outros valores, como a produção de amoreira, pois sua folha é produto básico para alimentar o bicho-da-seda, e a instalação de indústria de fiação. Vejamos alguns fragmentos da entrevista.

⁸⁴⁴ *A Voz do Povo*, edição de 24 de outubro de 1943.

⁸⁴⁵ Disponível em: <http://www.aptaregional.sp.gov.br/acesse-os-artigos-pesquisa-e-tecnologia/edicao-2016/janeiro-junho-4/1673-suplementos-na-alimentacao-do-bicho-da-seda/file.html>. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993.EEC1674242-4530,00.html>. Acesso em 31 mai. 2017.

Dois Mezes de Sericicultura em P. Prudente

- Confesso que estou plenamente satisfeito com os resultados obtidos.

...

Quanto à parte da cultura da amoreira, conseguimos atender, já, cerca de UM MILHÃO de pés, o que, como é fácil se perceber, representa uma grande conquista para esta região.

...

Com referência à parte da fiação, ou seja, a industrialização do casulo, iniciaremos já no dia de amanhã, 18 deste mez, um CURSO DE FIADEIRAS, no qual já se acham inscritas mais de CENTO E VINTE moças, as quais serão as futuras operárias da referida indústria.⁸⁴⁶

Podemos observar que as publicações jornalísticas e a legislação são motivadoras à produção da seda animal, dessa maneira muitos produtores rurais se dedicaram ao cultivo, inclusive os japoneses, sendo causa de conflitos entre eles.

A produção de seda animal entre os imigrantes japoneses foi, durante a Segunda Guerra Mundial, motivo de divergências e conflitos,⁸⁴⁷ sendo que tais conflitos chegaram até o ponto de agressões físicas que algumas vezes chegavam a homicídios, como também em destruição de propriedades, por parte daqueles (os Tenchugumi)⁸⁴⁸ que não queriam a continuidade da produção, pois argumentavam que os japoneses produtores de seda animal eram traidores do Japão, já que a seda era destinada à confecção dos paraquedas utilizados pelos aliados que combatiam o Império Japonês.⁸⁴⁹

Nesse sentido, Miyao e Yamashiro, mencionam que

Por volta de abril de 1944, em várias localidades do interior acontecem ataques com destruição e incêndio de usinas de beneficiamento de menta e barracas de criação de bicho-da-seda. Tratava-se de ação de "condenação e punição" baseada na idéia de que, sendo a menta e o casulo do bicho-da-seda produtos que favoreciam os países aliados, dedicar-se à sua produção constituiria atividade anti-patriótica.⁸⁵⁰

⁸⁴⁶ *A Voz do Povo*, edição de 17 de setembro de 1944.

⁸⁴⁷ Os conflitos ocorridos na região de Presidente Prudente e adjacências estão registrados em periódicos e documentos da DRP da cidade.

⁸⁴⁸ Executores do castigo de Deus.

⁸⁴⁹ MORAIS, 2000, op. cit., p. 65-66; KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 453; CARDOSO, 1998, op. cit., p. 51-52; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263-264 e 310.

⁸⁵⁰ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263.

Segundo Miyao e Yamashiro, com base na ideia de que aquele que produz menta e seda animal é traidor, surgem grupos

... denominadas Seinen Aikoku Undô (Movimento Patriótico da Mo-cidade) e Tenchugumi (Grupo de Castigo Celeste) foram as organizações promotoras desses atos de destruição. Esse fato demonstra que já então se iniciava uma luta fratricida entre japoneses, luta essa que se agravaria no pós-guerra.⁸⁵¹

Para Miyao e Yamashiro, era aceitável a ideia de que a seda animal era utilizada, nesse momento, como material bélico, pois “O casulo do bicho-da-seda transformado em tecido é empregado na confecção de pára-quadras,...”. Além do que era exportado para os Estados Unidos, “... de maneira que os próprios produtores pensavam na sua implicação no uso bélico.” Portanto, muitos ataques não foram registrados na polícia, pois os lavradores japoneses tinham uma consciência de culpabilidade.⁸⁵² Nesse sentido, não podemos mensurar as ações contra os produtores de ambos os produtos, sejam japoneses ou não, pois o ataque não está ligado a nacionalidade do produtor, mas sim ao tipo de cultivo.

De acordo com Patrícia Elisa Kuniko Kondo Komatsu, a introdução da cultura do bicho-da-seda no Brasil foi feita pelo Monge Ibaragi, até então essa cultura não existia no Brasil. Segundo a autora não era a primeira opção do religioso trabalhar na cultura do café, mas sim exercer sua função sacerdotal e viver da produção da seda animal, porém não conseguiu levar a frente esse propósito tendo em vista o material para a produção ter sido apreendido quando da chegada à Hospedaria de Imigrantes.⁸⁵³

A produção de hortelã também foi motivo de divergências entre os japoneses, pois, segundo muitos, o mentol retirado da hortelã seria utilizado, como supramencionado, para potencializar os motores a combustão, para o aumento explosivo nas bombas lançadas pelos canhões, nos gases tóxicos e no resfriamento dos motores de alta rotação. Novamente as divergências tinham como argumentação a colaboração com os aliados na luta contra os japoneses.⁸⁵⁴

⁸⁵¹ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263.

⁸⁵² MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263.

⁸⁵³ KOMATSU, P. À. *Espreita de “súditos do Eixo”* - Para a História Social dos Imigrantes Japoneses e a Situação do Português Paulista do Século XX, p. 39-40, contradiz a nota 821, porém o objeto aqui é o conflito.

⁸⁵⁴ MORAIS, 2000, op. cit., p. 65-66; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 263-264 e 310; CYTRYNOWICZ, 2000, op. cit., p. 136.

A Região de Presidente Prudente não ficou fora desse cenário, pois era grande produtora de hortelã em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Como mencionou José Ferrari Leite: “A cultura de menta enriqueceu a muitos durante a guerra, atraindo pessoas e capital de várias camadas sociais para o campo...”, o autor ainda menciona que a menta foi introduzida na Alta Sorocabana por japoneses em 1944, contudo, segundo Miyao e Yamashiro, a cultura da hortelã-pimenta já tinha sido introduzida na região Noroeste do Estado de São Paulo por lavradores japoneses, por volta de 1937, porém sem um grande valor comercial.⁸⁵⁵ Não obstante, o cultivo da cultura contribuiu para que indústrias de mentol fossem instaladas em Presidente Prudente.⁸⁵⁶

Podemos observar neste caso que o destino foi cruel para com os japoneses, pois introduziram e produziram no Brasil um produto sobre o qual tinham o domínio de produção, mas que serviam de arma contra as forças militares japonesas, isso causou um conflito interno à colônia - produzir ou não -, pois era uma atividade que lhes possibilitava a renda para a manutenção da família. Por outro lado, aqueles (Makegumi) que decidiam cultivar tal produto agrícola, se viam perseguidos por aqueles (Kachigumi) que se mantinham fiéis ao império japonês. Esses conflitos chegavam a morte, através da prática do Harakiri, suicídio pelo código de honra, ou através do homicídio cometido pelos Kachigumi contra os Makegumi. Quando os Makegumi eram abordados pelos Kachigumi, estes sugeriam a prática do Harakiri, em caso negativo, era cometido o homicídio, ou pelo menos a tentativa de homicídio, não obstante, algumas vezes o objetivo dos Kachigumi não se consumava.

Sobre a produção de hortelã-pimenta na Alta Sorocabana e no estado de São Paulo, Miyao e Yamashiro, mencionam que

Em 1944, o preço do mentol atingia 130 cruzeiros o quilo. Por essa razão, na zona da Alta Sorocabana, própria para a cultura de hortelã, em razão de suas terras úmidas, a rizicultura e a cotonicultura, até então praticadas na área, foram abandonadas, e cresceu o número de lavradores que passaram a cultivar hortelã. A produção de menta do Estado de São Paulo no ano agrícola de 1944/45 alcançou 1.500 toneladas, das quais 90% ou 1.350 toneladas foram produzidas por japoneses, segundo revelou a Sociedade Rural Brasileira.⁸⁵⁷

⁸⁵⁵ ABREU, 1996, op. cit., p. 63; LEITE, 1972, op. cit., p. 61,66-68, 71; ABREU, 1996, op. cit., p. 63; SANTOS, 2001, op. cit., p. 87-88; RESENDE, 2006, op. cit., p. 53-54 e 91; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 264.

⁸⁵⁶ O jornal “A Voz do Povo” publicou diversas matérias sobre o incremento na produção de hortelã, alterando o panorama no campo e na região urbana, no primeiro por grandes plantações de hortelã e no segundo na instalação de indústrias no processamento do óleo mentol e posterior crise (1943-1945).

⁸⁵⁷ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 264; SILVA, 2004, op. cit., p. 61.

De acordo com os autores os preços, tanto da seda animal como da menta, eram tão vantajosos que “A produção de menta e criação do bicho-da-seda recebiam estímulos oficiais, e até financiamento do governo. Esses produtos eram exportados para os Estados Unidos, de maneira que os próprios produtores pensavam na sua implicação no uso bélico.”⁸⁵⁸

O crescimento da produção de hortelã em Presidente Prudente torna-se explícito nas páginas dos periódicos locais. Nesse sentido, a edição do dia 30 de setembro de 1942, do jornal *A Voz do Povo* veicula a seguinte notícia de seu editorial *Hortelã – Arbusto Mágico*. O fragmento a seguir nos dá uma noção da importância econômica que o produto traz para a região.

Hortelã – Arbusto Mágico

Presidente Prudente, o El-dorado da Alta Sorocabana tem um nova mina donde arrancar mais fama.

Daquelas folhinhas verdes, de cheiro forte, que lembram os bons tempos de criança, quando andávamos atrás de pastilhas de hortelã, está sahando um sangue novo, novo surto de progresso.

...

Sempre me lembro de uma conversa com um japonês, pau d'água como a maioria, trabalhador como todos.

- Hortelã é fácil de plantar?...

- Hortelão?...Fácil algodão mesma coisa...

- Onde dá melhor, no Japão ou aqui?...

- Mesma coisa dá. No Brasil mais melhor.

- Muito lucro em sua plantação deste ano?

- Calculo...uns quatrocentos miro cruzeiros...

...

Até o Governo se interessou. O hortelã em Prudente, e no próprio Brasil, talvez, teve seu aparecimento real no ano passado. Já agora temos leis e decretos, temos inspetores na zona, funcionários públicos zelosos pelos interesses dos plantadores.

A coisa dá, não há dúvida.

Se não desse, a cidade não estaria repleta de toneis de madeira cujo fim ignoro, mas que vão ser empregados em alambiques ou que o seja, para a destilação das folhinhas mágicas.

Em Prudente talvez para mais de mil agricultores se lançaram na promissoríssima de plantar hortelã.

...

Quatro ou cinco firmas já tem escritórios montados, nesta cidade, para a compra de óleo. Escritórios luxuosos, quase.⁸⁵⁹

⁸⁵⁸ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 264 e 310.

⁸⁵⁹ *A Voz do Povo*, edição de 30 de setembro de 1942.

Assim surgiram indústrias químicas e alambiques, uma realidade explicitada nas páginas dos periódicos prudentinos como novidade no setor econômico da cidade, e a presença nipônica nesta atividade não passou despercebida pela imprensa. Nesse sentido, na edição nº 1075, do dia 9 de janeiro de 1944, a primeira página do jornal *A Voz do Povo* traz como principal publicação a inauguração de uma indústria de mentol demonstrando a nova economia no desenvolvimento local, que podemos observar no fragmento (manchete) abaixo.

**Indústria de Mentol “Cruzeiro do Sul” Ltda.
(jornal danificado) e Estupenda Demonstração de Pujança Industrial de
Presidente Prudente!
(jornal danificado) Dr. José A. de Almeida, Presidente do «Banco
Brasileiro de Descontos» Figura Entre os Demais Sócios – Visitando as
Novas Instalações da Grandiosa Firma – Outros Detalhes.⁸⁶⁰**

Mesmo com o periódico danificado podemos observar que a referida indústria tem como sócias outras empresas locais e de outras localidades, entre elas Martins Pupo & Cia Ltda. (Marília); Lima Nogueira & Cia e Sousa Dantas Forbes & Cia Ltda. (ambas de Santos); Eugênio & Fasano e Marius (Presidente Prudente), além de proprietários rurais. Isso demonstra a grande perspectiva de lucro do novo empreendimento econômico.

O mesmo periódico na sua edição do dia 12 de novembro de 1944, noticia a inauguração de outra indústria química com o objetivo principal de extrair o óleo da hortelã.⁸⁶¹

Na edição do dia 23 de maio de 1944, o jornal *A Voz do Povo* traz a seguinte manchete *QUATRO MESES DE HORTELÃ*, entre várias informações o periódico publica a grande quantidade exportada de mentol cristalizado e óleo, bem como o rendimento em cruzeiros, entre os meses de janeiro e março de 1944. Ainda informa o abandono dos empregados das lavouras de algodão, pois é mais lucrativo trabalhar nas lavouras de hortelã.⁸⁶²

Após narrarmos como se desenvolveu a produção, tanto da seda animal como da menta na região de Presidente Prudente, vamos retomar a narrativa nas próximas páginas sobre as consequências que tais produtos causaram no seio da colônia japonesa.

⁸⁶⁰ *A Voz do Povo*, edição nº 1075, de 9 de janeiro de 1944. (negrito no original).

⁸⁶¹ *A Voz do Povo*, edição de 12 de novembro de 1944.

⁸⁶² *A Voz do Povo*, edição de 23 de maio de 1944.

Na edição nº 1120, do dia 19 de junho de 1944, o jornal *A Voz do Povo* trazia a notícia de uma lavoura inteira de hortelã queimada por japoneses.⁸⁶³ Tal lavoura pertencia a um brasileiro, podemos observar que não importava a qual nacionalidade pertencia o produtor, o foco era a cultura. O fragmento abaixo nos dá a proporção da importância que um grupo de nipônicos dava a combater a produção de hortelã e da seda animal.

Os japoneses não gostavam do esforço do lavrador brasileiro que se dedicava à cultura do hortelã e por isso atacaram a propriedade ateando fogo em todo o produto da colheita

...

De conformidade com o que apuramos, dezesseis nipônicos, não vendo com bons olhos o esforço de um lavrador brasileiro que se dedicava à cultura do hortelã pimenta, destinada à indústria mentol, na calada da noite, atacaram a propriedade e atearam fogo em todo o produto da colheita, que estava reunido na fase da secagem.

Outras informações colhidas pela (ilegível) adiantam que os elementos amarelos haviam organizado uma sociedade secreta com o objetivo de sabotar e perseguir aqueles que produzissem artigos necessários e essenciais ao esforço de guerra....⁸⁶⁴

A manchete jornalística pode fazer parecer que o problema estava nas relações entre japoneses e brasileiros, contudo, o problema era a produção da hortelã. Tendo em vista os Kachigumi, que se mantinham fiéis ao império japonês, entenderem que a produção da menta utilizada como produto bélico, prejudicava as forças militares japonesas, portanto, qualquer um que produzisse hortelã, independente da nacionalidade a que pertencesse, era alvo de ataque por parte de membros fundamentalistas pertencentes a organizações japonesas, porém deixemos bem claro que nem todas as organizações japonesas tinham o mesmo objetivo.

Não obstante, a região de Presidente Prudente era um alvo potencial da atuação da Shindo-Renmei, pois como podemos observar, a região era grande produtora tanto de seda animal como de hortelã, portanto, japoneses ou não que estavam envolvidos com esses produtos estavam propensos a serem atacados, mesmo que seus alvos preferenciais fossem os japoneses. Nesse sentido, acreditamos que os nipônicos agredidos e mortos na região estão relacionados a essa produção. Houve casos também de japoneses que foram detidos e conduzidos ao DEOPS por supostamente estarem relacionados a Shindo-Renmei, mesmo aqueles que pertenciam a outras organizações, em especial a Kodo Jissen Renmei, eram

⁸⁶³ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 315.

⁸⁶⁴ *A Voz do Povo*, edição nº 1120, de 19 de junho de 1944.

detidos como pertencentes a Shindo-Renmei, pois as autoridades policiais da capital ou mesmo locais, detinham qualquer japonês que pertencesse a qualquer organização, não obstante, naquele momento todas as organizações eram vistas como nocivas à sociedade, quando não confundidas com a Shindo-Renmei.

Em janeiro de 1945 um Ofício da DRP de Presidente Prudente dava conta de um auto sobre agressão física, sendo a vítima e o indiciado japoneses.⁸⁶⁵ No mesmo mês e ano um ofício apontava a propriedade de um japonês incendiada propositalmente.⁸⁶⁶ Ainda em maio do mesmo ano outro ofício relatava um inquérito de agressão no qual figuravam como vítima e indiciado dois japoneses.⁸⁶⁷ Outros documentos registram vários outros conflitos entre japoneses. Contudo, não sabemos se esses conflitos estão relacionados com produção de materiais que eram utilizados nos esforços de guerra dos aliados, pois os documentos não esclarecem os motivos de tais conflitos, porém, tendo em vista os fatos envolverem somente nipônicos, há forte indício em relação à produção de seda animal e menta, pois entre os documentos que utilizamos como fonte, registra-se incêndio de lavouras de hortelã.

Por outro lado, esses conflitos não se restringiam ao meio nipônico, ou seja, extrapolavam a colônia japonesa, sendo que há notícias de desavenças em que as pessoas indiciadas são brasileiras. Um ofício de dezembro de 1944 da DRP de Presidente Prudente menciona um inquérito no qual um brasileiro é indiciado por agredir fisicamente um japonês.⁸⁶⁸ Em fevereiro do ano seguinte outro documento determinava o empenho na captura de um brasileiro indiciado em inquérito policial pelo homicídio de um casal de japoneses.⁸⁶⁹ Em março de 1945, outro ofício sobre exame de corpo de delito trazia como vítima um japonês e agressor um brasileiro.⁸⁷⁰ Existem outros registros sobre brasileiros agressores e homicidas de japoneses. Esses documentos nos mostram os problemas de relação entre japoneses e brasileiros.

Os documentos citados não explicitam os motivos que levaram brasileiros a cometerem crimes que atentavam contra a integridade física de japoneses, para tanto é necessário o acesso aos inquéritos e processos judiciais. Contudo, podemos observar que os

⁸⁶⁵ Ofício nº 18, de 05 de janeiro de 1945 e Ofício nº 139, de 17 de janeiro de 1945.

⁸⁶⁶ Ofício nº 180, de 21 de janeiro de 1945.

⁸⁶⁷ Ofício nº 1200, de 19 de maio de 1945.

⁸⁶⁸ Ofício nº 3465, de 22 de dezembro de 1944.

⁸⁶⁹ Rádio nº 176, de 26 de fevereiro de 1945.

⁸⁷⁰ Ofício nº 1200, de 19 de maio de 1945.

japoneses não eram agredidos somente por outros japoneses, mas também por brasileiros, provavelmente os motivos são diferentes daqueles que os japoneses tinham, ou seja, os conflitos entre os japoneses eram inerentes as questões culturais, como no caso da produção da hortelã e da seda animal. As agressões praticadas por brasileiros ou mesmo por pessoas de outras nacionalidades, estão relacionadas, hipoteticamente, ao período conturbado que o mundo vivenciava. A sociedade civil via no nipônico uma ameaça à segurança nacional, além do que, devido ao conflito mundial, criou-se uma imagem negativa dos japoneses como inimigo, nesse momento o nipônico não representa mais aquele que contribuiu para a transformação socioeconômica da região, ao contrário, criou-se um estereótipo de figura indesejável, o que nos leva a acreditar que as agressões não tinham bases legítimas ou mesmo legais, era simplesmente uma resposta decorrente da consideração dos nipônicos como uma etnia que somente estava na região ou mesmo no Brasil, com interesses econômicos exploratórios sem se preocuparem com os demais, como veremos em matéria da imprensa, na próxima página deste trabalho.

Não obstante, as autoridades governamentais tratavam esses conflitos como algo do cotidiano e não como conflitos relacionados à guerra, ou seja, o Estado Vargas não tomava atitude contra os japoneses por eles pertencerem ao eixo, eles eram tratados como transgressores comuns, pelo menos é o que nos indicam as fontes, nos casos estudados.

Existem ainda outros documentos da mesma DRP que não deixam claras as autorias dos crimes (agressão e homicídio), às vezes por esses crimes serem de autoria desconhecida, ou às vezes por não estarem devidamente mencionados. Posteriormente poderemos confirmar essas informações tendo contado com os referidos inquéritos policiais ou processos judiciais, que estão arquivados no arquivo do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, algo que não poderia ser realizado, em virtude dos recortes necessários a esta pesquisa.

A consulta às fontes atestam que as relações entre japoneses e brasileiros na região de Presidente Prudente não eram apenas marcadas pela violência e o conflito, sendo às vezes harmoniosas⁸⁷¹ e em outras não tanto. Relatamos acima a desarmonia em documentos da DRP da cidade, mas essas tensões também foram explicitadas em periódicos.

A edição nº 1152 do jornal *A Voz do Povo*, do dia 26 de outubro de 1944, trazia uma manchete reveladora: *O colono japonês arrenda a terra, rouba toda sua fertilidade e a abandona, depois, por outra onde seja possível repetir a façanha*, e acusam os japoneses: “Esses vampiros do solo são em parte, os responsáveis pela escassez de gêneros de primeira

⁸⁷¹ RESENDE, 2006, op. cit., p. 91-92.

necessidade”.⁸⁷² No trecho sob o título *Vampiros do solo e lavradores Nomades*, destacamos alguns fragmentos onde fica clara a insatisfação que algumas pessoas nutrem pelo imigrante japonês. Devemos registrar que tal publicação é uma reprodução de uma publicação do jornal *Diário da Noite*, da capital paulista.

...

O governo do Estado, em boa hora realiza a campanha de reflorestamento e intensifica o seu trabalho no sentido de se evitar as derrubadas, e as queimadas que provocam não apenas a esterilidade da terra e a erosão, que indiretamente forçam a estiagem e, em consequência determina a escassez de generos de primeira necessidade.

Esse aspecto em que podemos culpar o colono japonês como responsável pela escassez de generos de primeira necessidade. E isso porque? Porque as terras por onde passaram se tornaram improdutivas...

...o sr. José Milliet, fez uma serie de oportunas e Impressionantes declarações sobre os japoneses no interior de S. Paulo. O Sr. José Milliet fez essas acusações baseado de um memorial da Associação dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo que revela, entre outras coisas, que os colonos niponicos estão queimando a madeira de maneira barbara, destruindo as reservas florestais do Estado.

Frisou mesmo, que são esses colonos lavradores nômades, verdadeiros vampiros do solo que não tem o menor amor pela terra. Nunca procuram comprar um trecho qualquer de terra. Arrendam-na. Exploram-na o quanto podem, derrubando e queimando as suas matas e, depois, quando a terra já nada mais pode produzir, quando toda a sua reserva de fertilidade foi roubada, devolvem-na aos seus proprietarios legítimos e partem a procura de outras, onde a sua façanha pode ser repetida.⁸⁷³

Podemos observar que o discurso do japonês promotor e colaborador do desenvolvimento econômico regional dá lugar ao discurso do japonês que destrói a terra, utiliza a mesma até eliminar totalmente sua fertilidade, abandonando-a e trocando-a por outra que possa lhe dar um rendimento financeiro lucrativo. Talvez essa mudança de discurso seja pelo momento, pois o Brasil está em guerra com o Japão, se confrontarmos as publicações jornalísticas anteriores a esse período, constantes no subitem 3.4.2, observaremos que o discurso é favorável ao imigrante japonês, segundo as publicações ele é peça importante e fundamental no desenvolvimento econômico local.

⁸⁷² *A Voz do Povo*, primeira página, edição nº 1152, de 26 de outubro de 1944.

⁸⁷³ *A Voz do Povo*, primeira página, edição nº 1152, de 26 de outubro de 1944.

Com o final da Segunda Guerra Mundial os conflitos entre japoneses⁸⁷⁴ e desses com o Estado e a sociedade ampliaram-se. Houve uma eclosão de organizações nipônicas em todo o estado de São Paulo.⁸⁷⁵ A de maior evidência foi a Shindo-Renmei⁸⁷⁶ que tinha seu foco principal na cidade de Tupã.⁸⁷⁷

A Shindo-Renmei de acordo com Silva caracterizava-se por um forte apelo nacionalista. Seu fundador foi Junji Kikawa, nascido de família pobre, fez carreira militar no Japão, brilhante oficial da cavalaria, porém um problema oftalmológico o fez abandonar a carreira, passando para a reserva como Tenente Coronel.⁸⁷⁸ Nesse sentido, pela formação militar de Junji Kikawa, cremos que tal organização tinha um perfil militar.

Não obstante, a crise socioeconômica que assolava o Japão na década de 1930, fez com que Junji Kikawa, emigrasse para o Brasil com sua família. Chegou a Rancharia, região da Alta Sorocabana, aonde se tornou proprietário de terras rurais, dedicando-se ao cultivo do Algodão. Mesmo longe de sua terra natal Kikawa manteve suas tradições culturais. Porém não obteve sucesso, mudando-se para a capital paulista e atuando como tintureiro. Em 1942, fundou a Shindo-Renmei em Marília/SP.⁸⁷⁹

Por várias vezes, Junji Kikawa, foi detido. Em abril de 1942, foi acusado de ameaçar a segurança nacional, mas logo libertado, pois a acusação não se sustentou. Em fevereiro de 1944, a acusação era de sabotagem, incendiar galpões de bicho-da-seda e plantações de

⁸⁷⁴ IZUMI, 1973, op. cit., p. 361-362; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 131; MONBEIG, 1984, op. cit., 379.

⁸⁷⁵ O Estado e a sociedade às denominaram como “Seitas Secretas”, porém, necessitaríamos trabalhar com maior profundidade esse conceito, ou seja, verificar se é uma conceituação generalizada, inclusive por parte dos japoneses, ou se foi uma definição articulada pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 453, denominam como **organizações secretas japonesas**, MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 311, como **entidade secreta**, bem como a imprensa da época: Fanáticos de uma **organização secreta japonesa** tentaram assassinar nesta capital o ex-embaixador japonês na Argentina. Gestapo japonesa organizada em São Paulo (Folha da Noite, 1.º de abril 1946); Fanatismo nipônico, Descoberta uma **sociedade secreta japonesa**, Prisão de elementos da quadrilha de fanáticos (O Estado de S. Paulo, 4 de abril de 1946); Desmascarando as atividades das **sociedades secretas japonesas** em São Paulo, A **Shindo Renmei** tem mais de 100 mil sócios (Correio Paulistano, 4 de abril de 1946); outros detalhes em MORAIS, 2000, op. cit., p. 102-103.

⁸⁷⁶ Maiores informações sobre a atuação do Shindo-Reimeis estão disponíveis nas seguintes obras: MORAIS, 2000; SHINDO, T. *Brasil e Japão: os 100 anos de Tratado de Amizade*; KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 448-466; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 261-262 e 310-314.

⁸⁷⁷ KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 453-459; MORAIS, 2000, op. cit., p. 99-107.

⁸⁷⁸ SILVA, 2004, op. cit., p. 49-50; DEZEM, 2010, op. cit., p. 6.

⁸⁷⁹ MORAIS, 2000, op. cit., p. 71, 99-102; DEZEM, 2010, op. cit., p. 6.

hortelã, em municípios dos estados de São Paulo (Paraguaçu Paulista e Marília) e Paraná (Assaí),⁸⁸⁰ a par desses fatos, cremos que a Shindo-Renmei foi criada entre 1944-1945.

No imediato pós-guerra, entre abril e maio de 1946, ele voltava à carceragem da Casa de Detenção de São Paulo, segundo Moraes, Kikawa, mesmo preso continuava a comandar a organização que, formalmente era dirigida pelo capitão Kiyō Yamauchi.⁸⁸¹

De acordo com Silva, a princípio, a organização tinha o propósito de combater a política estadonovista que impossibilitava a manutenção dos ritos aos símbolos culturais nipônicos. Segundo o autor, “Por meio da associação, os japoneses tencionavam manter, no Brasil, suas características étnicas – herdadas do Japão, mas reelaboradas em terras tropicais,...”⁸⁸²

Agregando às afirmações de Silva, Lesser afirma que os japoneses desejavam “... a manutenção, no Brasil, de um espaço permanentemente japonizado, por meio da preservação, em meio aos nikkeis, da língua, da cultura e da religião, bem como o restabelecimento das escolas japonesas”.⁸⁸³ Contudo, isso não quer dizer que os nipônicos estavam eliminando seus laços culturais e psicológicos com o Japão.

De acordo com Silva não demorou muito tempo para que a Shindo-Renmei mostrasse a que veio, segundo o autor “O tempo revelou que a Shindo-Renmei metamorfoseou-se em um partido discricionário, adotando práticas terroristas para alcançar os seus objetivos. A associação explicitava um sistema ideológico fechado, quer dizer, que não admitia reorientação.”⁸⁸⁴

Não obstante, a ideologia da Shindo-Renmei estava fundamentada no *xintoísmo*, que no início da Era Meiji, segundo Silva, “... o xintoísmo estatal metamorfoseou-se na ideologia do regime, cujo alicerce era a louvação ao monarca e a incitação ao nacionalismo.” Além do que o governo japonês transformou os sacerdotes xintoístas em funcionários civis e seus templos tornaram-se parte do Estado.⁸⁸⁵ Podemos observar que a associação tinha, além de

⁸⁸⁰ DEZEM, 2000, op. cit., p. 63-64; DEZEM, 2010, op. cit., p. 6.

⁸⁸¹ MORAIS, 2000, op. cit., p. 103 e 182; DEZEM, 2010, op. cit., p. 14.

⁸⁸² SILVA, 2004, op. cit., p. 53 e 87.

⁸⁸³ LESSER, 2001, op. cit., p. 241.

⁸⁸⁴ SILVA, 2004, op. cit., p. 88.

⁸⁸⁵ Surgida no Japão como uma crença religiosa, o Xintoísmo é formado por um grupo de lendas e mitos que explicam o gênese do mundo, bem como da vida e da família imperial japonesa. Tem como base o respeito e culto da natureza, não obstante, tem como uma de suas ideologias que a natureza é uma grande aliada e imprescindível para a existência da vida na Terra, tendo como ponto central, homem-natureza. Considerada uma

um forte apelo nacionalista, um forte apelo religioso, no qual estava fundamentada. Segundo esse apelo religioso, a morte em prol da nação japonesa era uma honra.

Nesse sentido, de acordo com José Yamashiro, a transformação do xintoísmo como uma religião estatal necessitava da criação de uma legislação, entre elas o *Rescrito Imperial para soldados e marujos*, portanto, segundo o autor “...pelo culto aos clássicos do país e apontando o imperador - a luz da história – como novo foco da lealdade do povo, eles ‘deram impulso a ação política na defesa de sua nação’.” Não obstante o soberano que “... avoca a si o comando supremo das forças armadas...”, tem como principal objetivo, “... manter a disciplina e eficiência dos militares ... orientados no sentido de obediência absoluta as ordens superiores”.⁸⁸⁶ Portanto, tal rescrito não é uma simples legislação civil, mas uma lei sagrada, tornando-se base de meditação obrigatória diária para os homens das forças armadas. E como vimos, o principal líder da Shindo-Renmei e outros membros eram ex-militares das forças armadas japonesas.

Segundo Yamashiro, “... o hábito de impor rigoroso cumprimento das normas estabelecidas em instruções baixadas por escalões superiores, cria, com o correr do tempo, entre os militares, uma mentalidade estreita, sem flexibilidade ...”, fazendo com que eles obedecam ordens, que na cultura ocidental, são absurdas, porém nos ajudam a entender ações como o *harakiri* e os *kamikase*. Contudo esse rigor não fica somente na esfera militar, vale também para o sistema nacional de ensino, moldando “... o povo nipônico a um comportamento padronizado, uniforme, com muito rigor na obediência aos padrões.” Não obstante com a reforma Meiji foi feito o *Reescrito sobre a Educação*.⁸⁸⁷

Nesse sentido, não havia distinção entre os documentos, ou seja, os valores eram os mesmos, a obediência ao Imperador. Nesse contexto, podemos entender a importância para os japoneses das escolas nas colônias, que viviam isoladas do mundo exterior, era como se fossem território japonês a serviço do *Império do Sol Nascente*, em que o ensino estava voltado para uma cultura de coletividade, onde o importante não é o indivíduo, mas sim o *Império*. Não obstante, de acordo com José Yamashiro, essas escolas tinham um objetivo

crença panteísta, ou seja, acredita que todos os elementos são Deus. É considerada tipicamente uma crença genuinamente japonesa formada por um conjunto de crenças típicas do Japão. A etimologia da expressão Xintoísmo surgiu da expressão Kami-no-Michi, que significa "Caminho dos deuses". Maiores detalhes disponível em <http://www.xr.pro.br/monografias/xinto.html>. Acesso em 27 fev. 2017; SILVA, 2004, op. cit., p. 92-95; DEZEM, 2010, op. cit., p. 10.

⁸⁸⁶ YAMASHIRO, J. *História dos Samurais*, p. 202 e 218.

⁸⁸⁷ YAMASHIRO, 1993, op. cit., p. 228-229.

pedagógico, ou seja, incutir “... na mente dos estudantes, a aceitação dos mitos nacionais, o dogma xintoísta da origem divina da família imperial, a singularidade do povo nipônico como eleito dos deuses, de país divino, portanto invencível, e quejandos.”⁸⁸⁸ Tal pedagogia colaborava para que os imigrantes, como disse Hiroito, *suportar o insuportável*, mesmo antes de chegar em terras brasileiras.

Contudo devemos destacar que essa obediência e uniformização dos padrões do povo japonês, seja militar ou não, não foi uma imposição, mas está intimamente ligada a cultura nipônica.

Houve uma tentativa de registrar a Shindo-Renmei em janeiro de 1946, contudo, como entre seus líderes não havia um brasileiro, o registro não foi aceito, pois ainda estava em vigor a legislação que proibia a qualquer instituição ter somente estrangeiros como diretores.⁸⁸⁹

Não obstante tal organização ter sua origem em Marília, uma de suas principais bases estava na capital paulista, disfarçada de empresa atacadista, assim seus membros disfarçados de vendedores, circulavam tranquilamente por todo interior paulista, bem como no norte do Paraná e no sul do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), angariando membros e recursos financeiros, desse modo eles chegaram até a organização japonesa de Presidente Prudente, a Kodo Jissen Renmei. Nesse sentido, a Shindo-Renmei, segundo Morais, chegou a ter aproximadamente 100 mil sócios que contribuía mensalmente,⁸⁹⁰ sendo que essas contribuições alcançaram a cifra mensal aproximada, em valores atuais, de 800 mil reais.⁸⁹¹

Contudo, a Shindo-Renmei tinha suas maiores bases no interior paulista, na Alta Paulista, com maior número de associados, respectivamente, nas cidades de Marília, Pompéia, Tupã, Mirandópolis, Três Barras, Valparaíso e Birigui. Quanto às vítimas fatais de maior expressão ficou circunscrita a região noroeste do estado de São Paulo. Na capital paulista a ação rápida das autoridades em prender alguns líderes da associação evitou maiores consequências.⁸⁹² Portanto, sua atuação na Alta Sorocaba não teve relevância quantitativa e qualitativamente, porém não excluimos totalmente suas atividades nessa região, como

⁸⁸⁸ YAMASHIRO, 1993, op. cit., p. 240.

⁸⁸⁹ DEZEM, 2010, op. cit., p. 9.

⁸⁹⁰ DEZEM, 2010, op. cit., p. 10-11.

⁸⁹¹ MORAIS, 2000, op. cit., p. 103-106.

⁸⁹² DEZEM, 2010, op. cit., p. 11 e 13-14.

observarmos em nosso trabalho, pois vários ofícios da DRP dão conta de detenções de membros da organização na região de Presidente Prudente.

Sobre a economia da Shindo-Renmei a história tem início com a fundação da *Pia*, caixa beneficente que tinha como objetivo principal arrecadar donativos para auxiliar japoneses pobres e doentes, bem como famílias japonesas cujos provedores estavam presos. De acordo com Dezem, Junji Kikawa era um dos membros autorizados na arrecadação de donativos em nome da associação, porém por divergências com a diretoria da *Pia*, Junji Kikawa e outros japoneses se desligaram da associação no primeiro semestre de 1944, pois queriam que a associação aconselhasse os produtores japoneses de seda animal e hortelã, a abandonarem suas lavouras, contudo, a diretoria da *Pia* incentivava a produção em colaboração ao governo brasileiro.⁸⁹³

Junji Kikawa e outros japoneses ao saírem da *Pia* fundaram Sin Kiu Sai Kai (Sociedade Japonesa de Mútuo Socorro de Guerra), seus líderes propagavam que a *Pia* fazia campanha contra o Japão, nesse sentido, eles convocavam toda a colônia japonesa a não mais contribuir com a associação, e reverterem suas contribuições para a Sin Kiu Sai Kai. Tudo que era arrecadado pela associação era revertido para os japoneses que decidiam abandonar suas lavouras de criação de bicho-da-seda e hortelã. Contudo a intenção era criar outra sociedade, a *Sakoku Aikoku Seki Sei Dan* (Terra Natal de Amor da Pátria de Nascimento) com uma maior estrutura.⁸⁹⁴ Não obstante, muitos japoneses, principalmente os de ideologia nacionalista, tornaram-se membros da Shindo-Renmei.

Seus líderes não aceitaram a notícia da rendição incondicional do Japão e começaram a promover atos de violência (terrorismo)⁸⁹⁵ que deixaram toda a comunidade japonesa no Brasil intranquila, onde aqueles que aceitaram (*Makegumi*) o fato da derrota eram perseguidos por aqueles que não aceitaram (*Kachigumi*). Tais atos violentos foram desde ameaças até homicídios.

A expressão derrotista, aplicada aos elementos esclarecidos, foi criada pelos *kachigumi* (vitoristas ou patriotas), que na época representavam a maioria esmagadora da colônia japonesa do Brasil, cerca de 80%. E acabou passando para a história, com prejuízo para a campanha esclarecedora, pois a palavra *makegumi* (derrotista ou esclarecidos) tinha uma conotação depreciativa, dando a impressão de que os esclarecidos eram favoráveis à

⁸⁹³ DEZEM, 2010, op. cit., p. 7.

⁸⁹⁴ DEZEM, 2010, op. cit., p. 7-8.

⁸⁹⁵ KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 457-459; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 331 e 376.

derrota do Japão. Na realidade os derrotistas, denominação criada pelos japoneses que não acreditavam na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, eram aqueles que aceitaram a derrota.⁸⁹⁶

De acordo com Carlos Leonardo Bahiense da Silva, os Kachigumi “Geralmente, eram lavradores, tintureiros, ex-militares que dominavam mal a língua portuguesa e apresentavam um baixo nível cultural e econômico.”, além do que de acordo com Susumu Miyao e José Yamashiro, “Poder-se-á dizer que muitos daqueles que desejavam retornar à pátria,... acabaram participando do grupo 'vitoristas' no pós-guerra.”⁸⁹⁷ e os Makegumi “Eram formados por indivíduos que detinham uma situação econômica e um lastro cultural importante. Eram comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, em suma, elementos que já estavam integrados à sociedade brasileira.”⁸⁹⁸

Agregando as informações de Silva, de acordo com Dezem os Kachigumi, em boa parte, eram imigrantes que não tiveram sucesso econômico e não conseguiram se adaptar a realidade brasileira, viviam isolados no interior paulista longe dos meios de comunicação e tinham dificuldades com a língua portuguesa, bem como nutriam um desejo imenso de retornarem a terra natal. Já os Makegumi tiveram ascensão socioeconômica, com maior acesso aos meios de comunicação e facilidade na comunicação em português, assim tornando-se praticamente imunes à propaganda⁸⁹⁹ da Shindo-Renmei e tendo maior consciência da realidade quanto à posição do Japão no final da guerra, como potência derrotada.⁹⁰⁰

Não obstante, a intranquilidade não ficou somente na esfera da colônia japonesa, ela se espalhou por toda a sociedade brasileira, principalmente a sociedade paulista, chegando à região de Presidente Prudente.

Uma manchete publicada⁹⁰¹ no jornal *O Imparcial: Movimento Subversivo Abortado* (1945) registra movimentações, no mínimo anormais, de japoneses nas ruas da cidade. A notícia não nos dá muitos detalhes, porém está claro que ocorreram prisões de japoneses.

⁸⁹⁶ Maiores informações em MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 333; KUMASACA; SAITO, 1973, op. cit., p. 448; TAKENAKA, 2003, op. cit., p. 131; DEZEM, 2010, op. cit., p. 10.

⁸⁹⁷ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 260.

⁸⁹⁸ SILVA, 2004, op. cit., p. 49.

⁸⁹⁹ Sobre tal propaganda conseguimos um panfleto escrito em ideograma, traduzido para o português, conforme anexo 11. Tradutores: Claudio Roberto Caloni Yamashiro (descendente japonês que vive no Japão) e Yoshitaka Watanabe (japonês), Cidade de Hadano, Província de Kanagawa, Japão.

⁹⁰⁰ DEZEM, 2010, op. cit., p. 10.

⁹⁰¹ *O IMPARCIAL*, edição de 15 de setembro de 1945.

De acordo com Silva, mesmo com o pedido do imperador Hiroíto aos súditos que não se deixassem levar pelas emoções, conforme fragmento abaixo, organizações como a Shindo-Renmei iniciam um movimento que causou uma perturbação em toda sociedade brasileira, principalmente a paulista, inclusive a prudentina, que atinge diretamente a colônia japonesa no Brasil.⁹⁰²

Estamos profundamente conscientes dos sentimentos mais íntimos de todos vocês, nossos súditos. No entanto, é de acordo com os ditames do tempo e do destino que nós resolvemos cimentar o caminho da grande paz para todas as gerações vindouras, suportando o insuportável e sofrendo o que é insofrível.

Tendo sido capazes de salvar e manter a estrutura do estado imperial, nós estamos sempre com vocês, nossos bons e leais súditos, confiando em vossa sinceridade e integridade. Evitem estritamente quaisquer arroubos de emoção que possam provocar complicações desnecessárias, ou quaisquer disputas e discórdias fraternas que possam criar confusão, desuni-los e fazê-los perder o respeito mundial. Que toda a nação continue como uma família de geração a geração, sempre firme em sua fé na imperecibilidade de sua terra divina, cônica de seu pesado fardo de responsabilidades e da longa estrada que temos adiante. Unam todas as suas forças para se devotarem à construção do futuro. Cultivem os caminhos da retidão; alimentem a nobreza de espírito; e trabalhem resolutamente para que possamos alcançar a glória inata do Estado imperial e mantermo-nos a passo com o progresso mundial.

Hiroíto [Selo Imperial]

4º dia do oitavo mês do vigésimo ano da Era Showa
(Hiroíto apud Behr, Op. Cit., pp. 470-472)⁹⁰³

Segundo Silva, um fator que motivou japoneses nacionalistas radicados no Brasil a espalharem boatos em várias regiões do país de que o Japão não tinha perdido a guerra e iniciarem atos violentos contra seus patrícios, foi a ausência da palavra *rendição* na declaração do Imperador,⁹⁰⁴ além do que como entender e aceitar que o Imperador não é mais um deus e sim simplesmente um ser humano, pois o xintoísmo estatal apregoava a fidelidade, lealdade e obediência absoluta ao Imperador Japonês que tinha força divina. Tais boatos chegaram à colônia japonesa de Presidente Prudente, conforme matéria jornalística supramencionada.

⁹⁰² SILVA, 2004, op. cit., p. 41-43.

⁹⁰³ SILVA, 2004, op. cit., p. 41-43.

⁹⁰⁴ SILVA, 2004, op. cit., p. 43.

Não obstante, os atos dessas organizações ocorrem em Presidente Prudente, claro que bem menos que em outras regiões, como a região de Tupã, local em que a atuação da Shindo-Renmei foi mais expressiva.

Além das notícias veiculadas nos periódicos regionais, documentos da DRP dão conta de vários fatos envolvendo japoneses: ameaças, agressões e homicídios.⁹⁰⁵ Assim, ocorreram várias detenções e prisões, todas registradas nos documentos da DRP.

As detenções são por diversos motivos: embriaguez, averiguações, desordem, homicídios, tentativas de homicídio, ataques, falta de documentos, entre outras. Dentre os detentos, muitos eram membros de organizações e associações, as que nos interessam no momento são a Shindo-Renmei e a Kodo Jissen Renmei. Alguns foram processados e condenados e outros foram soltos por falta de provas ou absolvidos dos supostos crimes cometidos. Dos processados e condenados, seus crimes foram capitulados no Código Penal nos artigos 121, 129 e 171.⁹⁰⁶

Alguns jornais da capital paulista noticiavam a prisão de membros dessas organizações,⁹⁰⁷ podemos comprovar tais prisões por ofícios da DRP de Presidente Prudente.⁹⁰⁸

Nesse sentido, o Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946 encaminha ao DEOPS membros da organização japonesa *Kodo Dissem Remmei*, com o seguinte texto

Com o presente, encaminho a êsse Departamento, acompanhado dos investigadores ISMAEL DE ARAUJO, BENEDITO DE OLIVEIRA CRUZ, GENEZIO PEREIRA NUNES e ARNOLPHO PINHEIRO, os japonezes MOTOI BAM, YORITAKE OMI, TEIZO TAKASHIMA, TSUGIO SOIDA, TORAO GÔTO, TAKANOBU SASAKI, KIKO NISHI, IWAO

⁹⁰⁵ Maiores detalhes em MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 292-294, sendo que o Rádio nº 393, de 3 de maio de 1946, Ofício nº 1595, de 25 de maio de 1946 e Ofício nº 1946, de 24 de junho de 1946, todos da DRP de Presidente Prudente referem-se à vítima Eikichi Tsuzuki.

⁹⁰⁶ Respectivamente: homicídio, lesão corporal e estelionato; todas as informações sobre as detenções, prisões, processos, inquéritos, solturas, absolvições, réus, condenações e as sentenças, constam nos documentos da DRP de Presidente Prudente, inclusive as relações dos japoneses. Para que possamos saber com detalhes sobre os fatos é necessário acessarmos os inquéritos no Arquivo do Judiciário do Estado de São Paulo em Jundiá.

⁹⁰⁷ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 294-295.

⁹⁰⁸ Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946; Ofício nº 1248, de 25 de abril de 1946; Rádio 458, de 21 de maio de 1946; Ofício nº 2172, de 18 de julho de 1946; Ofício nº 2357, de 26 de julho de 1946; Ofício nº 2399, de 30 de julho de 1946; Ofício nº 2464, de 03 de agosto 1946; Ofício nº 2496, de 06 de agosto de 1946; Ofício nº 2498, de 07 de agosto de 1946; Ofício nº 2558, de 13 de agosto 1946; Ofício nº 2721, de 29 de agosto de 1946; Ofício nº 2785, de 03 de setembro de 1946; Ofício nº 2799, de 05 de setembro de 1946; Ofício nº 3012, de 24 de setembro de 1946; Ofício nº 3025, de 25 de setembro de 1946; Ofício nº 3046, de 25 de setembro de 1946.

BAM, KIYOSHI TOMITA, AKIRA TAKAHASHI ou AKIRA MAENO e KURAZO HANDA, membros dirigentes da “KODO DISSEM REMMEI”, sociedade secreta por eles organizada nesta cidade e à qual estão filiados cerca de 500 elementos.

Em poder de TORAO GÔTO, MOTOI BAM e AKIRA TAKAHASHI, foram apreendidos escritos referentes à organização, aos objetivos, e à propaganda da sociedade, escritos esses ora remetidos a esse Departamento.

Nas declarações que prestaram perante esta Regional, e com êstes enviadas a esse Departamento, os referidos indivíduos, todos eles fanáticos, esclarecem as atividades que vinham desenvolvendo na sua associação.

Com a detenção dos mesmos, no momento oportuno, possivelmente evitou-se a pratica de atentados contra a vida de alguns de seus patrícios, aqui residentes, e por êles considerados como “traidores”, por estarem certos da derrota do Japão, na guerra recém-finda.

Assinado pelo delegado adjunto⁹⁰⁹

O Ofício nº 2799, de 05 de setembro de 1946, refere-se à detenção de membro de organização nipônica do município de Martinópolis, região de Presidente Prudente, sendo apresentado ao DEOPS, com o seguinte texto

Procedente da Delegacia de Polícia de Martinópolis, faço apresentar a V. S. o japonês TADASHI HIRISHIMA, membro de associação secreta, daquele município.

Assinado pelo delegado adjunto⁹¹⁰

Selecionamos apenas dois ofícios, dentre muitos, apenas para registrar que somente o fato de pertencer a uma organização ou associação nipônica era motivo de detenção e encaminhamento ao DEOPS, posteriormente com a conclusão do inquérito, se verificaria se o japonês detido tinha realmente cometido algum ilícito, seja esse ilícito um crime comum ou relacionado a algum crime contra a Segurança Nacional. Não importava qual o objetivo com que tais organizações ou associações foram criadas, na visão do Estado somente o fato de serem nipônicas era motivo suficiente para deterem seus membros, essa atitude ia contra o direito, pelo qual, como regra, primeiro se prova um ato ilícito para depois prender o culpado. Contudo, devemos observar que o momento era conturbado e o Estado não queria que os conflitos se avolumassem e nem chegassem ao ponto de agressões ou mesmo homicídios, assim devemos entender que tais detenções não eram uma atitude arbitrária, mas preventiva.

⁹⁰⁹ Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946.

⁹¹⁰ Ofício nº 2799, de 05 de setembro de 1946.

Alguns dos japoneses detidos eram conduzidos para o DEOPS, dentre esses alguns foram levados para a Ilha Anchieta,⁹¹¹ e outros ficaram detidos na Casa de Detenção de São Paulo.⁹¹² Sobre esses detidos registramos com maiores detalhes no subitem 3.4.6.

Como consequência dos assassinatos, membros da Shindo-Renmei da capital e do interior, e de outras organizações que estavam envolvidos diretamente com esses crimes, foram detidos em grande número, sendo a maioria enviada para a referida prisão da ilha Anchieta.

Além das prisões dos japoneses envolvidos nos conflitos pós-guerra, com a redemocratização, volta à tona a discussão da entrada de imigrantes japoneses no Brasil, nesse sentido, a emenda n° 3.165, de autoria dos constituintes Miguel Couto Filho e José Augusto, estava assim redigida: "É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência. Miguel Couto — José Augusto". Dessa maneira, a emenda apresentada é mais rigorosa que a Lei que limitava em 2% a entrada de imigrantes no país. Contudo, após violentas discussões na Assembleia Nacional em torno da emenda a mesma não foi aprovada, ficando a entrada de imigrantes definida assim, "Art. 162 — A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, a exigências do interesse nacional".⁹¹³

Com advento da nova Constituição, um dos temas tratados era a imigração japonesa, e é pautado por forte debate antinipônico, segundo Miyao e Yamashiro, "Vai iniciar na Constituinte uma vigorosa campanha antinipônica — Propõe-se o deputado Miguel Couto Filho a combater a imigração japonesa."⁹¹⁴

O deputado Miguel Couto Filho herda o mesmo discurso de seu pai, iniciado em 1924, e seus contemporâneos, principalmente na Constituinte de 1934, que sempre foram contra a imigração japonesa agora reforçada pelos últimos acontecimentos violentos, que envolveram a comunidade nipônica, orquestrados pelas organizações nipônicas, tal discurso é veiculado na imprensa como podemos observar em alguns fragmentos.⁹¹⁵ Essa discussão vai tomar corpo na Assembleia Constituinte de 1946, que verificaremos nas próximas páginas.

⁹¹¹ MORAIS, op. cit., p. 299; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 338 e 356. Entre os documentos da DRP, encontramos solicitações de visitas de esposas e filhas de presos na Ilha Anchieta.

⁹¹² SHICASHO, op. cit., p. 132; MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 356.

⁹¹³ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 306-309.

⁹¹⁴ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 299.

⁹¹⁵ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 299.

O perigo tornou-se evidente e despertou o ardoroso patriotismo de meu pai, sempre preocupado com questões eugênicas e de defesa da Pátria. Tal era a convicção de meu pai contra as inconveniências e os maus propósitos dos nipônicos no Brasil e a certeza de que um dia lançariam um golpe de traição contra a nossa Pátria;... com o verdadeiro fanatismo nas colônias japonesas de São Paulo com o famoso "Shindo-Renmei" justifica, plenamente o receio e as providências dos constituintes de 1934 que, em tempo, impuzeram em lei a restrição à imigração japonesa.

De minha parte não pouparei esforços para mostrar, da tribuna da Constituinte que os daninhos e antipatrióticos objetivos desses perigosos amarelos revelando os seus intuits e manobras, merecem a nossa mais veemente repulsa".

(*Diário de S. Paulo, 18 de abril de 1946.*)⁹¹⁶

A emenda constitucional entra em debate na Assembleia Constituinte de 1946,⁹¹⁷ em 27 de agosto de 1946, na 147ª sessão. Alguns fragmentos nos permite observar a aversão dos parlamentares quanto à imigração japonesa naquele momento,⁹¹⁸

O *sr. Adroaldo Costa* (PSD)⁹¹⁹ — Vários oradores nesta Assembléia tratando do assunto, mostram que os japoneses são, como o enxofre, insolúveis, não se deixando assimilar. Irão constituir quistos sociais.

O *sr. Rui Almeida* (PTB)⁹²⁰ — A prova evidente de que são nocivos ao Brasil, reside em que, ainda hoje, mesmo oriundos de país derrotado, ainda nos estão dando trabalho. É de estranhar que ainda apareçam aqui defensores dos inimigos do Brasil.

O *sr. José Augusto* (PSD) — Cabe acentuar que as objeções trazidas pelos nobres colegas que me apartearam reduzem-se a duas: uma delas, a do nobre Deputado por São Paulo, Sr. Aureliano Leite, que declara tratar-se de assunto inconstitucional. A S. Excia. respondo imediatamente dizendo que ainda não votamos a Constituição e, assim, não há qualquer matéria inconstitucional. O assunto interessa fundamentalmente à própria sobrevivência da nossa pátria...

O *sr. Aureliano Leite* (UDN)⁹²¹ — Mas poderá ser deixada para a lei ordinária.

O *sr. José Augusto* — ... Em relação à desumanidade por S. Excia. argüida, quero declarar e o faço julgando que traduzo tão bem quanto S. Excia. o

⁹¹⁶ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 299.

⁹¹⁷ Instalada Rio de Janeiro/RJ.

⁹¹⁸ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 306-309.

⁹¹⁹ Partido Social Democrático.

⁹²⁰ Partido Trabalhista Brasileiro.

⁹²¹ União Democrática Nacional.

sentimento do Brasil — que desumano é permitir que nossa pátria seja invadida por gente que não será assimilada.

O *sr. Aureliano Leite* — A matéria pode ser regulada em lei ordinária. Não sou favorável à imigração japonesa; ao contrário, sou contra ela, no momento. Acho, porém, iníquo incluir esse dispositivo no texto constitucional.

O *sr. José Augusto* — ... por gente que não se incorpora ao Brasil, que aqui está formando quistos raciais, representando, assim, sempre e cada vez mais, um perigo para a própria existência da nossa nacionalidade.

O *sr. Hamilton Nogueira* (Senador pela UDN) — Todos estamos de acordo em que, no atual momento histórico, a imigração japonesa é indesejável.

O *sr. Rui Almeida* — É nociva.

O *sr. José Augusto* — Será uma calamidade.

O *sr. Hamilton Nogueira* — Isso, entretanto, deve constar da lei ordinária. Incluir numa Carta constitucional, dispositivo em que fique estabelecida a condenação da imigração japonesa é afirmar um princípio racista, que já condenamos no nazismo.

O *sr. José Augusto* — Sou tão anti-racista quanto o nobre Senador Hamilton Nogueira. Não encaro, entretanto, a questão pelo aspecto racial, mas pela sua feição política e, deste ponto de vista, a entrada do japonês deve ser proibida no Brasil, porque representa uma grave ameaça para a nossa própria sobrevivência.

O *sr. Aureliano Leite* — ... o Brasil é convidado a seguir uma teoria nazista...

O *sr. José Augusto* (Lê trecho do pronunciamento do sr. Santiago Peralta, diretor do Serviço de Imigração Argentina.) — 'Não queremos uma imigração ao acaso; queremos nesse caso, agir fria, técnica e cientificamente...' Por isso, defendo a emenda, que é de muitos membros desta Casa, e que impede a entrada no país de elementos que têm sido aqui, conforme ainda agora os fatos demonstram, elementos de perturbação e de desordem, e assim totalmente nocivos ao interesse nacional.

O *sr. Nereu Ramos* (PSD) — Sr. Presidente, embora radicalmente contrário à imigração japonesa, não darei meu voto à inclusão da emenda no texto da Constituição.

O *sr. Miguel Couto Filho* — É de lamentar.

O *sr. Mello Viana*, (Presidente da Constituinte) — Considero que a emenda já foi regimentalmente discutida, tendo se manifestado os Senhores Representantes contrariamente e a favor. Deliberou ainda a Assembléia que, aprovada, figuraria nas Disposições Transitórias. Vou submetê-la a votos.

Fonte: Anais do Senado Federal. Ano de 1946. Livro 23.⁹²²

Contudo mesmo que uma expressiva parte dos parlamentares fosse contra a imigração, alguns acreditavam que a emenda era muito rigorosa para ser incluída no texto constitucional e argumentavam que seria mais conveniente ser regulada em lei ordinária que, diferentemente do texto constitucional, pode ser modificada sem a necessidade de uma Assembleia Constituinte. Após os debates o Presidente da Assembleia Constituinte coloca em votação a

922

Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1946/1946%20Livro%2023.pdf. Acesso em 13 jan. 2017.

emenda, sendo rejeitada, com o voto de minerva do mesmo, com o seguinte resultado, a favor 99 e contra 100.

3.4.4 AS RELAÇÕES ENTRE JAPONESES E O DR. CERÁVOLO

É de domínio público que a implantação do Estado Novo trouxe novas regras que dificultaram em muito o cotidiano dos estrangeiros dentro do país. De forma geral, esse conjunto de regras agravou ainda mais as relações entre os japoneses e o Estado brasileiro. Na verdade, essas relações já estavam abaladas desde o início do governo nacionalista instalado por Getúlio Vargas, que decretou uma série de leis que afetaram diretamente os imigrantes. Contudo, a hipótese central desse trabalho é que na região de Presidente Prudente, essas relações, que por diversos motivos, foram mais amenas.

Relataremos fatos e circunstâncias, somados aos supramencionados, que nos forneceram uma indicação dessas relações mais amenas na região de Presidente Prudente através de documentos particulares e oficiais do Dr. Cerávolo, documentos da DRP e periódicos.

Não obstante, tentaremos por meio desses documentos, entender o motivo, ou motivos que influenciaram nas relações menos tensas entre a colônia japonesa em Presidente Prudente com o Estado e a sociedade local, tendo em vista a historiografia asseverar a repressão sobre os imigrantes, principalmente no período do Estado Novo. Mas, não trataremos do assunto como algo homogêneo, pois, de acordo com Maria Helena Capelato o período do Estado Novo não pode ser considerado *um bloco homogêneo*, assim para um estudo mais aprofundado dividiu-se esse período em dois, entre “1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime” e “1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas.”⁹²³

Porém, devemos lembrar que desde que assume o governo em 1930 até o fim em 1945, Getúlio Vargas lidera um regime de forte conotação ditatorial. Assim, para os governos estaduais e municipais são nomeados interventores, principalmente durante o Estado Novo, período ao qual vamos nos dedicar. Portanto, relataremos os fatos ao longo do período sem,

⁹²³ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, p. 112-113.

contudo, colocá-los num mesmo bloco, não obstante, observaremos as particularidades de cada período, ou seja, não discutiremos as relações ao longo do tempo, como algo homogêneo.

Contudo, segundo Maria Helena Capelato existiu um ponto em comum, o autoritarismo. Um governo de grande *repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura*. Bem como marcado por grandes transformações administrativas, em nosso trabalho particularmente nas relações do Estado com a sociedade, principalmente nas relações internacionais com a eclosão da Segunda Guerra Mundial,⁹²⁴ afetando diretamente os imigrantes.

A transformação administrativa afetou diretamente estados e municípios com a perda da autonomia, iniciada com o Governo Provisório. Com a implantação do Estado Novo a autonomia foi ainda mais restringida com a abolição dos partidos e do Parlamento, assim o regime nomeava para os executivos estaduais e municipais, interventores, escolhidos como “Pessoas de confiança de Getúlio Vargas...”.⁹²⁵

Tais interventores, de acordo com Capelato, “...reproduziam...a política determinada pelo governo central,...”. O golpe mostrou sua força num ato simbólico, com a “...queima das bandeiras estaduais...”, marcando assim “...a vitória do poder central sobre os estados.”⁹²⁶

Em Presidente Prudente (1938-1947) assume como interventor na Prefeitura Municipal o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo em 20 de agosto de 1938. À frente da interventoria no município ele deveria, teoricamente, obedecer às determinações do governo federal e estadual, como também era a função de outras autoridades governamentais. Por outro lado nem sempre as determinações superiores foram cumpridas por Cerávolo com o rigor que exigia seu cargo, e mesmo se cumpridas, havia muitas ressalvas em sua execução.

Nesse sentido, Abreu vai descrever como harmoniosa a relação entre Cerávolo e a colônia japonesa

... a numerosa colônia japonesa do Município sofreu com as medidas do Governo brasileiro para resguardar a Segurança Nacional. Cerávolo responsabilizou-se pessoalmente pela lealdade dos japoneses de Presidente Prudente diante das autoridades federais. Ganhou com esta atitude, enorme gratidão da colônia concretizada em votos em todas as eleições futuras. O

⁹²⁴ CAPELATO, 2011, op. cit., 113.

⁹²⁵ CAPELATO, 2011, op. cit., 114, 116.

⁹²⁶ CAPELATO, 2011, op. cit., 117.

mesmo aconteceu em relação aos italianos e alemães, obtendo Cerávolo idênticos rendimentos para sua popularidade.⁹²⁷

O bom relacionamento de Cerávolo com os japoneses era antigo. Em carta de 7 de outubro de 1938, Cerávolo agradecia à Associação Japonesa de José Teodoro (hoje Martinópolis/SP), por tê-lo escolhido, pela segunda vez consecutiva, mentor da entidade. Em ofício de 9 de junho de 1941, a colônia japonesa de Presidente Prudente, através de uma comissão, agradecia a Cerávolo tudo que ele tinha feito por ela e esperava que o novo Interventor Federal de São Paulo, Fernando Costa, o mantivesse no cargo de Prefeito de Presidente Prudente. Arquivo Dr. Cerávolo: correspondência política.⁹²⁸

Ao avaliar a trajetória do Dr. Cerávolo como prefeito verificamos momentos em que seu relacionamento com os japoneses era bem íntimo, fosse diretamente ou como representante de instituições.

Alguns documentos oficiais, os quais demonstram as boas relações da Prefeitura com a Instituição Educacional Colégio São Paulo, pertencente à Colônia Japonesa, contrariam as determinações governamentais superiores.⁹²⁹ Nesse sentido, há um ofício dirigido ao diretor do Ginásio Estadual, no qual o prefeito demonstra sua insatisfação pelo não comparecimento de um representante da instituição em uma reunião aos preparativos do dia da criança (1942), realizada nas dependências do Colégio São Paulo. Em outro ofício, dessa vez do diretor do Ginásio Estadual ao prefeito, alegava-se que não compareceria à reunião tendo em vista ser a mesma realizada nas dependências do Colégio São Paulo,⁹³⁰ e ainda afirmava que

...nesta época em que estamos coordenando todas as nossas energias para VENCER esse eixo tão brutal, tão traiçoeiro e tão bárbaro. Os pequeninos amarelos hão de conhecer, quer queiram quer não queiram, que não precisamos deles aqui, em nossa Grande Pátria.⁹³¹

⁹²⁷ ABREU, 1996, op. cit., p. 91.

⁹²⁸ O acervo documental Dr. Domingos Leonardo Cerávolo arquivado no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente. Portanto a pesquisa foi realizada nas dependências do Museu e Arquivo.

⁹²⁹ Circular do diretor geral do Departamento das Municipalidades determinando as comemorações do segundo aniversário do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do *eixo*.

⁹³⁰ O Colégio São Paulo pertencia à Colônia Japonesa.

⁹³¹ Ofício S/Nº do diretor do Ginásio Estadual ao prefeito municipal de Presidente Prudente. Grifo no original.

A redação do ofício deixa bem clara a dicotomia das relações entre brasileiros e japoneses.

Para que possamos entender essa discussão entre o prefeito e o diretor do Ginásio Estadual, precisamos entender o que cada instituição representa no município.

O Colégio São Paulo era de propriedade dos japoneses, porém estava aberto aos membros da sociedade local, ou seja, aqueles que desejassem estudar naquela instituição poderiam fazê-lo, mesmo não sendo de nacionalidade japonesa, contudo tal instituição de ensino era privada.

Lembrando que o prefeito, Dr. Cerávolo, tinha um relacionamento estreito com os japoneses, mesmo após o Brasil ter declarado guerra aos países do eixo, Cerávolo mantinha boas relações com eles e em várias oportunidades para preparar eventos comemorativos, como exemplo o dia das crianças, dia do presidente, marcava as reuniões no Colégio São Paulo, convocando para tais reuniões autoridades governamentais, como o diretor do Ginásio Estadual, mas nem sempre tais autoridades concordavam com essas relações que o prefeito mantinha com os nipônicos.

Nesse sentido, Cerávolo convoca o diretor do Ginásio para uma reunião para tratarem das comemorações do dia da criança que seria realizada nas dependências do Colégio São Paulo, sendo que nenhum representante do Ginásio comparece assim, o prefeito enviou um ofício⁹³² para o diretor cobrando o não comparecimento dele ou de um representante, dessa maneira o diretor responde ao prefeito que tendo em vista o Brasil estar em guerra com os países do eixo, jamais compareceria a um evento nas dependências de uma instituição que pertencia aos japoneses.

Fica patente que nem todas as autoridades governamentais tinham a mesma visão quanto aos nipônicos, lembrando que o período está sob o regime do Estado Novo, assim todo e qualquer representante do Estado deve obediência ao Governo Central, sejam essas autoridades federais, estaduais ou municipais, nesse caso específico há uma divergência entre a autoridade do executivo municipal e outra autoridade do executivo estadual.

Outro ofício municipal dirigido ao Diretor de Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, recomenda alguns japoneses para que adquirissem terras no estado (1946). Podemos observar nesse último documento, o poder e prestígio político que Cerávolo gozava, inclusive com autoridades de outros estados brasileiros.

⁹³² Ofício nº 672/42 do prefeito municipal ao diretor do Ginásio Estadual, de 10 de outubro de 1942.

O estreito relacionamento do prefeito Cerávolo com o Colégio São Paulo foi motivo de uma advertência ao prefeito por parte do próprio Vargas:

...o médico Domingos Leonardo Cerávolo defendia que a escola voltasse a pertencer à **Rengo Nipponjinkai** e sua insistência, levou o presidente da República, Getúlio Vargas, a exigir-lhe explicações, acusando-o de súdito do eixo de guerra ao qual o Japão estava ligado. Na presença de Vargas, Cerávolo disse-lhe que os japoneses eram lavradores e colaboradores do poder público. Por que então persegui-los? Perguntou.⁹³³

Mesmo com toda argumentação de Cerávolo e mostrando-se amigo dos japoneses, o Colégio São Paulo permaneceu sob intervenção até o final da guerra.⁹³⁴

A Portaria Municipal nº 184/43, de 06 de abril de 1943, refere-se a nomeação do nissei⁹³⁵ Tadashi Odakara para o cargo de Inspetor de Estradas e Rodagem para o Distrito de Álvares Machado,⁹³⁶ na época pertencente ao município de Presidente Prudente.

Esse documento mostra a confiança do prefeito em nomear para cargos públicos uma pessoa de origem estrangeira ou um descendente, contrariando ordens dos escalões superiores.

Segundo consta no Ofício nº 3006, de 23 de setembro de 1946, da Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente, enviado ao DEOPS, o prefeito municipal através do Telegrama nº SS/60312, de 28 de agosto de 1946, solicita que os japoneses conduzidos ao referido departamento sejam tratados com benevolência. Embora o delegado regional⁹³⁷ encaminhe tal solicitação ao DEOPS, se coloca contrário ao pedido do prefeito, dizendo que o departamento está simplesmente cumprindo com seu papel “... zelando pela coletividade ...”, e ainda “... visto tratar-se de medida acauteladoras do interesse nacional, competindo a polícia, zelar pela manutenção da Ordem Pública e disciplina social.” O delegado continua afirmando

⁹³³ SANTOS, 2001, op. cit., p. 50-51.

⁹³⁴ MIYAO; YAMASHIRO, 1992, op. cit., p. 258.

⁹³⁵ Nissei: japonês nascido no Brasil.

⁹³⁶ Atualmente é município.

⁹³⁷ Serafim G. Golletes Junior.

“... se interesses particulares periclitantes existem, a culpa é dos próprios responsáveis.” E termina seu Ofício dizendo “... concluo pela improcedência do telegrama inclusive.”⁹³⁸

Aqui cabem duas observações, a primeira é no tocante ao prefeito tentar interferir nas ações de órgãos superiores ou de outras instâncias, pois as ações da Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente estão exclusivamente ligadas ao governo estadual sem qualquer vínculo com o executivo prudentino, pelo menos legal ou funcionalmente. A segunda, é que nem todas as autoridades governamentais são da mesma opinião quanto ao tratamento dispensado aos japoneses, mesmo dentro da mesma instituição, pois além das divergências ou opiniões diferentes entre órgãos governamentais - como verificamos no parágrafo anterior -, autoridades do mesmo órgão se comportam de maneiras diferentes. Nesse sentido, existe um ofício de fevereiro de 1946⁹³⁹ em que o delegado adjunto da regional de polícia pondera sobre a determinação de seus superiores em deter alguns japoneses, atitude antagônica ao constante no ofício policial citado no parágrafo anterior. Lembrando que ambos são autoridades (delegados) diferentes, pois o delegado responsável pelo ofício que contesta a solicitação do prefeito é o delegado regional, enquanto aquele que pondera sobre as detenções é o delegado adjunto.

Porém o autor do ofício supramencionado⁹⁴⁰ é também o autor de outro ofício⁹⁴¹ posterior a esse e anterior ao ofício que discorda do prefeito.⁹⁴² Portanto, além de divergências entre autoridades da mesma instituição ou órgão governamental há atitudes paradoxais da mesma autoridade, que ora contesta ordens superiores sobre detenção de japoneses, e assim concordam com o prefeito, ora concorda com a detenção, dando a impressão de que no decorrer dos fatos houve algo que provocou animosidade entre autoridades municipais, neste caso o prefeito, com autoridades estaduais, no caso delegados, fazendo com que uma mesma autoridade mude de opinião sobre um mesmo fato. Sobre isso analisaremos com mais detalhes nas próximas páginas.

⁹³⁸ Os documentos estão no Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente, porém como esses ofícios são cópias os anexos não estão juntos, pois foram enviados aos órgãos superiores na capital paulista. Ofício nº 3006, da DRP, de 23 de setembro de 1946.

⁹³⁹ Ofício nº 593, 27 de fevereiro de 1946. Expressaremos maiores detalhes sobre o constante em tal documento nas próximas páginas.

⁹⁴⁰ Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946, autoria do delegado adjunto, FRANCOLINO MACHADO FILHO.

⁹⁴¹ Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, autoria do delegado adjunto, FRANCOLINO MACHADO FILHO.

⁹⁴² Ofício nº 3006, de 23 de setembro de 1946, autoria do delegado regional SERAFIM G. GOLLETES JUNIOR.

Outros papéis de cunho particular do Dr. Cerávolo explicitam as boas relações que mantinha com a colônia japonesa, fossem esses estrangeiros parceiros econômicos ou mesmo empregados, uma vez que Cerávolo, além de prefeito e médico, era proprietário rural na região, empregando muitos japoneses em suas lavouras, com destaque para a produção de hortelã.

Essas relações nos fazem questionar se a amizade de Cerávolo e outras autoridades locais com a colônia japonesa eram estritamente pessoais ou tinham algum vínculo econômico, ou seja, alguma dependência econômica de ambas as partes, pois além de prestarem serviços para Cerávolo, muitos comerciantes japoneses prestavam serviços para outros órgãos públicos, como observaremos nas próximas páginas.

Entre esses documentos, a carta de um japonês, manuscrita, desculpando-se por não ter conseguido pagar dívidas contraídas com o Dr. Cerávolo, de 20 de março de 1939, com o seguinte texto, sem correções

Ilmo e Exmo Sr
Dr Domingos L Ceravolo
Peço infinitas desculpas por deixado minha conta há muito tempos
Sirva-se me dar conprehender motivo como seguinte
O caso não for **(foi)** por gosto, infelizmente pobre tudo amo **(ano)** passando por mar **(mal)**. Estado impossível nem fazer a vida, arendisso **(além disso)** deu diversas doente grave e meu patorão **(patrão)** quebrar, por isso nem não poder arranjar dinheiro poren me esta safra vamos esforsar para pagar a minha conta a quantia quanto mais me possível
Em este janheiro passado eu tinha conversado com sua enfermeira dona Julha me para ir conversar ao Sr Dr sobre minha conta ate fim de este mez (março)
Mas me acho melhor revar **(levar)** o dinheiro quanto mais poder e conversar doque só conversar sem entarada **(entrada)** de pagamento
Assim que me para ir em fim de mez que vem (abril) revar **(levar)** um pouco de dinheiro e convinar **(combinar)** tudo
Minha safra de Algodão vai começar do dia 25 de este mez ate fim de mez que vem posso vender um pocode Algodão
Tudo assim vamos esforçar para acabar minha conta quanto mais e com junto Rogamos ao Snr dr conprehender motivo e estado de minha vida, e sua grande paciência
Sem outro motivo para o momento firmo-me Com todo estima e consideração

D V. S.
Crdo. Amo. Obrdo.
Akira Ise (filho do Yoshiter Ise)⁹⁴³

⁹⁴³ Carta manuscrita de Akira Ise. (grifo nosso).

O documento nos leva a acreditar que essa relação é entre o médico e o paciente, porém não podemos afirmar que a dívida que o japonês tem com Cerávolo é por conta de serviços médicos prestados, pois é de nosso conhecimento que a relação de Cerávolo com os japoneses não se restringe aos serviços médicos, não obstante, as relações que Cerávolo tinha com a comunidade nipônica em Presidente Prudente e região, ora era como médico, ora era como prefeito, ora era como cartorário e ora era como proprietário rural, pelo menos é o que as fontes nos comunicam. Contudo hipoteticamente podemos acreditar que as relações de Cerávolo com a colônia japonesa são maiores que as fontes nos revelam no momento, que podem ser encontradas em futuros trabalhos acadêmicos, portanto, fica patente que Cerávolo tem grande poder sobre os japoneses, nesse sentido, segundo Foucault as relações de poder são estabelecidas por alguns pontos, quanto as modalidades, entre elas as disparidades econômicas,⁹⁴⁴ ou seja, alguns japoneses por dificuldades econômicas acabam dependentes de Cerávolo, estabelecendo uma relação de poder.

Não obstante, outra carta, essa datilografada e em papel timbrado do proprietário de um hotel em Rancharia/SP que era japonês sendo intermediário de outro japonês nas desculpas por não conseguir pagar o total de uma dívida contraída com o Dr. Cerávolo, datada de 31 de março de 1939, com o seguinte texto, sem correções

Ilmo. Snr. Dr. Cerávolo

Presado Snr.

O portador da presente, Snr. Hirayama pediu-me afim de que apresentasse as desculpas á Va. Sa. eplo [pelo] facto de não ter conseguido arranjar integralmente o dinheiro, visto que mesmo o que leva comsigo, foi arranjado por mim por tratar-se de enfermidade. Porém não está ao meu alcance arranjar-lhe a quantia pedida, pelo que o mesmo snr. pede-lhe a fineza de conceder-lhe algum prazo para pagar o restante da conta, aliás ainda em andamento até a cura radical do enfermo.

A razão dessa falha diz ser devido á chuva, que tem prejudicado em grande parte a colheita e também a producção.

Crendo ser attendido o pedido desse snr., firmo-me com elevada estima e alta consideração.

De V. Sa.
Crdo. e Amo. Obrdo.
Tetsuo Zoriki⁹⁴⁵

O documento nos parece ser uma dívida por prestação de serviço médico, mas como mencionamos as relações de Cerávolo com a comunidade nipônica são amplas, portanto não

⁹⁴⁴ FOUCAULT, 1995, op. cit., p. 246.

⁹⁴⁵ Carta datilografada de Tetsuo Zoriki. (grifo nosso).

podemos afirmar qual o real motivo da dívida, contudo observamos no texto que se tratava de uma carta de apresentação, pois o devedor vai pessoalmente efetuar parte do pagamento de sua dívida com Cerávolo. Não sabemos o motivo que levou o autor da carta intervir em favor do Sr. Hirayama, hipoteticamente temos três considerações, o Sr. Hirayama era analfabeto ou não sabia escrever em português, ou ainda o Sr. Zoriki tinha um bom relacionamento com Cerávolo e serviria de “prova” da honestidade do Sr. Hirayama. Contudo é nítido que, direta ou indiretamente, o imigrante japonês tem uma relação econômica muito patente com Cerávolo que não fica restrita a Presidente Prudente, pois, o município de Rancharia⁹⁴⁶ não está localizado no território do município de Presidente Prudente. Por fim, hipoteticamente podemos dizer que existia dentro da comunidade japonesa uma hierarquia, onde uns tinham mais poder do que outros e mais trânsito com a comunidade externa que outros.

Nesse sentido, observamos o que aponta Roberto Machado, sobre a existência de micro poderes que se exercem em vários níveis e em diferentes pontos da sociedade, pois segundo o autor “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social... integrados ou não ao Estado.”⁹⁴⁷ Neste caso, observamos relações de poder que permeiam as ações envolvidas entre a comunidade nipônica e Cerávolo, sendo que alguns imigrantes serviam de mediadores entre ele e os demais membros da comunidade. Por outro lado, o próprio Cerávolo servia como mediador entre o Estado e suas instâncias estaduais e federais (bem como do executivo e judiciário) e a comunidade de imigrantes da região.

Outro elemento que cabe frisar sobre o documento citado anteriormente, é que Tetsuo Zoriki e seu filho Tiaki Zoriki, posteriormente foram detidos e apresentados ao DEOPS, verificaremos com maiores detalhes no subitem 3.4.6.

Outros documentos nos dão a certeza que a relação é prioritariamente econômica, porém há uma relação de confiança e fidelidade, nesse sentido, a quitação de uma nota promissória,⁹⁴⁸ por parte de um japonês para Cerávolo (1940), bem como recibo de um japonês por contrato firmado para plantio de hortelã (1943).

Podemos observar nesses documentos que Cerávolo tinha uma prática comum de realizar empréstimos e atender em seu consultório médico sem cobrar ou de deixar que o

⁹⁴⁶ Elevado à categoria de município com a denominação de Rancharia, por Decreto nº 7357, de 05 de julho de 1935, desmembrado de Paraguassú. Constituído do Distrito de Paz da sede e de Iepê, do Município de Sapezal (Conceição de Monte Alegre). Sua instalação verificou-se no dia 01 de janeiro de 1936. Disponível em <http://www.rancharia.sp.gov.br/content/hist%C3%B3ria>. Acesso em 10 dez. 2016.

⁹⁴⁷ MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, p. 190.

⁹⁴⁸ Essa não é a única, existem várias.

cliente pagasse posteriormente, conforme as possibilidades econômicas do devedor, como se fazia nos antigos armazéns, os débitos eram marcados em uma caderneta. Nesse sentido, de acordo com Vitor Nunes Leal, essa é uma característica do coronelismo, ou seja, realizar favores pessoais, entre outros, emprestar dinheiro, ser avalista de títulos e cobrar por prestar serviços médicos de acordo com as possibilidades financeiras do cliente.⁹⁴⁹

Nas relações de pagamentos de funcionários,⁹⁵⁰ vemos muitos japoneses, da fazenda denominada *Dio*, propriedade do Dr. Cerávolo, situada em Regente Feijó (1943 e 1944).

Nessas relações os japoneses aparecem em uma lista separada, ou melhor, dentro da mesma lista seus nomes estão separados dos demais trabalhadores, além disso, percebemos que os valores recebidos são maiores que os demais. Nas relações constam nome dos trabalhadores, dias trabalhados, valor por dia trabalhado e total a receber. Duas situações explicam essa diferença, uma é que os japoneses trabalham mais dias e outra é que ganham por dia mais que os demais. Porém não é possível identificar o motivo, se trabalham mais dias ou se ganham mais por dia. Contudo nos remete as discussões no Congresso Nacional em fins do século XIX e início do século XX, sobre a imigração de japoneses, um dos pontos positivos era a disciplina dos nipônicos.⁹⁵¹ Nesse sentido, podemos intuir que os japoneses ganham mais que os demais trabalhadores, por trabalharem mais, uma conclusão hipotética de nossa parte, pois seríamos levianos em afirmar tal situação sem uma prova contundente.

Outros documentos nos dão a dimensão das relações de Cerávolo com a comunidade nipônica não só em Presidente Prudente, mas no Brasil, nesse sentido, correspondências entre a empresa Nippo-Therapia no Brasil com o Dr. Cerávolo indicando novos medicamentos no campo da pediatria (1941).

Cumprimentos dirigidos ao Dr. Cerávolo por parte da Associação Nippon-Brasileira de Kobe, desejando felicidades no decorrer do ano (1940), também apontam nessa direção.

⁹⁴⁹ LEAL, 2012, op. cit., p. 38.

⁹⁵⁰ Nota-se nessas relações de pagamento que os japoneses recebem bem mais que outros funcionários, infelizmente não podemos fazer, até presente momento, qualquer afirmação sobre os motivos desses percentuais diferentes, pois demandaria uma pesquisa mais minuciosa e complexa. Esse fato indica que as relações entre japoneses e seus empregadores não eram homogêneas em todas as regiões, pois em ALVIM, 1998, op. cit., p. 269, fica claro o oposto, onde em uma certa propriedade rural os japoneses eram prejudicados quanto a seus soldos, bem como lhes eram oferecidos os piores locais e as piores árvores do fruto, melhores detalhes em HANDA, 1980, op. cit., p. 87.

⁹⁵¹ Maiores informações em SILVA, 2008, op. cit., p. 49-51 e LESSER, 2001, op. cit., p. 156-157.

Nos pertences do Dr. Cerávolo encontramos um ideograma japonês.⁹⁵² Os documentos que mostram o bom relacionamento entre japoneses e o Dr. Cerávolo não estão restritos a esses mencionados.

Por fim, é patente a relação econômica que Cerávolo tinha com a comunidade nipônica, seja ela estabelecida em Presidente Prudente e região ou mesmo de outra parte do Brasil.

3.4.4.1 AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO DR. DOMINGOS LEONARDO CERÁVOLO

Nesse subitem observamos a participação política de Cerávolo no processo político prudentino, desde as práticas coronelistas até o final do governo populista varguista, conseguindo flexibilizar os embates políticos que lhes proporcionaram uma longa vida política.

Contudo é necessário, para que possamos conceituá-lo como um político de práticas coronelistas e populistas, observar suas ações como chefe do executivo, bem como para não confundir as práticas coronelistas como práticas mandonistas ou clientelistas.

Nesse sentido, iniciaremos com o termo *coronelismo* já que Cerávolo é herdeiro dos antigos coronéis que fundaram a cidade, e utiliza-se dessa herança para sedimentar sua hegemonia política. E para que não confundamos as ações políticas de Cerávolo, que entendemos como coronelistas, com outros termos com características similares como *mandonismo* e *clientelismo*, vamos a partir desse ponto analisar as características de cada um relacionando-as à Cerávolo para que possamos definir qual o tipo de política era praticada por ele ou a qual mais se aproxima.

Primeiramente vamos, de maneira breve, contextualizar historicamente a origem desse termo.

Segundo Vitor Nunes Leal “Não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal,...”, segundo o autor, é patente a manifestação do poder privado,⁹⁵³ portanto, o coronelismo de que tratamos em nosso trabalho não necessita ter características hegemônicas com o fenômeno a nível nacional ou de outras regiões, ou seja,

⁹⁵² Consta no anexo 12, traduzido para o português. Tradutores: Claudio Roberto Caloni Yamashiro (descendente japonês que vive no Japão) e Yoshitaka Watanabe (japonês), Cidade de Hadano, Província de Kanagawa, Japão.

⁹⁵³ LEAL, 2012, op. cit., p. 19.

necessariamente as características do coronelismo prudentino não precisam ser idênticas ou semelhantes às de outras regiões, dessa maneira vamos analisá-lo levando em conta somente as particularidades do fenômeno praticado em Presidente Prudente que se assemelham a várias outras regiões.

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, com a implantação do federalismo pela Constituição de 1891, os homens de maiores fortunas serão denominados com os postos da Guarda Nacional, máquina militar do governo imperial, não obstante, principalmente, os proprietários de terras de uma região, do maior para o menor, serão denominados coronel, tenente coronel, major e capitão. Com o advento da República onde estados e municípios gozam de relativa autonomia, o coronel será peça-chave no município nesse processo, pois suas ações e poder serão incontestáveis, esse novo cenário político surge da relação entre governador/presidente de estado e os grandes proprietários de terras. Segundo a autora, esse “... poder privado local... trata-se do coronelismo”, fenômeno totalmente diferente do mandonismo.⁹⁵⁴

Nesse sentido, de acordo com José Murilo de Carvalho e Vitor Nunes Leal, o coronelismo tem como base uma relação de troca entre Estado e os grandes produtores rurais. Por parte do governo é garantido aos coronéis o poder local dando lhes o arbítrio de escolherem os funcionários públicos estaduais (delegado, professores, etc.), dessa maneira os ocupantes desses cargos são fiéis e obedecem mais aos coronéis do que ao governo do estado, assim manipulam a administração pública estadual no município de acordo com seus interesses. Em contrapartida o governo estadual tem total apoio dos coronéis, principalmente em angariar votos.⁹⁵⁵

Porém, segundo Maria Efigênia Lage Resende, mesmo que o cenário político no momento coloque o coronel no centro do poder local, o poder do Estado está acima dos coronéis, ainda é o Estado que determina como será definido o processo político.⁹⁵⁶

Tal situação é patente na política prudentina, principalmente no período em que os coronéis (Goulart e Marcondes) são detentores do poder local, contudo com o afastamento deles do cenário político e a ascensão de Cerávolo esse cenário não se altera drasticamente,

⁹⁵⁴ RESENDE, 2003, op. cit., p. 93-95.

⁹⁵⁵ CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, J. M. de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 132; RESENDE, 2003, op. cit., p. 96; LEAL, 2012, op. cit., p. 20.

⁹⁵⁶ RESENDE, 2003, op. cit., p. 119.

talvez porque Cerávolo tenha uma prática coronelista com um pouco mais de flexibilidade, característica que observamos nas próximas páginas.

Carvalho menciona também, bem como Leal,⁹⁵⁷ que o coronel não é somente o latifundiário, não obstante, também são considerados coronéis os comerciantes, profissionais liberais, como médicos, advogados e até padres. Carvalho ainda menciona, com base em trabalhos de outros autores, que existe coronelismo urbano (bem de acordo para caracterizar Cerávolo como um coronel) e outros tipos de coronelismos, portanto, fica patente que o termo é complexo, diante disso nosso objetivo é contextualizá-lo em nosso trabalho em relação com o poder político que Cerávolo exercia.⁹⁵⁸

De acordo com Leal, outra característica do coronelismo são os favores pessoais, como arrumar um emprego público, emprestar dinheiro, ser avalista de títulos, prestar assistência médica, entre outros.⁹⁵⁹

Nesse sentido devemos observar que Cerávolo, antes de se tornar político herdeiro dos coronéis, chega a Presidente Prudente para exercer a medicina, é patente em nosso trabalho que ele prestava serviços médicos e cobrava de acordo com as possibilidades do cliente, bem como alguns documentos nos fornecem indícios que Cerávolo também realizava empréstimos. Contudo, como consta em nosso trabalho, ele (Cerávolo) é cooptado pelo Cel. Marcondes a integrar-se a política local.

Sobre o mandonismo, José Murilo de Carvalho, menciona algumas características como o coronel que exerce um domínio arbitrário sobre a população, que vive isolada, impedindo-a de chegar ao mercado e da participação política por meio do monopólio de recursos estratégicos. Outra característica é o tempo de duração, ou seja, perpassa por vários períodos desde o colonial até nos tempos contemporâneos, contudo desaparecendo com a conquista dos direitos civis e políticos da população local.⁹⁶⁰

Percebemos que Cerávolo não tem essas características em sua prática política, pois ele convive em uma sociedade que não está isolada e que não depende somente dele (Cerávolo) para conseguir suas reivindicações, existem outros que poderiam substituí-lo, bem como ele não tem o monopólio dos recursos estratégicos.

⁹⁵⁷ LEAL, 2012, op. cit., p. 21-22.

⁹⁵⁸ CARVALHO, 1998, op. cit., p. 133.

⁹⁵⁹ LEAL, 2012, op. cit., p. 38.

⁹⁶⁰ CARVALHO, 1998, op. cit., p. 133; RESENDE, 2003, op. cit., p. 95.

De acordo com Carvalho, o clientelismo é confundido com o coronelismo, tendo em vista ambos os fenômenos terem como característica comum a troca de favores, onde o político distribui benefícios em troca de votos, contudo no coronelismo o coronel tem o arbítrio na distribuição de cargos públicos mesmo não fazendo parte do governo, já no clientelismo o político necessariamente faz parte do governo distribuindo benefícios públicos (empregos, isenção fiscal, etc.), além do que o fenômeno do clientelismo é mais amplo.⁹⁶¹

Contudo, a nossa análise sobre a política de Cerávolo, realiza-se em âmbito local ou no máximo regional, no entorno de Presidente Prudente, porém não podemos nos omitir em mencionar que Cerávolo por várias vezes beneficiou alguém com cargos públicos e empregos em sua propriedade rural, além de favorecer alguns agricultores na obtenção de cotas extras de combustível, tendo em vista o racionamento de combustível por conta da guerra.

Talvez observando por esse prisma possamos dizer que Cerávolo tinha uma prática política clientelista, mas realizou tais ações no momento em que era chefe do executivo no período do Estado Novo, portanto nem tinha, no momento, a necessidade de angariar votos, talvez ele beneficiou-se disso no período democrático, ou seja, entre 1945-1964 e mesmo durante a ditadura civil-militar (1964-1985), devemos lembrar que Cerávolo findou sua carreira política com o mandato de deputado estadual entre 1967-1971 pela ARENA.

José Murilo de Carvalho ainda menciona outro fator que confunde clientelismo com coronelismo, quando se analisa o coronelismo urbano sem a figura do coronel, dessa maneira trata-se de clientelismo, pois as relações são entre o governo, em particular por parte de membros do legislativo, e população mais pobre com o intuito de angariar votos em troca de distribuir empregos e cargos públicos no executivo, além do que no clientelismo há uma disputa entre grupos políticos rivais pelo voto.⁹⁶²

Portanto, voltamos a lembrar de que quando caracterizamos Cerávolo como um político de práticas coronelistas - e não clientelistas -, levamos em consideração que não existe disputa política no período do seu mandato como prefeito e que, a nosso ver, Cerávolo mantém, mesmo na área urbana, a figura do coronel. Não obstante ter herdado tal prática de seus padrinhos políticos, Goulart e Marcondes, também acreditamos, com base no trabalho de Carvalho e de outros autores, que um profissional liberal também pode ser um coronel. Além disso, lembramos que Cerávolo não apenas trabalha como médico, mas é também um médico

⁹⁶¹ CARVALHO, 1998, op. cit., p. 134.

⁹⁶² CARVALHO, 1998, op. cit., p. 134-135.

proprietário rural, portanto, é um profissional liberal e um proprietário rural, utilizando-se dessas duas condições para beneficiar tanto a população pobre, bem como outras classes sociais, tal situação podemos verificar nas próximas páginas.

Contudo não descartamos a possibilidade de Cerávolo também acumular práticas clientelistas tendo em vista, segundo José Murilo de Carvalho, o clientelismo se amplia com o fim do coronelismo,⁹⁶³ não obstante estamos caracterizando o político Cerávolo no período justamente pós 1930.

Diante do exposto, podemos observar que o assunto é complexo, por apresentar perspectivas diferentes entre os teóricos do assunto, contudo o que é comum entre o mandonismo e o clientelismo é que são de longa duração, ou seja, perpassa por vários períodos da história política nacional, já o coronelismo é um fenômeno de curta duração na história política nacional, restrita à Primeira República.⁹⁶⁴

Não obstante, de acordo com Carvalho, o coronelismo surge com a burocracia do Estado republicano quando

Na República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na medida em que delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares que substituíram a Guarda na sua função original. A Igreja também foi separada do Estado, tendo sido instituído o registro civil.⁹⁶⁵

Contudo, o nosso objetivo é tentar caracterizar, de modo geral, o modelo político praticado por Cerávolo e explicitar o nosso entendimento ao afirmar que sua política está caracterizada por apresentar ações coronelistas e populistas, assim dirimir as dúvidas ao conceituarmos a política de Cerávolo. Temos plena consciência que a nossa afirmação é questionável, o que nos alertou em realizar a análise entre esses três fenômenos, *coronelismo*, *mandonismo* e *clientelismo*.

Outro termo que necessitamos conceituar e contextualizar em nosso trabalho é o *populismo*, pois a nosso ver Cerávolo tem uma prática política populista, pois além de ter herdado as práticas coronelistas dos que o iniciaram no mundo da política, Goulart e Marcondes, ele também se utiliza da influência que exerce sobre a população local, pelo

⁹⁶³ CARVALHO, 1998, op. cit., p. 135.

⁹⁶⁴ RESENDE, 2003, op. cit., p. 95-96.

⁹⁶⁵ CARVALHO, 1998, op. cit., p. 147.

menos é o que nos indicam as fontes, com o intuito de exercer um controle sobre as ações públicas e privadas da sociedade prudentina e do entorno, sendo que para nós essa influência e participação direta na vida da sociedade caracterizam-se como uma prática populista, no contexto de nosso trabalho.

Portanto, tendo em vista tal termo ser de grande complexidade, pois de acordo com Francisco Corrêa Weffort, existem várias formas de populismo, e segundo Maria Helena Capelato o populismo só pode ser considerado no governo democrático de Vargas (1950-1954), observamos a necessidade de conceituarmos o populismo na realidade prudentina no período em que nos propusemos a narrar os fatos históricos (1930 a 1945).

Segundo Francisco Corrêa Weffort, existem alguns aspectos superficiais do populismo brasileiro, entre eles a massificação da classe trabalhadora, independentemente do segmento produtivo, principalmente na área urbana dentro de uma sociedade em transformação; um segundo aspecto é a crise que a classe dirigente se encontra perdendo sua representatividade dando as condições para o surgimento da classe dominante, e por fim “...aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social.”⁹⁶⁶

Francisco Corrêa Weffort também afirma que, o populismo “...só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e do desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930.” Bem como, “Foi a expressão do período de crise da oligarquia...”. O autor ainda menciona que o populismo se apoia em “...algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismática dos líderes de massa...”⁹⁶⁷.

A nosso ver esses aspectos estão bem caracterizados em Presidente Prudente, pois a economia, nas décadas de 1930-1940, migrava do segmento rural para o urbano, conseqüentemente provocando também a migração da classe trabalhadora do campo para a cidade, que, no período, mesmo incipiente, a atividade econômica urbana crescia, situação que podemos observar no capítulo II, sendo os imigrantes japoneses e seus descendentes exemplos dessa realidade de migrações rurais-urbanas.

Outro aspecto é a patente crise política do PRP em Presidente Prudente, principalmente entre os dois principais representantes da legenda, Goulart e Marcondes, que

⁹⁶⁶ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 26; CAPELATO, M. H. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 186.

⁹⁶⁷ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 61.

na maior parte do período em que atuaram sempre estiveram em conflito pela disputa do poder local, provocando uma fragmentação partidária, fator que observamos acima.

Tal instabilidade política do PRP contribuiu para a liderança de Cerávolo, fator que observamos nas páginas anteriores, pois ele representava uma possibilidade, tanto da população quanto dos políticos para a estabilização política, pois a instabilidade política influenciava diretamente na vida da população que sofria com a falta de infraestrutura nos serviços públicos.

Em particular ao populismo praticado por Cerávolo devemos lembrar que ele é chefe do executivo prudentino em pleno período do Estado Novo, período ditatorial marcado pelo autoritarismo, nesse sentido é nítido o autoritarismo paternalista e carismático de Cerávolo, autoritarismo esse não só com a massa, mas também com outras autoridades do Estado, que poderemos observar ao longo do nosso trabalho.

Weffort menciona que, de modo geral, “... o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contacto direto com os indivíduos reunidos na massa.”⁹⁶⁸ Nesse sentido, observamos nas páginas anteriores que Cerávolo é esse líder, pois por diversas vezes ele toma atitudes como chefe do executivo municipal sem utilizar os canais competentes, ou seja, por meio dos órgãos públicos municipais. Como exemplo a intervenção em uma greve de feirantes prudentinos. É o prefeito intervindo diretamente no movimento, contudo de maneira privada e até mesmo, a nosso ver, arbitrária.

Weffort afirma que o regime e a política populista que se instala e opera após o movimento de 1930 é proveniente da instabilidade no equilíbrio “... de poder que se estabelece a partir da crise oligárquica.” Somado a isso as classes populares não tinham uma expressividade na participação do jogo político, dessa maneira a política não se altera substancialmente, pois segundo o autor, as classes populares ainda se apoiam naqueles que monopolizam o poder político, ainda será uma política feita de cima para baixo.⁹⁶⁹

Nesse sentido, Presidente Prudente não está fora deste contexto político, pois a classe popular esteve por muito tempo sob o domínio dos coronéis, Goulart e Marcondes, que além de serem os chefes políticos locais, são os líderes oligárquicos, não podemos deixar de observar que mesmo os demais políticos da cidade, de uma maneira ou outra, estavam subordinados aos coronéis, mesmo depois de romperem com eles (coronéis) e migrarem para

⁹⁶⁸ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 28.

⁹⁶⁹ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 65.

outra agremiação política não tinham forças para dominarem o cenário político, pois lhes faltava o principal, o apoio da classe popular que ainda continuava presa ao antigo modelo político coronelista. Devemos lembrar que, Cerávolo herda a prática política dos coronéis mantendo o poder político dentro da classe dominante, não obstante inibindo uma participação autônoma da classe popular no processo político, dessa maneira oferecendo todos os requisitos para o surgimento de um líder populista.

Contudo, segundo Weffort, a instabilidade política que reina entre os grupos dominantes, os impossibilita, a quaisquer deles, assumir qualquer função política, não obstante, qualquer político que assume como chefe do executivo nesse momento,⁹⁷⁰ não somente em âmbito federal, mas também em âmbito municipal, “... assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição.” Nesse sentido, o autor afirma que esse líder assume um poder de decisão em nome dos interesses de toda a sociedade local, assim por vezes ele optará por tomar decisões de menor impopularidade que possam lhe proporcionar resistências e que por outro lado lhe tragam apoio popular. Para isso o líder populista precisa ter uma flexibilidade para manter todos os grupos, sejam dominantes ou populares, na medida do possível, satisfeitos com a sua administração, manipulando-os conforme a necessidade.⁹⁷¹

Não obstante, não podemos esquecer que a oligarquia não está morta politicamente e que de alguma maneira ela está ligada ao poder do Estado em qualquer nível, federal, estadual e municipal, portanto, o chefe do executivo necessita manter um compromisso com todos os grupos dominantes ou populares para se manter no poder, além do que ele é representante da oligarquia, no caso específico, Cerávolo.

Por fim, Francisco Corrêa Weffort, nos alerta para não generalizarmos o termo populismo, pois segundo o autor ele (populismo) assume várias faces, muitas vezes contraditórias, com ampla diversidade de fatores e características, pois cada líder populista tem seu próprio estilo “... sua política pessoal quase sempre pouca explícita e sua ideologia, ainda menos explícita e muitas vezes confusa.” Essa é uma característica do perfil político de Cerávolo, é um político que não se prende a uma legenda partidária, portando não tem uma ideologia definida, é flexível politicamente, podemos observar em sua trajetória política que

⁹⁷⁰ Período considerado entre 1930-1945, principalmente no Estado Novo, onde o chefe do executivo administrará sem qualquer contestação, pelo menos velada.

⁹⁷¹ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 69-70.

iniciou sua atividade como pessoa pública do PRP, foi membro do Partido Constitucionalista e posteriormente torna-se interventor municipal no Estado Novo, a nosso ver o que interessa para Cerávolo é a manutenção do poder local, independentemente de legenda partidária.⁹⁷²

Nesse sentido, Weffort menciona que o populismo é um modelo de governo ambíguo, pois o político populista está sempre dividido “...entre o amor ao povo e o amor ao poder.”⁹⁷³

Acreditamos, diante do exposto, que podemos entender as características políticas de Cerávolo a frente do executivo prudentino, como uma pessoa flexível politicamente e que essa flexibilidade possibilitou seu bom relacionamento com a colônia japonesa.

3.4.5 OUTROS REGISTROS DO BOM RELACIONAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA COM O ESTADO E A SOCIEDADE

Nesse subitem registraremos alguns momentos em que é explícito o bom relacionamento dos japoneses com o Estado e a sociedade, os quais constam em documentos e periódicos, não somente no período em que nos propusemos a estudar (1908-1947), mas dentro de um recorte mais ampliado, pois assim podemos analisar melhor como tais relações vão se modificando no decorrer do tempo.

Nesse sentido, encontramos uma manchete no jornal *A Voz do Povo* sobre um intercâmbio cultural infantil entre Brasil e Japão na edição nº 386, de 1º de janeiro de 1935. A matéria jornalística divulga o trabalho do professor japonês Denishi Ishii, Presidente da Associação Imperial dos Escolares Infantis do Japão. Ele difunde trabalhos culturais de crianças japonesas e filmes educativos. A publicação menciona que ele se encontrou com várias autoridades, entre elas, autoridades brasileiras da área de educação.⁹⁷⁴

A matéria ainda informa que o professor inaugurou uma exposição na associação *Progresso Japonês*, tecendo elogios, pois o editorial menciona que “...uma rica exposição de trabalhos expostos há muitos dignos de especial menção.”, e que toda a população a visita. Talvez haja alguns exageros por parte da imprensa, contudo podemos observar que mesmo com a repressão implementada pelo governo federal aos imigrantes, as relações em Presidente Prudente eram mais amenas, tal situação podemos observar em outros levantamentos em

⁹⁷² WEFFORT, 2003, op. cit., p. 61-62.

⁹⁷³ WEFFORT, 2003, op. cit., p. 62-63.

⁹⁷⁴ *A Voz do Povo*, edição nº 386, de 1º de janeiro de 1935.

periódicos que dão a dimensão do relacionamento dos japoneses com as forças políticas e sociais de Presidente Prudente e região. O próprio tom elogioso da imprensa revela a positividade dessa relação com os japoneses, pelo menos antes da guerra.

Os elogios não ficam restritos aos trabalhos, mas são dirigidos também ao professor japonês, o periódico menciona que “O distinto intellectual japonéz demorar-se-a alguns dias entre nós, realizando reuniões educativas a colonia japonesa. Samos-lhe gratos...(danificado)... desejando-lhe feliz permanência entre nós.”⁹⁷⁵

Duas observações devemos fazer sobre esse fragmento: primeira, a publicação elogiosa tanto ao professor como à colônia japonesa; segunda, o professor além de ter como um dos objetivos de sua visita a divulgação de trabalhos de crianças japonesas, também tem outro objetivo que é a participação educativa dentro da colônia japonesa; portanto, mesmo com a repressão sobre os *quistos étnicos* implementada pelo governo federal, pelo menos na região de Presidente Prudente tal repressão não existia ou era frouxa por parte das autoridades que deveriam fiscalizá-las, além do que a colônia japonesa de Presidente Prudente não tinha aspectos de *quistos étnicos*, pois, por mais que tinham seus momentos de isolamento, é explícita a relação socioeconômica que a colônia tinha com a sociedade prudentina e região.

Lembrando ainda que mesmo não existindo uma legislação específica sobre a vigilância das colônias de imigrantes - principalmente japonesa por ser considerada de difícil assimilação, bem como um órgão responsável para fiscalizá-las -, já tinha sido criada a *Comissão de Imigração*, tendo como presidente Oliveira Vianna, a qual acabou por sugerir a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de estrangeiros e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional. Além disso tinha o apoio, entre outros supramencionados, de Artur Neiva, sanitarista, o qual moveu intensa campanha contra a imigração japonesa na Constituinte de 1934, e era empenhado em combater a imigração e os *quistos étnicos*. Embora, mesmo com toda essa pressão sobre as colônias de imigrantes, em Presidente Prudente isso não é notado em primeiro plano, pelo menos é o que nos indicam as fontes.

Matéria publicada no dia 12 de dezembro de 1937, divulga a apresentação do tenor japonês Yoshie Fujiwara em Presidente Prudente que estava em turnê pelo Brasil juntamente com seu pianista. Ele já tinha se apresentado no Rio de Janeiro e em São Paulo. A apresentação aconteceu nas dependências do Cine Teatro Phenix que, segundo consta estava

⁹⁷⁵ A *Voz do Povo*, edição nº 386, de 1º de janeiro de 1935.

com suas acomodações totalmente lotadas. Detalhe, o referido artista hospedou-se na residência do Dr. Cerávolo.⁹⁷⁶

O editorial do *A Voz do Povo* novamente tece elogios aos nipônicos, nesse caso aos artistas. Além de analtecê-los pela apresentação, menciona que a sociedade prudentina lotou todas as dependências do teatro, local da apresentação, bem como destaca a grande presença de membros da colônia japonesa. Outro detalhe elencado é que a apresentação não se resumiu ao tenor, pois constava de outros artistas presentes, inclusive italianos, além de outros japoneses. Todavia o periódico confere destaque ao tenor japonês.

Não podemos deixar de observar que a apresentação se dá já com a implantação do Estado Novo, que teoricamente vai intensificar a repressão aos imigrantes e os quistos étnicos.

Essas matérias trazem detalhes que nos levam a acreditar que as atividades da colônia japonesa são importantes para a imprensa, sociedade e autoridades prudentinas. Portanto, ocupavam certa centralidade na cultura urbana do lugar, não sendo relações de conflito aberto, até este momento.

Na edição nº 801, de 17 de outubro de 1940, do *A Voz do Povo*, a matéria jornalística divulga as comemorações ao dia da Raça ocorrida nas dependências do Colégio São Paulo. Estavam presentes várias autoridades governamentais, além do prefeito municipal Dr. Cerávolo, o Inspetor federal de ensino Dr. João Franco de Godoy, o juiz de direito Dr. Demétrio de Toledo e, representando a igreja católica, o religioso Padre José Maria Martinez Sarrion.⁹⁷⁷ Observamos que não consta na matéria a presença de representante de outro segmento religioso, portanto não podemos afirmar se compareceu alguém representando outra instituição religiosa, nem mesmo nipônica. Tal fator mostra a forte influência que o catolicismo tinha sobre a sociedade prudentina ou sobre os meios de comunicação. Estava presente também, além do redator do respectivo periódico, o redator de outro periódico, *O Imparcial*.⁹⁷⁸

⁹⁷⁶ *A Voz do Povo*, edição de 12 de dezembro de 1937.

⁹⁷⁷ *A Voz do Povo*, edição nº 801, de 17 de outubro de 1940.

⁹⁷⁸ Tendo em vista o evento ser nas dependências do Colégio São Paulo, acreditamos que a colônia japonesa tentava, desse modo, integrar-se a sociedade, porém não sabemos se o colégio estava sob intervenção estatal, caso estivesse, a participação de eventos, a intregação não seria espontânea. Procurando a resposta nas fontes, encontramos no *A Voz do Povo* uma notícia sobre a venda do colégio para um brasileiro em dezembro de 1937, porém, em outra fonte, um material de memórias, há informação que o colégio somente sofre intervenção em 1943, tendo como interventor Luiz Barbosa de Oliveira, que segundo a matéria jornalística de 1937 é o comprador do colégio. Nesse sentido, hipoteticamente, acreditamos que em 1937 já havia uma intervenção velada sobre o colégio que se torna oficial em 1943.

Devemos observar que o evento publicado no periódico é no período do Estado Novo, onde o rigor na fiscalização aos imigrantes é grande, contudo, a presença de autoridades estaduais e municipais em uma instituição pertencente aos japoneses, principalmente nesse período, nos indica que as relações entre Estado e colônia japonesa de Presidente Prudente eram boas. Contudo, quando mencionamos *Estado*, nos referimos à autoridade que representa o Estado, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, lembrando que estamos sob um governo de forte conotação ditatorial, portanto, sejam autoridades de quaisquer níveis, mesmo que residentes no local, teoricamente devem obediência ao governo federal sem contestação. Porém, são pessoas que além de representarem o Estado também têm uma vida social, incluindo relações pessoais com os imigrantes, e relações com a cidade. Portanto, essas relações pessoais nos levam a acreditar que influenciavam nas decisões dos representantes do Estado, fazendo com que eles amenizassem a fiscalização determinada pelo governo central e mesmo pelo DEOPS, amortecendo a repressão, no plano local.

Além disso, podemos observar que nas matérias citadas anteriormente o Dr. Cerávolo é mencionado, direta ou indiretamente, mesmo quando seu nome não consta expressamente está intrinsecamente mencionado como autoridade municipal. O que reforça nossa tese de que ele foi um importante mediador entre a comunidade nipônica local e o Estado, auxiliando a amortecer a repressão estadonovista.

Devemos lembrar que a posição de Cerávolo como autoridade governamental é diferente de outros representantes do Estado, pois ele era chefe do executivo não por voto popular, mas foi escolhido como interventor pelo governo central por meio do governo estadual. Além disso, Cerávolo tem outras relações com os japoneses fora da esfera estatal, ou seja, tem relações pela sua condição de médico, de proprietário rural e proprietário de cartório, contudo os demais representantes do Estado são funcionários (delegado, policial [civil ou militar], investigador, escrivão etc.), portanto, as relações são diferentes, por mais que um funcionário público tenha uma relação pessoal com o imigrante, ele deve obediência a seus superiores. Talvez isto explique as divergências entre Cerávolo e delegados, em particular, no tratamento dispensado aos japoneses.

Porém, o jornal *A Voz do Povo*, não publicava apenas matérias elogiosas aos nipônicos. Durante a pesquisa documental, encontramos outra manchete, sobre interesse de investimentos por parte de japoneses no Brasil. A publicação da edição nº 391, de 3 de fevereiro de 1935, no referido periódico, divulga o interesse do governo japonês em financiar

a indústria pesada no Brasil como a naval, aérea, siderurgia e bélica.⁹⁷⁹ Porém essa matéria tem relação com declarações do deputado estadual João Carlos Fairbanks⁹⁸⁰ (Ação Integralista Brasileira) que se mostra incrédulo aos resultados de tal empréstimo. Nesse sentido, queremos observar que nem sempre o periódico publica matérias favoráveis relacionadas aos japoneses, mas abre espaço para notícias desfavoráveis aos nipônicos, talvez com o intuito de mostrar sua imparcialidade, afirmada em outras oportunidades. Nessa mesma edição um editorial demonstra a afinidade que o periódico tem com o deputado que, segundo a matéria, é um de seus colaboradores.

Quanto aos documentos da DRP que nos fornecem uma indicação do bom relacionamento dos japoneses com o Estado em Presidente Prudente, está registrado em vários ofícios principalmente solicitando o pagamento por serviços prestados por empresas pertencentes a japoneses (1945-1946). Tais ofícios são expedidos pelo delegado regional para seus superiores na capital paulista que remeteriam à Receita Estadual para efetivarem os pagamentos. Os serviços constantes dos ofícios referem-se às áreas de fotografia, vidraçaria e farmacêuticos.⁹⁸¹ Embora essas relações sejam de cunho econômico, acreditamos serem influenciadas por relações sociais, a não ser que não existissem outras empresas do mesmo segmento comercial em que os proprietários fossem de outras nacionalidades, inclusive brasileiros, assim poderíamos afirmar que realmente era uma relação exclusivamente econômica.

O Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946, apresenta a ordem de detenção de membros da colônia japonesa acusados de pertencerem a uma organização (Kodo Jissen⁹⁸² Renmei), nele o delegado de polícia civil que deveria efetuar as prisões pondera informando aos seus superiores que tal detenção prejudicaria a produção da seda animal, bem como outras atividades agrícolas. O delegado redige o texto com as seguintes palavras

Atendendo à solicitação constante no Radiograma numero 628, de 25 do corrente, de V.S., encaminho a esse Serviço pelos investigadores BENEDITO OLIVEIRA DA CRUZ e GENESIO PEREIRA NUNES, os japoneses KIYOSHI INONE ou KIYOSHI INQUE, KENJIRO NISHI,

⁹⁷⁹ *A Voz do Povo*, edição nº 391, de 3 de fevereiro de 1935.

⁹⁸⁰ Chega a região antes da criação das Vilas Goulart e Marcondes (atualmente Presidente Prudente) na década de 1910, pois era engenheiro responsável pela construção da ferrovia.

⁹⁸¹ Ofício nº 509, de 03 de março de 1945; Ofício nº 878, de 17 de abril de 1945; Ofício nº 961, de 24 de abril de 1945; Ofício nº 1092, de 12 de maio de 1945 e Ofício nº 2133, de 15 de julho de 1946.

⁹⁸² Em alguns documentos está escrito Dissem.

TOSHIO SASAKI, LAURO TADAO SASAKI ou RAUL SASAKI, **TORAO GOTO** e YORITAKE OMI, todos residentes nesta cidade. Informo a V.S. que, alguns deles são socios do INSTITUTO SEMENTÁRIO “BONBIX” LTADA, (seleção de ovos de bicho da sêda) com sede nesta cidade, segundo consta, durante a ausência dos mesmos, principalmente do técnico LAURO TADAO SASAKI, por falta de quem o substitua, ficarão suspensos os trabalhos do Estabelecimento, onde trabalham sessenta operários.

O DELEGADO ADJUNTO, RESP. P/EXP. DA REGIONAL
FRANCOLINO MACHADO FILHO⁹⁸³

Não obstante, a argumentação do delegado estava amparada pela CIRCULAR Nº 26 de 16/04/1942 da SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA – São Paulo Capital com o seguinte texto

Senhor Delegado.

Sem embargo das rigorosas medidas de segurança impostas pela situação, deveis ter em vista não perturbar o ritmo de trabalho e produção agora mais do que nunca necessários ao País.

Elementos estrangeiros, mesmo os alemães, italianos e japoneses, enquanto procedem com lealdade para com a Terra que os hospeda, devem ser respeitados em seu trabalho e de acordo com as exigências legítimas desse mesmo trabalho, sua locomoção dentro da comarca não deve ser embaraçada e mesmo fora dela será permitida, mediante concessão do competente salvo-conduto.

Do vosso critério e bom senso espero que sabereis conciliar os sagrados interesses da Segurança Nacional com a necessidade de não sacrificar a economia do Estado.

Atenciosas saudações.
O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA
Accacio Nogueira⁹⁸⁴

É patente que o interesse econômico, mesmo em tempo de guerra, suplanta qualquer outro interesse, seja ele criminal, social ou político, nesse sentido a legislação em vigor não é adotada igualmente a todos os japoneses, a atividade econômica que eles desenvolvem vai influenciar diretamente nas ordens superiores de detenção, ou seja, será levado em consideração se sua detenção vai prejudicar a economia local e principalmente a economia nacional, independente de sua atividade social e política, mesmo que contra ele pese qualquer suspeita de ações criminais. Além do que podemos observar que isso é uma política estadual e não somente local, portanto, as autoridades locais se utilizam da legislação para amenizarem a

⁹⁸³ Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946. (grifo nosso).

⁹⁸⁴ Circular nº 26, de 16 de abril de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

pressão sobre os imigrantes, ou seja, lançam mão de uma determinação governamental para utilizando-a socialmente, pelo menos é o que nos parece.

Outra hipótese que levantamos é que o delegado utiliza a orientação para não prejudicar os trabalhos de imigrantes quando esses colaboram com a economia local ou mesmo nacional, para assim amenizar a repressão sobre os japoneses e não contrariar ordens superiores, só cumprindo-as realmente quando da insistência por parte do DEOPS. Não obstante verificaremos no item a seguir, quando o mesmo delegado que questiona a ordem de detenção de um grupo de japoneses em dado momento, efetua as prisões meses após e ainda afirma que a detenção foi providencial para que ocorrências graves não acontecessem, atitude no mínimo paradoxal.

Por fim, podemos observar a importância dos japoneses na economia prudentina e da região, além das atividades comuns a todos, também nas atividades peculiares aos japoneses, porém, envolvendo pessoas fora da colônia, é o caso da menta e da seda animal.

Devemos lembrar que a integração não ficou só nas atividades econômicas, mas também culturais, ocorria uma participação recíproca, ou seja, não nipônicos participavam em atividades culturais promovidas pela colônia japonesa, bem como a participação de nipônicos em atividades promovidas fora da colônia. Além das atividades culturais, a integração passava pela área da educação, em que não nipônicos frequentavam o colégio pertencente aos japoneses. Não obstante, mesmo os japoneses não deixando sua cultura de lado, alguns participavam de eventos tipicamente brasileiros, uma demonstração de tentativa de integração à sociedade local.

3.4.6 O CASO DE JAPONESES DETIDOS EM PRESIDENTE PRUDENTE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NO IMEDIATO PÓS-GUERRA (1945-1947)

Neste subitem trataremos da detenção de japoneses pela DRP de Presidente Prudente e encaminhados ao DEOPS e fichados, alguns presos na Ilha Anchieta, conforme fontes locais e do arquivo digital do DEOPS nos comprovam tais detenções. Não obstante, tendo em vista a circunscrição da DRP de Presidente Prudente abranger uma extensa área, selecionamos somente aqueles que residiam nas proximidades de Presidente Prudente, ou seja, na região da Alta Sorocabana.

Adotamos o critério de registrar cronologicamente a partir do primeiro documento em que identificamos as detenções, ou seja, ao observarmos um documento *X* que informa a detenção de um detido *Y* pela primeira vez, registramos essa detenção e os demais procedimentos inerentes ao detido e a cada registro individual, se necessário e possível, analisamos os documentos individualmente, além do que realizamos uma análise comparativa entre os documentos referentes a cada japonês, pois às vezes os documentos são divergentes entre si, principalmente cronologicamente.

Exemplificamos a seguir por meio dos ofícios abaixo. Os registros documentais sobre a detenção dos japoneses constantes nos dois ofícios e demais procedimentos, estão mencionados nas próximas páginas.

O Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946, dá conta da ordem de detenção de membros da colônia japonesa, pertencentes a uma empresa de beneficiamento da seda animal. O delegado de polícia civil que deveria efetuar as prisões pondera informando aos seus superiores que tal detenção prejudicaria a produção da seda animal, bem como outras atividades agrícolas.⁹⁸⁵

Contudo, no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, assinado pelo mesmo delegado, é efetuada a detenção dos principais dirigentes da sociedade denominada *Kodo Jissen*⁹⁸⁶ *Renmei*, podemos observar que dois deles fazem parte da empresa que processava a produção da seda animal, sendo que nesse ofício o delegado se mostra favorável à detenção dos mesmos e enfatizando o benefício das detenções, conforme redação do documento

Com o presente, encaminho a êsse Departamento, acompanhado dos investigadores ISMAEL DE ARAUJO, BENEDITO DE OLIVEIRA CRUZ, GENEZIO PEREIRA NUNES e ARNOLPHO PINHEIRO, os japonezes MOTOI BAM, **YORITAKE OMI**, TEIZO TAKASHIMA, TSUGIO SOIDA, **TORAO GÔTO**, TAKANOBU SASAKI, KIOKO NISHI, IWAO BAM, KIYOSHI TOMITA, AKIRA TAKAHASHI ou AKIRA MAENO e KURAZO HANDA, membros dirigentes da “KODO DISSEM REMMEI”, sociedade secreta por eles organizada nesta cidade e à qual estão filiados cerca de 500 elementos.

Em poder de TORAO GÔTO, MOTOI BAM e AKIRA TAKAHASHI, foram apreendidos escritos referentes à organização, aos objetivos, e à propaganda da sociedade, escritos esses ora remetidos a êsse Departamento. Nas declarações que prestaram perante esta Regional, e com êstes enviadas a esse Departamento, os referidos indivíduos, todos eles fanáticos, esclarecem as atividades que vinham desenvolvendo na sua associação.

⁹⁸⁵ Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946.

⁹⁸⁶ Em alguns documentos está escrito Dissem.

Com a detenção dos mesmos, no momento oportuno, possivelmente evitou-se a prática de atentados contra a vida de alguns de seus patrícios, aqui residentes, e por eles considerados como “traidores”, por estarem certos da derrota do Japão, na guerra recém-finda.

O DELEGADO ADJUNTO, RESP.P/EXP.DA REGIONAL
FRANCOLINO MACHADO FILHO⁹⁸⁷

Podemos observar que entre os ofícios há um período aproximado de dois meses. A autoridade policial que efetua a detenção é a mesma, não obstante, nos permite fazer um questionamento: *por que a mesma autoridade policial muda de ideia?*

O primeiro ofício nos fornece informações que os japoneses pertencem a uma empresa que processava a seda animal, em momento algum menciona que os detidos fazem parte da *Kodo Jissen Renmei*, ou mesmo de outra associação sob investigação, qual é o motivo de suas detenções e se eles são ou não nocivos à integridade física de outros japoneses, ou mesmo pessoa de outra nacionalidade. O segundo ofício nos informa que os detidos são membros da organização - contudo somente dois japoneses constam nos dois documentos, **Toraō Gōto** e **Yoritake Omi** -, e que a detenção dos mesmos é um benefício para a própria colônia japonesa.

As informações nos possibilitam chegar a conclusões hipotéticas e questionamentos: se **Toraō Gōto** e **Yoritake Omi** estão relacionados nos dois ofícios subentende-se que eles foram liberados da primeira detenção, mas não temos informações se os demais detidos também o foram com eles na primeira vez, tendo também sido liberados; se **Toraō Gōto** e **Yoritake Omi** foram detidos por serem uma ameaça aos japoneses que produziam a seda animal e os que admitiam a derrota do Japão na guerra, como eles próprios poderiam trabalhar em uma empresa que processava a seda animal? Nesse caso específico as ordens de detenção e mesmo a detenção são paradoxais, além do que segundo Fernando Morais,⁹⁸⁸ o presidente da *Kodo Jissem Renmei*, foi concitado a aliar-se a *Shindo-Renmei*, porém não aceitou.

Outra hipótese seria que, qualquer imigrante poderia ser detido, pelo simples fato de pertencer a uma associação japonesa, ou seja, uma medida preventiva ou arbitrária, mesmo que não houvesse qualquer prova que indicasse que o nipônico detido fosse um potencial criminoso. Só poderemos saber realmente melhores detalhes sobre a detenção o que ocorreu por meio dos processos judiciais. Outra questão pode estar relacionada à associação, ou seja, as autoridades policiais tendo como exemplo os atos da *Shindo-Renmei*, colocavam todas as

⁹⁸⁷ Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946. (grifo nosso).

⁹⁸⁸ MORAIS, 2000, op. cit., p. 112.

associações no mesmo plano, tratando-as igualmente. Porém, essa é uma tarefa para futuros trabalhos acadêmicos, haja vista não haver espaço para isto no interior deste trabalho, em virtude dos necessários recortes que toda pesquisa precisa ter.

Dos detidos junto com Taro Gôto na primeira vez, o único que não encontramos ficha nos arquivos do DEOPS foi de Lauro Tadao Sasaki ou Raul Sasaki, não sabemos do real motivo, contudo há a seguinte hipótese, no citado ofício o delegado lembra às autoridades superiores que tal indivíduo é o principal técnico responsável pela seleção dos ovos de seda e que sua detenção prejudicaria os trabalhos, ou seja, a empresa não produziria no período de sua detenção, paralisando suas atividades, além de prejudicar seus funcionários. Nesse sentido, podemos observar que não há critérios criminais para deter ou não deter o nipônico, a posição que Lauro Tadao Sasaki ocupa na empresa é critério para não fichá-lo no DEOPS, ou seja, sua posição é fator primordial para determinar sua situação perante os órgãos policiais, isso abre um precedente para que as detenções sejam arbitrárias, as autoridades decidem quem será detido ou não sem fundamentação legal.

Porém, levantamentos realizados nos arquivos digitais do DEOPS⁹⁸⁹ nos possibilitou verificar que alguns dos japoneses detidos que constam no Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946 e Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, foram fichados no DEOPS, que registramos nas próximas páginas.

3.4.6.1 REGISTROS INDIVIDUAIS DE ALGUNS JAPONESES DETIDOS EM PRESIDENTE PRUDENTE E ENCAMINHADOS AO DEOPS E PRESOS NA ILHA ANCHIETA

Nesse subitem registramos individualmente os japoneses que foram detidos na região da Alta Sorocabana. Procuramos analisar as circunstâncias que levaram a sua detenção sem, contudo expressar juízo de valor, porém indicamos algumas contradições presentes nas prisões.

Nesse sentido, no Ofício nº 167, de 23 de janeiro de 1945,⁹⁹⁰ figura como indiciado em inquérito policial o nipônico Kaichi Kitauru, porém não registra o motivo. O mesmo foi

⁹⁸⁹ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>.

⁹⁹⁰ Os ofícios que mencionamos nesse subitem são expedidos pela DRP de Presidente Prudente.

fichado no DEOPS sob o prontuário⁹⁹¹ nº 55122, de 28 de março de 1945, não constando qualquer registro criminal.⁹⁹²

O Ofício nº 673, de 21 de março de 1945, apresenta ao DEOPS o japonês Tokusi Aoki, ele foi detido em Presidente Prudente, por ser filho de Keijiro ou Kenjiro Aoki, este morador em São Paulo capital, ou seja, só pelo fato do pai ter sido detido suspeito de estar envolvido com as ações da Shindo-Renmei. Não obstante, as autoridades policiais da capital determinaram que as autoridades policiais da DRP de Presidente Prudente detivessem e encaminhassem Tokusi Aoki ao DEOPS, porém não encontramos seu prontuário. Seu pai foi fichado no DEOPS sob o prontuário nº 6325, de 30 de agosto de 1946.

Sakujiro Kuramoto consta como indiciado nos Ofício nº 2467, de 5 de outubro de 1945, Ofício nº 2574, de 15 de outubro de 1945 e Ofício nº 156, de 17 de janeiro de 1946, todos da DRP Presidente Prudente, pela prática dos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938,⁹⁹³ “Define crimes contra a personalidade internacional, a Estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social”; Art. 3º - São ainda crimes da mesma natureza: 16) incitar ou preparar atentado contra pessoa, ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos; Pena - 2 a 5 anos de prisão; se o atentado se verificar, a pena do crime incitado, ou preparado; e 26) divulgar por escrito, ou em público, notícias falsas, sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor; Pena - 6 meses a 1 ano de prisão. Conduzido ao DEOPS e fichado sob o prontuário nº 60341, de 12 de outubro de 1945, contudo, não consta qualquer registro criminal, somente que exerce a profissão de comerciante. Os documentos não explicitam qual foi o ato criminoso do detido, ou seja, só informa em qual lei foi enquadrado, embora, podemos acreditar que no mínimo ele estava praticando os atos tipificados no artigo 26.

Nesse sentido, podemos observar que seus atos criminosos estão relacionados às ações da Shindo-Renmei, em que espalham na colônia japonesa falsas notícias sobre o resultado da Segunda Guerra Mundial, cometem atos violentos contra outros japoneses, bem como incitam outros a cometerem os mesmos crimes, entre outros delitos. Não obstante é o primeiro caso de detenção que está fundamentada legalmente, porém não sabemos se foram encontradas provas para a detenção, muitas detenções eram por denúncias ou mesmo por suspeitas. Mesmo a

⁹⁹¹ Registramos o número somente dos prontuários do DEOPS, pois existe outro número de prontuário geral.

⁹⁹² Os prontuários em branco são recorrentes no arquivo do DEOPS.

⁹⁹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10431.htm. Acesso em 8 jun. 2017.

Kodo Jissem Renmei não tendo aderido a Shindo-Renmei, atos violentos aconteceram em Presidente Prudente, portanto acreditamos que as ocorrências estão ligadas a Shindo-Renmei. Nas próximas páginas registramos outros detidos com base legal.

Nos Ofício nº 2468, de 5 de outubro de 1945 e Ofício nº 156, de 17 de janeiro de 1946, consta como indiciado Kenroku Hirai, vulgo Antonio Hirai, pela prática dos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, Art. 3º, números 16 e 26. Apresentado ao DEOPS, sendo fichado sob o prontuário nº 60342, de 12 de outubro de 1945. Podemos observar que seu registro no DEOPS foi junto com de Sakujiro Kuramoto, preso sob a acusação de cometer ou tentar cometer ato violento contra bens ou mesmo contra a pessoa, bem como divulgar falsas notícias que contribuía para a intranquilidade na sociedade. Contudo não consta qualquer registro criminal, somente que exerce a profissão de comerciante.

Takao Harada consta no Ofício nº 2580, de 16 de outubro de 1945, por ter comparecido a DRP para identificação datiloscópica⁹⁹⁴ com o fito de averiguação de antecedentes, contudo, existem dois prontuários no DEOPS, um sob o nº 86286, de 9 de outubro de 1947, em que não consta registro criminal, somente profissão de lavrador, e outro prontuário, sob o nº 33751, de 24 de novembro de 1944, em que podemos observar que é datado mesmo antes da identificação datiloscópica. Isso nos dá uma ideia da “neurose” que acometia as autoridades policiais locais quanto aos nipônicos, pois no documento supramencionado não consta qualquer ordem superior para qualificar Takao Harada, bastava uma suspeita fundamentada ou não, para que o nipônico fosse averiguado.

No Ofício nº 1247, de 5 de abril de 1946, consta o inquérito policial em que responde Tadashi Hiroshima ou Tadashi Shima, pelos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, já mencionado, além do crime capitulado no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*Código Penal*), Estelionato Art. 171. “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.” Nesse caso em particular, há duas hipóteses da prática do crime, a primeira e a mais provável é em relação às ações de divulgar falsas notícias, além do que ele foi detido e processado com outro nipônico; a segunda pode estar relacionada à extorsão, pois, muitos nipônicos aproveitavam da ignorância de compatriotas para retirarem deles vantagens econômicas, porém, só podemos conhecer o ato criminoso específico cometido pelo detido,

⁹⁹⁴ Datiloscopia ou papiloscopia é o processo de identificação humana por meio das impressões digitais, normalmente utilizado para fins judiciários.

ou pelo menos em que foi acusado por meio do processo judicial, pois nos ofícios só consta em qual lei foi enquadrado. Como outros, foi fichado no DEOPS sob o prontuário nº 7131, de 13 de fevereiro de 1952, acusado de pertencer a Shindo-Renmei, tendo destaque a profissão de lavrador. Podemos observar o grande espaço cronológico entre o inquérito e o registro de seu prontuário, demonstrando que esses prontuários muitas vezes não estão ligados diretamente aos processos em que os nipônicos são submetidos, pelo menos é o que nos parece, em particular nesse caso, ou o processo se prolonga, sendo que muitas vezes o investigado fica aguardando preso irregularmente, o fim do processo.

Jiichi ou Jichi Yamaguchi é processado juntamente com Tadashi Hiroshima e pelos mesmos crimes, como podemos constatar no Ofício nº 1247, de 5 de abril de 1946, contudo o Ofício nº 1248, de 25 de abril de 1946, alerta o delegado de polícia civil de Martinópolis para manter o referido nipônico em permanente vigilância, pois ele é considerado pelas autoridades policiais figura importante dentro das atividades da Shindo-Renmei na cidade. Como outros nipônicos, consta seu prontuário no DEOPS sob o nº 7115, de 5 de março de 1947, sob a acusação de prática de atividades criminosas como membro da Shindo-Renmei. Também ganha destaque o registro profissional como lavrador.

Kiyoshi Inone,⁹⁹⁵ detido pela DRP de Presidente Prudente conforme Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946 e conduzido para o DEOPS, fichado sob o prontuário nº 7241, de 27 de fevereiro de 1947, uma primeira observação nos cabe fazer dentre outras, as datas dos documentos estão separadas por um período de um ano, podemos sugerir no mínimo duas hipóteses, as datas estão erradas ou o nipônico permaneceu durante esse período detido clandestinamente até que sua confissão fosse ao encontro do que as autoridades pretendiam, hipoteticamente, acusá-lo de pertencer a Shindo-Renmei, como consta em seu prontuário, bem como de outros japoneses que observaremos nas próximas páginas.

Consta em seu prontuário que exercia a profissão de industrial, sendo sócio do Instituto Sementário “BONBIX” Ltda., fato que nos causa estranheza, pois se ele era um dos responsáveis pela produção de seda animal na região, como poderia ao mesmo tempo ser membro de um grupo que praticava atos violentos contra o patrimônio de quem estava envolvido com tal produção ou mesmo contra a integridade física desses? Fator que para nós é no mínimo paradoxal. Nesse sentido, nos cabe observar duas hipóteses, as detenções são arbitrárias ou o nipônico estava infiltrado na empresa, essa última pouco provável em nosso entendimento, porém não descartamos a possibilidade, caso estivesse infiltrado identificaria

⁹⁹⁵ Constam outros nomes na ficha do DEOPS.

quem estava envolvido na produção, informando à liderança da Shindo-Renmei que organizaria a represália.

Outros documentos que nos mostram o andamento do inquérito contra Kiyoshi Inone, como o Ofício nº 1329, de 30 de abril de 1946, em que novamente é detido e conduzido ao DEOPS, bem como o Ofício nº 2742, de 30 de agosto de 1946, anexo a esse ofício existe um recibo do escrivão que recebeu os detidos das mãos dos policiais que os escoltaram de Presidente Prudente ao DEOPS, em 31 de agosto de 1946. Não obstante, esses documentos nos indicam que ele foi apresentado por várias vezes ao DEOPS, portanto, hipoteticamente, Inone só foi fichado no DEOPS após as autoridades policiais concluírem, não sabemos de que maneira, que o nipônico pertencia à Shindo-Renmei, nesse sentido, pode ser uma explicação hipotética do espaço cronológico entre o primeiro documento de detenção até o fichamento no DEOPS, válida para o caso de outros detidos.

Não obstante, outros japoneses constam nos mesmos documentos, portanto, quando da análise da detenção de cada nominado, nos detivemos a analisar nas informações somente que são díspares entre os detidos, contudo o que lhes é comum somente mencionamos resumidamente, pois esse trabalho não nos permite o aprofundamento do estudo dos casos, embora nos abra portas para futuras pesquisas.

Nesse sentido, temos o caso de Kenjiro Nishi,⁹⁹⁶ bem como de outros. Detido pela DRP de Presidente Prudente conforme Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946 e conduzido para o DEOPS, fichado sob o prontuário nº 6855, de 18 de fevereiro de 1947, junto com outros detidos. As datas dos documentos estão separadas por um período de um ano, sendo nossas hipóteses as mesmas dos demais detidos citados anteriormente. Como outros, foi acusado de pertencer a Shindo-Renmei. Tinha como profissão lavrador/industrial, era sócio do Instituto Sementário “BONBIX” Ltda., nesse sentido, além de processar a seda animal, provavelmente também produzia o bicho-da-seda, assim agregava valor econômico. Sua detenção seria uma atitude contraditória, hipoteticamente pelo mesmo motivo que observamos sobre a prisão de Kiyoshi Inone, bem como de outros na mesma situação, contudo, em particular no caso de Kenjiro Nishi, vemos uma dupla contradição, pois não só produzia o bicho-da-seda como também processava a seda animal.

Outros documentos nos mostram o andamento do inquérito contra Kenjiro Nishi, são os Ofício nº 1329, de 30 de abril de 1946 e Ofício nº 2742, de 30 de agosto de 1946, supramencionados, portanto, foi processado junto com outros japoneses.

⁹⁹⁶ Constam outros nomes na ficha do DEOPS.

Toshio Sasaki,⁹⁹⁷ detido pela primeira vez conforme consta no Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946. Conduzido para o DEOPS, sob o prontuário nº 6891, de 18 de fevereiro de 1947, podemos observar que foi fichado no mesmo dia que Kenjiro Nishi sob a acusação de pertencer a Shindo-Renmei. Registrado profissionalmente como comerciante. Sua detenção também é contraditória como as dos demais que foram detidos junto com ele pela primeira vez, como já mencionamos, pois também era membro do Instituto Sementário “BONBIX” Ltda, porém, não encontramos outro documento sobre seu processo.

O Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946, registra a primeira detenção de Torao Gôto, foi conduzido para o DEOPS, posteriormente detido novamente como consta no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, fichado sob o prontuário nº 6449, de 24 de setembro de 1946. Consta em seu prontuário que exercia a profissão de comerciante, não obstante também era membro do Instituto Sementário “BONBIX” Ltda.

Em particular sobre a situação de Torao Gôto, já registramos nossas análises nas páginas anteriores. Contudo, não encontramos outros documentos sobre sua situação processual, fato que hipoteticamente nos leva a acreditar que seu processo foi conduzido separadamente dos demais e mais rápido, diferente de outros nipônicos, em que o rito processual ocorreu paralelamente, conforme podemos constatar pelos documentos em que os detidos estão nominados. Porém, diferentemente de outros o seu fichamento no DEOPS tem data bem anterior aos demais. Tal situação nos leva a outros questionamentos, será que confessou antes dos demais ou seu interrogatório foi primeiro? Será que delatou os demais? Hipótese de pouca probabilidade, pela fidelidade própria da cultura nipônica, mas não excludente. Será que as autoridades policiais concluíram rapidamente que as suspeitas sobre ele eram reais, portanto, um perigo para a sociedade? Além dessas hipóteses, podemos pensar, será que a Bonbix não seria uma empresa de fachada para abrigar milicianos da Shindo-Renmei? Ou eram agentes infiltrados? Muitas são as hipóteses, que poderão ser comprovadas ou não em pesquisas futuras. Além do que, em seu prontuário não consta se pertence a alguma associação.

Contudo, mesmo não constando sua atividade em qualquer associação que supostamente destruía culturas de seda animal e hortelã, ele é o único que temos certeza que ficou preso entre os detidos que constam nos documentos supramencionados, pois, encontramos um documento⁹⁹⁸ de solicitação de visita por parte de sua esposa Yoneko Torao,

⁹⁹⁷ Constam outros nomes na ficha do DEOPS.

⁹⁹⁸ Anexo 10.

encaminhado pelo delegado regional de Presidente Prudente ao delegado da 5ª delegacia do DEOPS na capital paulista datado em 18 de dezembro de 1946, com o seguinte teor

A portadora do presente é a sra. YONEKO TORAO, esposa de Torao Goto que se encontra detido a disposição dessa Auxiliar.

A apresentada deseja permissão de V.S. para visitar o seu esposo que segundo consta encontra-se na “ilha”, aguardando solução de um processo em que se viu envolvido, como membro da sociedade KODO DISSEM REMMEI.⁹⁹⁹

Yoritake Omi, foi conduzido para o DEOPS pela primeira vez conforme Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946, posteriormente conduzido novamente ao DEOPS juntamente com outros japoneses como consta no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, fichado sob o prontuário nº 6175, de 18 de fevereiro de 1947, sob a acusação de pertencer a Shindo-Renmei. Em particular sobre a situação de Yoritake Omi já registramos nossas análises nas páginas anteriores juntamente com Torao Gôto. Consta em seu prontuário que exercia a profissão de lavrador, além do que também pertencia ao Instituto Sementário “BONBIX” Ltda., não obstante, entendemos sua detenção contraditória, como de outros japoneses, já analisadas.

Yoritake Omi é citado em outro documento, nesse sentido, encontramos o Ofício nº 2742, de 30 de agosto de 1946 que nos indica que ele foi, como outros mencionados, apresentado mais de uma vez ao DEOPS.

Anexo ao prontuário de Yoritake Omi existe um relatório sobre seu processo. Consta que em 2 de abril de 1946 foi indiciado por pertencer a Shindo-Renmei. Em 25 de julho do mesmo ano citado em um inquérito na DRP de Presidente Prudente por atividades criminosas da associação Kodo Jissem Renmei e que os autos foram remetidos para o Tribunal Militar. Em 23 de agosto de 1946, iniciado processo de expulsão do Brasil por atividades nocivas à ordem, segurança e instituições nacionais, sendo os autos remetidos ao Ministério da Justiça em 9 de dezembro de 1946. Não obstante, foi o único relatório que encontramos no arquivo digital do DEOPS. Tendo em vista a existência de um processo de expulsão contra Omi, é bem provável que ficou detido na prisão da Ilha Anchieta.

Nesse sentido, registramos algumas observações: primeira, de acordo com Fernando Morais a Kodo Jissem Ranmei não se aliou a Shindo-Renmei, embora o autor afirme esse fator, ainda necessita de novas pesquisas para comprovar a aliança ou não entre as duas

⁹⁹⁹ Momorando expedido pelo delegado regional de polícia civil de Presidente Prudente, Serafim G. Colletes Junior, em 18 de dezembro de 1946.

associações, sendo assim entendemos que Yoritake Omi não poderia ou não deveria ser acusado de práticas delituosas como membro da Kodo Jissem Ranmei ou mesmo em nome da associação, contudo poderia ser acusado de ações delituosas como membro da Shindo-Renmei, porém; segunda, nos registros não há qualquer prova de ações delituosas do acusado, pois o relatório menciona que seu indiciamento é por ser membro da associação Shindo-Renmei e ser incluso em um inquérito por ser membro da Kodo Jissem Renmei que é acusada de praticar atividades, porém não menciona que atividades são essas. Portanto, acreditamos que as prisões são efetuadas sem indício algum de ação delituosa, basta pertencer a uma associação japonesa.

Consta a detenção de Motoi Bam no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, conduzido ao DEOPS e fichado sob o prontuário nº 7251, de 27 de fevereiro de 1947, em seu prontuário não consta o motivo da detenção. Apresenta como registro profissional, motorista. O único fato que nos chama a atenção, como nos demais detidos, é o intervalo cronológico entre a detenção e o fichamento, além do que como não encontramos outros documentos sobre um possível processo judicial contra ele, nem mesmo acusação formal, acreditamos que as autoridades policiais não encontraram nada que pudesse incriminá-lo.

Teizo Takashima, Tsugio Soida, foram detidos junto com outros japoneses e conduzido ao DEOPS conforme Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, contudo não encontramos prontuários no DEOPS, bem como outros documentos, sejam eles da DRP de Presidente Prudente, ou de outros órgãos de investigação.

Takanobu ou Takonobu Sasaki, foi conduzido ao DEOPS conforme Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, fichado sob o prontuário nº 71276, de 5 de agosto de 1946. Profissão registrada como cambista. Não existe registro de atividade criminosa ou supostamente criminosa em seu prontuário, já que o fato de pertencer a uma associação era motivo suficiente para que autoridades policiais os detivesse. O Ofício nº 2357, de 26 de julho de 1946, informa a órgãos superiores que os autos referentes a Takanobu Sasaki são por ele ser membro dirigente da Kodo Jissem Ranmei, mais um nipônico que é detido por ser membro de uma associação japonesa, sem qualquer prova delituosa.

Kioko ou Kiyoto Nishi, consta sua detenção no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, sendo conduzido ao DEOPS e fichado sob o prontuário nº 68352, de 31 de maio de 1946, acusado de pertencer a Shindo-Renmei, contudo não encontramos qualquer outro documento sobre sua detenção e processo, porém consta no documento supramencionado da DRP que o motivo de sua detenção é pertencer a Kodo Jissem Renmei, já mencionamos que em nosso

entendimento isso é contraditório quanto a ligação entre as duas associações, porém o registro do DEOPS nos leva a acreditar que membros da Kodo Jissem Renmei passam a ser membros da Shindo-Renmei por acreditarem na doutrina e ideologia desta e se sentirem frustrados pela Kodo Jissem Renmei não aceitar se aliar a Shindo-Renmei.

No Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, consta a detenção de Iwao Bam, como os demais detidos foi conduzido ao DEOPS e fichado sob o prontuário nº 7231, de 26 de fevereiro de 1947, acusado de pertencer a Shindo-Renmei, contudo é detido em Presidente Prudente por pertencer a Kodo Jissem Renmei, além do que o Ofício nº 2357, de 26 de julho de 1946, consta que a detenção de Iwao Bam tem referência à sua atuação como dirigente da Kodo Jissem Renmei, fato suficiente para autoridades da DRP de Presidente Prudente o deterem, já que não existe, pelo menos de nosso conhecimento, qualquer ordem superior para detê-lo.

Kiyoshi ou Kioshi Tomita, detido e conduzido ao DEOPS, conforme consta no Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946 e prontuário sob o nº 67323, de 9 de outubro de 1946, sem qualquer registro de acusação, profissionalmente registrado como comerciante. Contudo existem outros documentos sobre sua situação processual como o Ofício nº 1312, de 29 de abril de 1946, em que consta o motivo de sua detenção, detido pelos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*Código Penal*), Estelionato Art. 171, já mencionados.

O Ofício nº 2558, de 13 de agosto de 1946 e o Ofício nº 3356, de 21 de outubro de 1946, da DRP de Presidente Prudente, encaminham os autos de inquérito policial sobre os atos de Kiyoshi Tomita, aos órgãos superiores encarregados do processo.

Nesse sentido, podemos observar que seus atos criminosos estão relacionados às ações da Shindo-Renmei, que espalham na colônia japonesa falsas notícias sobre o resultado da Segunda Guerra Mundial, cometem atos violentos contra outros japoneses, bem como incitam outros nipônicos a cometerem os mesmos crimes, muitos utilizam desse artifício para extorquirem patrícios desinformados, entre outros delitos.

A detenção de Akira Takahashi ou Akira Maeno está relacionada ao que foi encontrado em seu poder, escritos referentes à organização, aos objetivos, e à propaganda da sociedade Kodo Jissem Renmei, escritos esses apreendidos e remetidos ao DEOPS conforme Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, o mesmo de sua detenção. Nas declarações que prestou na DRP de Presidente Prudente, esclarece as atividades que vinha desenvolvendo na sua associação, porém não localizamos tais informações, pois só encontramos os documentos

que encaminham tanto os detentos como os documentos anexos, em que tais materiais não fazem parte. Foi conduzido ao DEOPS, porém não há registro, bem como outros documentos sobre sua detenção.

Kurazo Handa foi detido com outros japoneses por pertencer a Kodo Jissem Renmei, conforme Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946, e conduzido ao DEOPS, porém não há registro no referido órgão, nem mesmo outros documentos que indicam qualquer processo contra o mesmo.

Massao Nakano é escoltado para Martinópolis com a recomendação de ser mantido sob vigilância, conforme consta no Ofício nº 1289, de 27 de abril de 1946, pelos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*Código Penal*), Estelionato Art. 171, como ocorrera com outros nipônicos mencionados. Porém seu prontuário sob o nº 7138, de 26 de fevereiro de 1947, junto ao DEOPS não consta qualquer atividade criminosa, somente que é agricultor. Esse caso nos indica que alguns detidos e conduzidos ao DEOPS eram escoltados de volta aos municípios que residiam, acreditamos que as autoridades policiais não encontraram provas de qualquer envolvimento dos mesmos em atos delituosos, contudo a vigilância sobre eles era constante e voltariam ao DEOPS a qualquer momento que as autoridades locais acreditassem ser necessário, pois poderiam aparecer novas suspeitas ou mesmo novas denúncias.

Outro caso de retorno do DEOPS consta no Ofício nº 1294, de 27 de abril de 1946, registra que Manzo Hashinaga,¹⁰⁰⁰ foi escoltado da DRP em Presidente Prudente para o município de Rancharia/SP, onde exercia a profissão de alfaiate. Terminada a Guerra, Manzo não aceitava a derrota do Japão, assim tornou-se um membro da organização Shindo-Renmei, conforme prontuário sob o nº 7048, de 14 de fevereiro de 1947, fato que o tornou suspeito por vários crimes contra pessoas e patrimônios, tais suspeitas fizeram com que ele ficasse preso na Casa de Detenção de São Paulo por quase um ano, porém não foi provado nada contra o mesmo, assim foi posto em liberdade vigiada, retornando a Rancharia.¹⁰⁰¹ Contudo a data de seu prontuário nos faz acreditar que foi novamente detido, porém não encontramos qualquer outro registro nos arquivos da DRP de Presidente Prudente.

¹⁰⁰⁰ Manzo Hashinaga chegou com sua esposa ao Brasil em 1928, tendo como primeiro destino as fazendas de café da região da Alta Noroeste. Em 1932, juntamente com a esposa e com seu filho de apenas 1 ano de idade, Manzo mudou-se para Rancharia. Tendo em vista sua esposa Sadaka saber corte e costura, já na fazenda ensinava esse ofício para moças do entorno, portanto, ao chegarem a Rancharia, começaram a ensinar na zona rural das cidades vizinhas, inclusive Presidente Prudente. Com o passar do tempo se estabeleceram em Rancharia, onde abriram uma alfaiataria. SHICASHO, op. cit., p. 132-135.

¹⁰⁰¹ Cf. Ofício nº 1294, de 27 de abril de 1946.

Conforme o Ofício nº 1311, de 29 de abril de 1946, Toyotomi Ishibashi foi processado pelos crimes capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*Código Penal*), Estelionato Art. 171. Não obstante, o Ofício nº 1331, de 30 de abril de 1946, recomenda por ordem do Secretário de Segurança Pública a manter o referido nipônico sob vigilância constante durante o período que permanecer na cidade de Álvares Machado respondendo o inquérito policial. O referido japonês foi fichado no DEOPS sob o prontuário nº 7240, de 27 de fevereiro de 1947, como membro da Shindo-Renmei, exercendo a atividade econômica de negociante. Kazuma Tanaka tem seu registro no DEOPS sob o prontuário nº 7198, de 26 de fevereiro de 1947, sob a acusação de pertencer a Shindo Renmei, registrado como comerciário.

Yoshimitsu Imai é escoltado ao DEOPS conforme consta no Ofício nº 1329, de 30 de abril de 1946, contudo o referido documento não menciona o motivo de sua detenção. Segundo seu prontuário no DEOPS sob o nº 7207, de 27 de fevereiro de 1947, ele é acusado de pertencer a Shindo-Renmei, exercendo a atividade econômica de dentista, tal profissão nos leva a acreditar que ele não praticava os atos atribuídos a Shindo-Renmei, pois já mencionamos sobre as características dos membros da referida sociedade, em que profissionais liberais, geralmente, não faziam parte de seus quadros, portanto, a nosso ver é mais uma prova que muitas detenções de nipônicos em Presidente Prudente e região foram arbitrárias.

Gorosaku Muramatsu, consta no Ofício nº 1341, de 2 de maio de 1946, sua qualificação, detenção e condução para o DEOPS, fichado sob o prontuário nº 10863, de 27 de julho de 1945, podemos observar que mesmo antes de ser detido o referido nipônico estava registrado no DEOPS, pode ser que já fora detido ou mesmo identificado anteriormente. Não consta qualquer atividade criminosa em seu prontuário, somente o registro como lavrador. Já o Ofício nº 2536, de 9 de agosto de 1946, refere-se ao encaminhamento de inquérito policial para o juiz da Comarca de Presidente Prudente, indicação de que houve processo criminal formal contra o mesmo.

Constam no Ofício nº 1492, de 16 de maio de 1946, que Shoiti Kodama e Shinro Sawada, por ordem do Secretário de Segurança Pública ao delegado da DRP, foram escoltados até a cidade de Rancharia recomendando vigilância permanente sob os nominados, ambos foram processados pelas práticas criminosas capitulados no Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*Código Penal*), Estelionato Art. 171. Ambos constam no Ofício nº 1925, de 22 de junho de 1946, tal

documento remete ao DEOPS o inquérito policial. Fichados no DEOPS Shoiti Kodama sob o prontuário nº 7050, de 14 de fevereiro de 1947, sob a acusação de pertencer a Shindo-Renmei, exercia a atividade agrícola, porém, Shinro Sawada, mesmo sendo processado com Shoiti Kodama, não consta em seu registro do DEOPS sob o prontuário nº 7054, de 26 de fevereiro de 1947, qualquer prática delituosa, somente o registro como comerciante.

Kazuo Maehata ou Maeda é acusado de agredir um não nipônico conforme o Rádio¹⁰⁰² nº 483 de 30 de maio de 1946, porém em seu prontuário sob o nº 65001, de 1 de abril de 1946 nada consta sobre qualquer delito ou mesmo de pertencer a alguma sociedade investigada. Somente há o registro de ser lavrador.

Michioshi Tokunaga, conforme o Ofício nº 2357, de 26 de julho de 1946 e Ofício nº 2399, de 30 de julho de 1946, é processado por atuar como membro da Kodo Jissem Renmei. Foi registrado no DEOPS sob o prontuário nº 71737, de 14 de agosto de 1946, porém não consta qualquer prática criminosa, talvez isso fizesse com que ele fosse fichado a menos de um mês de iniciar seu processo, diferente dos demais.

Não obstante, esse é o único registro de crime envolvendo nipônico, que encontramos cuja vítima não era de origem japonesa. Como não sabemos a atividade econômica da vítima, também não é possível relacionarmos o fato à guerra, caso a vítima fosse produtora de menta ou seda animal poderíamos, hipoteticamente, acreditar que o japonês teria agredido por motivos relacionados à guerra, portanto, não podemos afirmar se o crime é comum ou não.

O Ofício nº 2427, de 1 de agosto de 1946, por sua vez, trata de uma carta escrita em ideograma japonês que chegou até “Harada”, morador em Álvares Machado, que segundo consta não pertencia a qualquer organização nipônica, o texto menciona que ele não era *fanático*, contudo Harada informou ao delegado que o assunto estava relacionado a “moços suicidas”.

Kaneo Michiura foi apresentado ao DEOPS conforme o Ofício nº 2742, de 30 de agosto de 1946, não obstante, consta o recibo do DEOPS de 31 de agosto de 1946, porém não há qualquer informação sobre o motivo da detenção, contudo em seu prontuário sob o nº 7053, de 20 de fevereiro de 1947, é acusado de pertencer a Shindo-Renmei, exercendo atividade econômica de motorista.

Conforme o Ofício nº 2785, de 3 de setembro de 1946, Tokuiti Hisajima e Saburo Yoshido responderam a inquérito policial por pertencerem a Shindo-Renmei em Martinópolis, porém no prontuário sob nº 19953, de 19 de setembro de 1946 de Tokuiti Hisajima não consta

¹⁰⁰² Documento policial em que seu texto é enviado via rádio transmissor.

qualquer atividade delituosa, bem como de Saburo Yoshido, prontuário sob nº 66476, de 19 de setembro de 1946. Provavelmente ao fim do inquérito nada foi provado contra os mesmos.

Tatsuzilo Yamamoto e Jó Nakai figuram em inquérito policial conforme consta no Ofício nº 3012, de 24 de setembro de 1946, por pertencerem a Shindo-Renmei em Presidente Venceslau. Tal inquérito é remetido ao DEOPS através do Ofício nº 3046, de 25 de setembro de 1946. Não obstante, Tatsuzilo Yamamoto tem em seu prontuário sob o nº 73918, de 9 de outubro de 1946, a acusação de atividades junto a Shindo-Renmei, segundo consta ele é chefe da sociedade em Presidente Venceslau/SP. Jó Nakai, também consta em seu prontuário sob o nº 73919, de 10 de outubro de 1946, como membro da Shindo-Renmei em Presidente Venceslau/SP.

Além do documento supramencionado, o Rádio nº 436, de 17 de maio de 1946, confirma a informação sobre o motivo da detenção Tatsuzilo Yamamoto.

De acordo com os trabalhos realizados pela *Comissão Nacional da Verdade*, os japoneses sofreram prisões arbitrárias, torturas e muitos foram mortos durante a ditadura varguista, durante a Segunda Guerra Mundial. Essa situação agravou-se após o término do conflito mundial, já sob o governo de Eurico Gaspar Dutra as violações de direitos humanos se estenderam nos dois primeiros anos de seu governo (1946-1947), após passarem pelos porões do DEOPS, os japoneses eram enviados para o presídio da Ilha Anchieta. Nesse sentido, o depoimento de Akira Yamauchi nos possibilita imaginar o que ocorreu com os japoneses que foram detidos na região de Presidente Prudente e encaminhados para o DEOPS, segundo ele, seu pai Fusatoshi Yamauchi, contou o que passou durante a prisão na Ilha de Anchieta, “Ele contou que tinha um sargento que não gostava dos japoneses e maltratava muito. Fizeram aquele corredor [polonês], mandaram tirar a roupa [para bater]”.¹⁰⁰³

Esse depoimento nos leva a acreditar hipoteticamente que no espaço cronológico entre as detenções e o fichamento no DEOPS, os nipônicos sofriam tortura para falarem e até mesmo confessarem o que as autoridades policiais queriam saber para então fichá-los como criminosos a serviço de associações que praticavam crimes, principalmente, contra seus patrícios. Além do que alguns membros da Kodo Jissem Renmei foram detidos e fichados como membros da Shindo-Renmei, ou seja, mesmo pertencendo a uma associação que não fosse a Shindo-Renmei e mesmo não tendo nenhuma prova de ato criminoso, esses japoneses eram detidos pelas autoridades policiais da DRP de Presidente Prudente e conduzidos ao DEOPS, fichados e presos na Ilha Anchieta. Também temos a hipótese desses japoneses

¹⁰⁰³ Disponível em: www.cnv.gov.br/outros-destaques/357-estado-deve-pedir-desculpas-aos-japoneses-perseguidos-apos-a-ii-guerra-mundial.html.

pertencerem às duas associações, pois, se realmente a Kodo Jissem Renmei não se aliou a Shindo-Renmei, membros da primeira decepcionados, podem ter se aliado à Shindo-Renmei.

Nesse sentido, podemos observar que mesmo os japoneses tendo uma importância na transformação socioeconômica da Alta Sorocabana e que autoridades locais tenham defendido, não ficaram alheios aos problemas que a colônia japonesa no Brasil sofreu, claro que com menos intensidade de outras localidades.

3.5 ASPECTO GERAL DA TRAJETÓRIA DA COLÔNIA JAPONESA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Nesse capítulo, podemos observar vários fatores que envolveram a colônia japonesa em Presidente Prudente. Suas relações com o Estado, à sociedade local e os conflitos internos, que a nosso ver, foram os mais conturbados e graves.

Além dos aspectos relacionados diretamente à colônia, também observamos os fatores que indiretamente influenciaram na trajetória dos nipônicos, como o processo político envolvendo personagens que tinham um peso nas relações com os japoneses, em especial o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, bem como a participação da imprensa local (jornal) nos embates políticos no período.

Vimos também a perspectiva da imprensa em relação aos imigrantes japoneses, desde a década de 1920 até o imediato pós-guerra (1947), como a imprensa vai tratando o nipônico de modo diferente durante esse período, de um discurso favorável ao imigrante até ao discurso de repúdio, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial.

Porém, nos concentramos em observar a situação da colônia japonesa durante o Estado Novo, como se deram as relações com as autoridades locais e a sociedade.

Nesse sentido, podemos observar que mesmo com a pressão exercida sobre os japoneses pelos decretos presidenciais, em Presidente Prudente, quando possível, as autoridades tentavam amenizar essa situação, nem sempre conseguiam, bem como nem sempre as autoridades convergiam nesse objetivo, não obstante, algumas vezes ocorreram divergências entre as autoridades, principalmente quando Cerávolo procurava intervir em favor dos japoneses.

Além das divergências, outros fatores impossibilitaram às autoridades amenizarem a situação dos imigrantes, principalmente quando os nipônicos se envolviam em ocorrências

delituosas e/ou estavam envolvidos com associações que praticavam crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Ficou patente que Cerávolo tinha uma relação muito íntima com a colônia e que através de suas práticas políticas coronelistas e/ou clientelistas/populistas, procurou amenizar a situação da colônia japonesa, ou seja, a pressão exercida sobre eles durante o Estado Novo.

Não obstante, devemos lembrar que os japoneses chegaram e se estabeleceram antes do início da colonização realizada por Goulart e Marcondes, tornando-se parte vital da economia e da sociedade prudentina, portanto, a pressão determinada pelo governo central sobre os japoneses, representaria a falência da cidade.

Outro fator que observamos nesse capítulo é que a colônia japonesa de Presidente Prudente não é um *quisto étnico*, portanto, a integração da colônia com a sociedade local não era nos termos do Estado Novo, mas sim pelas relações cotidianas, culturais e comerciais, que proporcionavam uma visão positiva da sociedade local sobre os japoneses.

Por fim, não podemos negar que ocorreram conflitos em Presidente Prudente envolvendo os japoneses, não obstante, registramos nesse capítulo algumas ocorrências envolvendo a colônia japonesa por meio de registros individuais de alguns nipônicos envolvidos ou não em atos criminosos, mas que foram detidos, processados e presos. Prisões essas, a nosso ver, algumas arbitrárias ou mesmo por suspeitas infundadas, realizadas no calor do momento impulsionadas pelo período conturbado em que o mundo passava, bem como o Brasil e a colônia japonesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese dessa dissertação surgiu com o desejo latente de entender e realizar uma discussão histórica e contemporânea sobre os japoneses em solo brasileiro, como se deram as relações políticas e socioeconômicas desses imigrantes com o Estado, com a população brasileira e com imigrantes de outras nacionalidades, especificamente na região da Alta Sorocabana em especial em Presidente Prudente no período de 1913 a 1947. Com isso a possibilidade de tornar como fonte profícua uma parte da história dos japoneses que aportaram em terras brasileiras, especialmente, na região da Alta Sorocabana.

Nesse sentido, buscamos fontes que nos informassem os motivos que fizeram com que tais orientais abandonassem sua terra natal para aventurarem-se em uma terra desconhecida com hábitos e costumes extremamente diferentes do Japão.

Porém, nosso objetivo não foi buscar respostas sobre a emigração, buscar entender o que os fez procurar outros lugares, fora do Japão, como meio de subsistência, mas sim à busca de materiais que nos possibilitassem responder como foi a trajetória dos nipônicos que, juntamente com pessoas de outras nacionalidades, bem como brasileiros, participaram na transformação da região da Alta Sorocabana, principalmente da cidade de Presidente Prudente, já que os nipônicos chegaram à região antes de Goulart e Marcondes, os principais colonizadores da cidade.

Não obstante, ao estudarmos a trajetória dos japoneses na região, como um grupo de relevância na transformação socioeconômica, tínhamos o objetivo de dar luz às formas como foram as relações da colônia japonesa em Presidente Prudente com a sociedade e as autoridades governamentais da cidade das três esferas, federal, estadual e municipal, pois é de conhecimento que a imigração japonesa para o Brasil sempre foi alvo de acalorados debates pró e contra, principalmente no meio político.

Embora mesmo com a aprovação da imigração, os japoneses, como outras nacionalidades, foram alvo de constantes perseguições, principalmente com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, tal situação tomou grandes proporções com a implantação do Estado Novo e aumentou com a declaração de guerra do Brasil aos países do *Eixo*.

Nesse sentido, buscamos indícios que nos fornecessem informações sobre como a colônia japonesa de Presidente Prudente passou por essa situação, pois, através do material encontrado em nossa pesquisa, acreditamos que a trajetória da colônia na região da Alta Sorocabana não foi semelhante às outras regiões, não obstante, encontramos fortes indícios de

um tratamento mais ameno, recebido pelos japoneses por parte das autoridades, principalmente nos documentos do acervo do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo.

Além de buscarmos respostas às relações dos japoneses com a sociedade e o Estado, também buscamos compreender as relações dentro da colônia, não obstante, o período entre 1937-1947, foi conturbado para a colônia japonesa, pois além das questões externas à colônia, ela foi abalada com o conflito interno entre *vitoristas e derrotistas (esclarecidos)*, lembrando que os conflitos já aconteciam durante a Segunda Guerra Mundial e foram intensificados depois do término da conflagração mundial, pois os japoneses que estavam envolvidos, direta ou indiretamente, com a produção de menta e seda animal, foram alvo de violência por parte daqueles que entendiam que tais produtos eram utilizados, por parte dos aliados, como material bélico contra os japoneses. Sendo assim, eram tratados como traidores do país do Sol Nascente. Embora o alvo principal fossem os japoneses, também outras pessoas que estavam envolvidas com tal produção foram alvo de ataques pessoais e/ou patrimoniais.

Na tentativa de explicitarmos como foi a trajetória da colônia japonesa de Presidente Prudente, iniciamos o nosso trabalho com o registro sobre o processo de imigração no Brasil, bem como o processo de emigração dos japoneses e a chegada dos nipônicos em terras brasileiras, sem, contudo, nos detalhar sobre o assunto, tendo em vista o nosso principal objetivo estar relacionado ao registro dos japoneses na região da Alta Sorocabana.

Não obstante, reservamos nossos esforços em detalhar a formação da região da Alta Sorocabana, em especial, a formação de Presidente Prudente, pois com base na concepção de Jean Philippe Chabot, de que “...não há cidade sem região nem região sem cidade...”,¹⁰⁰⁴ não poderíamos registrar os fatos que circunscrevem a colônia japonesa sem antes registrarmos a transformação geográfica do espaço em que se passa nossa narrativa.

Em seguida nos dedicamos a narrar a chegada dos primeiros imigrantes japoneses na região da Alta Sorocabana e a formação dos primeiros núcleos rurais dos imigrantes que posteriormente se transformaram em colônia, nesse sentido, registramos a trajetória de vida de alguns nipônicos em Presidente Prudente, bem como sua participação na transformação socioeconômica da região, tanto na área rural, quanto na área urbana.

Para que possamos entender as relações da colônia japonesa com o Estado, procuramos caracterizar o processo político em Presidente Prudente, pois, um dos principais ícones da política prudentina, o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, segundo as fontes, tinha um relacionamento quase que paternal com os japoneses.

¹⁰⁰⁴ JEAN PHILIPPE CHABOT apud LEITE, op. cit., p. 10.

Dando seguimento a nossa narrativa, observamos os embates políticos em Presidente Prudente, e procuramos caracterizar a participação da imprensa nesse processo.

Como o Dr. Domingos Leonardo Cerávolo foi uma das principais autoridades que se relacionavam com os japoneses, registramos sua trajetória política e atuação como médico, latifundiário e proprietário de cartório, bem como caracterizamos sua postura como governante que se assemelhava com as práticas coronelistas e/ou clientelistas/populistas que, nos momentos mais conturbados da colônia, tentava amenizar as dificuldades dos nipônicos, sendo que em alguns momentos divergiu de ordens dos escalões superiores, bem como de esferas governamentais diferentes, quanto ao tratamento aos japoneses.

Depois de caracterizar, sob o ponto de vista político e socioeconômico a região, procuramos narrar a trajetória dos japoneses no contexto da política nacionalista de Getúlio Vargas (1930-1945) em todo território nacional, porém nos atendo a detalhar a situação vivida pela colônia japonesa em Presidente Prudente.

Em seguida registramos o olhar da imprensa local sobre os japoneses, lembrando que a imprensa é um órgão formador de opinião, portanto em Presidente Prudente, acreditamos não ser díspare a outros órgãos de informação, a imprensa local ao longo do tempo vai construindo opiniões sobre o imigrante japonês, de acordo com o momento político e socioeconômico. Não obstante, ela vai dispensar elogios aos japoneses na década de 1920, porém no final da década de 1930 e em toda década de 1940, antagonicamente ao primeiro período, a imprensa local publica em suas páginas notícias e editoriais quase que unânimes, com um discurso de repúdio aos nipônicos.

Contudo, os problemas que os imigrantes japoneses encontraram em solo brasileiro, não ficaram restritos às relações externas à colônia, pois, um dos maiores problemas foi o conflito dentro dela própria com o surgimento de grupos com ideologias antagônicas que provocaram um período conturbado. Nesse sentido, dispensamos parte de nosso trabalho a registrar o surgimento desses grupos, bem como sua atuação dentro da colônia. Portanto, não podíamos deixar de registrar o posicionamento das autoridades policiais e da imprensa.

Porém, no meio dessa conturbada situação surge a figura do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, talvez o eixo aglutinador dessas relações, portanto, a narrativa das relações dessa figura emblemática da história prudentina com os japoneses foi necessária como contribuição para as nossas considerações sobre a trajetória dos imigrantes em solo prudentino.

Não só Cerávolo tinha um bom relacionamento com os japoneses, outros registros indicam esses relacionamentos, se não totalmente amistosos, mas com um grau de tratamento

amenizado, no que tange à repressão. Tais registros, observamos por meio da imprensa e documentos da DRP.

O nosso trabalho foi dedicado a observar e registrar a trajetória dos japoneses na Alta Sorocabana, em especial daqueles que se fixaram em solo prudentino, portanto, as nossas considerações estão restritas a uma análise local, ou seja, só nos preocupamos em analisar as situações inerentes ao imigrante japonês após sua chegada à região.

Nesse sentido, observamos que os imigrantes japoneses foram relevantes para a transformação socioeconômica da região, tendo em vista alguns deles chegarem a região antes mesmo do início de sua colonização com fins econômicos, iniciada em 1917 pelo Sr. Francisco de Paulo Goulart e posteriormente em 1919 pelo Sr. José Soares Marcondes, pois, os nipônicos já estavam presentes na região pelo menos desde em 1913, trabalhando na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo que no ano de 1916 os nipônicos fundaram a primeira colônia na região, era a Vai-Bem ou Bai-Bem.

Esse fato nos indica que o imigrante japonês que vem para a região não é o mesmo que vem para o Brasil com o intuito de ganhar uma boa quantia em dinheiro e retornar a terra natal, mas sim com interesse de fixar-se, pois ele vai comprar terras com fins de produzir economicamente, ou seja, se estabelecer economicamente, fixar residência, portanto, conseqüentemente esse imigrante tem interesse na prosperidade econômica da região, não obstante, direta ou indiretamente, com o crescimento econômico da região, ele também cresce, como podemos constatar ao longo da pesquisa.

Assim o imigrante japonês vai criando uma infraestrutura para garantir sua sobrevivência, principalmente econômica, porém essa infraestrutura vai além das questões econômicas, outros segmentos também são idealizados, pois, dentro e fora da colônia são criadas escolas, templos, espaços culturais e de entretenimento.

Em 1917 tem início a formação de outra colônia japonesa, a Brejão, localizada na época no distrito de Álvares Machado, pertencente ao município de Presidente Prudente, sendo que sua emancipação político-administrativa, deu-se somente em 1944.

Em 1918 alguns imigrantes japoneses iniciam a formação de alguns bairros rurais tipicamente japoneses, mais precisamente em terras que atualmente fazem parte do território do município de Presidente Prudente. No mesmo ano Francisco de Paula Goulart, um dos colonizadores, cria e inicia a venda de lotes urbanos, a Vila Goulart.

Em 1919 é criada outra área urbana pelo colonizador José Soares Marcondes, a então Vila Marcondes, sendo que a fusão das duas vilas dá origem ao município de Presidente

Prudente. Nesse mesmo ano alguns imigrantes japoneses se estabelecem comercialmente na área urbana recém-criada, portanto, os japoneses estão presentes comercialmente, tanto na área rural como na área urbana, se transformando juntamente com a região e o futuro município de Presidente Prudente.

Podemos observar que o imigrante japonês é ativamente parte integrante na transformação socioeconômica da Alta Sorocabana e de Presidente Prudente, não é somente um agente passivo dessa transformação. Ele se funde aos demais promotores da colonização da região, nesse sentido, observamos e destacamos a participação nessa transformação de alguns nipônicos.

Paralelamente com a formação da colônia japonesa podemos observar que a região vai também criando uma infraestrutura, bem como vai se emancipando, no aspecto político-administrativo, talvez o desenvolvimento e a transformação, tanto da colônia japonesa quanto de Presidente Prudente estejam ligados, ou seja, uma foi incentivada pela outra ou mesmo uma colaborando com a outra. Diante dessa constatação podemos questionar, será que a formação e desenvolvimento da colônia foi incentivada pelo desenvolvimento e transformação da região ou o contrário, ou mesmo ambas foram se desenvolvendo juntas, mas voltadas aos seus próprios interesses? Porém essa pergunta somente poderá ser respondida com outro projeto de pesquisa.

Encerrando nosso trabalho narramos a situação de alguns japoneses que foram detidos por serem suspeitos de práticas criminosas contra pessoas ou bens patrimoniais em decorrência de divergências envolvendo a produção de menta e seda animal, portanto, esses crimes não foram praticados somente contra japoneses, mas também contra outras pessoas, embora, a maior parte deles foram crimes cometidos no interior da colônia, pois, na concepção dos denominados *vitoristas*, traidor era o japonês denominado *derrotista* (*esclarecidos*), por colaborar nos esforços de guerra em favor dos aliados contra o Japão.

Em nossa narrativa podemos observar que o discurso de *imigrantes indesejáveis* não se aplica na íntegra na região da Alta Sorocabana, como ocorre em outras, pelo contrário o japonês, para a região, é peça fundamental para o desenvolvimento ou mesmo, sem querer exagerar, para a sobrevivência da região.

Podemos observar também que diferente de outras regiões, a colônia japonesa de Presidente Prudente não tem feição de *quisto étnico*, pois, por mais que os nipônicos procurassem certo isolamento, acreditamos que impulsionados pela não adaptação imediata de hábitos e costumes, bem como a dificuldade de comunicação por causa da língua, além de

procurarem a manutenção da cultura, eles de uma maneira ou outra sempre estão se relacionando com as autoridades governamentais e com a sociedade local.

Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que além da questão econômica, eles também se relacionam com pessoas fora da colônia por meio da educação, no caso específico do Colégio São Paulo, além do que o colégio não tinha como exclusividade o ensino da língua japonesa, não obstante, as portas da instituição foram abertas para outras nacionalidades, inclusive para os brasileiros, tendo em vista ser o primeiro estabelecimento de ensino na região com o curso secundário.

Também devemos dar destaque às atividades esportivas como o beisebol, pois vão utilizar um espaço para a prática esportiva fora da colônia, além de promover campeonatos não somente com a participação de japoneses, mas também de agremiações de fora da colônia. No segmento religioso, promovem a construção de templos budistas fora da colônia. Poderíamos listar vários outros fatores que mostram essa relação, porém, essa é uma questão para outra pesquisa, já que não temos a pretensão de esgotar o assunto nesse trabalho.

Diante do exposto, podemos afirmar que o japonês que vem para a Alta Sorocabana não está tão preocupado com o risco do assimilacionismo mesmo pela política de Estado cada vez mais incisiva, sobretudo a partir da década de 1930. Portanto, a questão da etnicidade (e sua preservação) nos parece que não foi afetada pela consolidação – de uma “identidade nacional”, implementada no Brasil, durante a década de 1920 até o fim do Estado Novo.

No decorrer da construção narrativa de nossa pesquisa, podemos observar que as restrições de movimentação não são tão rigorosas como é exposta pela historiografia brasileira. Embora as fontes, principalmente a periódica, nos mostre a obrigatoriedade do salvo-conduto, isso se aplica não só para os imigrantes de outras nacionalidades, mas também para brasileiros, como explicitamos em nosso trabalho, além do que outras fontes, como os documentos de Cerávolo, nos mostram a constante movimentação dos imigrantes japoneses de uma cidade para outra sem Salvo-conduto, nesse caso específico, observamos que japoneses de outras cidades utilizam os serviços médicos do Dr. Cerávolo.

Embora nos possa parecer que a colônia japonesa de Presidente Prudente ficou imune ao período turbulento, principalmente na década de 1940, os registros nos mostram que ela também foi afetada, porém não com a mesma intensidade de outras, mas as autoridades locais, principalmente Cerávolo, procuraram na medida do possível meios mais flexíveis e amenos no tratamento aos japoneses, isso podemos constatar nos documentos tanto da DRP como nos documentos de Cerávolo, quando possível, intermediando junto aos órgãos superiores na

tentativa de amenizar a situação difícil a que eles foram submetidos. Portanto, não afirmamos que não houve repressão ou que esta tenha sido branda, mas que as mediações entre imigrantes nipônicos e repressão estatal foram outras em Presidente Prudente.

Algumas vezes as autoridades locais argumentavam aos seus superiores na possibilidade da não detenção de alguns japoneses, outras vezes interviam diretamente, como no caso do Colégio São Paulo, em que Cerávolo argumentou diretamente com Getúlio Vargas a possibilidade de não intervenção no estabelecimento de ensino, além do que podemos supor que as autoridades deixaram de registrar algumas ocorrências que envolviam japoneses, ou se registrassem acabavam não concluindo o fato, assim arquivava-se, ou também que muitos fatos criminosos não chegaram ao conhecimento das autoridades, ficando restritos à colônia. Procuramos nos respaldar em tal suposição tendo em vista as estreitas relações entre essas autoridades e a colônia japonesa, portanto não estamos afirmando essa possibilidade, mas apenas supondo.

Mas nem todos foram poupados, alguns japoneses foram detidos, não na mesma proporção de outras regiões, uns por práticas criminosas, outros por serem suspeitos, e em nossa perspectiva, alguns somente por serem japoneses ou mesmo por pertencerem a entidades culturais que estavam proibidas, pois os próprios documentos da DRP e do DEOPS não registram qualquer justificativa criminal para deter, interrogar e aprisioná-los no Presídio da Ilha Anchieta, não obstante, criminosos ou não, muitos passaram períodos detidos naquele presídio, além do que alguns permaneceram períodos detidos nas dependências do DEOPS.

Talvez as atuações das autoridades se dessem de forma apressada, sendo antes motivada muito mais pela pressão da opinião pública, bem como pela sua exigência em apresentar resultados, tanto para os escalões superiores, bem como para a sociedade do que por um trabalho meticuloso e não sensacionalista de investigação, inclusive na finalização dos inquéritos.

Porém são somente hipóteses, provocadas pela tentativa de revisionismo sobre o caso dos conflitos entre vitoristas e derrotistas (esclarecidos) e pela carência de fontes e dados precisos sobre os inquéritos e suposta resolução. Fato esse que concordamos, porém temos a certeza que análises mais acuradas dos processos possam esclarecer as dúvidas e a falta de informações mais precisas não apuradas nesse trabalho, não obstante, esses fatores propiciem desdobramentos e alimentam futuros trabalhos.

Muitos dos problemas que acabaram fugindo do controle da colônia e chegando ao conhecimento das autoridades locais, surgiram principalmente dos ideais antagônicos entre

dekasegui, de um lado, e de outro – ainda que em grau diminuto – o daqueles que assumem o país de recepção enquanto refúgio – o (último) lugar onde possam recomeçar suas (novas) vidas, ou seja, aqueles que não admitiam em hipótese alguma adotarem o Brasil como seu lar definitivo, vão travar um conflito violento contra aqueles que aceitaram que a única maneira de melhorar de vida era adotar o Brasil como sua terra. Tal conflito vai se agravar com a guerra e se intensificar com o término da mesma.

Nesse sentido, acreditamos que os problemas que abalaram a colônia japonesa em Presidente Prudente estão mais relacionados a conflitos internos do que externos à colônia, ou seja, as relações com o estado e a sociedade local são menos conflituosas do que as relações internas entre nipônicos, portanto, podemos concluir que a atuação policial contra o japonês está mais relacionada à decorrência de fatos conflituosos dentro da colônia do que às ocorrências externas à colônia, porém, as fontes não deixam claro se os conflitos estão relacionados com a atuação da Shindo-Renmei ou da Kodo Jissem Renmei, ou mesmo de ambas, bem como a relação entre as duas organizações, cabendo uma pesquisa futura para discutir tais questões.

Também podemos observar que os japoneses que chegaram e se estabeleceram na Alta Sorocabana, contribuíram com a transformação socioeconômica da região. Ao lado de outras nacionalidades derrubaram a mata virgem, enfrentaram diversas dificuldades e resistiram a todos os percalços com fito de conquistarem poder econômico. Alguns até participaram da política. No início, mesmo com um discurso preconceituoso das elites e políticos que eram contra a entrada de nipônicos em território brasileiro, encontram respaldo daqueles que viam o japonês como uma possibilidade de solucionar a crise de mão de obra.

Na região da Alta Sorocabana era o elemento que ajudaria a desbravar a região. Foi visto como aquele que com sua técnica agrícola fez aumentar a produtividade na região, contribuindo para que a Alta Sorocabana e Presidente Prudente fossem reconhecidas como grandes produtoras de algodão, seda animal e hortelã-pimenta como produtos de exportação, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, bem como de batata e hortifrutigranjeiros que além de abasteceram o mercado local, colaboravam no abastecimento de grandes centros comerciais e urbanos como a capital paulista.

Mesmo isolando-se em suas colônias, na região da Alta Sorocabana começaram a angariar simpatia pela sua educação, empenho e esforço, entre a população nacional e de outras etnias. A imprensa local os defendia diante do rótulo do *Perigo Amarelo*. Conquistaram importância econômica não só no campo, mas também na área urbana, além de

conectarem a econômica das duas áreas, levando seus produtos agrícolas diretamente para a população urbana. Além de conquistarem a simpatia da população civil, tinham boas relações com autoridades municipais e estaduais, bem como com segmentos religiosos ocidentais.

Contudo nem tudo correu bem, mesmo longe dos grandes centros governamentais não escaparam da pressão do governo varguista, porém havia aqueles que os defendiam, autoridades locais e imprensa, que procuravam amenizar a situação, mas com a implantação do Estado Novo e início da Segunda Guerra Mundial a situação não era mais tranquila como nas décadas de 1910-1920, a vida tornou-se mais difícil, mesmo contando com a benevolência de algumas autoridades, além das perseguições de seus patrícios. Claro que a situação dos nipônicos na Alta Sorocabana era, de longe, menos grave do que em outras regiões. Contudo não deixou de ser atingido pela arbitrariedade de autoridades policiais só por ser nipônico e ser denominado *súdito do eixo*, mas como disse Hiroito “suportando o insuportável e sofrendo o que é insofrível”,¹⁰⁰⁵ os japoneses mantiveram-se firmes e obstinados, muitas vezes superando as adversidades.

Assim deixaram sua marca na Alta Sorocabana, na economia, na sociedade e na política, difícil não andar pelas ruas da região e principalmente de Presidente Prudente e não notar a presença nipônica. Seja na arquitetura, religião com seus templos budistas e a comemoração do shokonsai¹⁰⁰⁶ em Álvares Machado e principalmente na cultura com sua culinária que tem grande procura pela população local, podemos confirmar através dos vários pontos que fornecem uma gastronomia nipônica diversificada, além do que suas festas típicas que atraem grande público não só da região, mas de outras regiões vizinhas a Alta Sorocabana.

Por fim, todas as afirmações e hipóteses supramencionadas podem ser postas em suspenso ou mesmo serem melhor esmiuçadas em novos empreendimentos acadêmicos, não só no campo da historiografia, mas em outros campos das ciências humanas. Além do que suscitar novos questionamentos, bem como a possibilidade de darmos sequência a uma investigação acerca dos desdobramentos do conflito *vitorista-derrotista*, assunto praticamente proibido entre os japoneses, fato que dificulta a (re)construção histórica, bem como a

¹⁰⁰⁵ Fragmento do discurso do Imperador na rendição incondicional na Segunda Guerra Mundial. Melhores detalhes em SILVA, 2004, op. cit., p. 41-43.

¹⁰⁰⁶ Shokonsai: significa “Convite às almas para a missa”, realizados no segundo domingo do mês de julho, tendo a missa celebrada na capela budista do cemitério seguida de as atividades recreativas e apresentações artísticas. Tal celebração é parte importante do calendário da colônia japonesa na região da Alta Sorocabana e de outras regiões, com a presença do consul japonês no Brasil. Em 1920 iniciou-se a formação do cemitério, uma tarefa do clã Ogassawara. TAKENAKA, 2003, op. cit. p. 119-120.

elucidação dos fatos. Não obstante, o nosso foco foi trabalhar as relações entre a colônia japonesa e a sociedade prudentina, no que concentramos nossos esforços na tentativa de entendermos como se deram essas relações, bem como a participação dos japoneses na transformação socioeconômica da região da Alta Sorocabana, principalmente de Presidente Prudente.

Nesse sentido, entendemos que é um compromisso acadêmico ou mesmo um dever o surgimento de novos trabalhos que possam, se não elucidar os fatos que envolveram a colônia japonesa no Brasil - um empreendimento a nosso ver impossível -, pelo menos aumentar consideravelmente a historiografia a respeito do assunto, pois acreditamos que como esse, nenhum assunto jamais se esgota, não obstante, sabemos que na tentativa de esclarecermos dúvidas por meio de um trabalho acadêmico sobre qualquer assunto, outras dúvidas surgirão, bem como outros questionamentos, pois não podemos ignorar que a imigração japonesa no Brasil é parte relevante na história do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: UNESP, 1972.

ABREU, Dióres Santos. *Poder político local do populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959*. Presidente Prudente: Impress, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. v. 2.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. v. 3.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Revista Estudos históricos. Rio de Janeiro. vol. 8, n. 15, 1995.

AMATO, C.; NEVES, Irlei S.; RUSSO, Arnaldo. *Livro das moedas do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Claudio Amato, 2004.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das ideias: intelectuais e a polícia política (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

ANTÔNIO, Armando Pereira. *O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Venceslau – Rio Claro*: IGCE, 1984. 174p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista.

ANTONIO FILHO, Fadel David. *Sobre a palavra “sertão”*: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). Revista Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro, 2011.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BIRELLO, Verônica Braga; LESSA, Patrícia. *A imigração japonesa do passado e a imigração inversa, questão gênero e gerações na economia*. Divers@ Rev. Elet. Interdisc., Matinhos, v. 1, n. 1, p. 68-82, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/diver/article/view/34039>. Acesso em 18 de jun. 2015.

BOMTEMPO, Denise Cristina. *Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP*. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado).

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: *Gênero & Saúde*. LOPEZ, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (org.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *Uma memória e a nacionalização dos imigrantes japoneses*. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.10, n.1, p. 99-108, jan./abr. 2007. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/273144576_UMA_MEMORIA_E_A_NACIONALIZACAO_DOS_IMIGRANTES_JAPONESES_A_MEMORY_AND_THE_NATIONALIZATION_OF_IMMIGRANTS, Acesso em 07 de fev. 2017.

BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (org.) *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes editores, 2008.

BUTSUGAM, Sumi. *Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade Brasileira*. Presidente Prudente, 1973. 191p. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. v. 2. São Paulo: USP, 1981.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 1998.

CARNEIRO, M.L.T. A imagem do imigrante indesejável. In: Seminários: Imigração, repressão e segurança nacional. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COBRA, Armando Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Tip. Henny, 1923.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COUTO, Miguel. *A medicina e a cultura: edição definitiva das allocuções proferidas na Academia Nacional de Medicina pelo seu presidente de 1913 a 1931*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1932.

COUTO, Miguel. *Seleção social*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1933.

CRUZ, Heloisa Faria. *A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo-1890-1915*. São Paulo: 1996.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História. São Paulo, n.35, 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Lucilia de Almeida Guedes. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Guedes (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira*. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 72, Agosto/00. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4193.pdf. Acesso em 18 fev 2017.

DEZEM, Rogério. *Shindo Renmei: terrorismo e repressão*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos *Ijûchi* de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DEZEM, Rogério. Hi-no-maru manchado de sangue: a Shindo Renmei e DOPS/SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & TAKEUCHI, Marcia Yumi [ORG.]. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (Sociedade e Educação, v.5)

DOWBER, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1934.

FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia*. São Paulo: Difel, 1975.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONSECA, José Wladimir Freitas da. *O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-off*, p. 79. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/79-8.PDF>. Acesso em 9 jul. 2016.

FRANCISCON, Moisés Wagner. *O genocídio esquecido: os Estados Unidos impõe seu controle sobre as Filipinas (1899-1913)*; p. 88. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/734/560>. Acesso em 02 out 2015.

FRANÇOIS, Étienne. Os “Tesouros” da stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora URFJ; Editora FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GERALDO, Endrica. *Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra*. Revista PERSEU, São Paulo: Agosto, n. 2, agosto 2008. Disponível em: www.fpabramo.org.br/uploads/P2AEndricaGeraldo.pdf. Acesso em: 05 mai. 2013.

GERALDO, Endrica. *O combate contra os “quistos étnicos”*: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora: jan-jun, set. 2009, v.1 5, n. 1. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/edicoes-anteriores/volume-15-numero-2-2009/>>. Acesso em 06 mai. 2013.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUARDIA, Sara Beatriz. História de las mulheres: um derecho conquistado. In: *La escritura de la historia de las mujeres em América Latina*. El retorno de las diosas. Lima, CEMHAI, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANDA, Tomoo. Vida nas fazendas de café. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. Trad. Antonio Nojiri. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiro, 1980.

HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz Editora, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIMOTO, Francisco. *Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade*. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. São Paulo: Paz e terra, 1984.

HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Editora da USP, 1973.

IZUMI, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José: Do Kasato Maru até a década de 1920. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa do Brasil - São Paulo: Hucitec, 1992.*

KIYOTANI, Masuji; WAKISAKA, Katsunori. Educação, cultura, religião. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil* / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992.

KOJIMA, Lina. Migração Repetitiva entre o Brasil e o Japão. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2009.

KOMATSU, P. *À Espreita de “súditos do Eixo” - Para a História Social dos Imigrantes Japoneses e a Situação do Português Paulista do Século XX*. 2010.186f. Dissertação (Mestrado em Departamento de Letras, Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KUMASACA, Y; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

KUSANO, Darci. *Teatro tradicional japonês*. São Paulo: Fundação Japão, 2013.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas: SP Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEITE, José Ferrari. *A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

LESSER, Jeffrey. *Imigração e mutações da identidade nacional no Brasil, durante a Era Vargas*. In: Revista de História. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, 1994. Vol. 14. Nº 28.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2001.

LUCA, T. R. de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião de identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira*. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social ; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras História [online].*, vol. 22, n.1, 2003.

MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis, 1984.

MONTEIRO, Manuel Maria de Artaza. *Filipinas: imperio, independencia y path dependence*. SEMATA, Ciências Sociais e Humanidades, ISSN 1137-9669, 2011, vol. 23: 267-292. Universidade de Santiago de Compostela, 2011, p. 275-276. Disponível em: <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/7075/1/artaza.pdf>, Acesso em 02 out 2015.

MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORI, Koichi. Vida religiosa dos japoneses e seus descendentes residentes no Brasil e religiões de origem japonesa. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.

NAKASUMI, Tetsuo; YAMASHIRO, José. Período do pós-guerra. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa do Brasil - São Paulo: Hucitec, 1992*.

NAKASUMI, Tetsuo; YAMASHIRO, José. O fim da era de imigração e a consolidação da nova Colônia Nikkei. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil* / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992.

NAVARRO, Odilon. *Terras devolutas*. São Paulo: Ed. Brasil, 1942.

NEUHAUS, Paulo. *A inflação brasileira em perspectiva histórica*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, abr./jun. 1978. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/210/6467>. Acesso em 23 dez 2015.

NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPeA: Faperj, 2006.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo, 1973.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Considerações gerais sobre a imigração japonesa: para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil*. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros e Massao Ohno Editor, 1984.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. A abertura da imigração no Japão. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil* / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa do Brasil - São Paulo: Hucitec, 1992.

OCADA, Fábio Kazuo. *Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil*. RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP. v. 6. NÚMERO 1, p.77, março de 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1559>. Acesso em 19 de jun. 2015.

OLIVEIRA, Antonio Xavier de. *O problema imigratório na constituição brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*. Rio de Janeiro: A. Coelho Filho, 1937.

OLIVEIRA, Marivaldo de. *O Curso de ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana (1931-1950)*. Dissertação (mestrado) Universidade de Sorocaba, 2013. Disponível em http://educacao.uniso.br/prod_cientifica/alunos/2013/MARIVALDO_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em 31 jan. 2017.

ONO, Morio. De colono a pequeno produtor: considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, Publifolha, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio (1945). *História econômica do Brasil*. ed. 39. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PUPIM, Rafael Giácomo. *Cidade e território do Oeste Paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano*. Dissertação. Escola de engenharia de São Carlos/USP. São Carlos, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/.../tde.../dissertacao_Rafael_Giacomo_Pupim.pdf. Acesso em 26 de abr 2017.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: FILHO, Alcides Goularti, QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (orgs.). *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *José de Souza Martins e os Conceitos de Frente de Expansão e Frente Pioneira*. XII Encontro da Associação Nacional de História 2014. Disponível em http://www.encontro2014.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1409926373_ARQUIVO_JosedeSouzaMartinsconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira.pdf. Acesso em 18 fev 2017.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação*. São Paulo: Atual, 1985.

RESENDE, Benjamim. *Raízes prudentinas II*. Presidente Prudente: Ed. do autor, 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político da primeira República e o liberalismo oligárquico. In: In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org). *O Brasil Republicano*.vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Fernando. *A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906)*. Revistas Eletrônicas da PUC-SP. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 22, número 1 (39) pp. 75-93, 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES FILHO, Agostinho. *Bandeirantes do oriente: drama interno dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Bandeirantes LTDA, 1949.

RIBEYROLLES, Charles. *O Brasil pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, v. 1.

RIBEYROLLES, Charles. *O Brasil pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, v. 2.

SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAITO, Hiroshi. Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

SAKATA, Hideharu; WAKISAKA, Katsunori. Papel desempenhado na agricultura brasileira. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.

SAKURAI, Célia. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas: (s.n.), 2000. Tese de Doutorado da UNICAMP.

SALZANO, F. M. E FREIRE-MAIA, N. *Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

SAMUEL, Raphael. *Documentação: história local e história oral*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 9 n° 19. p. 219-243, set.89/fev.90.

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado USP. Disponível em

http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=A%20f%C3%A1brica%20de%20ferro%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20de%20Ipanema, Acesso em 08 set. 2015.

SANTOS, Valdery. *Pioneiros da imigração japonesa na Alta Sorocabana*. [s.n.], Presidente Prudente, 2001.

SANTOS, Valdery. *Pioneiros e memória de Presidente Prudente*. [s.n.], Presidente Prudente, 2001.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no Estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

SETUBAL, Maria Alice (coord.). *A formação do estado de São Paulo, seus habitantes e o uso da terra*. São Paulo, 2004, (Coleção Terra Paulista: história, artes e costumes; v.1)

SHICASHO, Emika Tanaka (Coord). *A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente*. [s.n.t.].

SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão: os 100 anos de Tratado de Amizade São Paulo*: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

SHOJI, R. *Budismo étnico em perspectiva comparada: herança das Missões japonesas no Brasil*. REVER, n. 2, ano 11, jul./dez. 2011.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *Em nome do imperador: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004 (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

SILVA, Hermano Ribeiro. *Garimpos de Mato-Grosso: viagens ao sul do estado e ao lendário Rio das Graças*. São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1939.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SILVA, Rafael da Silva e. *Atuação da sociedade de difusão do ensino de japoneses no Brasil na Baixada Santista e Vale do Ribeira*. Cadernos CERU, série 2, v. 26, n. 1, junho de 2015. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/111177>. Acesso em 15 fev 2017.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Zélia Lopes da. *Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade*. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOARES, Bruno Pinto. *Germanismo e nazismo na colônia alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)*. Dissertação de Mestrado UNESP de Assis, 2009, p. Disponível em: www.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/.../soares_bp_me_assis.pdf. Acesso em 08 set. 2015.

SOUSA Adriano Amaro de. *A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana*. Revista Formação, nº14 volume 2 – p. 119-129. Disponível em: <file:///C:/Users/liborio/Desktop/650-1770-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 out 2014.

STANIFORD, Philip. *NIHON NI ITEMO SHO GA NAI: o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar*. In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1930)*. Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZUKI, Nobuo; WAKISAKA, Katsunori. *Participação de imigrantes japoneses no comércio*. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.

TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil* / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. *Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP. Presidente Prudente*: [s.n.], 2003. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo: Humanistas, 2008.

TANNO, Janete Leiko. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930-1970. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: *História das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento, 1995.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. . In: SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de estado. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil* / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa do Brasil - São Paulo: Hucitec, 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *Os japoneses na frente de expansão paulista*. São Paulo: Editora da USP, 1973.

VILIONE, José Libório. Segurança Pública em Presidente Prudente: criação, instalação e trajetória. In: PAULA, Ricardo Pires (et al.). *Presidente Prudente: uma cidade, muitas histórias*. FCT/UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE: (s.n), 2012.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. A “colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WELFER, Rafael Luciano. *A história da indústria militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, com vistas à graduação no Curso de Licenciatura de História da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2727/rafael%20welfer%20tcc.pdf?sequence=1>. Acesso em 9 Jul 2016.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1993.

ZILIANI, José Carlos. *Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Assis. 2010.

FONTES

Periódicas (Disponível no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto em Presidente Prudente/SP)

A Voz do Povo, primeira edição de 23 de maio de 1926

A Voz do Povo, edição de 30 de maio de 1926

A Voz do Povo, edição de 03 de junho de 1926

A Voz do Povo, edição de 27 de Junho de 1926

A Voz do Povo, edição nº 20, de 29 de julho de 1926

A Voz do Povo, edição nº 23, de 8 de Agosto de 1926

A Voz do Povo, edição nº 26, de 26 de setembro de 1926.

A Voz do Povo, edição nº 44, de 21 de outubro de 1926

A Voz do Povo, edição nº 54, de 30 de dezembro de 1926

A Voz do Povo, edição nº 75, de 23 de maio de 1927

A Voz do Povo, edição nº 79, de 19 de junho de 1927

A Voz do Povo, edição nº 81, de 3 de julho de 1927

A Voz do Povo, edição nº 95, de 9 de outubro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 99, de 6 de novembro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 101, 20 de novembro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 102, de 27 de novembro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 103 de 4 de Dezembro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 104, de 11 de dezembro de 1927

A Voz do Povo, edição nº 386, de 1º de janeiro de 1935.

A Voz do Povo, edição nº 391, de 3 de fevereiro de 1935

A Voz do Povo, edição de 12 de dezembro de 1937

A Voz do Povo, edição de 14 de novembro de 1937

A Voz do Povo, edição de 13 de agosto de 1939

A Voz do Povo, edição de 21 de março de 1940

A Voz do Povo, edição de 21 de julho de 1940

A Voz do Povo, edição de 25 de agosto de 1940

A Voz do Povo, edição nº 801, de 17 de outubro de 1940

A Voz do Povo, edição de 1º de fevereiro de 1942

A Voz do Povo, edição de 22 de fevereiro de 1942

A Voz do Povo, edição nº 934, de 12 de março de 1942

A Voz do Povo, edição nº 953, de 24 de maio de 1942

A Voz do Povo, edição de 20 de setembro de 1942

A Voz do Povo, edição de 30 de setembro de 1942

A Voz do Povo, edição nº 1056, de 2 de setembro de 1943

A Voz do Povo, edição nº 1057, de 7 de setembro de 1943

A Voz do Povo, edição de 24 de outubro de 1943

A Voz do Povo, edição de 17 de setembro de 1944

A Voz do Povo, edição nº 1075, de 9 de janeiro de 1944

A Voz do Povo, edição de 23 de maio de 1944

A Voz do Povo, edição nº 1120, de 19 de junho de 1944

A Voz do Povo, edição nº 1152, de 26 de outubro de 1944

A Voz do Povo, edição de 12 de novembro de 1944

O Imparcial, edição de 10 de novembro de 1940

O Imparcial, edição de 5 de fevereiro de 1942

O Imparcial, edição de 15 de setembro de 1945

FONTES

Documentais (Delegacia Regional de Polícia de Presidente Prudente, disponível no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto em Presidente Prudente/SP)

Ofício nº 3465, de 22 de dezembro de 1944

Ofício nº 18, de 05 de janeiro de 1945

Ofício nº 139, de 17 de janeiro de 1945

Ofício nº 167, de 23 de janeiro de 1945

Ofício nº 180, de 21 de janeiro de 1945

Ofício nº 509, de 03 de março de 1945

Ofício nº 673, de 21 de março de 1945

Ofício nº 878, de 17 de abril de 1945

Ofício nº 961, de 24 de abril de 1945

Ofício nº 1092, de 12 de maio de 1945

Ofício nº 1200, de 19 de maio de 1945

Ofício nº 2467, de 5 de outubro de 1945

Ofício nº 2468, de 5 de outubro de 1945

Ofício nº 2574, de 15 de outubro de 1945

Ofício nº 2580, de 16 de outubro de 1945

Ofício nº 156, de 17 de janeiro de 1946

Ofício nº 593, de 27 de fevereiro de 1946

Ofício nº 1216, de 24 de abril de 1946

Ofício nº 1247, de 5 de abril de 1946

Ofício nº 1248, de 25 de abril de 1946

Ofício nº 1289, de 27 de abril de 1946

Ofício nº 1294, de 27 de abril de 1946

Ofício nº 1311, de 29 de abril de 1946

Ofício nº 1312, de 29 de abril de 1946

Ofício nº 1329, de 30 de abril de 1946

Ofício nº 1341, de 2 de maio de 1946

Ofício nº 1492, de 16 de maio de 1946

Ofício nº 1595, de 25 de maio de 1946

Ofício nº 1925, de 22 de junho de 1946

Ofício nº 1946, de 24 de junho de 1946

Ofício nº 2133, de 15 de julho de 1946

Ofício nº 2172, de 18 de julho de 1946

Ofício nº 2357, de 26 de julho de 1946

Ofício nº 2399, de 30 de julho de 1946

Ofício nº 2427, de 1 de agosto de 1946

Ofício nº 2464, de 03 de agosto 1946

Ofício nº 2496, de 06 de agosto de 1946

Ofício nº 2498, de 07 de agosto de 1946

Ofício nº 2536, de 9 de agosto de 1946

Ofício nº 2558, de 13 de agosto 1946

Ofício nº 2721, de 29 de agosto de 1946

Ofício nº 2742, de 30 de agosto de 1946, anexo a esse ofício existe um recibo do escrivão que recebeu os detidos das mãos dos policiais que os escoltaram de Presidente Prudente ao DEOPS, em 31 de agosto de 1946

Ofício nº 2785, de 3 de setembro de 1946

Ofício nº 2799, de 05 de setembro de 1946

Ofício nº 3006, de 23 de setembro de 1946

Ofício nº 3012, de 24 de setembro de 1946

Ofício nº 3025, de 25 de setembro de 1946

Ofício nº 3046, de 25 de setembro de 1946

Ofício nº 3356, de 21 de outubro de 1946

Rádio nº 176, de 26 de fevereiro de 1945

Rádio nº 393, de 3 de maio de 1946

Rádio nº 436, de 17 de maio de 1946

Rádio nº 458, de 21 de maio de 1946

Rádio nº 483, de 30 de maio de 1946

FONTES

Documentais (Governo do Estado de São Paulo, disponível no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto em Presidente Prudente/SP)

Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo

Circular nº 26, de 16 de abril de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública

Circular nº 78, de 29 de outubro de 1942, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública

Portaria nº 9.207, de 25 de junho de 1943, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública

Portaria nº 99, de 12 de agosto de 1943, da Superintendência de Segurança Política e Social

Circular nº 5, de 16 de agosto de 1943, da Superintendência de Segurança Política e Social

FONTES

Documentais (Públicas e privadas do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, disponível no Museu e arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto em Presidente Prudente/SP)

Carta de 7 de outubro de 1938, Cerávolo agradecia à Associação Japonesa de José Teodoro (hoje Martinópolis/SP)

Carta manuscrita de Akira Ise, de 20 de março de 1939

Carta datilografada de Tetsuo Zoriki, de 31 de março de 1939

Cartão com cumprimentos dirigidos ao Dr. Cerávolo por parte da Associação Nippo-Brasileira de Kobe, desejando felicidades no decorrer do ano (1940)

Nota promissória por parte de japoneses para Cerávolo (1940)

Ofício de 9 de junho de 1941, a colônia japonesa de Presidente Prudente, através de uma comissão, agradecia a Cerávolo tudo que ele tinha feito por ela e esperava que o novo Interventor Federal de São Paulo, Fernando Costa

Correspondências entre a empresa Nippo-Therapia no Brasil com o Dr. Cerávolo indicando novos medicamentos no campo da pediatria (1941).

Ofício nº 672/42 do prefeito municipal ao diretor do Ginásio Estadual, de 10 de outubro de 1942

Ofício S/Nº do diretor do Ginásio Estadual ao prefeito municipal de Presidente Prudente (1942)

Portaria Municipal nº 184/43, de 06 de abril e 1943, refere-se a nomeação do nissei Tadashi Odakara para o cargo de Inspetor de Estradas e Rodagem para o Distrito de Álvares Machado

Recibos de japoneses por contrato firmado com Cerávolo para plantio de hortelã (1943)

Relações de pagamentos de funcionários da fazenda denominada *Dio*, propriedade do Dr. Cerávolo, situada em Regente Feijó (1943 e 1944)

Ofício municipal dirigido ao Diretor de Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, recomenda alguns japoneses para que adquirissem terras no Estado (1946)

Telegrama nº SS/60312, de 28 de agosto de 1946

Ofício nº 02, da Escola particular São Paulo, Km 7, de 06 de agosto de 1933, pertencente à Colônia Japonesa de Presidente Prudente

FONTES

Documentais (Arquivo digital do DEOPS, disponível no site <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>)

Prontuário nº 33751, de 24 de novembro de 1944

Prontuário nº 55122, de 28 de março de 1945

Prontuário nº 10863, de 27 de julho de 1945

Prontuário nº 60341, de 12 de outubro de 1945

Prontuário nº 60342, de 12 de outubro de 1945

Prontuário nº 65001, de 1 de abril de 1946

Prontuário nº 68352, de 31 de maio de 1946

Prontuário nº 71276, de 5 de agosto de 1946

Prontuário nº 71737, de 14 de agosto de 1946

Prontuário nº 6325, de 30 de agosto de 1946.

Prontuário nº 19953, de 19 de setembro de 1946

Prontuário nº 66476, de 19 de setembro de 1946

Prontuário nº 6449, de 24 de setembro de 1946

Prontuário nº 67323, de 9 de outubro de 1946

Prontuário nº 73918, de 9 de outubro de 1946

Prontuário nº 73919, de 10 de outubro de 1946

Prontuário nº 6175, de 18 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 6855, de 18 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 6891, de 18 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7048, de 14 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7050, de 14 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7054, de 26 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7053, de 20 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7138, de 26 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7198, de 26 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7207, de 27 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7231, de 26 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7240, de 27 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7241, de 27 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7251, de 27 de fevereiro de 1947

Prontuário nº 7115, de 5 de março de 1947

Prontuário nº 86286, de 9 de outubro de 1947

Prontuário nº 7131, de 13 de fevereiro de 1952

Sites consultados

http://www.pucsp.br/clinica/boletim-clinico/boletim_07/boletim_07_5.html

http://camaraprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/pprudente/biografia_titoliviobrasil.html

http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s2/s2_2.html#k2_2_4

http://fjisp.org.br/site/wp-content/uploads/2013/03/teatro_tradicional_japones.pdf

http://www.encontro2014.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1409926373_ARQUIVO_JosedeSouzaMartinseosconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira.pdf

<http://celsoprado-razias.blogspot.com.br/2009/12/razias-falsas-escrituras-e-os-grandes.html>

<http://www.alvaesmachado.sp.gov.br/historia.php>

http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/manuais/presidenteprudente.pdf

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/teodsampaio.html>

http://www.amu.bio/_hortelapimenta

<http://www.scielo.br/pdf/rbb/v33n4/11.pdf>

<http://www.quimica.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1841&evento=5>

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABEKMAB/extracao-oleo-essencial-isolamento-dos-cristais-mentol>

<http://www.forumbasebol.feirenseweb.com/www.carlosc.hpg.ig.com.br>

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABZ5kAJ/conceituacao-planejamentode-exploracao-olericola> <https://www.embrapa.br/hortalicas/pesquisa-e-desenvolvimento/fitotecnia>

<http://www.alvaesmachado.sp.gov.br/historia.php>

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20NACIONAL.pdf>

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/voluntarias-pela-vitoria>

<http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/260120061.htm>

<http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/260120061.htm>

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil>

<http://www.apta regional.sp.gov.br/acesse-os-artigos-pesquisa-e-tecnologia/edicao-2016/janeiro-junho-4/1673-suplementos-na-alimentacao-do-bicho-da-seda/file.html>

<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1674242-4530,00.html>

<http://www.xr.pro.br/monografias/xinto.html>

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1946/1946%20Livro%2023.pdf

<http://www.rancharia.sp.gov.br/content/hist%C3%B3ria>

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431.htm



Alfaiataria LUIZARI
Luziani costura e mais serviços
Endereço: Rua Prudente, 218, Prudente

O Imparcial
DIÁRIO DA ALTA SOROCABANA
DIRETORES: EDGARD ANGELO ZILGOTTI - GABRIEL OCTAVIO DE SOUZA
Pres. Prudente E. F. Sorocabana, (Est. S. Paulo), sábado 15 de Set. de 1943

A. Sandoval & Cia. Ltda.
Lida

Movimento Subversivo Abortado

Reaparece redivivo entre elementos da colonia japonesa de Presidente Prudente o espirito sintoista da Imperia do Sol Nascente. — Uma victoria arquitetada por um amarelo vindo de Marilia lanca na mais famosa turma um grupo de orientais, despertos da prostração moral em que os atirou a derrota da patria

O FATO
Enquanto de um lado se tenta a cidade de Marilia...

Uma victoria arquitetada
Neste domingo se realizou...

AS FORÇAS JAPONESAS EM DEMANDA DO BRASIL
Continuando a sua...

A Polícia de Prudente
O delegado de Polícia...

Ao povo de Quatá

Entregamos ao brasileiro o melhor resultado de todo o nosso trabalho...

Noticias, Comentarios e Telegramas

Madeiraira Prudentina S.A.
Atalia se resolveu...

Quartel-General em S. Paulo
Rio (Assap) - A...

Figue Rical
O delegado de Polícia...

Resolvo como está, com o objetivo de exportar...

Viola da Gal. Dobra
Rio (Assap) - Uma...

A Prefeitura
Materia:
Presidente Prudente
João de Deus, 127

UM PARTIDO DE NEGROS
Vai pedir registro dentro de alguns dias

Com a rica produção da Associação Agropecuária...

A Prefeitura
Materia:
Presidente Prudente
João de Deus, 127

Comunismo, Organização
Clandestina
MÁRIO P. NTO SERVA

UM PARTIDO DE NEGROS
Vai pedir registro dentro de alguns dias

ESCRITORIO DE CONTABILIDADE
Independencia
JUVENAL SILVA
Contrates - Requerimentos - Estatísticas

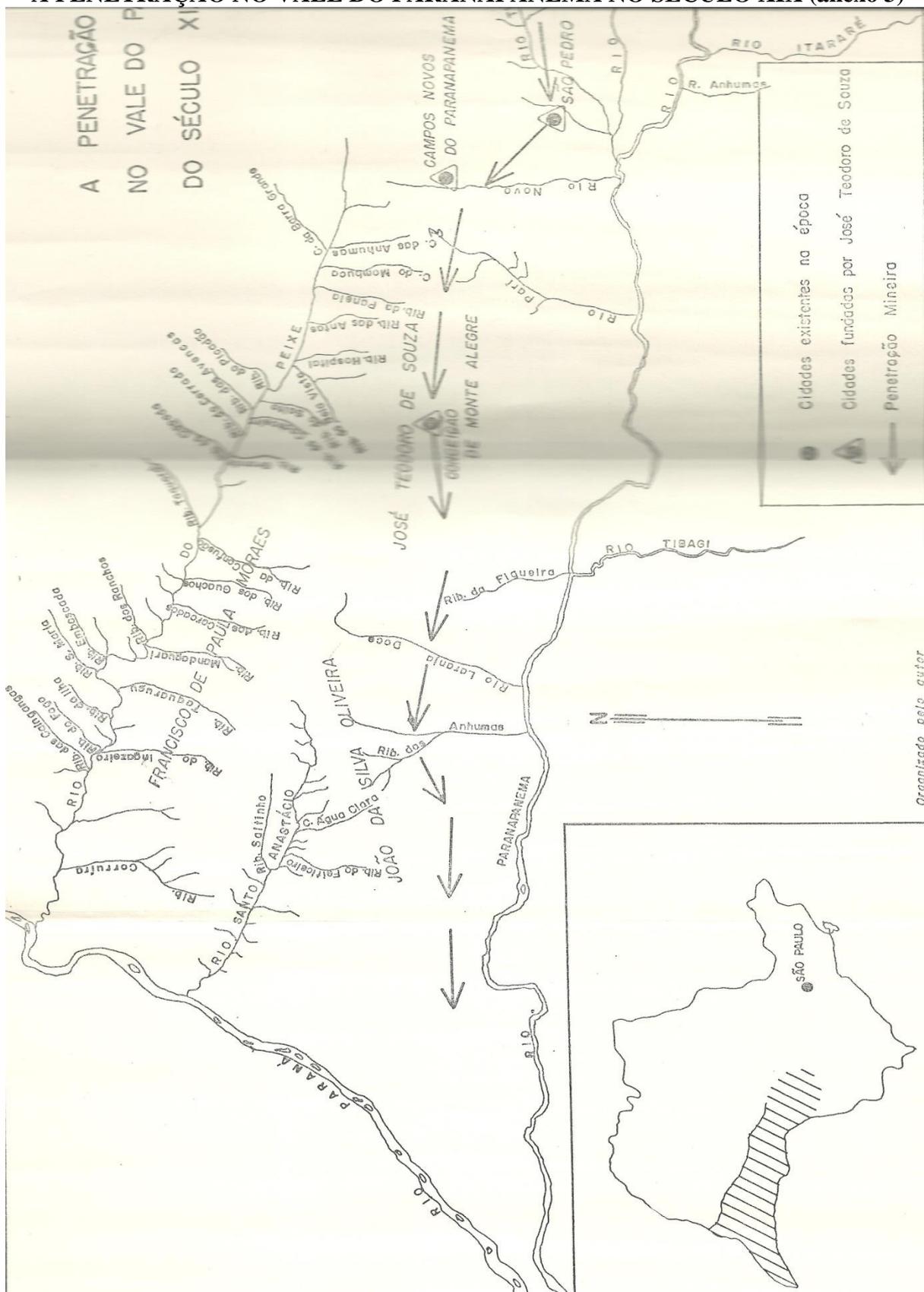
Frequencia America
Conselho Lavoural
FOSFOTONI

Constitua Uma
Provação
Rio (Assap) - O...

A Prefeitura
Materia:
Presidente Prudente
João de Deus, 127

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente

A PENETRAÇÃO NO VALE DO PARANAPANEMA NO SÉCULO XIX (anexo 3)



Fonte: ABREU, Dióres Santos. *A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

SALVO-CONDUTO de um jovem, menor de idade, de nacionalidade brasileira, nos anos entre 1938 a 1940, JUVENAL DAVI BARENHO (anexo 5)

Delegacia de Policia de Santa Vitória do Palmar

SALVO CONDUTO

Depois dos dados a...
O Sr. ...



Filidade ...
Idade ...
Estado ...
Profissão ...
Nacionalidade ...
Naturalidade ...
Residência ...

Requisitos a serem apresentados em todo Estado, bem como em todo ponto de parada de trânsito.

Santa Vitória, 11 de Janeiro de 1938
Agente Juvenal Davi Barenho

Juvenal Davi Barenho

DELEGACIA DE POLICIA

Fonte: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/260120061.htm>

**SALVO CONDUTO de um jovem, menor de idade, nos anos entre 1938 a 1940,
JUVENAL DAVI BARENHO (anexo 6)**



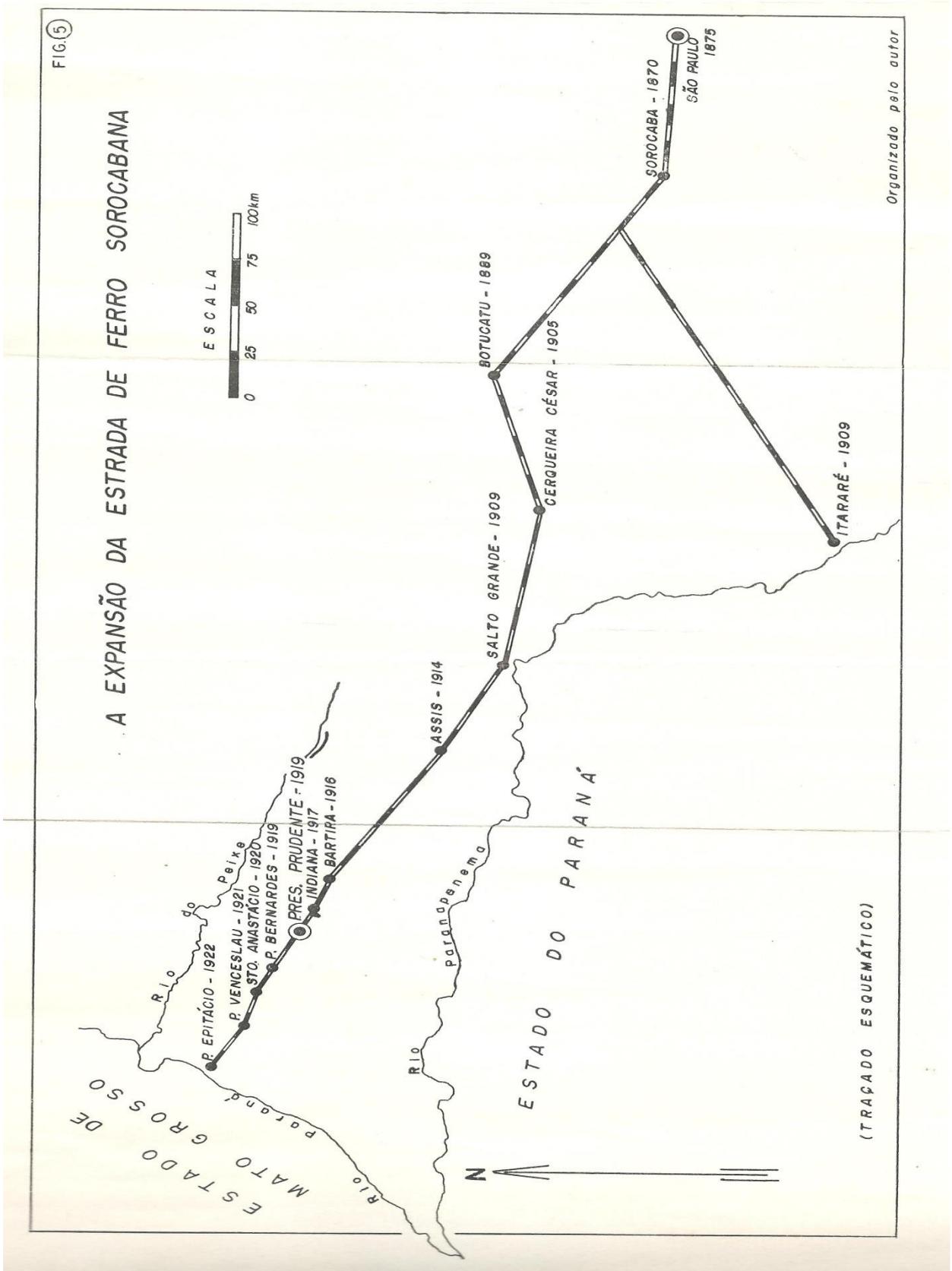
Fonte: <http://www.planetsul.com.br/hm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/260120061.htm>

Ryoichi Kodama (758). Livro de registro da hospedaria de imigrantes.
(anexo 7)

743	Asachi Saitaniichi	1887	4	Maio	"	"	Abentassa	"	"
744	Watabayashi Gonozoi	1872	22	Maio	"	"	Ginjuro	"	"
745	Umano da Gintaro	1880	5	Dezembro	"	"	Yasunichi	"	"
746	Hanichi Yamada	1885	22	Junho	"	"	"	"	"
747	Oriele	"	"	"	"	"	"	"	"
748	Y. Takano	"	"	"	"	"	"	"	"
749	San Yamamoto	"	"	"	"	"	"	"	"
750	Kobayashi Pizô	1867	8	Abril	"	"	Shabai	"	"
751	Naha	"	"	"	"	"	"	"	"
752	Yasaburo	"	"	"	"	"	"	"	"
753	Watabida Demochi	1874	15	Setembro	"	"	Hemagino	"	"
754	Amwayo	"	"	"	"	"	"	"	"
755	Imada Sanji	"	"	"	"	"	"	"	"
756	Shenacchi Yairichi	1881	1	Maio	"	"	Sanji	"	"
757	Isamu	"	"	"	"	"	"	"	"
758	Yodano Ruyonchi	"	"	"	"	"	"	"	"
759	Yagatano Wataro	"	"	"	"	"	"	"	"
760	Uyeki Yamachi	1885	5	Outubro	"	"	Yamamoto	"	"
761	Yokumoto Dichi	1875	16	Setembro	"	"	Ginjuro	"	"
762	Yokouchi Sanji	1878	1	Maio	"	"	Choji	"	"
763	Yemuge	"	"	"	"	"	"	"	"

Fonte: http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/livros/pdfs/L01C_020.pdf.

Expansão da Estrada de Ferro Sorocabana (anexo 9)



Fonte: ABREU, Dióres Santos. A formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

Solitação de visita a Tarao Goto (anexo 10)



Delegacia Regional de Policia
DE
Presidente Prudente

GABINETE
DO
DELEGADO P. Prudente
✱

18 de dezembro de 1946

Senhor Delegado Auxiliar

A portadora do presente é a sra.
YONEKO GOTO, esposa de Torao Goto que se
encontra detido a disposição d'essa Auxiliar.

A apresentada deseja permissão de
V.S. para visitar o seu esposo que segundo
consta encontra-se na "ilha", aguardando so-
lução de um processo em que se viu envolvido,
como membro da sociedade KODO DISSEM REMMEI.

Atenciosamente,

Serafim G. Colletes Junior.
Delegado Regional de Policia

Ao Ilmo. Sr. Dr. Venancio Ayres
DD. Delegado A ux. da 5a. D. Policial
Capital.

Panfleto produzido pela Shindo-Renmei (anexo 11)

Texto superior e inferior são os mesmos
(2 panfletos separados por traço preto)



Ano 2600 da Era Imperial
(idade do Japão)

Celebração da Vitória
da Batalha

皇紀二千六百年 昭和十二年元旦

祝戦勝

1 de Janeiro do Ano 20 da Era Showa

(1 de Janeiro de 1945)



Escola Feminina Japão-Brasil
de Costura

São Paulo

Fonte: Arquivo da família Yasuji Matsuoka, residente na cidade de Cotia/SP

Ideograma (anexo 12)

DR. DOMINGOS L. CERAVOLO

Formado na Faculdade de Medicina do Rio
リオ 醫科大學出身

Doutor ドットール

Domingos L Ceravolo
ドミンゴス・エレ・セラボロ

Clínico Geral Cirurgião e Obstetra Terapia de Choque
内科、外科及び産科、電気療法科、
デアテルミー、高周波療法、紫外線科

Diatermia Terapia de Alta Raio Ultra
Frequência Violeta

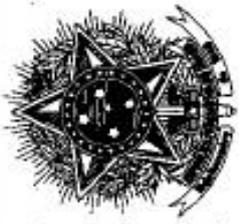
Diagnóstico de Vários Tipos de Doenças
各種病菌の分析検査に應ず

Rua Siqueira Campos, 70 — Phone 68 — PRES. PRUDENTE

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Neto de Presidente Prudente

Carteira de estrangeiro (anexo 13)

1000-1000

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
	
CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA ESTRANGEIRO PERMANENTE	
NOME	_____
FILIAÇÃO	_____
NACIONALIDADE	_____
NATURALIDADE	_____ NASCIDO A
LOCAL E DATA DO DESEMBARQUE	_____
	ASSINATURA DO PORTADOR
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO	
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=carteira+de+identifica>

Carteira de RG (anexo 13)

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETÁRIO DO LABORATÓRIO DO
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

P
E
Z
I
N
H
O

F
O
T
O

(SEM VALOR COMO DOCUMENTO)

OBRIGADO POR TER VINDO

NOME:

FILIAÇÃO:

NATURALIDADE:

DATA DE NASCIMENTO:

HORA DO NASCIMENTO:

PESO:

LOCAL DE NASCIMENTO:

SEXO:

MEDIDA:

(SEM VALOR COMO DOCUMENTO)

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=carteira+de+identifica>

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 21 de julho de 2017.

José Libório Vilione